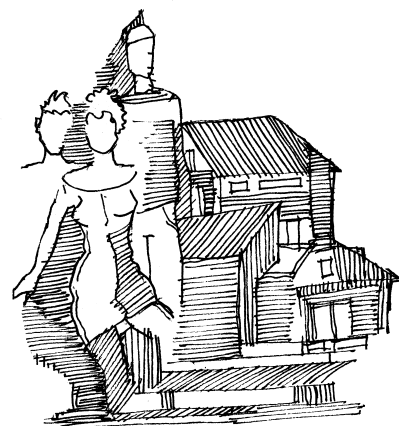


C E N S O

DEMOGRÁFICO

2 0 1 0

ISSN - 0104-3145



RESULTADOS
GERAIS DA AMOSTRA



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Censo Demográfico **2010**

Resultados gerais da amostra

ISSN 0104-3145

Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-239, 2010

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1676-4935 (CD-ROM)

ISSN 0104-3145 (meio impresso)

© IBGE. 2012

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

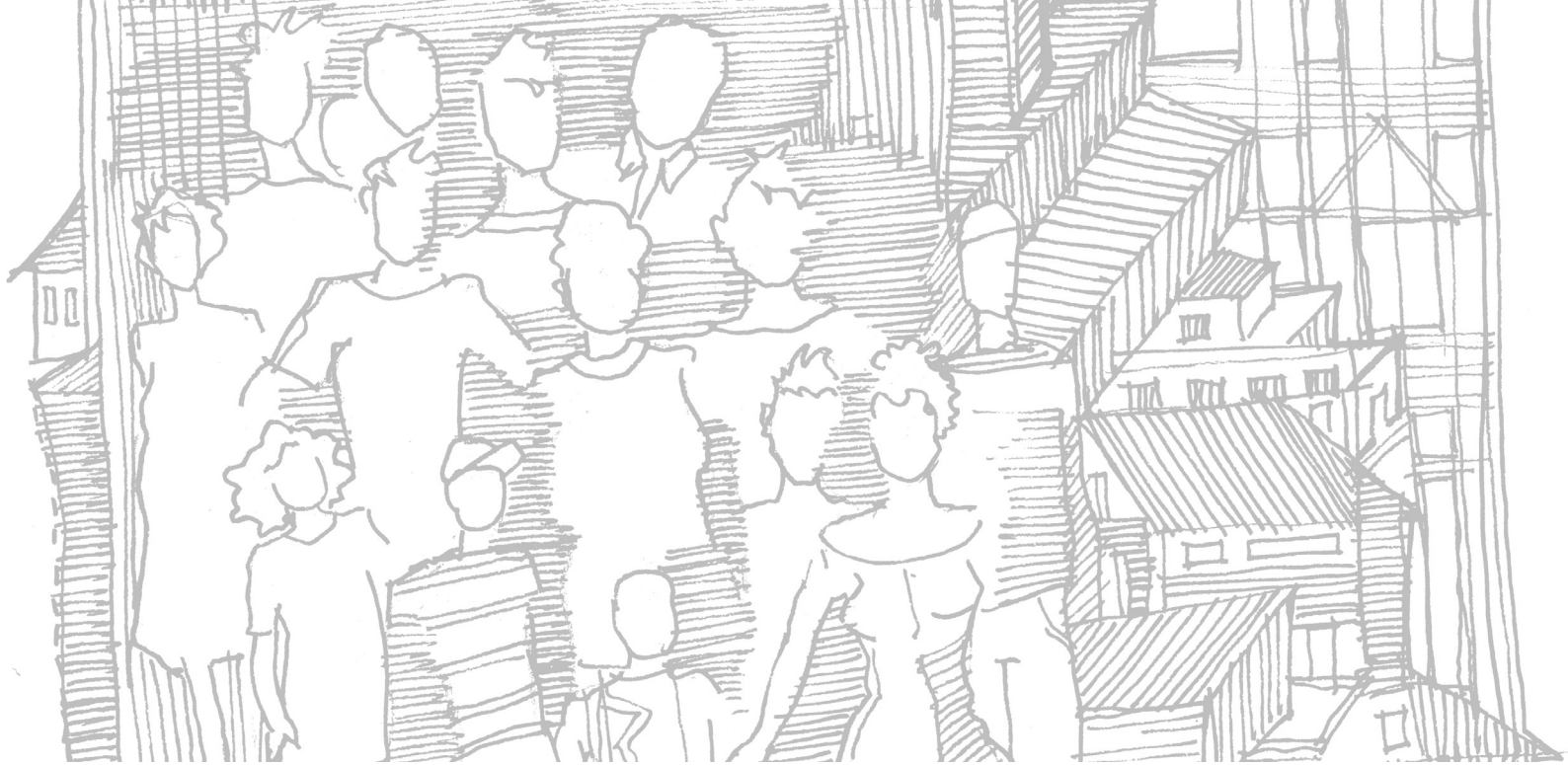
Roberto Cavararo

Capa

Eduardo Sidney Cabral Rodrigues de Araujo - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração da capa e miolo

Aldo Victorio Filho



Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Fundamento legal e sigilo das informações

O Censo Demográfico 2010 no contexto internacional

Base territorial

Divisão territorial

Âmbito da pesquisa

Aspectos da coleta

Conceitos e definições

Tratamento dos dados

Expansão da amostra

Análise dos resultados

Pessoas com deficiência

Migração

Nupcialidade

Fecundidade e mortalidade infantil

Educação

Trabalho

Rendimento

Deslocamento

Domicílios

Tabelas de resultados

1 Grandes Regiões e Unidades da Federação

1.1 Pessoas com deficiência

1.1.1 - População residente, por tipo de deficiência permanente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.2 Migração

1.2.1 - População residente, por nacionalidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.2.2 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.2.3 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.3 Nupcialidade

1.3.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.3.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.3.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que viviam em união conjugal, por natureza da união conjugal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.3.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que não viviam mas já viveram em união conjugal, por estado civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.4 Fecundidade

1.4.1 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade, nascidos vivos, nascidos vivos no período de referência de 12 meses, nascidos mortos e que estavam vivos na data de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.5 Educação

1.5.1 - População residente, por frequência a escola ou creche e rede de ensino que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.5.2 - População residente, total e que frequentavam escola ou creche, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.5.3 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.5.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.6 Trabalho

1.6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.6.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.6.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.6.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.7 Deslocamento

- 1.7.1 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.7.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.7.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.8 Domicílios

- 1.8.1 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de material das paredes externas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.8.2 - Domicílios particulares permanentes, por número de cômodos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.8.3 - Domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.8.4 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.8.5 - Domicílios particulares permanentes, por existência de água canalizada e forma de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.8.6 - Domicílios particulares permanentes, total e com bens duráveis, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.8.7 - Domicílios particulares permanentes, por existência de telefone, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.9 Rendimento

- 1.9.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.9.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.9.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010
- 1.9.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.9.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

1.9.6 - Domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Referências

Anexos

- 1 Composição dos grandes grupos de ocupação da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares - COD
- 2 Composição das seções de atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar 2.0 - CNAE-Domiciliar 2.0
- 3 Conjuntos de restrições alternativos usados na obtenção dos pesos para a expansão da amostra
- 4 Valores de erros-padrão calculados para alguns valores de estimativas de características de pessoas e domicílios para as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 5 Índice de Eficácia Migratória

Apêndice

- A) Relação de tabelas de resultados do CD-ROM
- B) Arquivos de expansão da amostra

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.



Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dando continuidade à divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010, apresenta, na presente publicação, os resultados gerais da amostra.

Esta divulgação apresenta resultados definitivos para um conjunto de características dos domicílios e das pessoas que foram investigadas por meio da amostra do Censo Demográfico 2010. As tabelas que compõem a divulgação apresentam resultados que abrangem características de pessoas com deficiência; migração; nupcialidade; fecundidade e mortalidade infantil; educação; trabalho e rendimento; deslocamento para trabalho e estudo; e domicílios.

Juntamente com essa divulgação estão sendo liberados os microdados com as informações da amostra, com exceção das referentes às antigas classificações de ocupações e atividades, orfandade materna, religião, etnia, língua falada pelos indígenas e identificação das famílias, pois ainda não foram submetidos a todos os tratamentos previstos para a apuração do Censo Demográfico 2010.

Ao longo de 2012, o IBGE prosseguirá na divulgação de outras importantes informações do Censo Demográfico 2010.

O IBGE agradece a todas as instituições e seus representantes que colaboraram para a realização deste Censo Demográfico e, em especial, a todos os cidadãos que, com espírito cívico, receberam os recenseadores e forneceram as respostas que contribuirão para o conhecimento da realidade nacional e o planejamento do futuro do País.

Wasmália Bivar

Presidenta do IBGE



Introdução

O censo demográfico é a mais complexa operação estatística realizada por um país, quando são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do território nacional.

Os censos demográficos, por pesquisarem todos os domicílios de um país, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos - distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais.

No Censo Demográfico brasileiro de 2010 foram utilizados dois tipos de questionário:

Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores; e

Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.

Os dados que compreendem as características dos domicílios e das pessoas que foram investigadas para a totalidade da população são denominados, por convenção, resultados do universo. Esses dados foram obtidos reunindo informações captadas por meio da in-



investigação das características dos domicílios e das pessoas, que são comuns aos dois tipos de questionários utilizados para o levantamento do Censo Demográfico 2010.

Esta divulgação apresenta resultados definitivos para um conjunto selecionado de características dos domicílios e das pessoas que foram investigadas apenas por meio do Questionário da Amostra. Ao longo de 2012, serão produzidos novos resultados, apresentados em volumes temáticos.

Esta publicação, além das tabelas de resultados, apresenta notas técnicas e uma análise dos aspectos divulgados.

As tabelas dessa divulgação apresentam resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios, compreendendo informações sobre aspectos das pessoas com deficiência; migração; nupcialidade; fecundidade e mortalidade infantil; educação; trabalho e rendimento; deslocamento para trabalho e estudo; e domicílios.

No volume impresso, constam as tabelas que apresentam resultados para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. No CD-ROM, que acompanha o volume impresso, além de todo o seu conteúdo, encontram-se também as tabelas de resultados para todos os municípios.



Notas técnicas

Fundamento legal e sigilo das informações

O Censo Demográfico 2010 segue os princípios normativos determinados na Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. Conforme essa lei, as informações são confidenciais e obrigatórias, destinam-se exclusivamente a fins estatísticos e não podem ser objeto de certidão e nem ter eficácia jurídica como meio de prova.

Já a periodicidade dos Censos Demográficos é regulamentada pela Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, que estabelece um máximo de dez anos para o intervalo intercensitário.

O Censo Demográfico 2010 no contexto internacional

A experiência bem-sucedida do Censo Demográfico brasileiro de 2010, que introduziu inúmeras inovações metodológicas, de conteúdo temático e tecnológicas, é hoje considerada um modelo a ser observado pelos demais países, tanto para a realização dos censos de população da rodada de 2010 que, segundo convenção estabelecida no âmbito da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission), encerra-se em 2014, quanto para o planejamento da rodada de 2020, que se inicia em 2015.

Na fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, o Brasil participou como membro do Grupo de Especialistas das Nações Unidas responsável pelo Programa

Mundial sobre Censos de População e Habitação (World Population and Housing Census Programme) da rodada de 2010, com o objetivo de revisar e adotar um conjunto de princípios e recomendações em padrões internacionais para os censos de população. Como parte do processo de revisão, a Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD) organizou três reuniões do Grupo de Especialistas e, com base em discussões e deliberações, o documento *Principles and recommendations for population and housing censuses: revision 2* foi finalizado e aprovado na 37ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas em 2008. O Brasil participou da redação da segunda parte do referido documento que aborda os tópicos a serem investigados nos censos de população e de habitação. O documento contém os principais padrões e orientações internacionais, resultado de ampla consulta e de contribuições dadas por especialistas de outros institutos nacionais de estatística, por meio de mecanismos desenvolvidos e mantidos pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, levando em consideração as características regionais. Essa experiência foi amplamente discutida e considerada no planejamento do Censo Demográfico brasileiro.

Cabe destacar a cooperação técnica com o U.S. Census Bureau, ao qual o IBGE realizou uma visita técnica em Austin, Texas, em junho de 2006, com a finalidade de acompanhar o trabalho de campo da prova-piloto do Censo Demográfico 2010 dos Estados Unidos para conhecer a organização e as diversas tarefas relacionadas com a operação de campo, em particular as equipes de coordenação, controle de qualidade, treinamento e tecnologia. Esse acompanhamento foi importante para o IBGE porque o trabalho de coleta da referida prova-piloto foi realizado com computador de mão, tecnologia incorporada na Contagem da População 2007 e no Censo Demográfico 2010, realizados no Brasil.

O Brasil, como membro do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - GW), que tem como objetivo padronizar o levantamento das estatísticas das pessoas com deficiência, tanto nos censos populacionais como em outras pesquisas domiciliares, foi sede de dois eventos internacionais do GW em 2005: o Segundo Seminário Regional do Grupo de Washington (América Latina e Caribe) e o Quinto Encontro Anual do Grupo de Washington, com o objetivo de discutir a incorporação da temática, e a realização de testes cognitivos e provas-piloto das perguntas sobre o tema nos censos demográficos da região.

Os dois eventos, realizados no Rio de Janeiro, contaram com o apoio da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, da Secretaria de Direitos Humanos - atualmente, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD - e com a participação da Organização Mundial de Saúde - OMS (World Health Organization - WHO),

de representantes dos institutos nacionais de estatística de mais de 40 países, e de outras organizações internacionais.

O projeto Censo Comum do MERCOSUL tem como objetivo obter informações harmonizadas, integradas e comparáveis, sobre as características da população e dos domicílios, para o diagnóstico demográfico e social dos países-membros e de países associados como Chile, Bolívia, México, Equador e Venezuela. Considerado modelo de cooperação técnica horizontal em nível mundial, o projeto teve como meta incorporar, na rodada de censos demográficos 2010, as variáveis relativas às pessoas com deficiência, às populações indígenas e à migração internacional, com ênfase na migração na fronteira entre os países da região. Para esse fim, foram realizadas, pela Argentina, pelo Brasil e pelo Paraguai, a Primeira Prova-Piloto Conjunta sobre Pessoas com Deficiência e a Segunda Prova-Piloto Conjunta sobre Migração Internacional, em 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o Brasil e o Paraguai realizaram a Terceira Prova-Piloto Conjunta sobre Populações Indígenas, continuando com a modalidade utilizada com sucesso para as variáveis harmonizadas na década de 2000. Essa modalidade de cooperação contou com a participação de diversos representantes de institutos nacionais de estatística e organismos internacionais como observadores.

O Brasil realizou um trabalho intenso de intercâmbio de experiências nas áreas de Tecnologia da Informação e Cartografia no Censo Demográfico 2010 com países como: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Cabo Verde, entre outros.

Base territorial

Base territorial é a denominação dada ao sistema integrado de mapas, cadastros e banco de dados, construído segundo metodologia própria para dar organização e sustentação espacial às atividades de planejamento operacional, coleta e apuração de dados e divulgação de resultados do Censo Demográfico.

O setor censitário é a unidade territorial criada de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta.

O planejamento da base territorial consiste em processos de análise dos mapas e cadastros alfanuméricos que registram todo o histórico das malhas setoriais dos Censos Demográficos anteriores. O objetivo principal da base territorial do Censo Demográfico 2010 foi possibilitar a cobertura integrada de todo o território e ampliar as possibilidades de disseminação de informações à sociedade. Sua preparação levou em conta a oferta de infraestrutura cadastral e de mapeamento para a coleta dos dados do Censo Demográfico, e a necessidade de atender às demandas dos setores público e privado por informações georreferenciadas no nível de setor censitário.

Nesse sentido, o IBGE promoveu um amplo programa para a construção de cadastros territoriais e mapas digitais referentes aos municípios, às localidades e aos setores censitários, que incluiu o estabelecimento de parcerias com órgãos produtores e usuários de mapeamento, campanhas de campo para atualização da rede viária, da rede hidrográfica, da toponímia em geral, dos limites dos municípios, distritos, subdistritos, bairros e outros, assim como a definição dos limites dos novos setores adequados ao território atualizado.

A base territorial do Censo Demográfico 2010 foi elaborada de forma a integrar a representação espacial das áreas urbana e rural do Território Nacional em um ambiente de banco de dados geoespaciais, utilizando insumos e modernos recursos de tecnologia da informação.

Como insumo entende-se todo o conjunto de dados gráficos (arquivos vetoriais e imagens orbitais disponíveis com diversas resoluções) e alfanuméricos que foram preparados pela Rede de Agências e Unidades Estaduais do IBGE, coordenados pelas equipes técnicas da Sede no Rio de Janeiro. Foram desenvolvidas aplicações e *softwares* para a elaboração da base territorial visando atender aos objetivos específicos deste projeto, dentre os quais se destacaram o ajuste da geometria da malha dos setores urbanos, adaptando-a à malha dos setores rurais com a utilização de imagens orbitais, o ajuste da malha de arruamento urbano com a codificação das faces de quadra e a associação do elemento gráfico que representa a face de quadra com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE.

O CNEFE, atualizado a partir dos registros de unidades recenseadas em 2010, compreende os endereços de todas as unidades registradas pelos recenseadores durante o trabalho de coleta das informações (domicílios e unidades não residenciais) e foi divulgado em 2011.

Divisão territorial

Divisão político-administrativa

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal de 1988.

Distrito Federal

É a unidade autônoma onde tem sede o Governo Federal com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tem as mesmas competências legislativas reservadas aos estados e municípios, e é regido por lei orgânica, sendo vedada sua divisão em municípios.

Brasília é a Capital Federal.

Estados

Os estados constituem as unidades de maior hierarquia dentro da organização político-administrativa do País. São subdivididos em municípios e podem ser incorporados entre si, subdivididos ou desmembrados para serem anexados a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. Organizam-se e regem-se por constituições e leis próprias, observados os princípios da Constituição Federal.

A localidade que abriga a sede do governo denomina-se Capital.

Municípios

Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento dependem de leis estaduais, que devem observar o período determinado por lei complementar federal e a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Os municípios são regidos por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos.

A localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal tem a categoria de cidade.

Distritos

São unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão dependem de leis municipais, que devem observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica.

A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de vila. Observa-se que nem todas as vilas criadas pelas legislações municipais possuem ocupação urbana. Na ocorrência desses casos, tais vilas não foram isoladas em setores urbanos no Censo Demográfico 2010.

Subdistritos

São unidades administrativas municipais, normalmente estabelecidas nas grandes cidades, criadas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo prefeito.

Bairros

Bairros são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito.

Regiões Metropolitanas

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 25, parágrafo 3º, facultou aos estados a instituição de Regiões Metropolitanas “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. Assim, a partir de 1988, as Unidades da Federação, buscando solucionar problemas de gestão do território estadual, definiram novas Regiões Metropolitanas, criadas por lei complementar estadual.

As Regiões Metropolitanas constituem um agrupamento de municípios com a finalidade de executar funções públicas que, por sua natureza, exigem a cooperação entre esses municípios para a solução de problemas comuns, como os serviços de saneamento básico e de transporte coletivo, o que legitima, em termos político-institucionais, sua existência, além de permitir uma atuação mais integrada do poder público no atendimento às necessidades da população ali residente, identificada com o recorte territorial institucionalizado.

Cabe ressaltar que, no caso das Regiões Metropolitanas, o próprio limite político-administrativo dos municípios que as compõem baliza esses espaços institucionais.

Regiões Integradas de Desenvolvimento

A criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDEs está prevista na Constituição Federal de 1988, nos Art. 21, inciso IX; Art. 43; e Art. 48, inciso IV. São conjuntos de municípios cuja origem baseia-se no princípio de cooperação entre os diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal. Podem ser compostas por municípios de diferentes Unidades da Federação.

Divisão regional

Como parte de sua missão institucional, o IBGE tem como atribuição elaborar divisões regionais do território brasileiro, com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do mesmo e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos.

A divisão regional constitui uma tarefa de caráter científico e, desse modo, está sujeita às mudanças ocorridas no campo teórico-metodológico da Geografia, que afetam o próprio conceito de região. Assim, as revisões periódicas dos diversos modelos de divisão regional adotados pelo IBGE foram estabelecidas com base em diferentes abordagens conceituais visando traduzir, ainda que de maneira sintética, a diversidade natural, cultural, econômica, social e política coexistente no Território Nacional.

No IBGE, as divisões regionais se estabeleceram em diversas escalas de abrangência ao longo do tempo, conduzindo, em 1942, à agregação de Unidades da

Federação em Grandes Regiões definidas pelas características físicas do território brasileiro e institucionalizadas com as denominações de: Região Norte, Região Meio-Norte, Região Nordeste Ocidental, Região Nordeste Oriental, Região Leste Setentrional, Região Leste Meridional, Região Sul e Região Centro-Oeste.

Em consequência das transformações ocorridas no espaço geográfico brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, uma nova divisão em Macrorregiões foi elaborada em 1970, introduzindo conceitos e métodos reveladores da importância crescente da articulação econômica e da estrutura urbana na compreensão do processo de organização do espaço brasileiro, do que resultaram as seguintes denominações: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste, que permanecem em vigor até o momento atual.

Quanto às divisões regionais produzidas em escala mais detalhada, o IBGE delimitou, em 1945, a divisão do País em Zonas Fisiográficas, pautada predominantemente nas características do meio físico como elemento diferenciador do quadro regional brasileiro. Tal divisão representou não só um período no qual se tornava necessário o aprofundamento do conhecimento do Território Nacional, como, conceitualmente, reafirmava o predomínio, em meados do Século XX, da noção de “região natural” na compreensão do espaço geográfico, em um momento em que a questão regional ainda era entendida, em grande medida, como diferenças existentes nos elementos físicos do território. Essa regionalização perdurou até 1968, quando foi feita nova proposta de divisão regional denominada Microrregiões Homogêneas, definidas a partir da organização do espaço produtivo e das teorias de localização dos polos de desenvolvimento, identificando a estrutura urbano-industrial enquanto elemento estruturante do espaço regional brasileiro.

Em 1976, dada a necessidade de se ter um nível de agregação espacial intermediário entre as Grandes Regiões e as Microrregiões Homogêneas, foram definidas as Mesorregiões por agrupamento de Microrregiões.

Finalmente, em 1990, a Presidência do IBGE aprovou a atualização da divisão regional do Brasil em Microrregiões Geográficas, tendo por base um modelo conceitual fundamentado na premissa de que o desenvolvimento capitalista de produção teria afetado de maneira diferenciada o Território Nacional, com algumas áreas sofrendo grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras se manteriam estáveis ou apresentariam problemas acentuados.

Âmbito da pesquisa

O Censo Demográfico 2010 abrangeu as pessoas residentes, na data de referência, em domicílios do Território Nacional.

As embaixadas, consulados e representações do Brasil no exterior são considerados Território Nacional, porém não foram incluídos no Censo Demográfico. Atualmente, a maioria dos funcionários brasileiros reside em domicílios fora das representações diplomáticas.

Aspectos da coleta

A coleta do Censo Demográfico 2010 foi realizada no período de 1º de agosto a 30 de outubro de 2010, utilizando a base territorial que se constituiu de 316 574 setores censitários.

O método de coleta dos dados foi através de entrevista presencial realizada pelo recenseador, sendo a resposta registrada em um computador de mão ou pelo preenchimento do questionário via Internet.

O computador de mão disponibilizava o aplicativo de coleta para registrar e armazenar as informações coletadas e nele estavam contidos:

- Mapa do Setor - representação gráfica do setor censitário;
- Lista de Endereços - listagem com todas as informações referentes aos endereços das unidades levantadas na pré-coleta e utilizada para atualização dos registros dos endereços;
- Questionário Básico - questionário com 37 quesitos, onde foram registradas as características do domicílio e de seus moradores na data de referência. Aplicado em todas as unidades domiciliares que não foram selecionadas para a amostra;
- Questionário da Amostra - questionário com 108 quesitos, onde foram registradas as características do domicílio e de seus moradores na data de referência. Inclui os quesitos do Questionário Básico somados a outros de investigação mais detalhada e foi aplicado em todas as unidades domiciliares que foram selecionadas para a amostra;
- Formulário de Domicílio Coletivo - formulário utilizado para registrar os dados de identificação do domicílio coletivo e listar as suas unidades com morador; e
- Relatórios de Acompanhamento - resumo de informações da coleta e de questionários com pendências para facilitar o acompanhamento do trabalho do recenseador.

A possibilidade do preenchimento do questionário pela Internet foi outra inovação no Censo Demográfico 2010. Essa alternativa procurou alcançar o informante que, embora disposto a participar da pesquisa, não dispunha de tempo para fornecer as informações no momento da visita do recenseador. A opção de

preenchimento do questionário pela Internet era registrada no computador de mão do recenseador com um código de identificação do domicílio.

Para a parte do levantamento pesquisada por amostragem no Censo Demográfico 2010 foram aplicadas cinco frações de amostragem, considerando os tamanhos dos municípios em termos da população estimada em 1º de julho de 2009. Em especial, na definição da fração amostral para os municípios de pequeno porte, buscou-se garantir tamanho suficiente para a divulgação dos seus resultados. A Tabela 1, a seguir, apresenta as frações adotadas.

Tabela 1 - Fração amostral dos domicílios e número de municípios, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2010

Classes de tamanho da população dos municípios (hab.)	Fração amostral de domicílios (%)	Número de municípios
Total	11	(1) 5 565
Até 2 500	50	260
Mais de 2 500 até 8 000	33	1 912
Mais de 8 000 até 20 000	20	1 749
Mais de 20 000 até 500 000	10	1 604
Mais de 500 000	5	40

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Cálculo com base nas estimativas de população residente para 1º de julho de 2009.

(1) Inclusive o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal.

Para os 40 municípios com mais de 500 000 habitantes, foi avaliada a possibilidade de aplicação de frações amostrais diferentes em cada uma de suas divisões administrativas intramunicipais (distritos e subdistritos), de forma a permitir a divulgação de estimativas e de microdados nesses níveis geográficos. Em 16 desses municípios, houve a necessidade de aumento da fração amostral, definida dentre as especificadas na tabela, em pelo menos uma subdivisão. Nos demais 24 municípios dessa classe, a fração amostral foi mantida em 5%, pois para sete deles não há subdivisão administrativa na base territorial para o Censo Demográfico 2010 e, para os 17 restantes, o tamanho esperado da amostra resultante em cada subdivisão já contempla o tamanho mínimo estabelecido para a divulgação de estimativas para todas as subdivisões existentes.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a relação dos municípios e os subdistritos que tiveram fração amostral diferente daquela definida para o restante do município.

Quadro 1 - Distritos e subdistritos de alguns municípios que tiveram frações amostrais maiores que 5%

Código do município	Nome do município	Nome do distrito	Nome do subdistrito	Fração amostral (%)
1501402	Belém	Mosqueiro		10
		Outeiro		10
2607901	Jaboatão dos Guararapes	Jardim Jordão		10
2927408	Salvador	Salvador	Conceição da Praia	33
			Maré	33
			Mares	33
			Nazaré	20
			Passo	33
			Pilar	33
			Santana	20
			São Pedro	10
		Sé	33	
3136702	Juiz de Fora	Rosário de Minas		33
		Sarandira		33
		Torreões		33
3170206	Uberlândia	Cruzeiro dos Peixotos		20
		Martinésia		20
		Miraporanga		20
		Tapuírama		20
3303500	Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	U.R.G. de Tinguá,...- URG XII	20
3304557	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Ilha de Paquetá	33
3509502	Campinas	Joaquim Egídio		50
		Souzas		10
3543402	Ribeirão Preto	Bonfim Paulista		20
3547809	Santo André	Paranapiacaba		33
3549904	São José dos Campos	São Francisco Xavier		50
3550308	São Paulo	Barra Funda		10
		Jaguara		10
		Marsilac		20
		Pari		10
4113700	Londrina	Londrina		33
		Guaravera		10
		Irerê		10
		Lerrovilhe		10
		Maravilha		10
		Paiquerê		10
		São Luiz		10
		Warta		10
5002704	Campo Grande	Campo Grande		20
		Anhanduí		33
		Rochedinho		33
5103403	Cuiabá	Coxipó do Ouro		33
		Guia		33
5300108	Brasília	Brasília	Candangolândia	10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Em todo o Território Nacional foram selecionados 6 192 332 domicílios para responder ao Questionário da Amostra, o que significou uma fração amostral efetiva da ordem de 10,7% para o País como um todo. Nesses domicílios foram levantadas as informações para todos os seus moradores, totalizando 20 635 472 pessoas. No CD-ROM encartado, o arquivo “Frações” contém a relação das frações de amostragem efetivas para diversos níveis geográficos a saber: Brasil, Unidades da Federação, Grandes Regiões, Mesorregiões, Microrregiões, Municípios e Áreas de Ponderação¹.

Todos os postos de coleta foram informatizados com *laptops* para o gerenciamento da coleta de dados. O Sistema de Informações Gerenciais do Posto de Coleta – SIGPC foi utilizado para organizar todo o trabalho no posto de coleta. Ele integrou localmente os sistemas de apoio à operação censitária, principalmente o de gerenciamento e de supervisão da coleta de dados, otimizando os processos de instalação de programas de coleta de dados e supervisão, descarga de questionários coletados e transmissão de dados para a central de recebimento.

O SIGPC fez a comunicação entre o posto de coleta e os sistemas administrativos de apoio à operação censitária, e auxiliou nas tarefas de cadastramento de pessoal e equipamento do posto de coleta, bem como no pagamento dos recenseadores.

O Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta – SIGC foi responsável pelo processamento das informações da coleta transmitidas pelos postos através do SIGPC. Além disso, possibilitou aos servidores do IBGE acompanhar o andamento da coleta em níveis nacional, estadual e municipal, por posto de coleta e por setor censitário. Serviu, também, como veículo para disseminar informações, pois nele eram divulgadas as notas técnicas, as orientações das Coordenações e os procedimentos que deveriam ser executados pelas equipes de coleta.

Conceitos e definições

A seguir são descritos os conceitos e definições utilizados na divulgação dos resultados gerais da amostra.

Períodos de referência

Data de referência

A investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência o dia 31 de julho de 2010.

¹ Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

Semana de referência

A investigação das características de trabalho teve como semana de referência a semana de 25 a 31 de julho de 2010.

Mês de referência

A investigação das características de rendimento teve como mês de referência o mês de julho de 2010.

Período de referência de 30 dias

A investigação da procura de trabalho teve como período de referência o período de 02 a 31 de julho de 2010.

Domicílio

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.

Os critérios essenciais dessa definição são os de separação e independência.

A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas.

Espécie do domicílio

Quanto à espécie, classificou-se o domicílio como:

Domicílio particular

Domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

Entendeu-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio e por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco nem de dependência doméstica.

Os domicílios particulares desagregam-se em:

- **Permanente** – quando construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; ou

- **Improvisado** - quando localizado em edificação (loja, fábrica etc.) que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia, como, também, local inadequado para a habitação, que, na data de referência, estava ocupado por morador. O prédio em construção, a tenda, a barraca, o vagão, o *trailer*, a gruta, a cocheira, o paiol etc., que estava servindo de moradia na data de referência, também foi considerado como domicílio particular improvisado.

Os domicílios particulares fechados, ou seja, onde não foi possível realizar a entrevista com os seus moradores, passaram por um processo de imputação (ver o tópico *Tratamento dos domicílios fechados*). Os dados resultantes desse processo de imputação, referentes às pessoas e domicílios, foram agregados aos obtidos dos domicílios com entrevistas realizadas para a geração dos resultados do Censo Demográfico.

Domicílio coletivo

É uma instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradoras ou não, era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, motéis, *camping*, pensões, penitenciárias, presídios, casas de detenção, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores ou de estudantes etc.

Unidade domiciliar

A unidade domiciliar é o domicílio particular ou a unidade de habitação em domicílio coletivo.

População residente

A população residente é constituída pelos moradores em domicílios na data de referência.

Morador

Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local habitual de residência e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período não superior a 12 meses em relação àquela data, por um dos seguintes motivos:

- Viagem: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.;
- Internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato ou república de estudantes, visando a facilitar a frequência à escola durante o ano letivo;
- Detenção sem sentença definitiva declarada;
- Internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou
- Embarque a serviço (militares, petroleiros).

Características dos domicílios particulares permanentes

Tipo de material das paredes externas

O tipo de material utilizado predominantemente na construção das paredes externas da edificação na qual se encontrava o domicílio particular permanente foi classificado como:

- **Alvenaria com revestimento** – quando as paredes externas fossem de tijolo com revestimento (emboço, reboco, chapisco), de pedra, concreto pré-moldado ou aparente, como, também, as recobertas de mármore, metal, vidro ou lambris;
- **Alvenaria sem revestimento** – quando as paredes externas fossem de tijolo sem revestimento (emboço, reboco, chapisco);
- **Madeira aparelhada** – quando as paredes externas fossem feitas de qualquer tipo de madeira apropriada para construção;
- **Taipa revestida** – quando as paredes externas fossem feitas de barro ou de cal e areia com estacas e varas de madeira, tabique, estuque ou pau-a-pique com revestimento (emboço, reboco, chapisco);
- **Taipa não revestida** – quando as paredes externas fossem feitas de barro ou de cal e areia com estacas e varas de madeira, tabique, estuque ou pau-a-pique sem revestimento (emboço, reboco, chapisco);
- **Madeira aproveitada** – quando as paredes externas fossem feitas de madeira de embalagens, tapumes, andaimes etc.;
- **Palha** – quando as paredes externas fossem feitas de sapê, folha ou casca de vegetal etc.;
- **Outro material** – quando as paredes externas fossem feitas de qualquer outro material que não se enquadrasse nos descritos anteriormente, como, por exemplo, zinco, plástico etc.; ou
- **Sem paredes** – quando a habitação, localizada em terras indígenas, não possuísse paredes, sendo a sua cobertura sustentada por estacas de madeira ou similares.

Cômodo

Considerou-se como cômodo cada compartimento do domicílio particular permanente coberto por um teto e limitado por paredes, inclusive banheiro e cozinha de uso exclusivo dos moradores do domicílio. Não se considerou como cômodo: corredor, varanda aberta, alpendre, garagem e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais.

Dormitório

Considerou-se como dormitório o cômodo que estivesse servindo habitualmente para essa finalidade por morador do domicílio particular permanente.

Canalização de água

Pesquisou-se a existência de canalização de água para o domicílio particular permanente ou para o terreno ou propriedade em que se localizava, classificada como:

- **Em pelo menos um cômodo** – quando o domicílio era servido de água canalizada com distribuição interna para um ou mais cômodos;
- **No terreno ou na propriedade** – quando o domicílio era servido de água canalizada até a propriedade ou terreno em que se encontrava sem haver distribuição interna para pelo menos um dos seus cômodos; ou
- **Não existe** – quando não existia água canalizada no domicílio e nem na propriedade ou no terreno em que se localizava.

Forma de abastecimento de água

A forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente foi classificada como:

- **Rede geral de distribuição** – quando o domicílio ou o terreno ou propriedade onde estava localizado estava ligado a uma rede geral de distribuição de água; ou
- **Outra forma** – quando o domicílio era servido por: água proveniente de poço ou nascente localizada, ou não, no terreno ou na propriedade onde estava construído; água transportada por carro-pipa; água de chuva armazenada em cisterna, caixa de cimento, galão, tanque de material plástico etc; água proveniente de rio, açude, lago ou igarapé; água proveniente de poço ou nascente localizada, na aldeia ou fora da aldeia, em terras indígenas; ou outra forma de abastecimento de água distinta das descritas anteriormente.

Bens duráveis

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de alguns bens duráveis (independentemente de serem próprios, cedidos ou alugados), desde que estivessem em condições de uso.

Rádio

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de rádio, inclusive a pilha ou integrado a outro tipo de aparelho. Não se considerou como rádio o integrado a telefone celular, *mp3 player* etc.

Televisão

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de televisão, em cores ou em preto e branco, inclusive de plasma ou LCD (*Liquid Crystal Display*).

Máquina de lavar roupa

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de máquina de lavar roupa. Não se considerou como tal a máquina que não realizava as operações de enxágue e centrifugação (tanquinho e similares).

Geladeira

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de qualquer tipo de geladeira, ainda que fosse a gás ou querosene.

Microcomputador

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de microcomputador de mesa (*desktop*), *laptop*, *notebook* ou *netbook*.

Microcomputador com acesso à Internet

Nos domicílios particulares permanentes em que havia microcomputador, foi pesquisado se era utilizado para acessar a Internet.

Motocicleta para uso particular

Considerou-se como tendo motocicleta para uso particular, o domicílio particular permanente em que pelo menos um de seus moradores possuísse motocicleta para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio para o trabalho ou estudo.

Considerou-se, também, como sendo de uso particular a motocicleta utilizada para desempenho profissional de ocupações como: motorista de moto-táxi, entregador de correspondências, pequenas encomendas etc., desde que fosse utilizada, também, para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio.

Automóvel para uso particular

Considerou-se como tendo automóvel para uso particular o domicílio particular permanente em que pelo menos um de seus moradores possuísse automóvel de passeio ou veículo utilitário para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio para o trabalho ou estudo.

Considerou-se, também, como sendo de uso particular o automóvel utilizado para desempenho profissional de ocupações como: motorista de táxi, vendedor que tinha necessidade de transportar amostras de mercadoria para atender ou solicitar pedidos etc., desde que fosse utilizado, também, para passeio ou locomoção de morador(es) do domicílio.

Telefone fixo

Pesquisou-se a existência, no domicílio particular permanente, de linha telefônica convencional instalada, ainda que fosse alugada, extensão ou ramal de central telefônica.

Telefone celular

Pesquisou-se se algum morador do domicílio particular permanente tinha telefone celular (linha telefônica móvel).

Características das pessoas

Idade

A investigação foi feita por meio da pesquisa do mês e ano de nascimento. Para as pessoas que não sabiam o mês e o ano de nascimento foi investigada a idade, na data de referência, em anos completos ou em meses completos para as crianças com menos de 1 ano. A idade foi calculada em relação à data de referência.

Deficiência

Foi pesquisada a existência dos seguintes tipos de deficiência permanente: visual, auditiva e motora, de acordo com o seu grau de severidade, e, também, mental ou intelectual.

Deficiência visual

Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de enxergar (avaliada com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso da pessoa utilizá-los), de acordo com a seguinte classificação:

- **Não consegue de modo algum** - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar;
- **Grande dificuldade** - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato;
- **Alguma dificuldade** - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato; ou
- **Nenhuma dificuldade** - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de enxergar, ainda que precisando usar óculos ou lentes de contato.

Deficiência auditiva

Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de ouvir (avaliada com o uso de aparelho auditivo, no caso da pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:

- **Não consegue de modo algum** - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir;
- **Grande dificuldade** - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo;
- **Alguma dificuldade** - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo; ou

- **Nenhuma dificuldade** - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de ouvir, ainda que precisando usar aparelho auditivo.

Deficiência motora

Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas (avaliada com o uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso da pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:

- **Não consegue de modo algum** - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa;
- **Grande dificuldade** - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar;
- **Alguma dificuldade** - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar; ou
- **Nenhuma dificuldade** - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que precisando usar prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

Deficiência mental ou intelectual

Foi pesquisado se a pessoa tinha alguma deficiência mental ou intelectual permanente que limitasse as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar etc.

A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos de idade. Não se considerou como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose.

Migração

Nacionalidade

A pessoa, quanto à nacionalidade, foi classificada como:

- **Brasileira nata** - quando a pessoa nasceu no Brasil, ou nasceu em país estrangeiro e foi registrada como brasileira, segundo as leis do Brasil;
- **Brasileira por naturalização** - quando a pessoa nasceu em país estrangeiro e obteve a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira; ou

- **Estrangeira** – quando a pessoa nasceu fora do Brasil, ou nasceu no Brasil, mas foi registrada em representação estrangeira e não se naturalizou brasileira.

Naturalidade em relação ao município

A pessoa, quanto à naturalidade em relação ao município em que residia na data de referência, foi classificada como:

- **Natural** – quando a pessoa nasceu no município em que residia, ainda que este tenha mudado de nome, sido emancipado ou incorporado a um novo município; ou
- **Não natural** – quando a pessoa não nasceu no município em que residia.

Nessa classificação, considerou-se, ainda, que a pessoa nascida em maternidade ou casa de saúde fora do município de residência materna, mas que, logo após o nascimento, foi para aquele em que a mãe morava, foi considerada como natural do município de residência da mãe naquela ocasião.

Naturalidade em relação à Unidade da Federação

A pessoa, quanto à naturalidade em relação à Unidade da Federação em que residia na data de referência, foi classificada como:

- **Natural** – quando a pessoa nasceu na Unidade da Federação em que residia, ainda que essa tenha mudado de nome; ou
- **Não natural** – quando nasceu fora da Unidade da Federação em que residia.

Nessa classificação, considerou-se, ainda, que a pessoa nascida em maternidade ou casa de saúde fora da Unidade da Federação de residência materna, mas que, logo após o nascimento, foi para aquela em que a mãe morava, foi considerada como natural da Unidade da Federação de residência da mãe naquela ocasião.

Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação

Para a pessoa não natural da Unidade da Federação em que residia, investigou-se o tempo ininterrupto de moradia na Unidade da Federação de residência, contado em anos completos até a data de referência.

Nupcialidade

A investigação da nupcialidade abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Estado conjugal

O estado conjugal da pessoa de 10 anos ou mais de idade foi classificado em:

- **Vivia em união** – para a pessoa que vivia em união conjugal com cônjuge ou companheiro(a) que era morador no domicílio;

- **Não vivia, mas já viveu em união** – para a pessoa cujo cônjuge ou companheiro(a) perdeu a condição de morador no domicílio ou a que teve união conjugal dissolvida; ou
- **Nunca viveu em união** – para a pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro(a).

Natureza da união conjugal

A natureza da união da pessoa de 10 anos ou mais de idade que vivia em união conjugal foi classificada como:

- **Casamento civil e religioso** – para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge, com quem era casada no civil e no religioso, inclusive a que, embora somente tenha comparecido à cerimônia religiosa, regularizou o ato civil de acordo com a legislação vigente;
- **Somente casamento civil** – para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge com quem era casada somente no civil;
- **Somente casamento religioso** – para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge com quem era casada somente no religioso, em qualquer religião ou culto; ou
- **União consensual** – para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge com quem não contraiu casamento civil nem religioso. Considerou-se neste tipo de união a pessoa que vivia em união estável com contrato registrado em cartório.

Estado civil

O estado civil da pessoa de 10 anos ou mais de idade foi classificado como:

- **Casado(a)** – para a pessoa que tinha o estado civil de casada;
- **Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente** – para a pessoa que tinha o estado civil de desquitada ou separada homologado por decisão judicial;
- **Divorciado(a)** – para a pessoa que tinha o estado civil de divorciada homologado por decisão judicial;
- **Viúvo(a)** – para a pessoa que tinha o estado civil de viúva; ou
- **Solteiro(a)** – para a pessoa que tinha o estado civil de solteira.

Fecundidade

A investigação da fecundidade abrangeu as mulheres de 10 anos ou mais de idade. Pesquisaram-se o número de filhos nascidos vivos e de nascidos mortos que essas mulheres tiveram até a data de referência e o número de seus filhos tidos que estavam vivos na data de referência.

Filho nascido vivo

Considerou-se como filho nascido vivo aquele que, após o parto, independentemente do tempo de duração da gravidez, manifestou qualquer sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, pulsação do cordão umbilical etc.), ainda que tenha falecido em seguida.

Filho nascido morto

Considerou-se como filho nascido morto aquele, resultante de 7 meses ou mais de gestação e que, após o parto, não mostrou qualquer evidência de vida, tais como: respiração, choro, batimento cardíaco, movimentos de músculos de contração voluntária, pulsação do cordão umbilical etc.

Filho nascido vivo no período de referência de 12 meses

Definiu-se como filho nascido vivo no período de referência de 12 meses aquele nascido vivo no período de agosto de 2009 a julho de 2010.

Educação

Frequência a escola ou creche

Frequentava escola ou creche

Considerou-se que frequentava creche a criança que estava matriculada e frequentava estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades.

Considerou-se que frequentava escola, ou seja, era estudante, a pessoa que estava matriculada e frequentava curso: pré-escolar (maternal ou jardim de infância); classe de alfabetização - CA; de alfabetização de jovens e adultos - AJA; regular, do ensino fundamental ou do ensino médio; de educação de jovens e adultos - EJA, do ensino fundamental ou do ensino médio; superior; de mestrado; de doutorado; ou de especialização de nível superior (mínimo de 360 horas de duração). Incluiu-se como frequentando escola a pessoa matriculada em algum destes cursos que estava temporariamente impedida de comparecer às aulas, por motivo de doença etc.

Além de curso presencial, considerou-se, também, que frequentava escola a pessoa que cursava qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de Educação a Distância - EAD, ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação - MEC para este tipo de ensino.

Não frequentava, mas já frequentou escola ou creche

Para a pessoa que não frequentava escola, considerou-se que já havia frequentado escola ou creche quando, anteriormente, frequentou creche ou um dos cursos definidos para a pessoa que frequentava escola ou dos sistemas de ensino que vigoraram antes.

O sistema de ensino regular anterior compreendia os níveis denominados: 1º grau, 2º grau, 3º grau ou superior. Antes deste, compreendia os níveis denominados: elementar, médio 1º ciclo, médio 2º ciclo ou superior.

Considerou-se, também, que já havia frequentado escola a pessoa que prestou os exames do extinto Artigo 99 (médio 1º ciclo ou médio 2º ciclo) ou supletivo (fundamental ou 1º grau, ou médio ou 2º grau) e foi aprovada, ainda que não tivesse frequentado curso ministrado em escola.

Rede de ensino

A escola ou a creche que a pessoa frequentava foi classificada, de acordo com a rede de ensino a que pertencia, em:

- **Pública** - quando a escola ou creche que a pessoa frequentava era de estabelecimento de ensino da rede pública (federal, estadual ou municipal); ou
- **Particular** - quando a escola ou creche que a pessoa frequentava era de estabelecimento de ensino da rede particular, inclusive aquele mantido por associação de moradores, empresa, fundação ou doação.

Curso frequentado

O curso que a pessoa frequentava foi classificado em:

- **Creche** - para curso destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades, em estabelecimento juridicamente regulamentado ou não;
- **Pré-escolar** - para curso (maternal ou jardim de infância) cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- **Classe de alfabetização** - para curso de alfabetização de crianças;
- **Alfabetização de jovens e adultos** - para curso de alfabetização de jovens e adultos;
- **Fundamental** - para curso de ensino fundamental: regular, que pode ser organizado em séries anuais, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.; ou de educação de jovens e adultos ou supletivo, seriado ou não;
- **Médio** - para curso de ensino médio: regular, que pode ser organizado em séries anuais ou em regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc., inclusive curso técnico; ou de educação de jovens e adultos ou supletivo, seriado ou não;
- **Superior de graduação** - para curso de graduação de nível superior; ou
- **Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado** - para curso de: pós-graduação de especialização (*lato sensu*), com duração mínima de

360 horas; mestrado ou doutorado, inclusive no caso em que a pessoa estava em fase de preparação da dissertação.

Nível de instrução

A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente.

- **Sem instrução e fundamental incompleto** – para a pessoa que nunca frequentou escola ou creche, ou que: frequentava ou frequentou creche, curso pré-escolar, classe de alfabetização ou curso de alfabetização de jovens e adultos; frequentava curso de ensino fundamental; frequentou curso elementar; ou frequentou, mas não concluiu, curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo;
- **Fundamental completo e médio incompleto** – para a pessoa que: concluiu curso de ensino fundamental, 1º grau ou médio 1º ciclo; frequentava da 1ª a 3ª série de curso de ensino médio; ou frequentou, mas não concluiu o ensino médio ou 2º grau;
- **Médio completo e superior incompleto** – para a pessoa que: frequentava a 4ª série do ensino médio; concluiu o ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo; ou frequentava ou frequentou, mas não concluiu, curso superior;
- **Superior completo** – para a pessoa que: concluiu curso superior; ou frequentava ou frequentou curso de mestrado, doutorado ou especialização de nível superior; ou
- **Não determinado** – para a pessoa com informações que não permitissem a sua classificação.

Trabalho e rendimento

A investigação de trabalho e rendimento abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;

- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou
- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Procura de trabalho

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência para conseguir trabalho, inclusive por meio da Internet, tais como: consultar empregador; fazer concurso; inscrever-se em concurso; consultar agência de emprego ou sindicato; consultar o Sistema Nacional de Emprego - SINE; colocar ou responder anúncio; consultar parente, amigo ou colega; tomar providência para iniciar empreendimento como conta própria ou empregador; ou outra providência qualquer que efetivamente tivesse como objetivo conseguir trabalho.

Condição de ocupação

A pessoa foi classificada, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupada ou desocupada.

Pessoa ocupada

Considera-se como ocupada na semana de referência:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou
- A pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana.

Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

Pessoa desocupada

Considerou-se como desocupada na semana de referência a pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve nesse período.

Condição de atividade

A pessoa foi classificada, quanto à condição de atividade na semana de referência em economicamente ativa ou não economicamente ativa.

Pessoas economicamente ativas

Considerou-se como economicamente ativa na semana de referência a pessoa ocupada ou desocupada nessa semana.

Pessoas não economicamente ativas

Considerou-se como não economicamente ativa na semana de referência a pessoa que não era ocupada nem desocupada nessa semana.

Empreendimento

Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados).

O empreendimento pode ser constituído por: um único estabelecimento; dois ou mais estabelecimentos; ou não ter estabelecimento.

Número de trabalhos

Captou-se o número de trabalhos, ou seja, em quantos empreendimentos a pessoa teve trabalho na semana de referência.

O trabalho na produção para o próprio consumo somente foi contado para a pessoa que não houvesse tido qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração na semana de referência.

Por convenção, para a contagem do número de trabalhos, o exercício do serviço doméstico remunerado, independentemente do número de unidades domiciliares em que este serviço era prestado, foi contado como se fosse um único trabalho.

O trabalho na condição de empregado temporário em atividade da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca ou aquicultura ou nos serviços auxiliares de alguma destas atividades, ainda que tenha sido exercida em mais de um empreendimento e para mais de um empregador na semana de referência, foi contado como um único trabalho.

Trabalho principal

Considerou-se como principal o único trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Para a pessoa que tinha mais de um trabalho na semana de referência, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento nessa semana, adotaram-se os seguintes critérios, na ordem enumerada, para definir o principal:

1º) O trabalho principal era aquele ao qual a pessoa habitualmente dedicava maior número de horas por semana;

2º) No caso de igualdade no número de horas trabalhadas, o trabalho principal era aquele que proporcionava habitualmente o maior rendimento mensal; e

3º) No caso de igualdade, também, no rendimento, o trabalho principal era aquele com mais tempo de permanência no empreendimento, contado até o último dia da semana de referência.

Ocupação

Pesquisou-se a ocupação do trabalho principal.

Considerou-se como ocupação a função, cargo, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD, que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-08, da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). A COD mantém-se idêntica a ISCO-08 no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa alguns subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, considerando as especificidades nacionais e as dificuldades de sua captação com precisão nas pesquisas domiciliares.

A composição dos grandes grupos de ocupação é apresentada no Anexo 1.

Atividade

Pesquisou-se a atividade do trabalho principal.

A atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou ramo do negócio da organização, empresa, ou entidade em que a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar 2.0, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A CNAE-Domiciliar 2.0 mantém-se idêntica à CNAE 2.0 nos níveis mais agregados (seção e divisão), com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o atacado do varejo, e reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de interesse para as pesquisas domiciliares. A CNAE 2.0 tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC, 4ª revisão, das Nações Unidas.

A composição das seções de atividade é apresentada no Anexo 2.

Posição na ocupação

Considerou-se como posição na ocupação a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava.

Foram definidas cinco categorias de posição na ocupação no trabalho principal:

Empregado - para a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, vestuário, treinamento etc.).

Nesta posição na ocupação incluíram-se:

- A pessoa que prestava o serviço militar obrigatório;
- O sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;
- A pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou benefícios, em um ou mais domicílios;
- O aprendiz ou estagiário recebendo somente aprendizagem ou treinamento como pagamento; e
- A pessoa remunerada somente em benefícios (moradia, comida, roupas, treinamento etc.);

Conta própria - para a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado;

Empregador - para a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado;

Não remunerado - para pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado; ou

Trabalhador na produção para o próprio consumo - para pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, na produção de bens, em atividade da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca ou aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego no trabalho principal, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e sem carteira de trabalho assinada.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou das Forças Auxiliares (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar etc.),

incluindo a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório, e pelos empregados, de instituição, fundação, autarquia etc. do Poder Público (Executivo, Legislativo ou Judiciário), regidos pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de qualquer instância (federal, estadual e municipal).

Horas trabalhadas por semana

Pesquisou-se o número de horas completas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal que a pessoa tinha na semana de referência.

As horas trabalhadas compreendem aquelas em que a pessoa:

- a) Trabalha no local de trabalho;
- b) Trabalha fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação;
- c) Fica no local de trabalho à disposição para realizar suas tarefas sem conseguir clientes ou fregueses;
- d) Fica no local de trabalho, esperando sem poder realizar suas tarefas, devido a avaria de máquinas, acidentes, falta de material ou designação de tarefas;
- e) Dedicar à preparação, conservação, limpeza e consertos dos instrumentos de trabalho;
- f) Faz a preparação necessária para iniciar as suas tarefas ou elabora controles, cronogramas, relatórios e formulários referentes ao trabalho, inclusive os decorrentes de obrigações legais; e
- g) Gasta em pequenos períodos de repouso no local de trabalho, incluindo as pausas para tomar água, café ou chá etc.

Nas horas trabalhadas não são incluídas:

- a) As pausas para as refeições; e
- b) O tempo gasto nas viagens da residência para o trabalho.

Rendimento nominal mensal

Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

Rendimento nominal mensal de trabalho

Considerou-se o rendimento nominal mensal habitual, no mês de referência, do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

- Para a pessoa que trabalhou somente parte do mês de referência, considerou-se o rendimento bruto mensal, no caso do empregado; ou a retirada, no

caso da posição na ocupação de conta própria ou empregador, que ganharia habitualmente trabalhando o mês completo;

- Para a pessoa que recebia rendimento fixo do trabalho, considerou-se a remuneração bruta do empregado ou a retirada do trabalhador por conta própria ou empregador, do mês de referência;
- Para a pessoa que recebia rendimento variável do trabalho, considerou-se o valor, em média, da remuneração bruta ou da retirada do mês de referência; e
- Para a pessoa licenciada por instituto de previdência oficial pelo trabalho, considerou-se o rendimento bruto do mês de referência, recebido como benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho etc.).

a) Rendimento de trabalho do empregado

Considerou-se o rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias, não sendo computado o valor da remuneração recebida em benefícios que não foram ganhos ou reembolsados em dinheiro, tais como: cessão ou pagamento, diretamente pelo empregador, de moradia, roupas, vale-alimentação, vale-transporte, treinamento ou aprendizado no trabalho, educação ou creche paga diretamente pelo empregador etc.

O rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro pode ser constituído de uma única rubrica ou pela soma de várias rubricas (salário ou vencimento, gratificação, ajuda de custo, ressarcimento, salário-família, anuênio, quinquênio, bonificação, horas extras, quebra de caixa, benefícios pagos em dinheiro etc.). No cálculo do rendimento bruto não foram excluídos os pagamentos efetuados por meio administrativo (tais como: contribuição para instituto de previdência, imposto de renda, pensão alimentícia, contribuição sindical, previdência privada, seguro e plano de saúde etc.).

O rendimento bruto do trabalho recebido em produtos ou mercadorias, nas atividades da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura, foi computado pelo seu valor em dinheiro, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar.

b) Rendimento de trabalho do conta própria e empregador

Considerou-se a retirada do trabalho em dinheiro, produtos ou mercadorias.

A retirada em dinheiro pode ser fixa ou como um percentual dos lucros do empreendimento. No cálculo da retirada não foram excluídos os pagamentos pessoais (contribuição para instituto de previdência, imposto de renda etc., da própria pessoa). No caso em que o empreendimento não era organizado de forma que o rendimento em dinheiro do trabalho fosse identificado diretamente, a retirada foi a diferença entre as receitas e as despesas (pagamento de empregados, matéria-

prima, energia elétrica, telefone, equipamentos e outros investimentos) do empreendimento.

A retirada em produtos ou mercadorias provenientes das atividades de agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca e aquicultura foi computada pelo seu valor em dinheiro como a diferença entre o valor dos produtos e mercadorias destinados ao mercado e as despesas necessárias para a sua produção, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar. No caso da remuneração dos produtos ou mercadorias recebidos sazonalmente, foi o valor médio mensal, real ou estimado (valor de mercado) que a pessoa ganhava habitualmente, computado considerando o tempo que foi dedicado à produção sazonal (12 meses, seis meses, quatro meses etc.) que gerou o rendimento.

Rendimento nominal mensal de outras fontes

Considerou-se o rendimento nominal mensal habitual, no mês de referência, da pessoa de 10 anos ou mais de idade que não era oriundo de trabalho da semana de referência. Este rendimento foi a soma dos rendimentos mensais habituais, recebidos ou que a pessoa teria direito a receber, no mês de referência, oriundos de:

- Aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Oficial (federal, estadual ou municipal) - Rendimento mensal habitual, no mês de referência, de aposentadoria, jubilação, reforma ou pensão (deixada por pessoa da qual era beneficiária) de instituto de previdência oficial - Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal, inclusive do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL;
- Programa Social Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Rendimento mensal habitual, no mês de referência, do Programa Bolsa Família (programa do governo federal, de transferência direta de rendimento com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza) ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (programa do governo federal que tem como objetivo contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho);
- Rendimento de outros programas sociais ou de transferência - Rendimento mensal habitual, no mês de referência, do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS (benefício que garante, pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, um salário mínimo mensal à pessoa idosa, de 65 anos ou mais de idade, ou ao portador de deficiência incapacitado para a vida independente e para o trabalho, sendo ambos impossibilitados de pro-

ver sua manutenção ou tê-la provida por sua família); seguro-desemprego (benefício integrante da seguridade social, garantido pela Constituição Federal e que tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado do emprego); outro programa social de transferência de rendimento do governo federal, estadual ou municipal; doação ou mesada de não morador do domicílio (rendimento recebido em dinheiro, sem contrapartida de serviços prestados, de pessoa não moradora do domicílio); e pensão alimentícia (rendimento recebido para manutenção dos filhos e/ou da pessoa, pago pelo ex-cônjuge, de forma espontânea ou definida judicialmente); e

- Outro rendimento - rendimento mensal habitual, no mês de referência, recebido a título de: aluguel, aposentadoria de previdência privada, juros de caderneta de poupança e de aplicação financeira, dividendos, parceria, direitos autorais e qualquer outro tipo de rendimento mensal habitual não incluído nos itens descritos anteriormente.

Rendimento nominal mensal domiciliar

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio particular permanente, exclusive os dos moradores de menos de 10 anos de idade e os daqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Salário mínimo

Para a apuração dos rendimentos, segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o valor do que vigorava no mês de referência, que era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Deslocamento

Local da escola ou creche

Para a pessoa que frequentava escola ou creche, o local da escola ou creche que frequentava foi classificado como:

- **Município de residência** - quando a escola ou creche que a pessoa frequentava estava localizada no município em que residia;

- **Outro município** – quando a escola ou creche que a pessoa frequentava estava localizada em município diferente daquele em que residia; ou
- **País estrangeiro** – quando a escola ou creche que a pessoa frequentava estava localizada em país estrangeiro.

Local de exercício do trabalho principal

Para a pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, o local de exercício do trabalho principal foi classificado como:

- **Município de residência:**
 - a) **Domicílio de residência** – quando a pessoa exercia o trabalho principal no próprio domicílio; ou
 - b) **Fora do domicílio de residência** – quando a pessoa exercia o trabalho principal no município em que residia, mas não no próprio domicílio;
- **Outro município** – quando a pessoa exercia o trabalho principal em município diferente daquele em que residia;
- **País estrangeiro** – quando a pessoa exercia o trabalho principal em país estrangeiro; ou
- **Mais de um município ou país** – quando a pessoa exercia o trabalho principal em mais de um município ou país estrangeiro.

Tempo de deslocamento do domicílio até o trabalho principal

Para a pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que trabalhava fora do domicílio e retornava diariamente, foi pesquisado o tempo habitual gasto de deslocamento do domicílio até o trabalho. Os intervalos de tempo foram classificados como:

- Até 5 minutos;
- De 6 minutos até meia hora;
- Mais de meia hora até uma hora;
- Mais de uma hora até duas horas; ou
- Mais de duas horas.

Tratamento dos dados

Tratamento dos domicílios fechados

As unidades domiciliares pesquisadas nos Censos Demográficos e em contagens da população são classificadas em categorias de acordo com a situação de seus moradores na data de referência da coleta, a saber: domicílios particulares, permanentes ou improvisados, ocupados; domicílios particulares permanentes fechados; do-

micídios particulares permanentes vagos; domicídios particulares permanentes de uso ocasional; e domicídios coletivos com ou sem morador. A operação censitária visa obter informações das pessoas moradoras nos domicídios classificados nas duas primeiras categorias (domicídios particulares ocupados e domicídios particulares permanentes fechados) e nos domicídios coletivos com morador.

Os domicídios classificados como fechados são aqueles que sabidamente possuíam moradores na data de referência, mas que não tiveram entrevista realizada para o preenchimento das informações do questionário, independentemente do motivo da não realização da entrevista.

Para os resultados do universo do Censo Demográfico 2010, o IBGE estimou a parcela da população moradora nos domicídios fechados em cada um dos municípios brasileiros.

Para os resultados da amostra, o tratamento dos domicídios fechados, que correspondem à não resposta de domicídios, foi feito por meio da expansão da amostra. Para tanto, o cálculo dos pesos ou fatores de expansão associados a cada domicílio foi feito tomando como base o tamanho efetivo da amostra de domicídios e pessoas e o tamanho do universo, que incluiu o número de domicídios fechados e a correspondente estimativa do número de moradores. Para detalhes sobre a metodologia de tratamento dos domicídios fechados, consultar a publicação *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicídios: resultados do universo*.

Codificação de ocupação e atividade

Os quesitos sobre ocupação e atividade não utilizaram um banco de descritores no aplicativo de coleta devido a sua maior complexidade. Assim, para a apuração destes quesitos foi realizada uma etapa para a aplicação dos códigos numéricos aos textos preenchidos pelos recenseadores a partir das respostas das pessoas entrevistadas. Essa etapa, denominada codificação, foi realizada por meio de um sistema informatizado, que foi adaptado do que havia sido desenvolvido para o Censo Demográfico 2000 e que teve resultados bastante satisfatórios. Esse sistema consistiu, em linhas gerais, na aplicação automática de código ao texto registrado pelo recenseador que encontrava um único correspondente no banco de descritores da característica investigada. No caso em que se encontrava multiplicidade de textos no banco de descritores que se assemelhavam ao registrado pelo recenseador, a aplicação de códigos recebeu o nome de codificação assistida, uma vez que o codificador selecionava, sob a orientação de um supervisor, o texto no banco descritor que fosse mais adequado ao preenchido pelo recenseador.

Crítica e imputação

Todos os dados dos volumes temáticos passaram pelo processo de crítica eletrônica, cuja finalidade é eliminar inconsistências entre as informações dos diversos quesitos do questionário provenientes de equívocos ou não respostas durante a fase de coleta.

Para as informações referentes às características do domicílio utilizou-se o sistema de crítica e imputação CANCEIS (Canadian Census Edit and Imputation System), desenvolvido pelo Statistics Canada, no qual o processo de imputação foi realizado por meio de registros doadores, selecionados aleatoriamente entre os registros sem erros.

Quanto às informações referentes às características dos moradores, foram utilizados os procedimentos descritos a seguir:

Na crítica das informações referentes à estrutura do domicílio e nupcialidade utilizou-se o Sistema NIM (*New Imputation Methodology*), desenvolvido pelo Statistics Canada, já utilizado pelo IBGE no Censo Demográfico 2000 para os domicílios com até oito moradores. Os registros de pessoas com erro foram corrigidos, automaticamente, através de imputação gerada por domicílios doadores (sem erros). Para os domicílios com mais de oito moradores foi utilizado o Sistema CSPro (*Census and Survey Processing System*), desenvolvido pelo U.S. Census Bureau, onde os registros com erro foram corrigidos a partir de regras pré-estabelecidas, com intervenção de operadores.

Os temas migração, educação, fecundidade, trabalho e deslocamento foram tratados através do Sistema CANCEIS.

Emigração internacional, mortalidade e pessoas com deficiência tiveram apenas um tratamento determinístico (imputação de códigos correspondentes a sem declaração ou ignorado) para os casos de não resposta das variáveis.

Rendimento

No processo de crítica e imputação do Censo Demográfico 2010, as variáveis de rendimento passaram por um processo inicial de crítica utilizando o Sistema CANCEIS, que detectava as inconsistências e as tratava através de imputação obtida por valores de doadores. No caso dos Questionários da Amostra, essas variáveis foram comparadas com aquelas existentes no tema trabalho. Após esse tratamento surgiu a necessidade de uma segunda etapa de tratamento, para algumas pessoas cujo valor do rendimento se mostrou fora dos padrões esperados e que foram transformados em ignorado e imputados também pelo Sistema CANCEIS.

Para essa segunda etapa, foram analisados, em paralelo, tanto os dados de rendimento do universo como os da amostra, sendo que os resultados de rendimento antes divulgados eram preliminares, por não terem sido submetidos a todos os processos de crítica e imputação.

Para mais detalhes sobre o tratamento dos dados de rendimentos no Censo Demográfico 2010, consultar o documento *Estudos e tratamento da variável rendimento no Censo Demográfico 2010*, que descreve, além dos procedimentos adotados para a detecção de valores suspeitos, os estudos realizados sobre os rendimentos

de pessoas residentes em domicílios com valor zero na variável rendimento domiciliar total.

Expansão da amostra

Numa pesquisa realizada por amostragem probabilística, cada unidade selecionada na amostra representa, também, outras unidades que fazem parte da população-alvo. Assim, para cada unidade domiciliar selecionada na amostra do Censo Demográfico 2010, foi associado um fator de expansão ou peso. Esse peso foi obtido através do ajuste de um peso inicial dado pelo inverso da fração amostral efetiva, que é o número total de domicílios recenseados dividido pelo número de domicílios selecionados para a amostra em uma determinada área geográfica. O peso obtido para uma determinada unidade domiciliar foi atribuído também a cada um de seus moradores. Por unidades domiciliares pesquisadas, entende-se os domicílios particulares ocupados e as famílias e pessoas sós, moradoras em domicílio coletivo (também denominadas unidades de habitação em domicílios coletivos).

Método para obtenção dos pesos

Para a obtenção dos pesos ajustados foi realizado um processo de calibração em relação a um conjunto de variáveis auxiliares (restrições) para as quais se conhecem os totais populacionais, já que tais variáveis auxiliares foram levantadas pelo Questionário Básico. A calibração buscou ajustar os pesos iniciais (inverso da fração amostral efetiva de domicílios) de maneira que, dentro de uma determinada área geográfica, denominada área de ponderação, ao se aplicar os pesos calibrados às variáveis auxiliares, fossem obtidos os totais já conhecidos para todas as unidades da população que constituem o universo da pesquisa. Dessa maneira, além de melhorar a precisão dos estimadores, obtêm-se estimativas mais consistentes para as variáveis pesquisadas somente pelo Questionário da Amostra.

O cálculo dos pesos calibrados foi baseado no método dos Mínimos Quadrados Generalizados - MQG, porém com a imposição de limites nos pesos finais, para evitar pesos muito pequenos ou muito grandes. O limite mínimo utilizado foi igual a 1, de maneira que um domicílio representasse pelo menos ele próprio. O limite máximo foi definido como cinco vezes o peso inicial efetivo no nível de uma área de ponderação. Sem a utilização desses limites, o método MQG pode gerar pesos negativos ou muito grandes, o que não teria sentido prático.

A metodologia para utilização do método MQG baseou-se na proposta apresentada por Bankier, Rathwell e Majkowski (1992) e, para sua implementação, foi desenvolvido um programa em linguagem R por técnicos do IBGE.

O produto final da aplicação do processo de calibração é um peso ajustado para cada unidade domiciliar da amostra, que é repetido nos registros de cada pessoa moradora na unidade domiciliar.

a) Definição das variáveis auxiliares

As variáveis auxiliares constituem um subconjunto das variáveis comuns ao Questionário da Amostra e ao Questionário Básico referentes aos domicílios e pessoas da amostra. A escolha das variáveis auxiliares cujos valores são utilizados como restrições no processo de ajuste do qual derivam os pesos é um aspecto importante do método aplicado. A forma ou prioridade de tratamento dessas variáveis, sobretudo, quando não existe uma solução que atenda simultaneamente a todas as restrições, é outro ponto sensível do método.

A metodologia de ajuste de um modelo linear generalizado multivariado envolve cálculos com matrizes, inclusive sua inversão. Por essa razão, as restrições definidas que, por sua vez, dão origem a essas matrizes, devem satisfazer algumas condições essenciais, sendo a principal delas a de não serem linearmente dependentes (redundantes). Além disso, é também considerado o conceito de restrições quase linearmente dependentes (e, portanto, quase redundantes), que afetam a estabilidade da solução do modelo.

Outra condição imposta para a aplicação dessa metodologia, que pode influenciar na sua qualidade, é o tamanho da restrição, entendido como o número de domicílios aos quais a restrição se aplica em uma dada área de ponderação. Quando uma restrição não atinge um número mínimo de unidades domiciliares na população de uma área de ponderação, neste caso fixado em 50 domicílios, essa restrição foi considerada rara, sendo descartada da lista de variáveis auxiliares, pois poderia tornar instável o processo de estimação.

Além disso, a utilização de uma determinada variável no conjunto de variáveis de calibração, para alguma área de ponderação, pode fazer com que o processo de calibração resulte em pesos muito grandes ou muito pequenos (até mesmo negativos) para algumas unidades domiciliares, quando comparado com os pesos iniciais. Assim, o método de ajuste utilizado incorporou limites para os pesos calculados. A introdução desses limites no cálculo dos pesos ajustados, porém, pode levar a não existência de solução para o sistema, fazendo-se necessária uma redefinição no conjunto de variáveis de calibração.

Dessa forma, o programa de ajuste do modelo incorpora procedimentos de eliminação de restrições que se enquadrem nas condições acima, observando a ordem que segue: restrições raras, restrições redundantes, restrições quase redundantes e restrições responsáveis por pesos extremos.

Convém ressaltar que a eliminação de restrições pode implicar diretamente no fato de não se ter a garantia da calibração desejada para as variáveis eliminadas na respectiva área de ponderação.

As restrições inicialmente definidas para a aplicação da metodologia MQG, para cada uma das áreas de ponderação, encontram-se na relação a seguir. Elas constituem o conjunto denominado conjunto 1 de restrições para calibração.

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados mais famílias ou pessoas sós em domicílios coletivos):

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 4 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 5 a 9 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 14 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 15 e 19 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 24 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 25 a 29 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 34 anos
11. Número de pessoas na faixa de idade de 35 a 39 anos
12. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 44 anos
13. Número de pessoas na faixa de idade de 45 a 49 anos
14. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
15. Número de pessoas na faixa de idade de 60 a 69 anos
16. Número de pessoas na faixa de idade de 70 anos ou mais
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 4 anos
18. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 5 a 9 anos
19. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 14 anos
20. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 15 a 19 anos
21. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 24 anos
22. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 25 a 29 anos
23. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 34 anos
24. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 35 a 39 anos
25. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 44 anos
26. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 45 a 49 anos
27. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
28. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
29. Número de pessoas moradoras na situação urbana

30. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
31. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados:

32. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
33. Número total de pessoas
34. Número total de unidades domiciliares
35. Número de domicílios urbanos
36. Número de domicílios com 1 ou 2 moradores
37. Número de domicílios com 3 moradores
38. Número de domicílios com 4 moradores
39. Número de domicílios com 5 moradores
40. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

b) Análise da qualidade da calibração

As restrições, apresentadas na lista anterior, foram agrupadas em dez conjuntos alternativos que foram utilizados em ordem de prioridade. Esse procedimento foi adotado para garantir que alguma calibração fosse feita mesmo que em um conjunto menor de características. O primeiro conjunto foi formado por todas as restrições, como listadas, e os demais formados pela agregação de faixas etárias, agregação de faixas de moradores por domicílio ou mesmo a retirada de grupos de restrições.

No cálculo dos pesos calibrados, para cada área de ponderação, foi utilizado inicialmente o conjunto de restrições número 1. Quando não se obteve uma solução satisfatória, a área foi processada novamente, utilizando o conjunto 2 e assim sucessivamente até o conjunto 10, caso anteriormente não tenha sido atingida a qualidade de ajuste adequada. A composição de cada um dos nove conjuntos alternativos de restrições está apresentada no Anexo 3.

A Tabela 2 a seguir, mostra o número de áreas de ponderação por conjunto de restrições utilizado no ajuste de calibração.

A análise da qualidade do ajuste (calibração) foi feita automaticamente pelo sistema através das diferenças entre os valores populacionais conhecidos para as restrições e os valores estimados utilizando-se os pesos calculados. Para cada grupo de restrições, foram definidos limites específicos tolerados para essas diferenças.

No final do processo, foi garantido que pelo menos as restrições número total de domicílios, número total de pessoas e número total de pessoas por sexo fossem respeitadas para todas as áreas de ponderação. Nesse contexto, “número total de domicílios” iguala o número total de questionários e engloba os domicílios particulares ocupados mais as famílias e pessoas sós moradoras em domicílios coletivos.

Tabela 2 - Número de áreas de ponderação, por conjunto de restrições, segundo o tipo de área de ponderação - 2010

Tipo de área de ponderação	Conjunto de restrições				
	Total	1	2	9	10
Total	10 184	10 044	1	7	132
Município inteiro	4 443	4 394	1	3	45
Distrito	16	16	0	0	0
Automática	3 226	3 173	0	1	52
Usuário	2 499	2 461	0	3	35

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Ressalte-se que objetivo foi calibrar em relação às variáveis listadas no nível de área de ponderação, o que foi atingido na grande maioria das áreas. Caso em uma dessas áreas não se obtivesse a calibração para alguma das variáveis, qualquer agregado geográfico de nível superior, que incluísse essa área, também não apresentaria uma calibração exata, porém o erro em relação ao total conhecido seria, em geral, muito pequeno.

Áreas de ponderação

Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo.

Foram definidas, para todo o Brasil, 10 184 áreas de ponderação e, tal como nos Censos Demográficos anteriores, a metodologia de expansão da amostra foi aplicada independentemente para cada uma delas.

O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. As áreas de ponderação foram definidas considerando essa condição e, também, os níveis geográficos mais detalhados da base operacional, como forma de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios.

Para o Censo Demográfico 2010, foram usados métodos e sistemas automáticos de formação de áreas de ponderação que conjugam critérios tais como tamanho (para permitir estimativas com qualidade estatística em áreas pequenas), contiguidade (no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com algum sentido geográfico) e homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infraestrutura conhecidas.

As áreas de ponderação foram criadas considerando os seguintes critérios:

1. O maior nível geográfico utilizado é o município; isto significa que uma área de ponderação é composta por setores censitários dentro de um único município, podendo ser o próprio município;
2. O menor tamanho de uma área de ponderação não municipal é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra;
3. Em alguns municípios as áreas de ponderação foram definidas considerando suas divisões administrativas (distritos), sempre respeitando o critério de tamanho mínimo;
4. Para um conjunto de municípios grandes em termos de população, foi feita uma consulta aos órgãos de planejamento municipal para que as áreas de ponderação fossem definidas em conjunto. Nesses municípios também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contiguidade do conjunto de setores para a definição das áreas de ponderação. Ao todo 133 com população superior a 190 000 habitantes foram consultados. Desses, 118 municípios definiram as suas áreas de ponderação e 15 não responderam à consulta ou tiveram problemas na definição das áreas.
5. Os 15 municípios acima que não definiram suas próprias áreas de ponderação e os demais municípios que não se enquadram nas situações de 1 a 4 tiveram suas áreas de ponderação definidas automaticamente, usando uma metodologia de agregação de setores implementada por meio de um sistema computacional que faz uso de informações georreferenciadas, especialmente desenvolvido; essa metodologia considera os critérios de tamanho mínimo, vizinhança entre os setores e a homogeneidade dos setores em relação a um conjunto de características conhecidas para o universo no nível dos setores. As variáveis de homogeneidade utilizadas foram: proporção de domicílios particulares permanentes do tipo casa, ligados a rede geral de água, ligados a rede geral de esgoto ou pluvial, com mais de um banheiro; proporção de domicílios particulares permanentes ou improvisados com apenas um morador; número médio de moradores por domicílio particular permanente; proporção de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza ou colocado em caçamba do serviço de limpeza; número médio de moradores por banheiro em domicílios particulares permanentes onde existia ao menos um banheiro; proporção de pessoas com idade de 0 a 4 anos, com 65 anos ou mais de idade, com 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever; renda média dos responsáveis pelos domicílios; e total de domicílios.

No CD-ROM encartado, o arquivo “Áreas de ponderação por UF e município” apresenta a relação dos 1 041 municípios que tiveram mais de uma área de ponderação definidas e os demais 4 524 municípios que tiveram apenas uma área de ponderação.

No arquivo “Lista das áreas de ponderação” é apresentada uma planilha com uma linha por área de ponderação, onde estão listados o tipo da área, o nome da área, o número de setores, o número de domicílios e pessoas no universo, o número de domicílios e pessoas na amostra. A composição de cada uma das áreas de ponderação em termos de setores censitários é dada no arquivo “Composição das áreas de ponderação”, onde aparece o código de identificação do setor (15 caracteres) e a identificação da área de ponderação (13 caracteres) a qual o setor pertence.

Estimação de totais

As estimações de totais para domínios de interesse, como, por exemplo, as células de uma tabela, devem ser feitas utilizando-se, para cada unidade (pessoa ou domicílio), o peso correspondente, que foi determinado para cada unidade domiciliar da amostra e atribuído, também, a cada pessoa dessa unidade. Assim, para estimar o total de uma característica qualquer investigada pelo Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2010, utiliza-se o estimador, definido por:

$$\hat{Y} = \sum_{i=1}^n p_i y_i$$

onde:

p_i é o peso associado à i -ésima unidade da amostra no domínio em questão;

y_i é o valor associado à i -ésima unidade da amostra no domínio; e

n é o número de unidades na amostra do domínio em questão.

Dessa forma, é possível calcular estimativas para quaisquer variáveis investigadas no Censo Demográfico, independentemente de serem de pessoas ou domicílios.

Os pesos calculados com a metodologia adotada não são necessariamente inteiros e não devem ser substituídos por pesos inteiros para não provocar a quebra na consistência das restrições efetivamente utilizadas no ajuste no modelo. O uso de pesos fracionários preserva o método de expansão da amostra, produz resultados mais precisos do ponto de vista estatístico. Assim, para o cálculo das estimativas das tabelas de divulgação do Censo Demográfico 2010 foi utilizado o peso fracionário com 13 casas decimais, sendo, então, arredondadas as estimativas resultantes.

Para obter consistência com as tabelas de divulgação do Censo Demográfico 2010, é necessário que as estimativas sejam calculadas em cada célula básica da tabela e as linhas e colunas de totais e subtotais sejam obtidas por soma das estimativas básicas correspondentes, após terem sido arredondadas. Uma consequência desse procedimento é que os totais de uma mesma característica podem diferir ligeiramente de uma tabela para outra, em função do arredondamento das parcelas em cada tabela. Da mesma forma, as estimativas para o Brasil podem diferir dos valores obtidos pela soma das estimativas correspondentes publicadas por Unidade da Federação.

Avaliação da precisão das estimativas

As conclusões de uma pesquisa por amostra devem ser apoiadas nas estimativas produzidas. Essas, por sua vez, embutem um erro amostral que deve situar-se dentro de um nível de confiança fixado para a tomada de decisão. Assim, a avaliação dos erros amostrais é um ponto fundamental, pois dele decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam a tomada de decisão. Para cada estimativa derivada da pesquisa é possível obter uma medida de precisão que auxilia na análise e interpretação dos dados resultantes da pesquisa.

Os erros amostrais podem ser avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação (cv) ou dos erros-padrão calculados a partir das estimativas das variâncias.

É possível estimar os erros amostrais de acordo com a metodologia usada na obtenção dos pesos. O método direto é bastante complexo (SÄRNDAL; SWENSSON; WRETMAN, 1992) e pode ser implementado usando, por exemplo, o pacote *Survey* do programa estatístico R.

Sugere-se, para agilizar a análise, um método simples e rápido para obtenção de uma aproximação do erro-padrão da estimativa, que pode ser usado para a construção de intervalos aproximados com níveis de confiança fixados. Como a amostra usada no Censo Demográfico 2010 é bastante grande e os domicílios se distribuem de forma aleatória dentro de cada setor censitário, pode-se aproximar o cálculo do erro-padrão, segundo Cochran (1977), usando as fórmulas da amostragem aleatória simples sem reposição. Dessa maneira, um estimador do erro-padrão de um estimador de total de uma característica, representado por \hat{Y} , é dado por:

$$ep(\hat{Y}) = \sqrt{\frac{1-f}{f}} N s^2(y)$$

onde:

$ep(\hat{Y})$ é o erro-padrão do estimador de total para o domínio em questão;

N é o total de unidades da população no domínio em questão;

f é a fração amostral efetiva no domínio em questão;

$s^2(y) = \frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2$ é a variância amostral para o domínio em questão;

$\bar{y} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i$ é a média amostral no domínio em questão;

y_i é o valor da característica na i -ésima unidade da amostra no domínio;

n é o total de unidades da amostra no domínio em questão.

Como a grande parte das estimativas derivadas das informações coletadas na amostra do Censo Demográfico 2010 é proveniente de variáveis categóricas, para

as quais y_i assume somente os valores 0 (se a unidade não pertence à categoria em questão), ou 1 (se a unidade pertence à categoria em questão), a expressão do estimador $ep(\hat{Y})$, nestes casos, reduz-se a:

$$ep(\hat{Y}) = \sqrt{\frac{(1-f)\hat{Y}(N-\hat{Y})}{Nf-1}}$$

Na Tabela 3 são apresentados valores de erros-padrão calculados para alguns valores de estimativas de características de pessoas e domicílios para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

O erro-padrão é utilizado para construir intervalos de confiança que conterão o valor do total populacional² Y , com uma certa probabilidade decorrente do nível de confiança desejado na tomada de decisão, ou seja,

$$P[\hat{Y} - z_{\alpha/2} ep(\hat{Y}) < Y < \hat{Y} + z_{\alpha/2} ep(\hat{Y})]$$

onde:

α é o nível de significância e $1-\alpha$ é o nível de confiança;

$z_{\alpha/2}$ é a abcissa da distribuição normal padrão no ponto.

Assim, para um nível de confiança de 95% tem-se $z_{\alpha/2} = 1,96$ e o intervalo de confiança é dado por:

$$[\hat{Y} - 1,96 ep(\hat{Y}); \hat{Y} + 1,96 ep(\hat{Y})]$$

Pela Tabela 3, caso haja interesse em estimar um total de uma característica relativa às pessoas e essa estimativa para o Brasil seja da ordem de 10 000 000 (dez milhões) vê-se que seu erro-padrão seria da ordem de 3 078. Portanto, de acordo com as fórmulas anteriores, um intervalo de 95% de confiança para o total da característica de interesse será dado por [9 993 967; 10 006 033]. Em termos percentuais pode-se dizer que a estimativa da característica desejada é 10 000 000, com uma margem de erro relativo de 0,06%.

Na prática, um intervalo de confiança de 95%, por exemplo, indica que, em cada 100 amostras selecionadas com o mesmo desenho, 95 produzirão estimativas \hat{Y} cujo intervalo de confiança conterá o valor verdadeiro da população e em apenas cinco amostras este valor estará fora do intervalo de confiança.

Naturalmente, quanto maior o nível de confiança, maior será a amplitude do intervalo de confiança. A decisão sobre o nível de confiança decorre do grau de precisão que o usuário necessita em seu trabalho analítico.

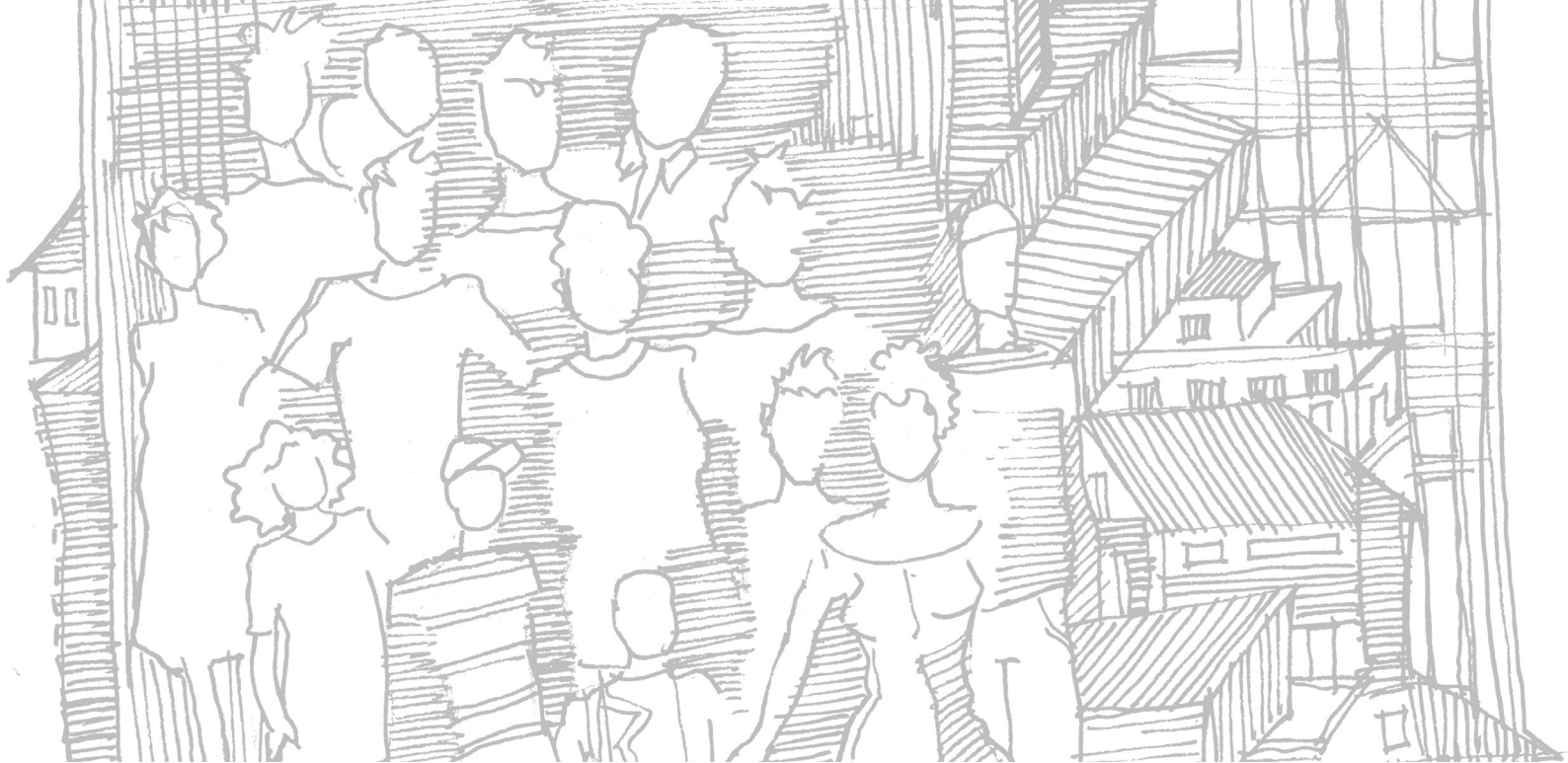
² O valor da população é, de modo geral, desconhecido, exceto para as características investigadas censitariamente.

Tabela 3 - Erro padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Brasil

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	224	0,4	50 000	224	0,4
100 000	316	0,3	100 000	316	0,3
150 000	387	0,3	150 000	387	0,3
200 000	447	0,2	200 000	446	0,2
500 000	706	0,1	250 000	499	0,2
1 000 000	997	0,1	500 000	704	0,1
2 000 000	1 407	0,1	1 000 000	991	0,1
3 000 000	1 718	0,1	2 000 000	1 390	0,1
4 000 000	1 979	0,0	3 000 000	1 687	0,1
5 000 000	2 207	0,0	4 000 000	1 930	0,0
6 000 000	2 411	0,0	5 000 000	2 138	0,0
7 000 000	2 597	0,0	6 000 000	2 320	0,0
8 000 000	2 769	0,0	7 000 000	2 481	0,0
9 000 000	2 928	0,0	8 000 000	2 626	0,0
10 000 000	3 078	0,0	9 000 000	2 758	0,0
15 000 000	3 718	0,0	10 000 000	2 877	0,0
20 000 000	4 231	0,0	15 000 000	3 335	0,0
30 000 000	5 028	0,0	20 000 000	3 621	0,0
40 000 000	5 623	0,0	25 000 000	3 773	0,0
50 000 000	6 074	0,0	30 000 000	3 807	0,0
100 000 000	6 898	0,0	35 000 000	3 728	0,0
120 000 000	6 672	0,0	40 000 000	3 527	0,0
130 000 000	6 435	0,0	45 000 000	3 181	0,0
140 000 000	6 103	0,0	50 000 000	2 633	0,0
150 000 000	5 661	0,0	55 000 000	1 700	0,0
160 000 000	5 079	0,0	58 051 449	0	0,0
170 000 000	4 301	0,0			
180 000 000	3 186	0,0			
190 000 000	868	0,0			
190 755 799	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 10,67%.



Análise dos resultados

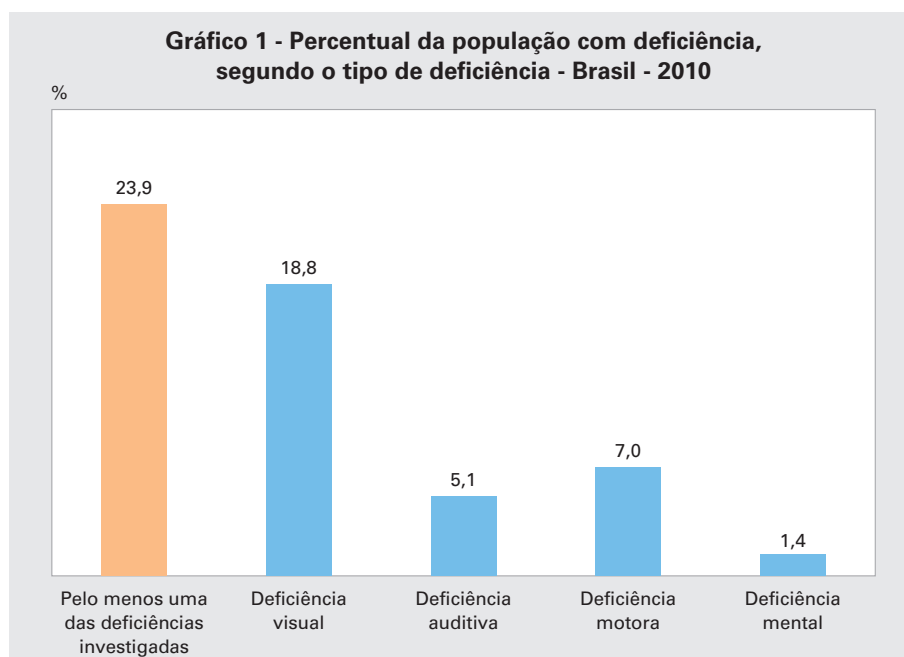
Pessoas com deficiência

O tema pessoas com deficiência tem como objetivo conhecer a realidade dessa população e subsidiar políticas de inclusão social e de bem-estar. No Censo Demográfico 2010, foram pesquisadas as deficiências visual, auditiva e motora, com seus respectivos graus de severidade, assim como a deficiência mental.

A investigação dos graus de severidade de cada deficiência permitiu conhecer a parcela da população com deficiência severa, que se constitui no principal alvo das políticas públicas voltadas para a população com deficiência. São consideradas com deficiência severa as pessoas que declararam as opções de resposta “sim, grande dificuldade” ou “sim, não consegue de modo algum” para as deficiências visual, auditiva e motora ou declararam ter deficiência mental.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, havia no Brasil 45 606 048 pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, representando 23,9% da população brasileira. A deficiência visual foi a que mais incidiu sobre a população, onde 35 774 392 pessoas declararam ter dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, o que equivale a 18,8% da população brasileira. Desse total, 6 562 910 pessoas apresentaram deficiência visual severa, sendo que 506 337 eram cegas (0,3% da população) e 6 056 533 tinham grande dificuldade para enxergar (3,2%).

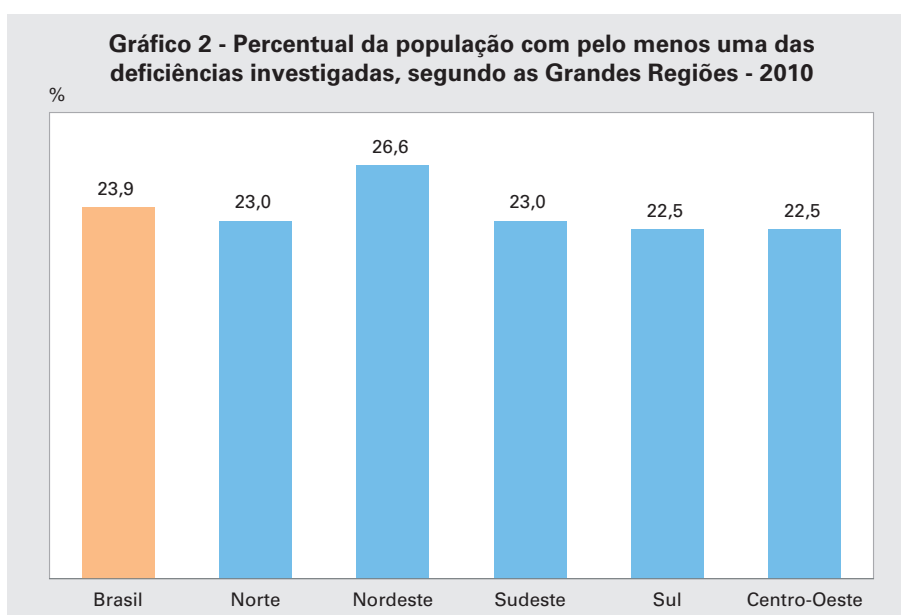
A deficiência motora foi o segundo tipo de deficiência que mais incidiu sobre a população, onde 13 265 599 pessoas declararam ter dificuldade de locomoção, representando 7,0% da população brasileira. A deficiência motora severa foi declarada por 4 433 350 pessoas, das quais 734 421 pessoas declararam não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum (0,4%) e 3 698 929 pessoas declararam ter grande dificuldade de locomoção (1,9%).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O percentual da população com deficiência auditiva foi de 5,1%, ou seja, 9 717 318 pessoas. A deficiência auditiva severa foi declarada por 2 143 173 pessoas, sendo 344 206 pessoas surdas (0,2%) e 1 798 967 pessoas com grande dificuldade de ouvir (0,9%). A deficiência mental ou intelectual foi declarada por 2 611 536 pessoas, representando 1,4% da população brasileira.

No Censo Demográfico 2010, para as Grandes Regiões, percebe-se que o maior percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas se encontrava na Região Nordeste (26,6%), enquanto que as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram o menor percentual (22,5%).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A Região Nordeste apresentou os maiores percentuais para todas as deficiências investigadas, sendo que 21,2% da população dessa região declarou ter deficiência visual; 5,8%, deficiência auditiva; 7,8%, deficiência motora e 1,6%, deficiência mental ou intelectual. A Região Sul apresentou o menor percentual de população com deficiência visual (16,9%) e a Região Centro-Oeste apresentou os menores percentuais de população com deficiência auditiva (4,5%) e motora (5,8%), partilhando com a Região Norte o menor percentual de pessoas com deficiência mental ou intelectual (1,2%).

Tabela 4 - Percentual da população, por tipo de deficiência investigada, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Percentual da população, por tipo de deficiência investigada (%)			
	Visual	Auditiva	Motora	Mental
Brasil	18,8	5,1	7,0	1,4
Norte	18,8	4,6	6,1	1,2
Nordeste	21,2	5,8	7,8	1,6
Sudeste	17,9	4,8	6,7	1,3
Sul	16,9	5,3	7,1	1,4
Centro-Oeste	18,0	4,5	5,8	1,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação à concentração da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, a análise da distribuição percentual mostra que a maioria dessa população se encontrava na Região Sudeste (40,6%) e na Região Nordeste (31,0%), semelhante à distribuição da população brasileira por Grandes Regiões (Tabela 5).

Tabela 5 - Percentual e distribuição percentual da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Percentual da população com pelo menos uma das deficiências investigadas (%)	Distribuição percentual da população com pelo menos uma das deficiências investigadas (%)
Brasil	23,9	100,0
Norte	23,0	8,0
Nordeste	26,6	31,0
Sudeste	23,0	40,6
Sul	22,5	13,5
Centro-Oeste	22,5	6,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

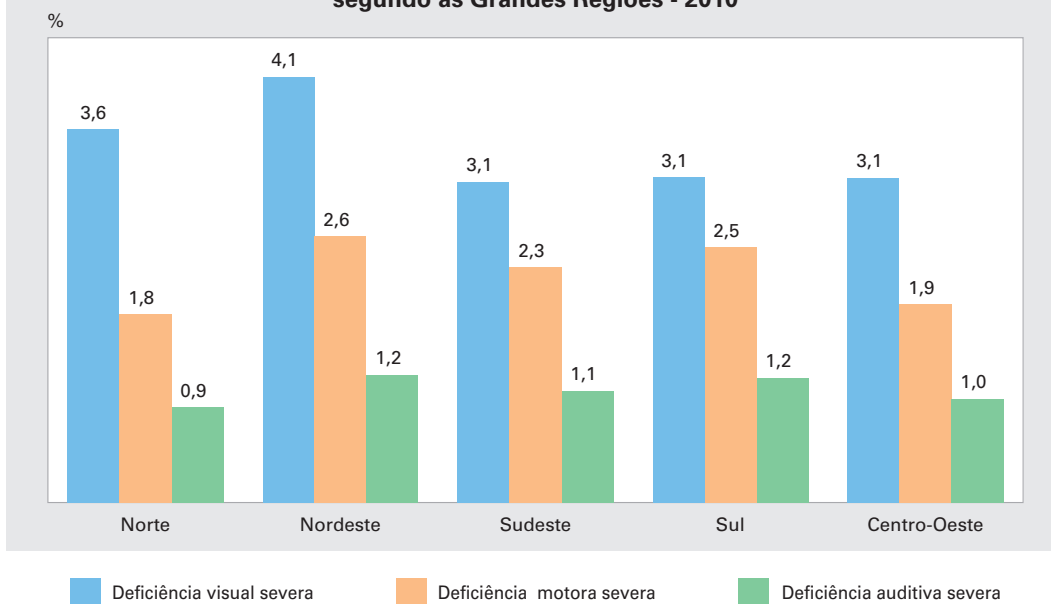
No Censo Demográfico 2010 se investigou a percepção das pessoas recenseadas sobre as limitações que a deficiência provoca, classificadas de acordo com o grau de dificuldade no qual essa mesma limitação é percebida. Foram ainda realizados estudos, em conformidade com as recomendações internacionais para investigação do tema, visando melhorar a captação desses dados, o que resultou em uma formulação diferente para as perguntas em comparação com aquelas do Censo Demográfico 2000.

A análise por tipo de deficiência investigada segundo o grau de severidade mostra que a Região Nordeste apresentou os maiores percentuais de pessoas com deficiências severas, sendo 4,1% para a deficiência visual severa, 2,6% para a deficiência motora severa, e 1,2% para a deficiência auditiva severa, sendo que, para essa última deficiência, a Região Sul também apresentou o mesmo percentual.

Em relação às Unidades da Federação, observa-se que Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará apresentavam os maiores percentuais de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, sendo os dois primeiros com 27,8% e o último com 27,7%. As menores incidências de pessoas com pelo menos uma das deficiências se encontravam em Roraima (21,2%), Santa Catarina (21,3%) e Mato Grosso do Sul (21,5%).

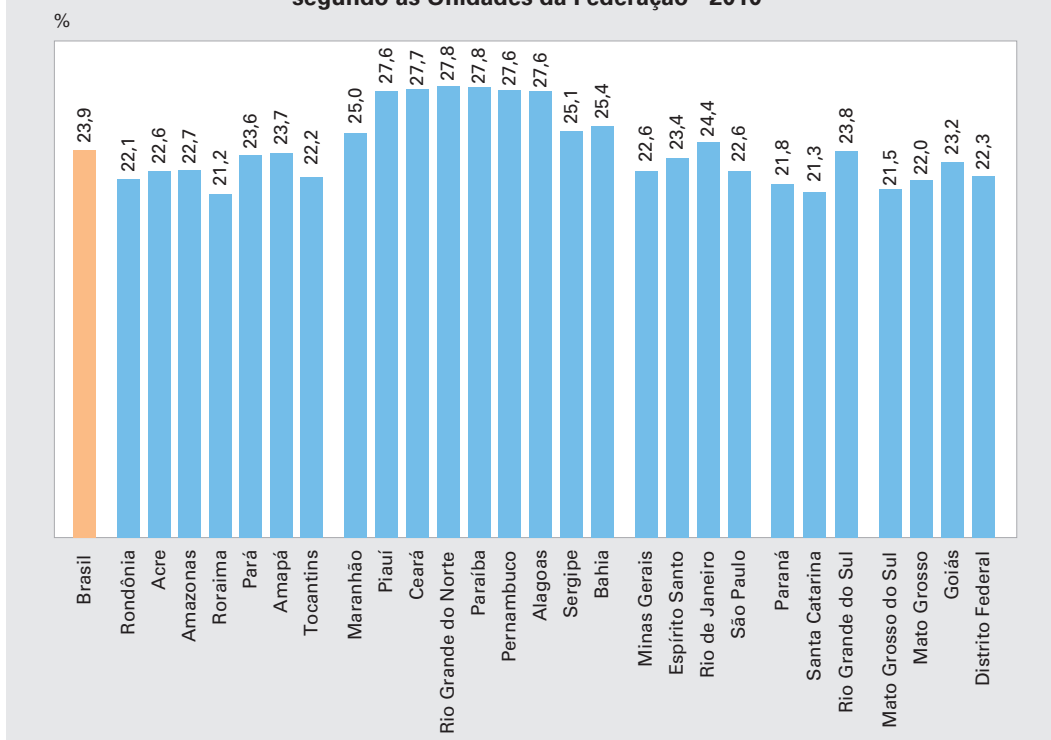
O Piauí é a Unidade da Federação que apresentou o maior percentual de população com deficiência visual (22,5%), seguido pelo Ceará (22,1%), Rio Grande do Norte e Pernambuco (22,0%). Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul apresentavam os menores percentuais, com 15,9%, 16,6% e 16,7%, respectivamente. Para a população com deficiência auditiva, as Unidades da Federação que apresentavam os maiores percentuais são Ceará (6,2%), Paraíba e Rio Grande do Norte (6,1%, cada) e aquelas com os menores percentuais são Amapá e Mato Grosso (4,2%) e Distrito Federal (4,1%).

Gráfico 3 - Percentual da população, por tipo de deficiência severa, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 4 - Percentual da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo as Unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para a deficiência motora, Alagoas, Paraíba e Pernambuco eram responsáveis pelos maiores percentuais de pessoas com deficiência motora (8,6%, 8,5% e 8,3%, respectivamente); e Tocantins, Distrito Federal e Roraima respondiam pelos menores percentuais (5,3%, 5,1% e 5,0%, respectivamente). Em relação à deficiência mental, os maiores percentuais se encontravam em Alagoas (1,9%) e Acre (1,7%), enquanto que o Amapá (0,9%) apresentava o menor percentual.

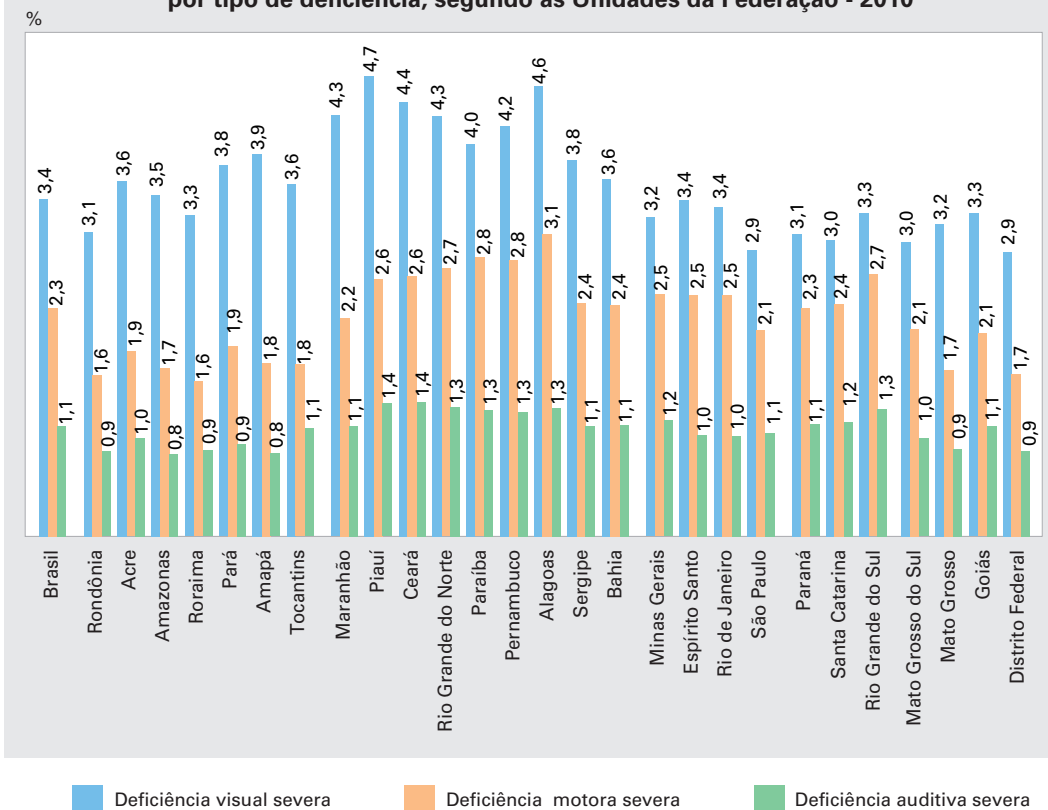
Tabela 6 - Distribuição percentual da população por tipo de deficiência investigada, segundo as Unidades da Federação - 2010

Unidades da Federação	População por tipo de deficiência investigada (%)			
	Visual	Auditiva	Motora	Mental / intelectual
Brasil	18,8	5,1	7,0	1,4
Rondônia	18,0	4,2	5,4	1,2
Acre	18,2	4,7	6,2	1,7
Amazonas	18,7	4,4	6,0	1,1
Roraima	17,1	4,2	5,0	1,1
Pará	19,2	4,9	6,5	1,1
Amapá	19,8	4,2	5,7	0,9
Tocantins	18,2	4,8	5,3	1,3
Maranhão	20,3	5,3	7,0	1,5
Piauí	22,5	6,0	7,8	1,6
Ceará	22,1	6,2	8,1	1,5
Rio Grande do Norte	22,0	6,1	7,9	1,6
Paraíba	21,9	6,1	8,5	1,6
Pernambuco	22,0	5,9	8,3	1,6
Alagoas	21,8	6,0	8,6	1,9
Sergipe	19,8	5,4	6,8	1,4
Bahia	19,9	5,5	7,3	1,5
Minas Gerais	17,0	5,1	7,0	1,5
Espírito Santo	18,0	4,8	7,1	1,3
Rio de Janeiro	19,2	4,8	7,6	1,3
São Paulo	17,8	4,6	6,2	1,2
Paraná	16,6	4,9	6,8	1,4
Santa Catarina	15,9	4,9	6,7	1,2
Rio Grande do Sul	17,8	5,8	7,7	1,5
Mato Grosso do Sul	16,7	4,4	6,1	1,3
Mato Grosso	18,1	4,2	5,3	1,1
Goiás	18,5	4,9	6,3	1,3
Distrito Federal	18,0	4,1	5,1	1,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Cabe mencionar que as Unidades da Federação da Região Nordeste concentravam os maiores percentuais de deficiência visual severa, com destaque para Piauí (4,7%) e Alagoas (4,6%), sendo que essa última também apresentou o maior percentual de pessoas com deficiência motora severa (3,1%).

Gráfico 5 - Percentual da população com pelo menos uma das deficiências investigadas, por tipo de deficiência, segundo as Unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Migração

Os resultados da migração interna e internacional apresentados foram analisados tomando por base a informação do lugar de residência (Unidade da Federação ou país estrangeiro) há exatamente cinco anos da data de referência de cada um dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Migração interna

Destaca-se que o volume de migrantes praticamente manteve-se inalterado entre os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010: 5 196 093 e 5 018 898 migrantes, respectivamente. Levando-se em consideração a intensidade relativa da migração na população total, observa-se uma redução na mobilidade espacial da população. No período 1995/2000, movimentaram-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes, já no período 2005/2010, observaram-se 26,3 migrantes para cada mil habitantes.

Na Região Norte, tanto o volume de entrada quanto o de saída de migrantes foram reduzidos entre um quinquênio e outro, a exceção do Acre, que apresentou uma mobi-

lidade espacial³ maior, tendo sido verificado um aumento no número de imigrantes e emigrantes, e do Amapá, que viu aumentada a emigração. No que diz respeito ao Índice de Eficácia Migratória - IEM⁴, constata-se que exceto Roraima, que passou de área de forte absorção migratória para espaço de média absorção, as demais Unidades da Federação permaneceram nas mesmas categorias: Rondônia, Acre e Tocantins - rotatividade migratória; Amazonas - baixa absorção; Pará - baixa evasão; e, Amapá - média absorção.

Na Região Nordeste, os Estados do Maranhão, do Piauí e de Alagoas experimentaram um aumento na mobilidade espacial, embora continuassem perdendo população, sendo que os saldos migratórios (imigrantes menos emigrantes) de Piauí e Alagoas foram ainda mais negativos entre 2005 e 2010 do que no quinquênio anterior. Ceará apresentou um saldo migratório mais negativo, sobretudo no desempenho da emigração, que aumentou em relação ao período de comparação anterior. Paraíba, Pernambuco e Bahia embora permaneçam com resultados negativos nas trocas populacionais, diminuíram as perdas no período 2005/2010. O Rio Grande do Norte dobrou o saldo migratório positivo, devido a uma maior retenção populacional, e o Sergipe passou de um pequeno saldo negativo para um ligeiro saldo positivo. Do ponto de vista da eficácia migratória, três Unidades da Federação nordestinas tiveram os respectivos resultados alterados: o Piauí passou de área de média evasão para baixa evasão migratória; o Ceará de baixa evasão para rotatividade migratória; e o Rio Grande do Norte de área de baixa absorção para espaço de rotatividade migratória.

A Região Sudeste, muito embora tenha sido o espaço onde a mobilidade foi a mais intensa, seguiu sua trajetória de diminuição no volume de imigrantes e emigrantes, situação que foi observada em todas as suas Unidades da Federação. O Estado de Minas Gerais, apesar de ter permanecido como área de rotatividade migratória, apresentou saldo migratório ligeiramente negativo; o Espírito Santo seguiu como espaço de média absorção, mas com aumento no saldo migratório; o Rio de Janeiro permaneceu na categoria rotatividade migratória, com pequeno saldo migratório positivo; e São Paulo, com ligeiro declínio no saldo migratório, mas mantendo-se como área de baixa absorção migratória.

A Região Sul, graças ao desempenho de Santa Catarina, que atraiu um volume 59% maior de imigrantes, foi a única Grande Região do País com aumento na mobilidade espacial da população, no quinquênio 2005/2010. O Paraná experimentou uma redução no saldo migratório negativo, continuando como espaço de rotatividade migratória; Santa Catarina passou de área de baixa absorção para de média absorção migratória, em função dos motivos expostos acima; e o Rio Gran-

³ Considerou-se como mobilidade espacial o volume de imigrantes e emigrantes que se deslocaram nos quinquênios analisados.

⁴ O Índice de Eficácia Migratória - IEM é a razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes), variando entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de -1, significa maior evasão populacional, e em torno de zero há um indicativo de rotatividade migratória, o que aponta para um equilíbrio entre imigrantes e emigrantes (ver quadro no Anexo 5).

de do Sul, embora tenha se mantido como de baixa evasão migratória, apresentou um saldo migratório ainda mais negativo, em função do aumento de 23% no volume da emigração, não compensado pela imigração que ficou praticamente estável.

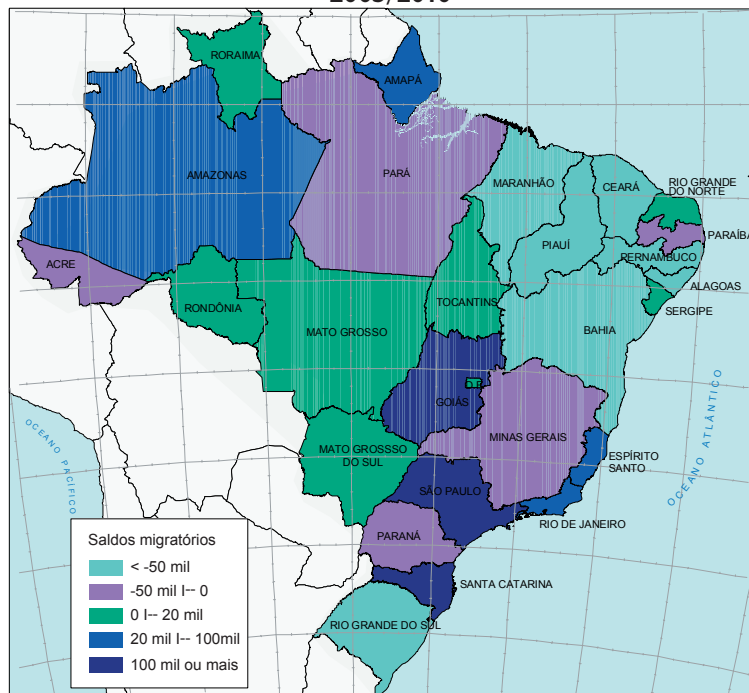
O volume de migrantes na Região Centro-Oeste permaneceu praticamente constante entre os dois períodos observados. O Mato Grosso do Sul passou a apresentar saldo migratório ligeiramente positivo, seguindo como área de rotatividade migratória; o Mato Grosso mudou da categoria de baixa absorção para rotatividade migratória, devido à combinação da redução do volume de imigrantes com o aumento de 9% na emigração; Goiás, embora tenha se mantido como espaço de média absorção migratória, experimentou aumento no saldo migratório, face ao incremento no volume de imigrantes; e o Distrito Federal, com redução no volume da imigração e constância na emigração, teve reduzido o saldo migratório positivo, mantendo-se como área de rotatividade migratória.

Tabela 7 - Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, segundo as Unidades da Federação - períodos 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
Brasil	5 196 093	5 196 093	0	5 018 898	5 018 898	0
Rondônia	83 325	72 735	10 590	70 287	59 611	10 677
Acre	13 634	16 070	(-) 2 436	15 392	16 238	(-) 846
Amazonas	89 627	58 657	30 970	77 680	55 360	22 321
Roraima	47 752	14 379	33 373	26 919	13 013	13 906
Pará	182 043	234 239	(-) 52 195	177 569	217 776	(-) 40 207
Amapá	44 582	15 113	29 469	39 235	17 574	21 662
Tocantins	95 430	82 515	12 915	90 903	83 666	7 237
Maranhão	100 816	274 469	(-) 173 653	118 423	287 672	(-) 169 249
Piauí	88 740	140 815	(-) 52 075	78 763	153 385	(-) 74 622
Ceará	162 925	186 710	(-) 23 785	122 730	195 035	(-) 72 306
Rio Grande do Norte	77 916	71 287	6 630	73 092	59 436	13 656
Paraíba	102 005	163 485	(-) 61 480	101 835	136 945	(-) 35 110
Pernambuco	164 871	280 290	(-) 115 419	162 449	241 825	(-) 79 376
Alagoas	55 966	127 948	(-) 71 983	59 108	140 379	(-) 81 272
Sergipe	52 111	56 928	(-) 4 817	56 498	51 297	5 201
Bahia	250 571	518 036	(-) 267 465	250 848	495 387	(-) 244 539
Minas Gerais	447 782	408 658	39 124	405 755	424 970	(-) 19 215
Espírito Santo	129 169	95 168	34 001	138 478	77 594	60 883
Rio de Janeiro	319 749	274 213	45 536	290 788	267 611	23 178
São Paulo	1 223 811	883 885	339 926	1 093 853	788 411	305 441
Paraná	297 311	336 998	(-) 39 686	293 471	319 759	(-) 26 288
Santa Catarina	199 653	139 667	59 986	317 730	143 618	174 112
Rio Grande do Sul	113 395	152 890	(-) 39 495	115 130	188 326	(-) 73 196
Mato Grosso do Sul	97 709	108 738	(-) 11 029	105 540	88 722	16 818
Mato Grosso	166 299	123 724	42 575	154 758	135 931	18 828
Goiás	372 702	169 900	202 802	384 346	170 431	213 915
Distrito Federal	216 200	188 577	27 623	197 316	188 926	8 391

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

**Cartograma 1 - Saldos migratórios, por Unidades da Federação
2005/2010**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Cartograma 2 - Índice de eficácia migratória, por Unidades da Federação - 2005/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Migração de retorno

A migração de retorno foi medida tomando-se por base a informação daqueles indivíduos que nasceram na Unidade da Federação em que residiam em 2010, e que moravam em outra Unidade da Federação há exatamente cinco anos da data de referência dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Visando uma melhor apreensão deste fenômeno, foi calculada a participação relativa dos imigrantes de retorno no total da migração para cada Unidade da Federação.

Os migrantes de retorno somaram 1 144 211 pessoas entre 1995 e 2000 e 1 230 525 no quinquênio 2005/2010, representando 22,02% e 24,52% no total de migrantes do País, respectivamente.

Nesse contexto, os estados da Região Norte apresentaram aumentos na proporção de imigrantes de retorno em todos os estados, a exceção do Acre, que se manteve praticamente no mesmo patamar (21,01% em 1995/2000 e 20,28% em 2005/2010). Entre aquelas Unidades da Federação em que a proporção de retornados aumentou, destacam-se: Rondônia, passando de 7,43% em 1995/2000 para 13,14% em 2005/2010; e Roraima, de 2,14% em 1995/2000 para 8,01% em 2005/2010, respectivamente.

Os estados da Região Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010, apresentaram as maiores proporções de retornados, quando comparados com as outras Grandes Regiões do País, ultrapassando os 40,00% do total de imigrantes na maioria de seus estados, com exceção do Rio Grande do Norte (35,94% e 33,86% em 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente) e Sergipe (26,40% e 28,25% em 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente). Exceto no Estado de Sergipe, todos os demais estados nordestinos tiveram reduções na proporção de retornados, mantendo-se a Região Nordeste como aquela com as maiores proporções de migrantes retornados do País. As maiores reduções relativas nos volumes de migrantes retornados na Região Nordeste foram observadas nos Estados do Piauí e do Ceará, e as maiores reduções na proporção de retornados em relação ao total da imigração foram observadas nos Estados da Paraíba e de Pernambuco.

Na Região Sudeste, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram reduções na proporção de retornados, sendo que o primeiro, mesmo tendo seu volume reduzido, ultrapassou os 30,00% tanto no quinquênio 1995/2000 quanto no de 2005/2010. Os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo tiveram aumento, tanto no volume quanto na proporção de retornados, sendo que São Paulo aumentou em quase 75% o volume de migrantes retornados entre os dois períodos analisados, correspondendo a 9,67% do total de imigrantes em 1995/2000 e 18,90% em 2005/2010. O Rio de Janeiro teve uma proporção de retornados de 15,65% em 1995/2000 e 20,30% em 2005/2010.

Os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul apresentaram altas proporções de imigrantes de retorno quando comparadas com os demais estados brasileiros, tanto no período de 1995/2000 quanto no de 2005/2010, ultrapassando os 30,00%. O Rio Grande do Sul foi o segundo estado com a maior proporção de imigrantes retornados do País, no quinquênio 2005/2010, correspondendo a 44,18% do total de imigrantes contabilizados.

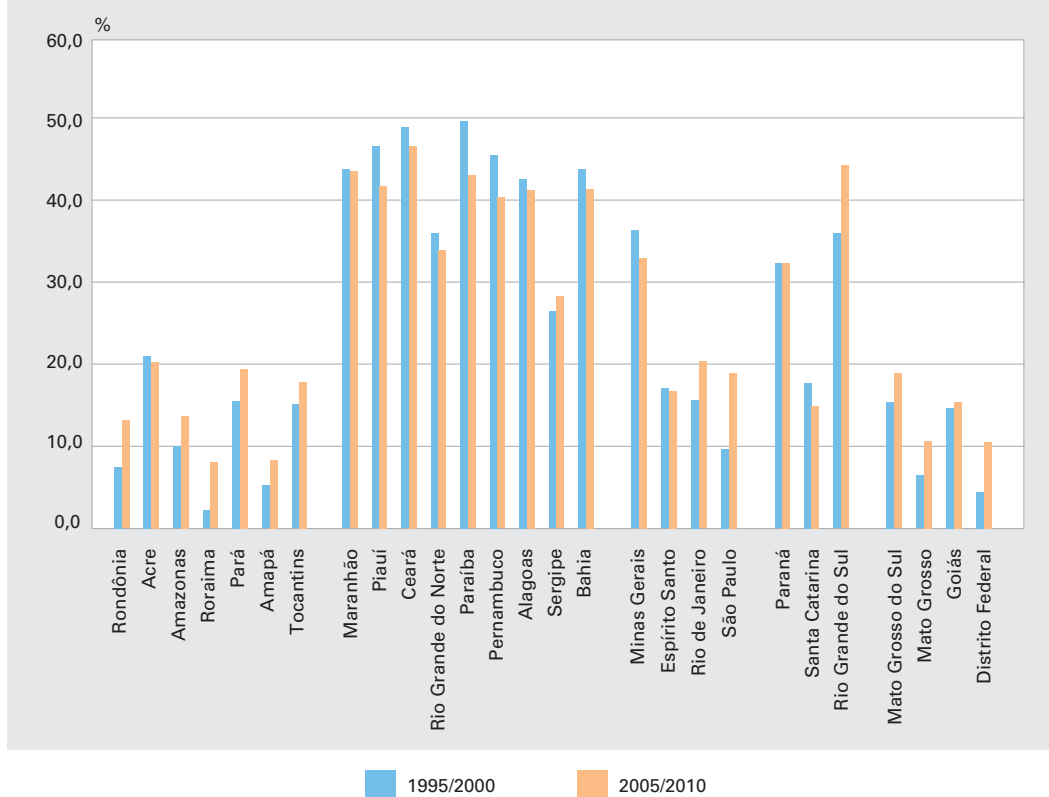
Na Região Centro-Oeste foram observados aumentos dos retornados em todos os estados que compõem a região, destacando-se Mato Grosso e Distrito Federal com aumentos significativos nos volumes de imigrantes retornados entre os dois períodos. Mato Grosso do Sul e Goiás tiveram proporções de 18,87% e 15,36% em 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente.

Tabela 8 - Imigrantes de retorno e participação relativa no total de imigrantes, segundo as Unidades da Federação - períodos 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	Imigrantes de retorno			
	1995/2000	2005/2010	Participação relativa no total de imigrantes (%)	
			1995/2000	2005/2010
Brasil	1 144 211	1 230 525	22,02	24,52
Rondônia	6 194	9 236	7,43	13,14
Acre	2 864	3 121	21,01	20,28
Amazonas	8 931	10 629	9,96	13,68
Roraima	1 020	2 157	2,14	8,01
Pará	28 241	34 451	15,51	19,40
Amapá	2 327	3 258	5,22	8,30
Tocantins	14 366	16 177	15,05	17,80
Maranhão	44 042	51 457	43,69	43,45
Piauí	41 311	32 844	46,55	41,70
Ceará	79 574	57 176	48,84	46,59
Rio Grande do Norte	28 005	24 747	35,94	33,86
Paraíba	50 649	43 782	49,65	42,99
Pernambuco	75 005	65 500	45,49	40,32
Alagoas	23 830	24 367	42,58	41,22
Sergipe	13 756	15 960	26,40	28,25
Bahia	109 527	103 757	43,71	41,36
Minas Gerais	162 421	133 612	36,27	32,93
Espírito Santo	22 000	23 217	17,03	16,77
Rio de Janeiro	50 027	59 025	15,65	20,30
São Paulo	118 334	206 708	9,67	18,90
Paraná	95 935	94 808	32,27	32,31
Santa Catarina	35 290	47 446	17,68	14,93
Rio Grande do Sul	40 734	50 868	35,92	44,18
Mato Grosso do Sul	15 037	19 913	15,39	18,87
Mato Grosso	10 740	16 476	6,46	10,65
Goiás	54 550	59 039	14,64	15,36
Distrito Federal	9 501	20 792	4,39	10,54

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Gráfico 6 - Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes, segundo as Unidades da Federação - períodos 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Imigração internacional

O Censo Demográfico 2010 registou 268 486 imigrantes internacionais, pelo critério de data-fixa, que se referem aos indivíduos que residiam no Brasil na data do Censo, mas que residiam em um país estrangeiro cinco anos antes. Esse número foi 86,7% maior do que o encontrado pelo Censo Demográfico 2000, num total de 143 644 imigrantes.

As principais Unidades da Federação de destino desses imigrantes foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais que, juntas, receberam mais da metade dos imigrantes internacionais do período, seguidas de Rio de Janeiro e Goiás. No Censo Demográfico 2000, as principais Unidades da Federação de destino dos imigrantes internacionais eram São Paulo e Paraná, seguidas de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Do total de imigrantes internacionais registrados no Censo Demográfico 2010, 174 597 indivíduos nasceram no Brasil. Isto significa que 65,1% dos imigrantes do

período são imigrantes internacionais de retorno. No Censo Demográfico 2000 foram registrados 87 886 imigrantes internacionais de retorno, representando 61,2% dos imigrantes do período. Com isto, vê-se que, o número de imigrantes internacionais de retorno, captados pelo Censo Demográfico 2010, dobrou em relação àquele registrado no Censo Demográfico 2000.

Os principais países de origem dos imigrantes, segundo o Censo Demográfico 2010, foram: Estados Unidos (51 933), Japão (41 417), Paraguai (24 666), Portugal (21 376) e Bolívia (15 753). Na década anterior, os principais países de origem dos imigrantes eram: Paraguai (35 446), Japão (19 692), Estados Unidos (16 695), Argentina (7 797) e Bolívia (6 021).

Tabela 9 - Pessoas que residiam em país estrangeiro há cinco anos antes da data de referência do censo e participação relativa, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - períodos 1995/2000 e 2005/2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Imigrantes		Participação relativa (%)	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Brasil	143 644	268 486	100	100
Norte	7 538	15 720	5,2	5,9
Rondônia	1 124	3 648	0,8	1,4
Acre	699	901	0,5	0,3
Amazonas	2 033	3 522	1,4	1,3
Roraima	1 225	1 092	0,9	0,4
Pará	1 716	4 569	1,2	1,7
Amapá	501	905	0,3	0,3
Tocantins	240	1 084	0,2	0,4
Nordeste	8 456	22 848	5,9	8,5
Maranhão	244	1 373	0,2	0,5
Piauí	269	452	0,2	0,2
Ceará	1 405	3 685	1	1,4
Rio Grande do Norte	669	1 794	0,5	0,7
Paraíba	589	2 002	0,4	0,7
Pernambuco	1 927	3 908	1,3	1,5
Alagoas	220	589	0,2	0,2
Sergipe	189	409	0,1	0,2
Bahia	2 943	8 636	2	3,2
Sudeste	62 039	134 903	43,2	50,2
Minas Gerais	8 310	27 727	5,8	10,3
Espírito Santo	1 514	6 402	1,1	2,4
Rio de Janeiro	13 373	19 093	9,3	7,1
São Paulo	38 842	81 682	27	30,4
Sul	47 944	63 038	33,4	23,5
Paraná	32 011	39 120	22,3	14,6
Santa Catarina	6 328	12 420	4,4	4,6
Rio Grande do Sul	9 604	11 498	6,7	4,3
Centro-Oeste	17 667	31 977	12,3	11,9
Mato Grosso do Sul	8 322	9 124	5,8	3,4
Mato Grosso	3 359	4 234	2,3	1,6
Goiás	2 218	12 444	1,5	4,6
Distrito Federal	3 768	6 176	2,6	2,3

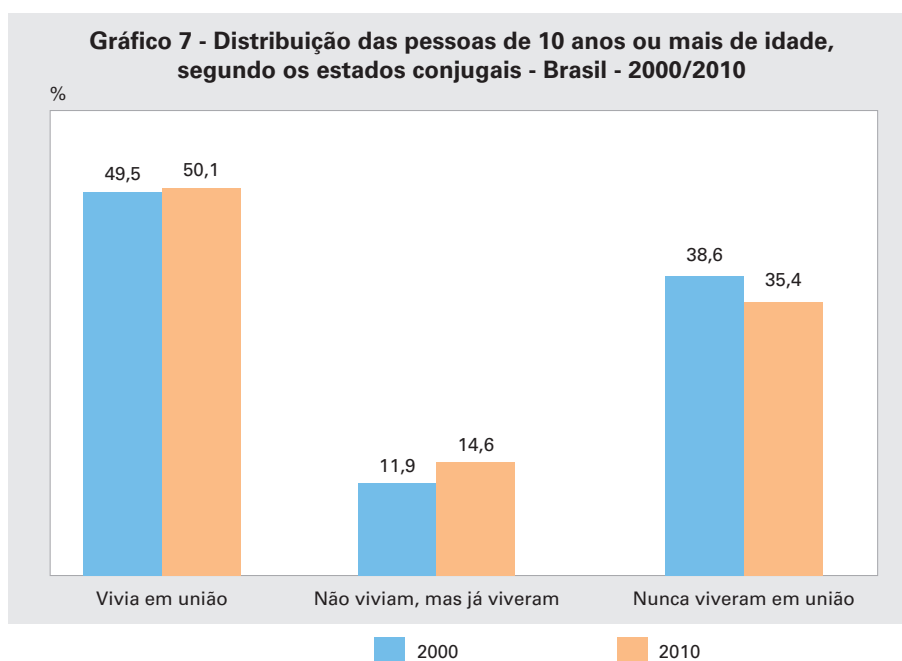
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Ressalta-se que, segundo o Censo Demográfico 2010, entre os imigrantes destes países, o percentual de nascidos no Brasil (imigrantes internacionais de retorno) foi relativamente maior entre os que vieram dos Estados Unidos (84,2% eram retornados), Japão (89,1%) e Portugal (77%), e menor entre aqueles com origem no Paraguai (55,7%) e na Bolívia (25,1%).

Nupcialidade

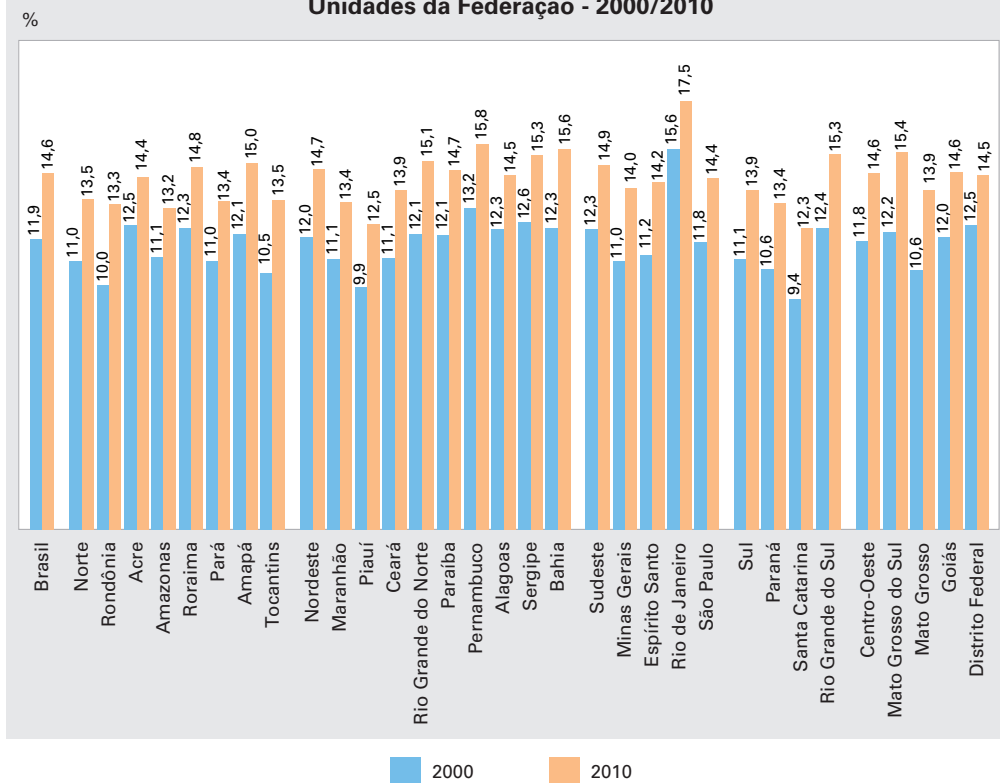
A nupcialidade é uma das componentes sociodemográficas de maior importância na constituição das sociedades modernas, na medida de sua forte associação com os padrões de organização de famílias e, conseqüentemente, com a reprodução social.

A primeira observação sobre a evolução dos estados conjugais que pode ser feita na comparação com os resultados do Censo Demográfico 2000 (Gráfico 7) é acerca do aumento da ordem de 20% da proporção de pessoas envolvidas em dissoluções de uniões conjugais no período intercensitário, passando de 11,9% para 14,6% no Censo Demográfico 2010. Chamam atenção os Estados de Rondônia, na Região Norte do País, onde o aumento da proporção de pessoas que não viviam, mas já viveram em união conjugal alcançou 33,0% e, o de Mato Grosso, na Região Centro-Oeste, com crescimento de 31,0%. O Rio de Janeiro destaca-se por ter apresentado o maior percentual de pessoas que viviam dissoluções da união nupcial com um valor de 17,5% (Gráfico 8). Por outro lado, verifica-se uma redução na proporção de pessoas que nunca viveram em união, de 38,6% para 35,4% (Gráfico 7).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Gráfico 8 – Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que não viviam, mas já viveram em união conjugal, segundo as Unidades da Federação - 2000/2010

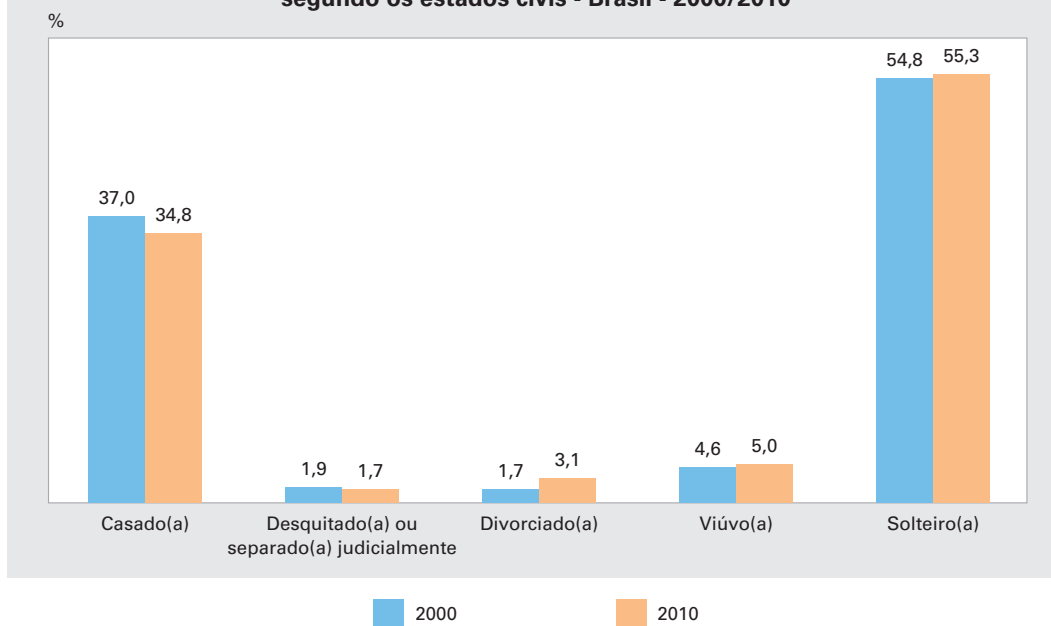


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Na última década, dados da pesquisa do Registro Civil têm apontado um aumento significativo do número de divórcios no Brasil, especialmente a partir de 2007, quando os divórcios puderam ser requeridos por vias administrativas, nos Tabelionatos de Notas, havendo consenso e inexistindo filhos menores de idade ou incapazes. Além disso, a partir de 2010, é possível requerer a dissolução do casamento a qualquer tempo, seja o divórcio de natureza consensual ou litigiosa⁵. Os dados do Censo Demográfico 2010 confirmam esta tendência e os impactos das medidas legais, mostrando que a proporção de pessoas divorciadas quase dobrou, passando de 1,7%, em 2000, para 3,1% em 2010 (Gráfico 9). No tocante às Unidades da Federação, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Distrito Federal apresentam os maiores valores deste indicador: 4,1%, 4,1% e 4,2% respectivamente. A Unidade da Federação com a menor proporção de pessoas divorciadas é o Maranhão com apenas 1,2% (Gráfico 10).

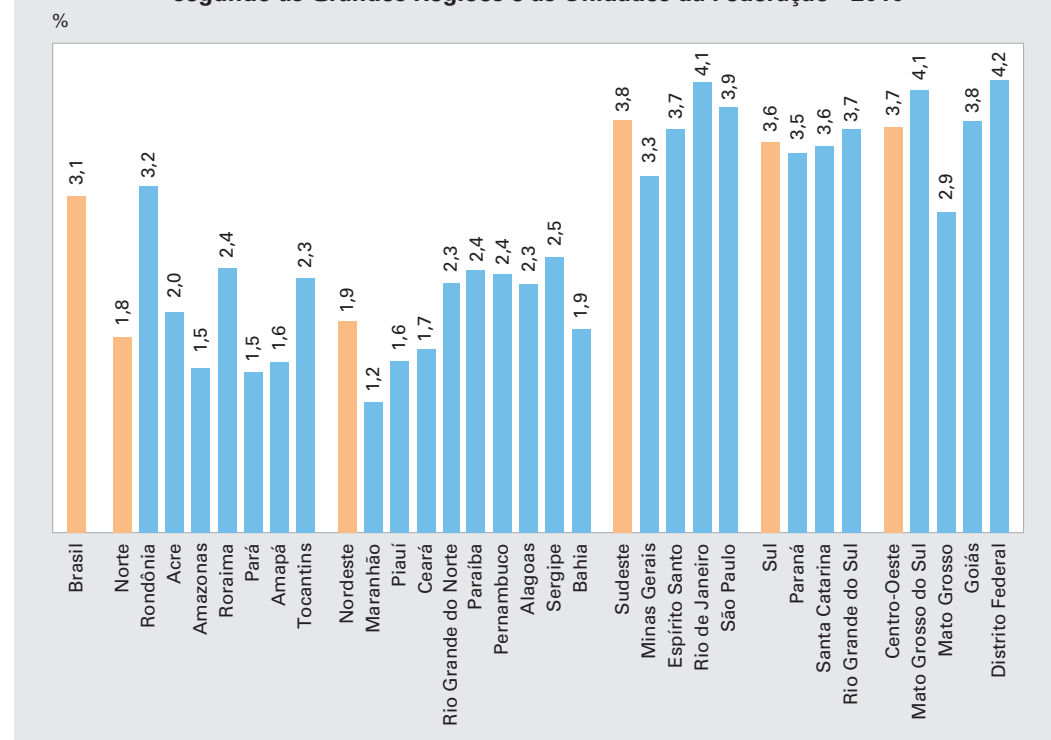
⁵ Para informações complementares consultar a publicação: ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2010. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

Gráfico 9 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os estados civis - Brasil - 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

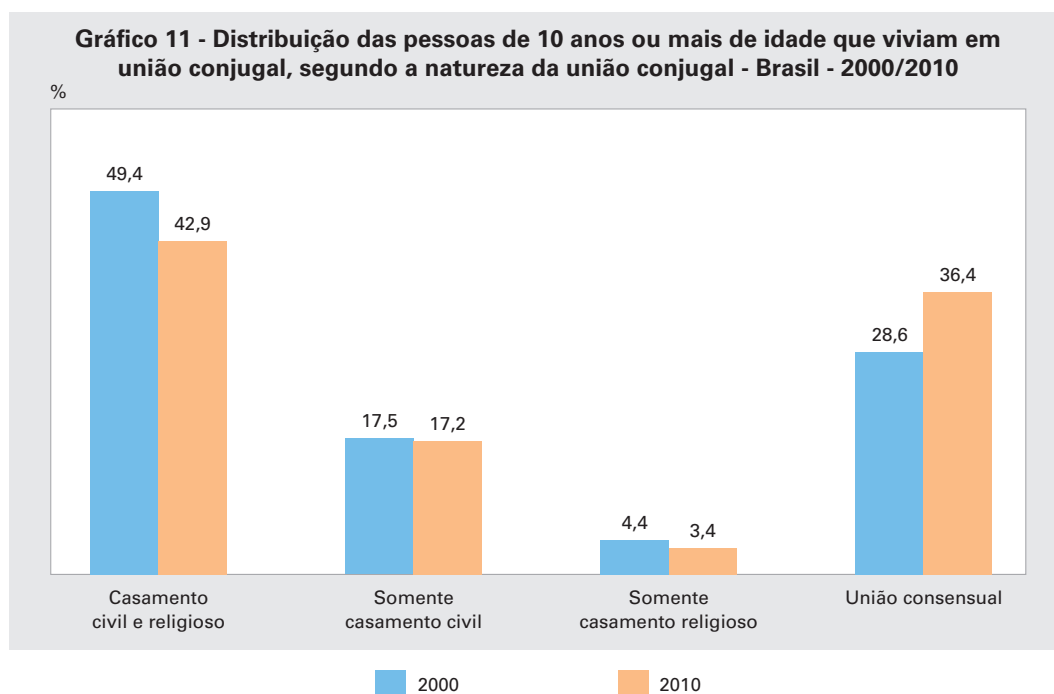
Gráfico 10 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade divorciadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O panorama dos estados conjugais no Brasil visto através dos resultados do Censo Demográfico 2010, confirma as mudanças que vêm ocorrendo em relação às uniões conjugais. Nos dias atuais, em especial nas sociedades industriais modernas, a união entre as pessoas ocorre de forma mais frequente a partir de escolhas afetivas.

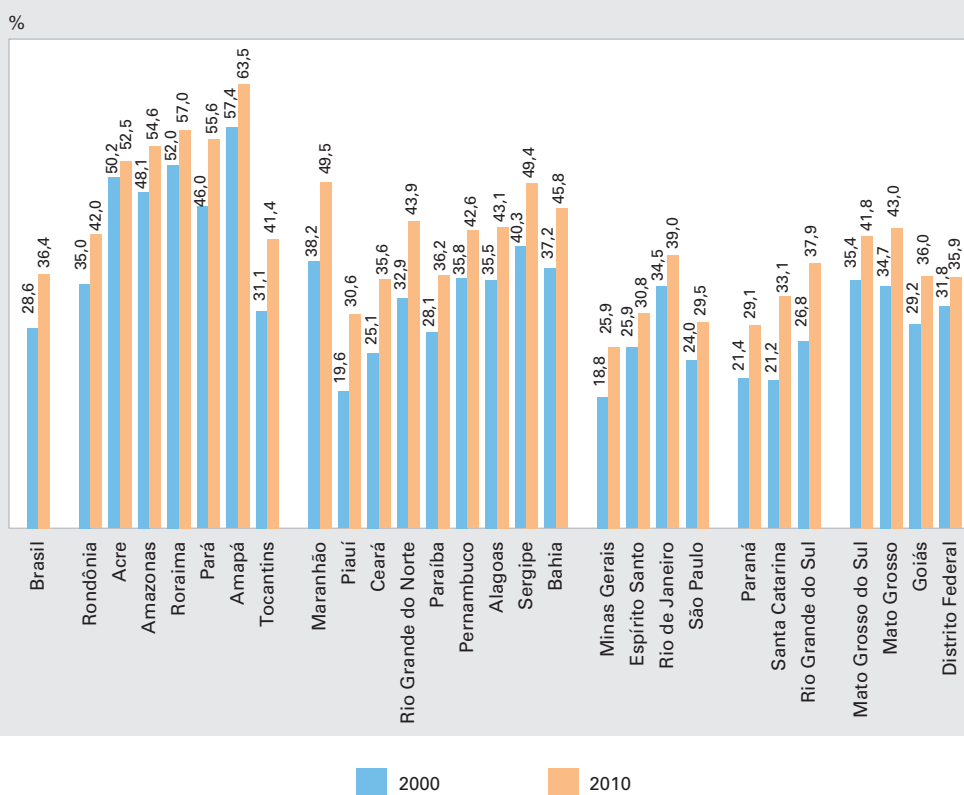
As mudanças que vêm ocorrendo nos padrões de organização familiar no Brasil podem ser vistas através das formas das uniões. As evidências trazidas pelo Censo Demográfico 2010 mostram um crescimento significativo das uniões consensuais em relação a 2000. No conjunto do País, 36,4% das pessoas declararam viver em união consensual em 2010, proporção superior a observada em 2000 (28,6%). Reduziram, portanto, as proporções daquelas que viviam unidas através do casamento civil e religioso e daquelas unidas apenas no religioso, de 49,2% para 42,9% (Gráfico 11).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Chama atenção a elevada proporção de pessoas que viviam em união consensual nas Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste do País (Gráfico 12). No Amapá, a proporção chega a 63,5%, em 2010, superando de longe os valores apresentados pelas Unidades da Federação das Regiões Sudeste e Sul. Este tipo de união se mostrou mais frequente em todas as regiões do Brasil, evidenciando uma mudança de valores culturais, concorrendo, também, para o crescimento os custos das celebrações dos casamentos. Em 2000, no País, 28,6% das pessoas unidas viviam em uniões consensuais, enquanto em 2010, a proporção alcançou 36,4%.

Gráfico 12 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que viviam em união conjugal, do tipo união consensual, segundo as Unidades da Federação - 2000/2010



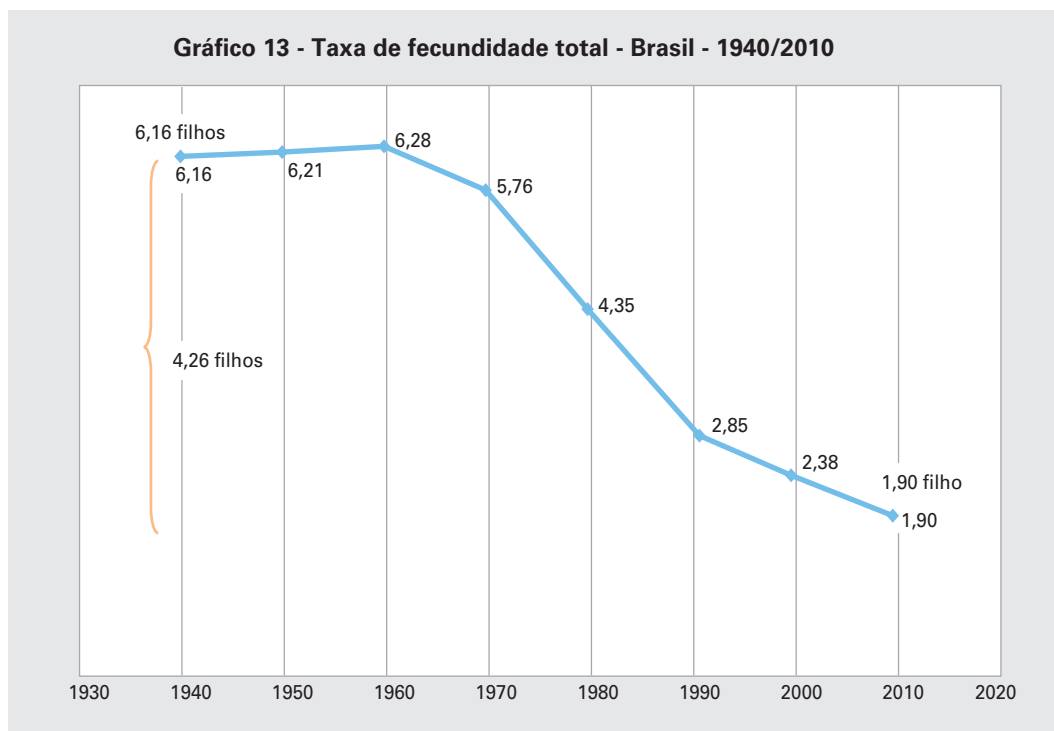
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Fecundidade e mortalidade infantil

Os Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960 forneceram resultados para o Brasil que apontavam para uma taxa de fecundidade total⁶ de um pouco mais de 6,0 filhos por mulher. A partir da metade da década de 1960 observou-se um declínio permanente deste indicador do nível da fecundidade. Segundo os resultados da amostra do Censo Demográfico 2010, a taxa de fecundidade total no País, que era de 2,38 filhos por mulher, em 2000, chegou a 1,90 filho por mulher, apresentando uma queda de 20,1% na última década (Gráfico 13 e Tabela 10).

No período compreendido entre os Censos Demográficos de 1940 e 2010 a diminuição no número de filhos tidos nascidos vivos por mulher foi de 4,26 filhos (Gráfico 13). Essa redução foi o principal fator para o decréscimo do ritmo de crescimento da população brasileira.

⁶ A taxa de fecundidade total fornece o número médio de filhos que teria uma mulher ao final de seu período fértil.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

Tabela 10 - Taxa de fecundidade total e diferença relativa, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total		Diferença relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
Brasil	2,38	1,90	(-) 20,1
Norte	3,16	2,47	(-) 21,8
Nordeste	2,69	2,06	(-) 23,4
Sudeste	2,10	1,70	(-) 19,0
Sul	2,24	1,78	(-) 20,6
Centro-Oeste	2,25	1,92	(-) 14,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

O declínio das taxas de fecundidade total observado no País entre 2000 e 2010 ocorreu em todas as Grandes Regiões brasileiras. As maiores quedas foram observadas nas Regiões Nordeste e Norte, 23,4% e 21,8%, respectivamente. Essas regiões possuíam, em 2010, os mais altos níveis de fecundidade. Na Região Norte, uma mulher ao final de seu período fértil teria em média 2,47 filhos, portanto a única com uma fecundidade acima do nível de reposição, que corresponde a 2,1 filhos por mulher, valor que garante a substituição das gerações. As Regiões Sul e Sudeste, apesar dos baixos níveis de fecundidade já observados, ainda apresentaram nos últimos dez anos uma queda significativa, de cerca de 20,0%, chegando às taxas de fecundidade total de 1,78 e 1,70 filho por mulher, respectivamente.

Na Região Centro-Oeste foi observada a menor queda relativa, de 14,5%, onde a fecundidade, em 2010, chegou a 1,92 filho por mulher (Tabela 10).

Em relação às Unidades da Federação, é possível observar alguma heterogeneidade nessas taxas, inclusive se analisado por Grandes Regiões. Na Região Norte, por exemplo, o Acre possui a taxa mais alta do Brasil (2,82 filhos por mulher), em contraste com Rondônia, que apresenta uma taxa já próxima do nível de reposição, de 2,15 filhos por mulher. Na Região Nordeste, destacam-se Maranhão e Alagoas com taxas mais altas que a média regional (2,50 e 2,22 filhos por mulher, respectivamente), ao passo que os demais estados se encontram abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher). Na Região Centro-Oeste há uma diferença significativa entre a taxa de Mato Grosso, de 2,11 filhos por mulher e a observada no Distrito Federal (1,74 filho por mulher), uma das mais baixas do País. As Unidades da Federação das Regiões Sul e Sudeste apresentam baixas taxas de fecundidade, variando de 1,67 filho por mulher em São Paulo a 1,85 filho por mulher no Paraná (Tabela 11).

Tabela 11 - Taxa de fecundidade total e diferença relativa, segundo as Unidades da Federação - 2000/2010

Unidades da Federação	Taxa de fecundidade total		Diferença relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
Brasil	2,38	1,90	(-) 20,1
Rondônia	2,73	2,15	(-) 21,2
Acre	3,43	2,82	(-) 17,9
Amazonas	3,40	2,66	(-) 21,8
Roraima	3,20	2,52	(-) 21,3
Pará	3,16	2,43	(-) 23,0
Amapá	3,60	2,60	(-) 27,9
Tocantins	2,93	2,33	(-) 20,4
Maranhão	3,21	2,50	(-) 22,1
Piauí	2,66	1,97	(-) 26,1
Ceará	2,84	2,00	(-) 29,7
Rio Grande do Norte	2,54	1,99	(-) 21,5
Paraíba	2,53	1,97	(-) 22,3
Pernambuco	2,48	1,90	(-) 23,3
Alagoas	3,14	2,22	(-) 29,2
Sergipe	2,75	2,00	(-) 27,4
Bahia	2,50	2,03	(-) 19,0
Minas Gerais	2,22	1,77	(-) 20,1
Espirito Santo	2,16	1,80	(-) 16,6
Rio de Janeiro	2,04	1,68	(-) 17,5
São Paulo	2,05	1,67	(-) 18,7
Paraná	2,31	1,85	(-) 20,1
Santa Catarina	2,22	1,72	(-) 22,3
Rio Grande do Sul	2,17	1,75	(-) 19,4
Mato Grosso do Sul	2,40	2,06	(-) 14,4
Mato Grosso	2,47	2,11	(-) 14,4
Goiás	2,24	1,86	(-) 16,8
Distrito Federal	1,96	1,74	(-) 11,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

O declínio dos níveis de fecundidade no Brasil foi resultante da queda nas taxas específicas por idade⁷ em todas as faixas etárias das mulheres em período reprodutivo (de 15 a 49 anos de idade), entre 2000 e 2010 (Tabela 12). Contudo, essa queda foi maior nos grupos etários mais jovens, o que fez com que o padrão de fecundidade brasileiro, que é indicado pela frequência com que as mulheres têm filhos ao longo das idades, também sofresse alterações entre 2000 e 2010 (Gráfico 14).

Tabela 12 - Distribuição das taxas específicas de fecundidade, por idade, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Taxas específicas de fecundidade (%)						
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos
2000							
Brasil	89,5	139,4	115,5	75,3	40,5	13,3	2,0
Norte	137,0	198,9	140,0	82,7	48,5	20,2	4,4
Nordeste	101,5	161,0	125,4	78,9	47,6	19,4	3,8
Sudeste	72,6	118,4	107,7	72,7	37,0	10,3	1,2
Sul	78,8	121,8	112,4	79,3	41,7	12,6	1,3
Centro-Oeste	100,2	147,2	105,5	60,7	26,4	7,8	1,6
2010							
Brasil	67,2	102,6	91,1	68,5	37,7	11,3	1,7
Norte	106,8	150,0	114,3	69,4	38,1	12,6	3,1
Nordeste	78,6	117,0	97,6	67,8	36,4	12,3	2,6
Sudeste	52,7	86,5	83,5	67,6	38,0	10,9	1,3
Sul	55,7	87,7	86,2	72,9	40,3	11,9	1,1
Centro-Oeste	71,8	107,7	93,5	67,3	34,5	8,0	1,9

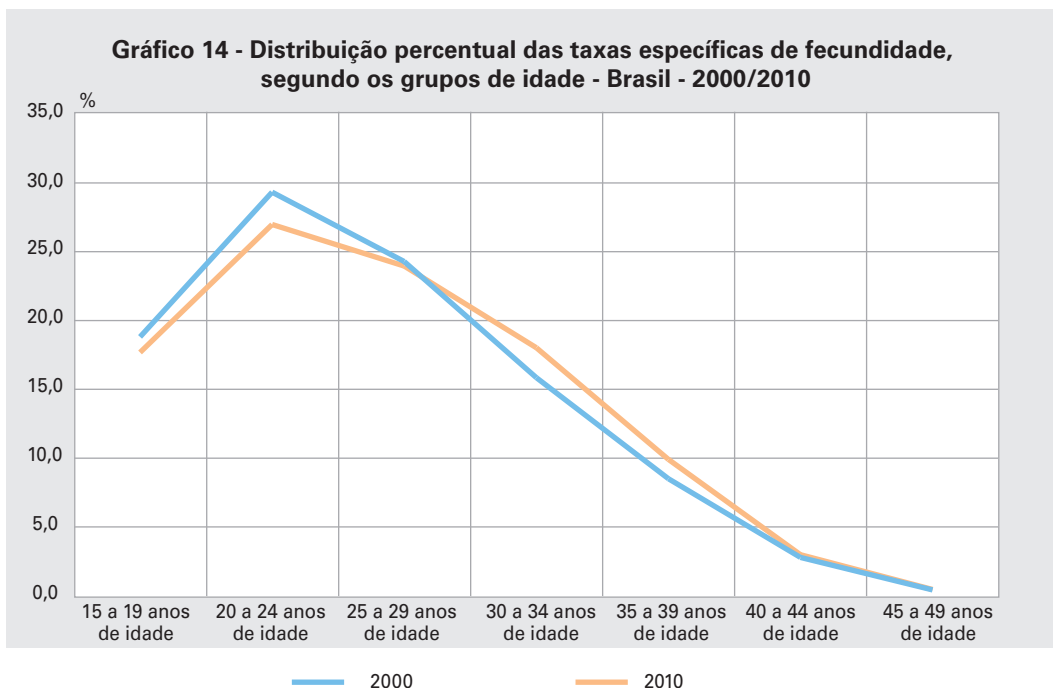
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

O padrão etário da fecundidade é dado pela distribuição relativa das taxas específicas de fecundidade por idade, ou seja, o percentual que cada uma das taxas específicas de fecundidade representa na taxa de fecundidade total.

A tendência observada no Brasil até o ano 2000 era de um rejuvenescimento do padrão da fecundidade, indicado pelo aumento da concentração nas idades mais jovens dentro do período fértil, entre 15 e 24 anos de idade. Na última década foi observada uma reversão desta tendência, já que os grupos de mulheres mais jovens, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, que concentravam 18,8% e 29,3%, respectivamente, da fecundidade total, passaram a concentrar 17,7% e 27,0%, respectivamente, em 2010. O grupo de mulheres de 20 a 24 anos de idade ainda representa mais de $\frac{1}{4}$ da fecundidade brasileira, mas o padrão, em 2010, já se mostra mais dilatado do que foi observado com os resultados do Censo Demográfico 2000. Ao mesmo tempo, para os grupos de mulheres acima de 30 anos de idade, observa-se um aumento dessa participação relativa (Gráfico 14 e Tabelas 12 e 13).

⁷ A taxa específica de fecundidade por idade da mulher refere-se ao quociente entre o número de filhos tidos nascidos vivos de mães em um determinado grupo etário e o número de mulheres neste mesmo grupo, indicando o número médio de filhos que uma mulher teria dentro daquele grupo etário.

Outro indicador que expressa esse comportamento é o aumento da idade média da fecundidade, que passou de 26,3 anos, em 2000, para 26,8 em 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Tabela 13 - Distribuição relativa das taxas específicas de fecundidade, por idade, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Distribuição relativa das taxas específicas de fecundidade (%)							
	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos
2000								
Brasil	100,0	18,8	29,3	24,3	15,8	8,5	2,8	0,4
Norte	100,0	21,7	31,5	22,2	13,1	7,7	3,2	0,7
Nordeste	100,0	18,9	29,9	23,3	14,7	8,8	3,6	0,7
Sudeste	100,0	17,3	28,2	25,6	17,3	8,8	2,5	0,3
Sul	100,0	17,6	27,2	25,1	17,7	9,3	2,8	0,3
Centro-Oeste	100,0	22,3	32,8	23,5	13,5	5,9	1,7	0,4
2010								
Brasil	100,0	17,7	27,0	24,0	18,0	9,9	3,0	0,5
Norte	100,0	21,6	30,4	23,1	14,0	7,7	2,6	0,6
Nordeste	100,0	19,1	28,4	23,7	16,5	8,8	3,0	0,6
Sudeste	100,0	15,5	25,4	24,5	19,9	11,2	3,2	0,4
Sul	100,0	15,7	24,7	24,2	20,5	11,3	3,4	0,3
Centro-Oeste	100,0	18,7	28,0	24,3	17,5	9,0	2,1	0,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

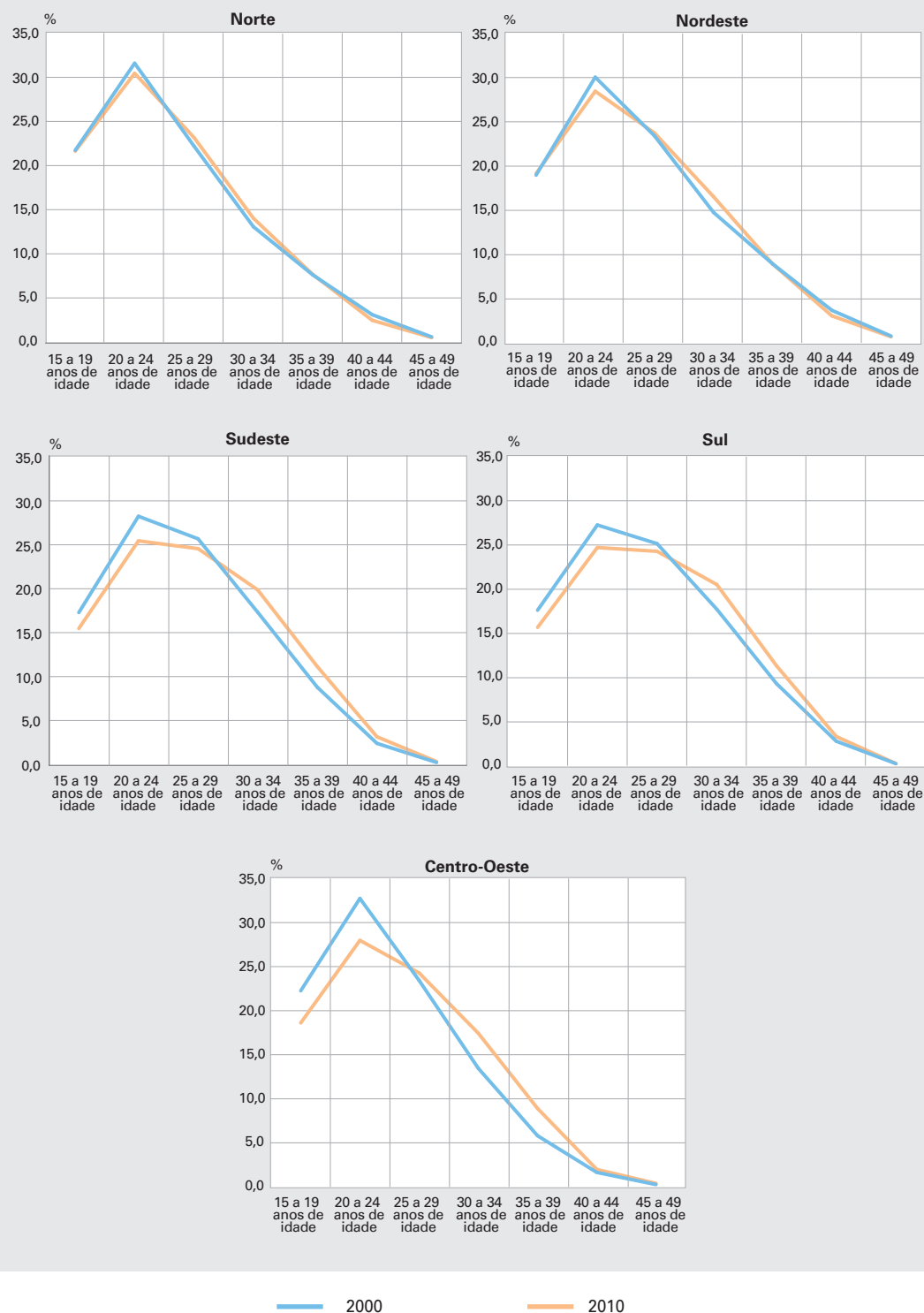
As Regiões Norte e Nordeste, apesar de terem tido uma redução significativa na taxa de fecundidade entre 2000 e 2010, foram as que menos apresentaram mudanças na distribuição por idade. Isso indica que nestas regiões a fecundidade caiu aproximadamente com a mesma intensidade em todos os grupos etários. A idade média da fecundidade da Região Norte manteve-se constante, em 25,8 anos, enquanto na Região Nordeste esse indicador oscilou de 26,4 para 26,5 anos (Gráfico 15).

As Regiões Sul e Sudeste apresentam características similares entre si, tanto no nível quanto no padrão etário da fecundidade. Além disso, essas duas regiões mostram uma tendência semelhante de envelhecimento da fecundidade, em que os grupos etários com até 29 anos de idade diminuem sua participação relativa, enquanto as mulheres com 30 anos ou mais de idade têm suas participações aumentadas entre 2000 e 2010. Nessas regiões, as mulheres de 20 a 24 anos e as de 25 a 29 anos de idade já apresentavam taxas de fecundidade próximas em 2010, diferente do que ocorria em 2000, onde ainda se observava uma diferença significativa entre estes dois grupos. As idades médias da fecundidade nas Regiões Sudeste e Sul, em 2000, que eram de 26,5 anos e 26,7 anos, respectivamente, passaram para 27,3 anos e 27,4 anos, respectivamente, em 2010 (Gráfico 15).

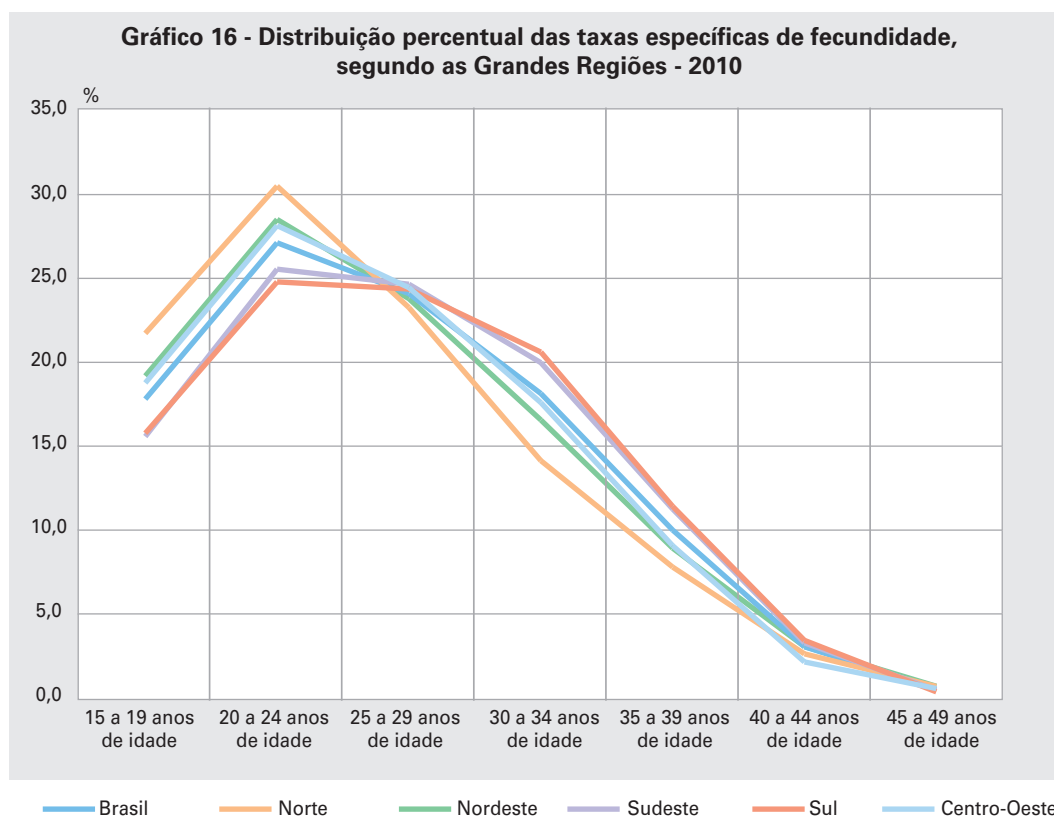
A Região Centro-Oeste, onde a idade média da fecundidade apresentou comportamento semelhante, passando de 25,2 anos para 26,4 anos, foi a que apresentou o mais pronunciado envelhecimento do padrão da fecundidade. Os grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos de idade, que em 2000 representavam 22,3% e 32,8%, respectivamente, da fecundidade total, tiveram as participações reduzidas a 18,7% e 28,0%, respectivamente, em 2010. Ao mesmo tempo, todos os grupos de mulheres com 25 anos ou mais de idade tiveram um aumento na participação da fecundidade total. Os grupos com 30 anos ou mais de idade apresentaram até mesmo um aumento nas taxas específicas de fecundidade na última década.

Quando se comparam as taxas específicas de fecundidade por idade entre as Grandes Regiões, pode-se observar certa convergência entre elas a partir dos 30 anos de idade. Percebe-se, então, que os três grupos com menos de 30 anos de idade são o que ainda diferencia o nível da fecundidade entre as regiões (Gráfico 16). Assim, o diferencial entre os padrões da fecundidade por idade entre as Grandes Regiões é dado basicamente pelas diferenças existentes entre as taxas específicas nas idades mais jovens. A Região Norte, que apresenta as maiores taxas específicas nos grupos etários com até 29 anos de idade, é a que tem o padrão mais jovem, sendo bastante concentrado no grupo de 20 a 24 anos de idade. Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste, por já terem atingido um patamar mais baixo nas taxas de fecundidade para as idades mais jovens, apresentam uma estrutura de fecundidade mais envelhecida e com uma maior concentração nas idades finais dentro do período fértil.

Gráfico 15 - Distribuição percentual das taxas específicas de fecundidade, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil obtida por método indireto com as informações do Censo Demográfico 2010 foi de 15,6‰, isto é, 15,6 óbitos de crianças menores de 1 ano para cada 1 000 nascidos vivos.

A fonte de dados natural para o cálculo deste indicador deveria ser o registro dos eventos vitais (nascimentos e óbitos) que constam na pesquisa Estatísticas do Registro Civil, consolidadas e divulgadas pelo IBGE, ou no Sistema de Informações de Nascidos Vivos - SINASC e no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, administrados pelo Ministério da Saúde⁸. Entretanto, a qualidade dessas estatísticas vitais produzidas pelas duas fontes ainda apresentam limitações de cobertura, particularmente nas Unidades da Federação de menor desenvolvimento socioeconômico, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte do País. Nessas áreas, os elevados sub-registros de nascimentos e óbitos têm dificultado o cálculo direto do nível e padrão de mortalidade,

⁸ Para informações complementares, consultar a página do Departamento de Informática do SUS - DATASUS no endereço: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>.

exigindo, quase sempre, o emprego de métodos demográficos alternativos de estimação da mortalidade infantil. Tais métodos utilizam como principal fonte de informação quesitos específicos aplicados às respostas de perguntas sobre filhos tidos nascidos vivos e filhos sobreviventes, feitas a todas as mulheres com 10 anos ou mais de idade, e que constam não só nos Censos Demográficos, mas nas pesquisas por amostra de domicílio.

Deve-se ressaltar que a taxa aqui divulgada é resultante da aplicação de uma das técnicas descritas acima, utilizando exclusivamente os resultados do Censo Demográfico 2010. Contudo, em um momento posterior, conforme tratamento usual dado a esta informação proveniente dos Censos Demográficos, será realizada a harmonização do resultado mais recente com a série histórica já existente deste indicador. A taxa resultante da aplicação deste procedimento subsidiará o cálculo das tábuas de mortalidade construídas pelo IBGE e suas projeções populacionais.

A taxa de mortalidade dos menores de 1 ano de idade, além de ser um importante indicador de mortalidade, e que reflete os níveis gerais de saúde, condição de vida e desenvolvimento socioeconômico de uma população, é também de suma importância para a construção das tábuas de mortalidade para o ano de 2010. São elas que permitirão a revisão destas tábuas para o último período intercensitário (2000/2010) e a projeção dos níveis e padrões de mortalidade no horizonte da projeção da população brasileira por método demográfico.

Mesmo considerando a diferença entre os procedimentos de cálculo para os anos 2000 e 2010, é possível fazer comparações temporais para Brasil e Grandes Regiões que fornecem indicativos da evolução da mortalidade infantil no País. Para o Brasil, a taxa calculada com os resultados do Censo Demográfico 2010 sinalizou um declínio de 47,6% em relação à taxa de 29,7‰ do Censo Demográfico 2000 (Tabela 14).

Tabela 14 - Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Taxa de mortalidade infantil (‰)	
	2000 (1)	2010
Brasil	29,7	15,6
Norte	29,5	18,1
Nordeste	44,7	18,5
Sudeste	21,3	13,1
Sul	18,9	12,6
Centro-Oeste	21,6	14,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Valores já harmonizados, utilizando-se os resultados do Censo Demográfico 2000 e de pesquisas anteriores.

Os principais condicionantes econômicos e sociais da mortalidade infantil que atuaram na queda histórica desse indicador no Brasil estão ligados a intervenções na área de políticas públicas, especialmente no campo da medicina preventiva, curativa, de saneamento básico, na ampliação dos programas de saúde materno-infantil e campanhas de vacinação. As mudanças nos padrões reprodutivos, com quedas acentuadas nos níveis de fecundidade desde a década de 1960, e o aumento da escolaridade materna também contribuíram para a diminuição da mortalidade infantil no País.

Na última década, os principais fatores que já vinham contribuindo para a queda histórica da mortalidade infantil continuaram tendo um impacto positivo. Ao mesmo tempo, políticas como o aumento do salário mínimo e a ampliação dos programas de transferência de renda contribuíram para o aumento da renda da população, especialmente da parcela mais pobre. Isso acarretou em uma queda das desigualdades sociais e regionais, atuando em favor da aceleração da queda na mortalidade infantil no País e de uma maior convergência entre as Grandes Regiões.

O declínio mais acentuado dessa taxa, no período 2000/2010, foi observado na Região Nordeste, 58,6%, e o menor, na Região Sul, 33,5%. Essa última região já apresentava níveis relativamente baixos de mortalidade infantil. Apesar dos altos declínios observados, ainda falta certa distância a percorrer para que o Brasil se aproxime dos níveis de mortalidade infantil das regiões mais desenvolvidas do mundo, em torno de cinco óbitos de crianças menores de 1 ano de idade para cada 1 000 nascidos vivos.

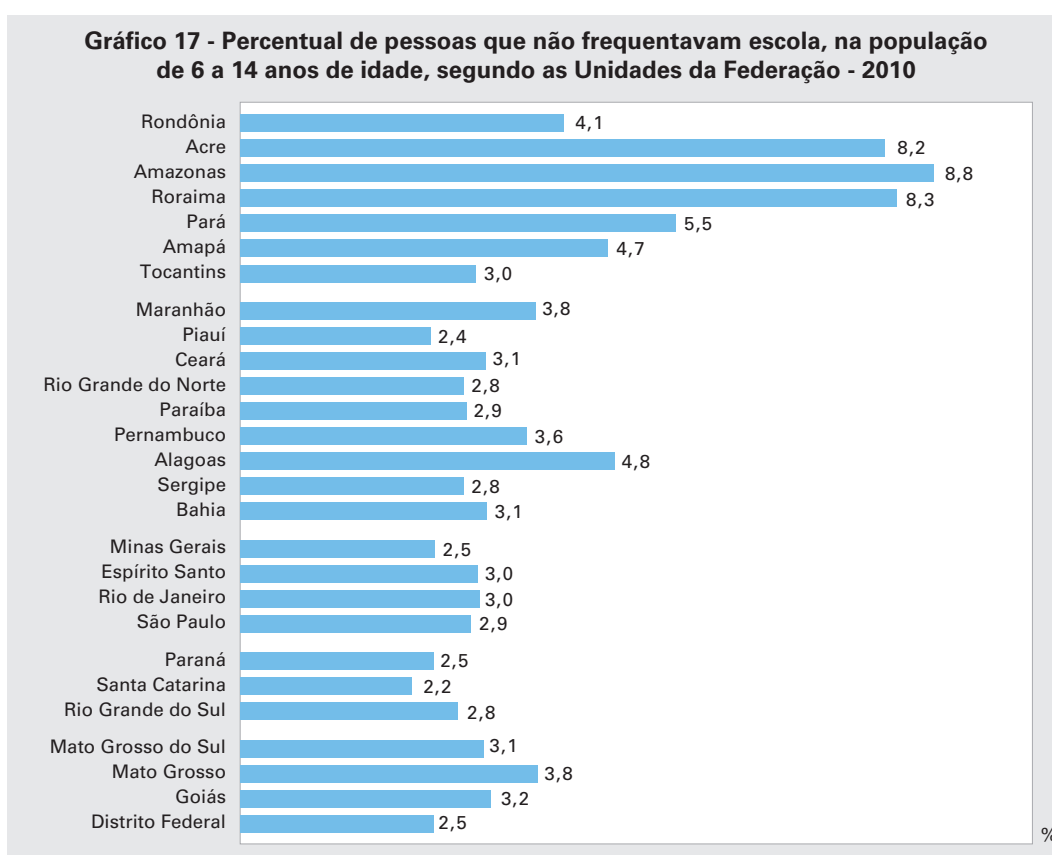
Educação

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostraram que, no País, 3,1% das pessoas do grupo etário de 7 a 14 anos de idade não frequentavam escola. Agregando-se a este contingente as crianças de seis anos de idade (que é a idade definida para iniciar o ensino fundamental com duração de nove anos, de acordo com a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), o percentual de pessoas que não frequentavam escola na faixa etária de 6 a 14 anos foi de 3,3%. Em torno de 966 mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade não frequentavam escola em 2010. Seguindo o curso normal da educação, as crianças deveriam ingressar no ensino fundamental aos 6 anos de idade e estar cursando a sua última série aos 14 anos de idade. Ainda que, por diversas razões, possam ocorrer atrasos ou avanços na evolução educacional das crianças e adolescentes deste grupo etário, com algumas exceções, este contingente deveria estar frequentando escola.

No confronto regional, foi a Região Norte que deteve o maior percentual de crianças que não frequentavam escola no grupo 6 a 14 anos de idade (6,1%). Em seguida, mas com diferença marcante, situaram-se os resultados das Re-

giões Nordeste (3,3%) e Centro-Oeste (3,2%). Os percentuais referentes às Regiões Sudeste (2,8%) e Sul (2,5%) representaram menos da metade daquele da Região Norte.

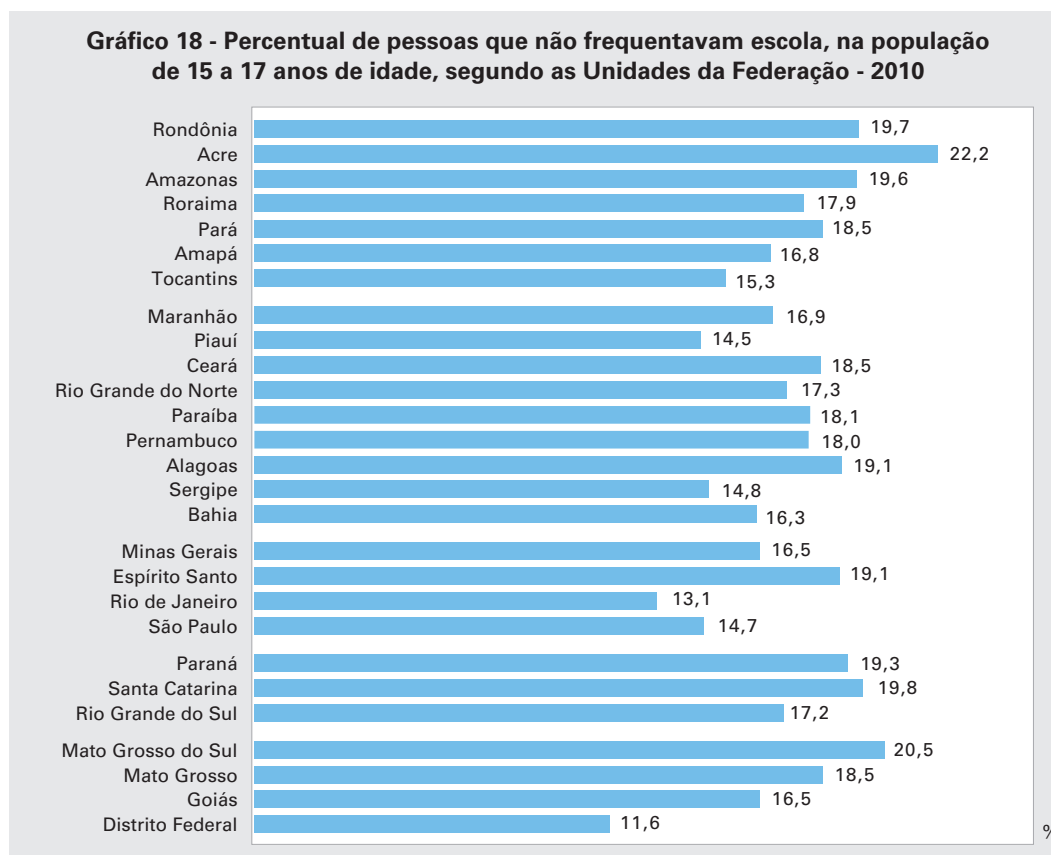
Nos resultados das Unidades da Federação, observou-se que três estados (Acre, Roraima e Amazonas) tinham mais de 8% das crianças de 6 a 14 anos de idade fora da escola, vindo em patamar seguinte o percentual do Pará (5,5%). No outro extremo, a Unidade da Federação em que este indicador apresentou o menor valor foi Santa Catarina (2,2%). Cabe ainda ressaltar que em quatro Unidades da Federação (Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná e Piauí) este indicador não ultrapassou 2,5%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No contingente de adolescentes de 15 a 17 anos de idade do País, 16,7% não frequentavam escola em 2010. Nas Grandes Regiões, a Região Sudeste foi a que teve o menor valor deste indicador (15,0%), ficando os maiores com as Regiões Norte e Sul, ambas com 18,7%. Nas outras duas Grandes Regiões os resultados foram: 16,8%, na Região Centro-Oeste, e 17,2%, na Região Nordeste.

Nas Unidades da Federação, a parcela que não frequentava escola no contingente de adolescentes de 15 a 17 anos de idade foi mais elevada no Estado do Acre (22,2%), quase o dobro do percentual encontrado para o Distrito Federal (11,6%), que foi o menor. O segundo valor mais baixo deste indicador foi o do Estado do Rio de Janeiro (13,1%), sendo o do Estado do Mato Grosso do Sul (20,5%) o segundo maior.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A rede pública de ensino atendia a 78,1% das pessoas que frequentavam escola ou creche no País em 2010. Este percentual foi mais elevado na Região Norte (86,0%), com diferença relevante em relação ao segundo maior, que foi o da Região Nordeste (80,5%). Cabe observar que o atendimento pela rede pública no ensino fundamental e no médio é maior que nos demais níveis de ensino e os resultados do percentual de estudantes nesses dois níveis na população que frequentava escola ou creche das Regiões Norte e Nordeste foram os mais elevados. A parcela das pessoas que frequentavam escola ou creche atendida pela rede pública de ensino foi percentualmente menor nas Regiões Centro-Oeste (74,9%) e Sudeste (75,1%), vindo, depois, a da Região Sul (77,7%).

O percentual de pessoas atendidas pela rede pública de ensino na população que frequentava escola ou creche variou de 61,4%, no Distrito Federal, a 90,3%, no Acre.

Em 2010, a distribuição da população de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução do País mostrou que a parcela que concluiu pelo menos o curso superior foi de 8,3% e, no outro extremo, a constituída pelas pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto abarcou 50,2%. A Região Sudeste foi a que apresentou o nível de instrução mais elevado. Na população de 10 anos ou mais de idade desta região, encontrou-se o menor percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto (44,8%) e o maior de pessoas com o superior completo (10,5%). Os níveis de instrução das Regiões Norte e Nordeste situaram-se em patamar inferior aos das demais, sendo que o percentual de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto foi 56,5%, na Região Norte, e 59,1%, na Região Nordeste, e o de pessoas com pelo menos o curso superior concluído, de 5,0%, na Região Norte, e 4,9%, na Região Nordeste.

Tabela 15 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	100,0	50,2	17,4	23,4	8,3	0,6
Norte	100,0	56,5	16,8	21,1	5,0	0,6
Nordeste	100,0	59,1	15,3	20,2	4,9	0,5
Sudeste	100,0	44,8	18,3	25,7	10,5	0,7
Sul	100,0	47,8	18,8	23,7	9,3	0,5
Centro-Oeste	100,0	47,6	17,7	24,3	9,7	0,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Cabe destacar que o Distrito Federal deteve o mais alto nível de instrução, ficando com o menor percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto (34,9%) e o maior de pessoas com pelo menos o superior completo (17,6%), ambos os resultados bastante distanciados dos referentes aos das duas Unidades da Federação seguintes, que foram: São Paulo (estes dois indicadores foram, respectivamente, 41,9% e 11,7%) e Rio de Janeiro (estes dois indicadores foram, respectivamente, 41,5% e 10,9%).

Para a comparação dos resultados de 2000 com os de 2010 os indicadores desses dois anos que serão apresentados foram harmonizados, a fim de eliminar as diferenças na abrangência da população estudantil e na captação das características de educação entre esses dois Censos Demográficos. A maior parte dos indicadores não foi afetada pelas diferenças na investigação.

De 2000 para 2010, houve sensível redução no percentual de pessoas que não frequentavam escola no contingente de 7 a 14 anos de idade, que passou de 5,5% para 3,1%, no País. A comparação foi feita considerando a idade de 7 anos de idade como limite inferior tendo em vista que, em 2000, esta era a idade definida para iniciar o ensino fundamental.

Ainda que, em 2010, o percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 7 a 14 anos de idade tenha permanecido mais elevado nas Regiões Norte e Nordeste, foi nestas duas regiões que a queda em relação ao de 2000 foi mais acentuada. Na Região Norte este indicador baixou de 11,2% para 5,6% e, na Região Nordeste, de 7,1% para 3,2%.

De 2000 para 2010, observou-se expressiva redução no percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 15 a 17 anos de idade, que diminuiu de 22,6% para 16,7% no País. A queda ocorreu em todas as Grandes Regiões, sendo que o da Região Sudeste baixou de 20,1% para 15,0%, continuando a se destacar como o mais baixo. Este indicador da Região Norte, que era o mais alto em 2000 (27,1%), foi o que apresentou a maior redução, alcançando 18,7%, em 2010, e ficando igual ao da Região Sul. O declínio foi de 23,2% para 17,2%, na Região Nordeste, e de 22,9% para 16,8%, na Região Centro-Oeste.

Tabela 16 - Percentual de pessoas que não frequentavam escola nas populações de 7 a 14 anos de idade e de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 7 a 14 anos de idade (%)		Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 15 a 17 anos de idade (%)	
	2000	2010	2000	2010
Brasil	5,5	3,1	22,6	16,7
Norte	11,2	5,6	27,1	18,7
Nordeste	7,1	3,2	23,2	17,2
Sudeste	3,7	2,8	20,1	15,0
Sul	3,5	2,2	25,3	18,7
Centro-Oeste	4,5	2,8	22,9	16,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Nota: Dados de 2000 e 2010 harmonizados.

Ao longo dos anos, os crescentes incentivos e condições para que as crianças frequentassem escola e as possibilidades de ingresso no sistema educacional para aqueles que não puderam fazê-lo nas idades apropriadas foram, dentre outros, fatores importantes que contribuíram para a redução do analfabetismo e a elevação do nível de instrução da população do Brasil.

Na população de 10 anos ou mais de idade do País, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto decresceu de 65,1% para 50,2%, de

2000 para 2010, enquanto o de pessoas com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%. Houve avanços em todas as Grandes Regiões de 2000 para 2010, sendo que a Região Sudeste continuou com o nível de instrução mais elevado (o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 58,5% para 44,8%, e o daquelas com pelo menos o nível superior completo subiu de 6,0% para 10,0%), enquanto a Região Norte (em que estes dois indicadores passaram de 72,6% para 56,5% e de 1,9% para 4,7%, respectivamente) e a Região Nordeste (em que passaram de 75,9% para 59,1% e de 2,3% para 4,7%, respectivamente) mantiveram os mais baixos níveis de instrução.

Tabela 17 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil						
2000	100,0	65,1	15,4	15,0	4,4	0,1
2010	100,0	50,2	17,4	23,9	7,9	0,6
Norte						
2000	100,0	72,6	13,5	11,8	1,9	0,1
2010	100,0	56,5	16,8	21,4	4,7	0,6
Nordeste						
2000	100,0	75,9	10,8	10,9	2,3	0,1
2010	100,0	59,1	15,3	20,5	4,7	0,5
Sudeste						
2000	100,0	58,5	17,7	17,6	6,0	0,1
2010	100,0	44,8	18,3	26,2	10,0	0,7
Sul						
2000	100,0	61,7	17,4	15,9	4,8	0,2
2010	100,0	47,8	18,8	24,1	8,9	0,5
Centro-Oeste						
2000	100,0	64,1	15,8	15,5	4,6	0,1
2010	100,0	47,6	17,7	24,8	9,3	0,7

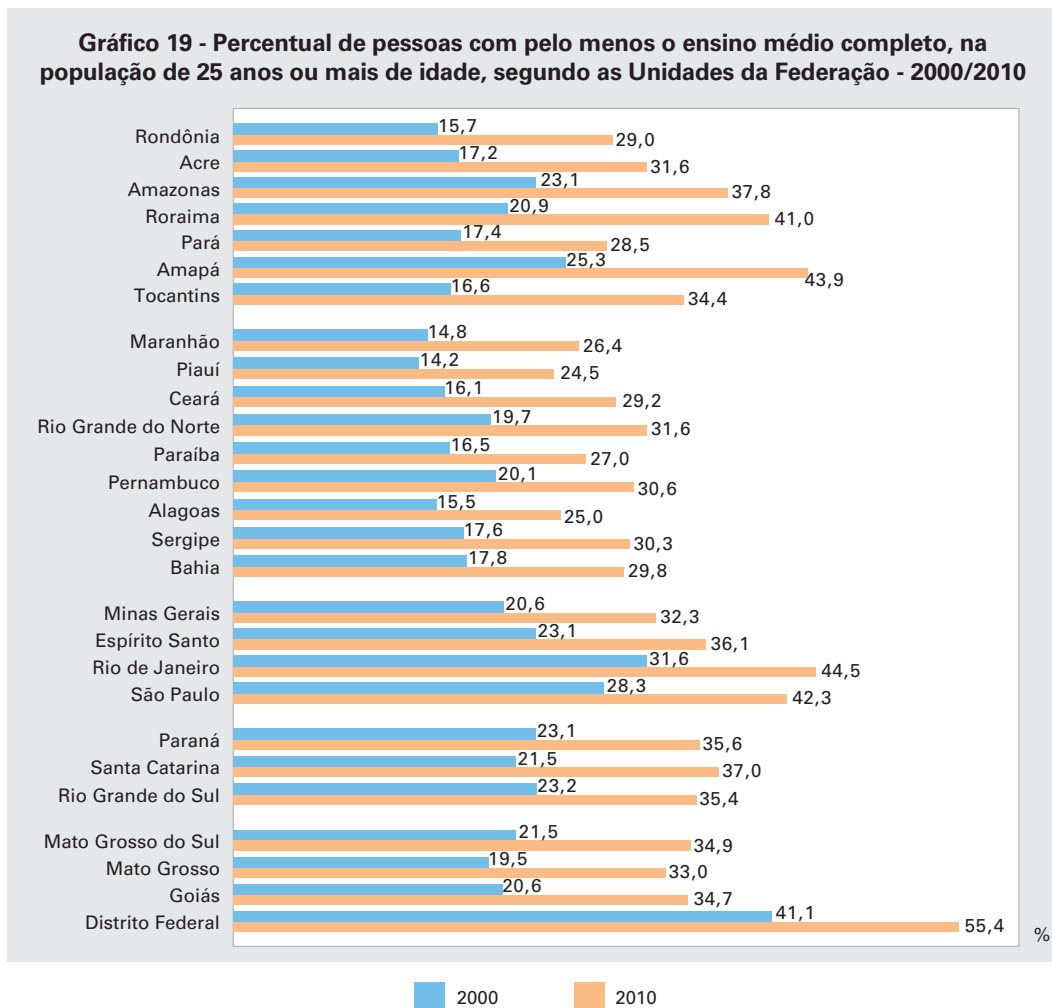
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Nota: Dados de 2000 e 2010 harmonizados.

Em todas as Unidades da Federação houve elevação expressiva no nível de instrução.

Complementando a informação sobre nível de instrução da população, em 2000, o percentual de pessoas com pelo menos o ensino médio completo na população de 25 anos ou mais de idade (pessoas com idade acima daquela suficiente para ter o nível superior completo) estava em 23,1% e atingiu 35,8% em 2010. Em 2010, o Distrito Federal continuou detendo o mais alto resultado deste indicador

(55,4%), situando-se bastante afastado do seguinte, que foi o do Rio de Janeiro (44,5%). Os Estados do Piauí, com 24,5%, e de Alagoas, com 25,0%, apresentaram os menores resultados deste indicador.



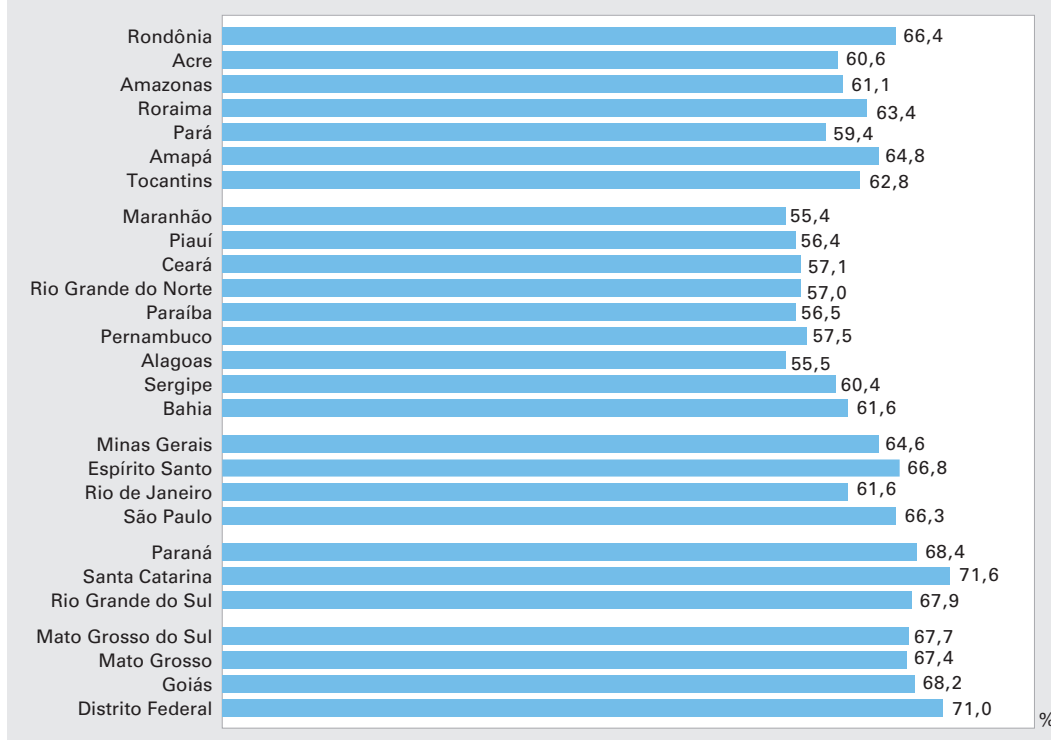
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Trabalho

Considerando as pessoas de 15 anos ou mais de idade, que é a faixa de idade utilizada para muitos enfoques internacionais, a taxa de atividade (percentual de pessoas economicamente ativas na população de 15 anos ou mais de idade) alcançou 3,7% no País em 2010. Os valores mais elevados deste indicador foram os das Regiões Sul (69,0%) e Centro-Oeste (68,5%) e os mais baixos, das Regiões Nordeste (58,1%) e Norte (61,2%), ficando o da Região Sudeste em posição intermediária (65,0%).

Em 2010, a taxa de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade ultrapassou 70% em duas Unidades da Federação: Distrito Federal (71,0%) e Santa Catarina (71,6%). No outro extremo, situaram-se as taxas do Maranhão (55,4%) e de Alagoas (55,5%).

Gráfico 20 - Taxa de atividade das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação - 2010

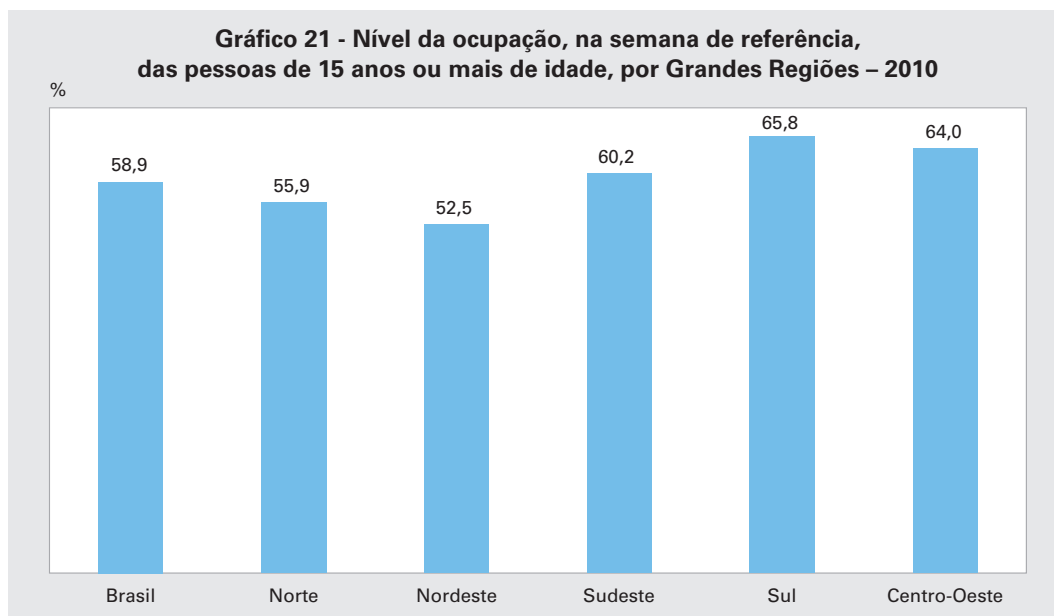


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

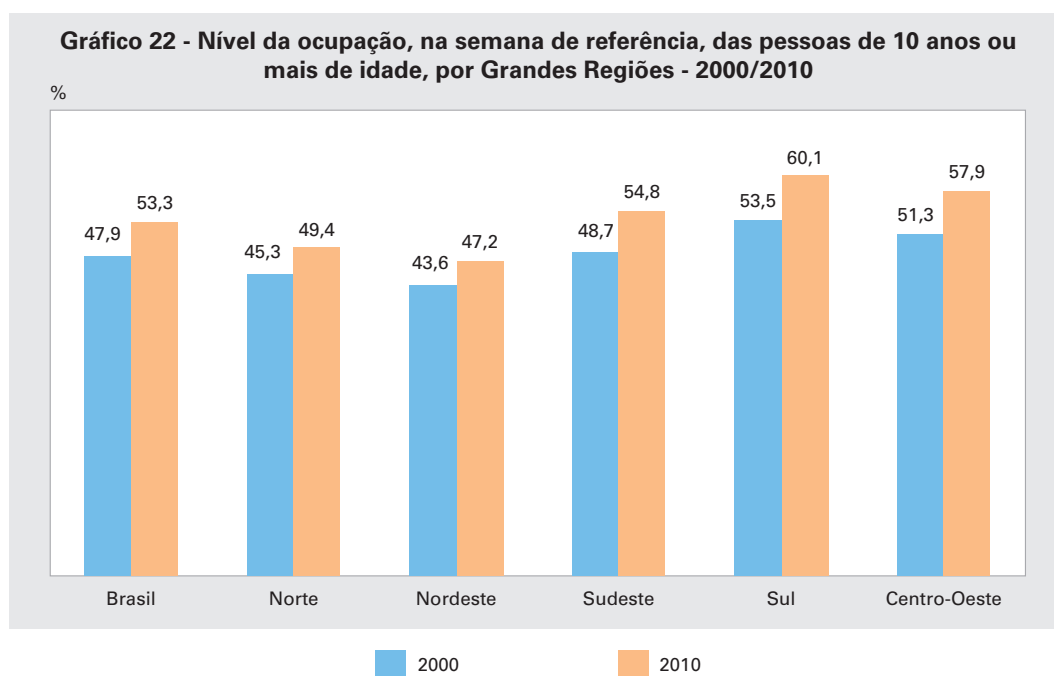
No que concerne, ainda, às pessoas de 15 anos ou mais de idade, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 15 anos ou mais de idade) alcançou 58,9% no País em 2010. O confronto regional mostrou que a taxa de atividade foi mais elevada nas Regiões Sul e Centro-Oeste e mais baixa nas Regiões Nordeste e Norte, apresentando comportamento semelhante ao observado para a taxa de atividade (Gráfico 21).

De 2000 para 2010, o nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade) subiu de 47,9% para 53,3% no País. Esse indicador aumentou em todas as Grandes Regiões, sendo que as taxas de crescimento alcançadas nesse indicador das Regiões Sul (12,5%), Sudeste (12,7%) e Centro-Oeste (12,9%) foram ainda mais expressivas que as das Regiões Norte (9,2%) e Nordeste (8,1%). De 2000 para 2010, o nível da ocupação da Região Sul cresceu de 53,5% para 60,1%, mantendo-se como o mais elevado, enquanto que o da Região Nordeste aumentou de 43,6% para 47,2%, permanecendo como o mais baixo. O nível da ocupação da Região Norte passou de 45,3% para 49,4%, de 2000 para 2010, continuando

mais próximo do resultado da Região Nordeste do que daqueles das Regiões Sudeste (54,8%) e Centro-Oeste (57,9%) em 2010.

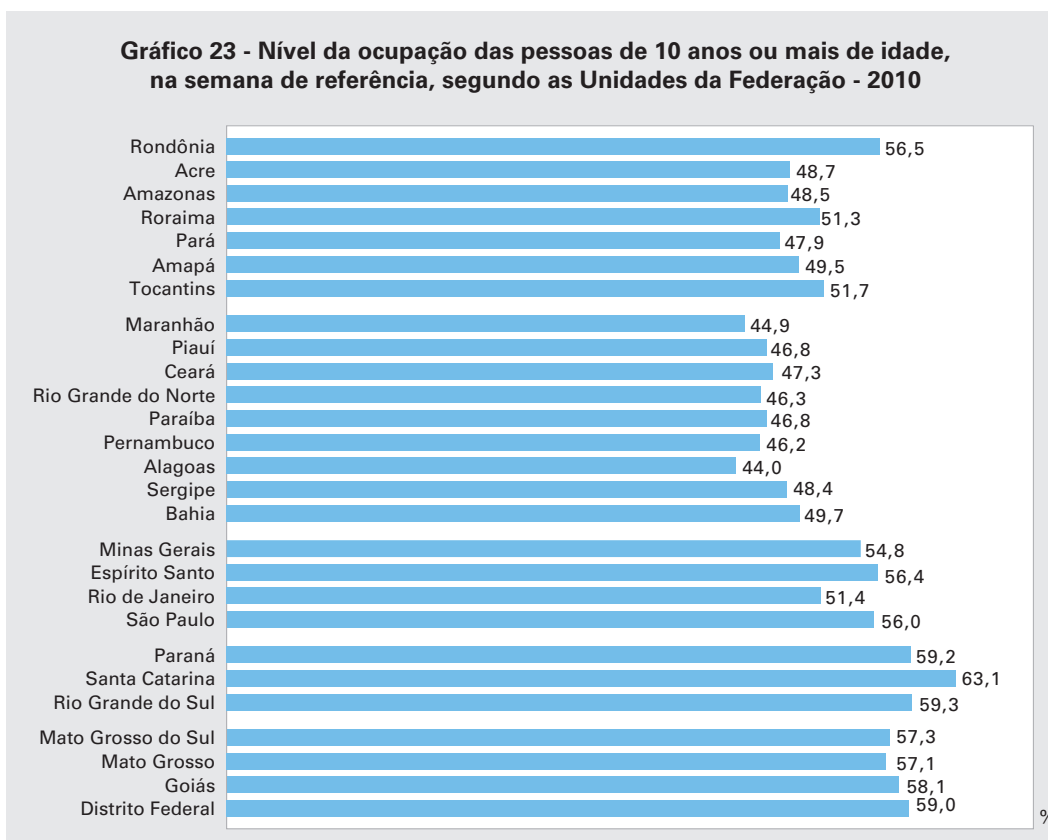


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Em 2010, o nível da ocupação de Santa Catarina (63,1%) se destacou como o mais elevado. No patamar seguinte ficaram, os resultados do Rio Grande do Sul (59,3%), do Paraná (59,2%) e do Distrito Federal (59,0%). Os mais baixos níveis da ocupação foram os de Alagoas (44,0%) e do Maranhão (44,9%).



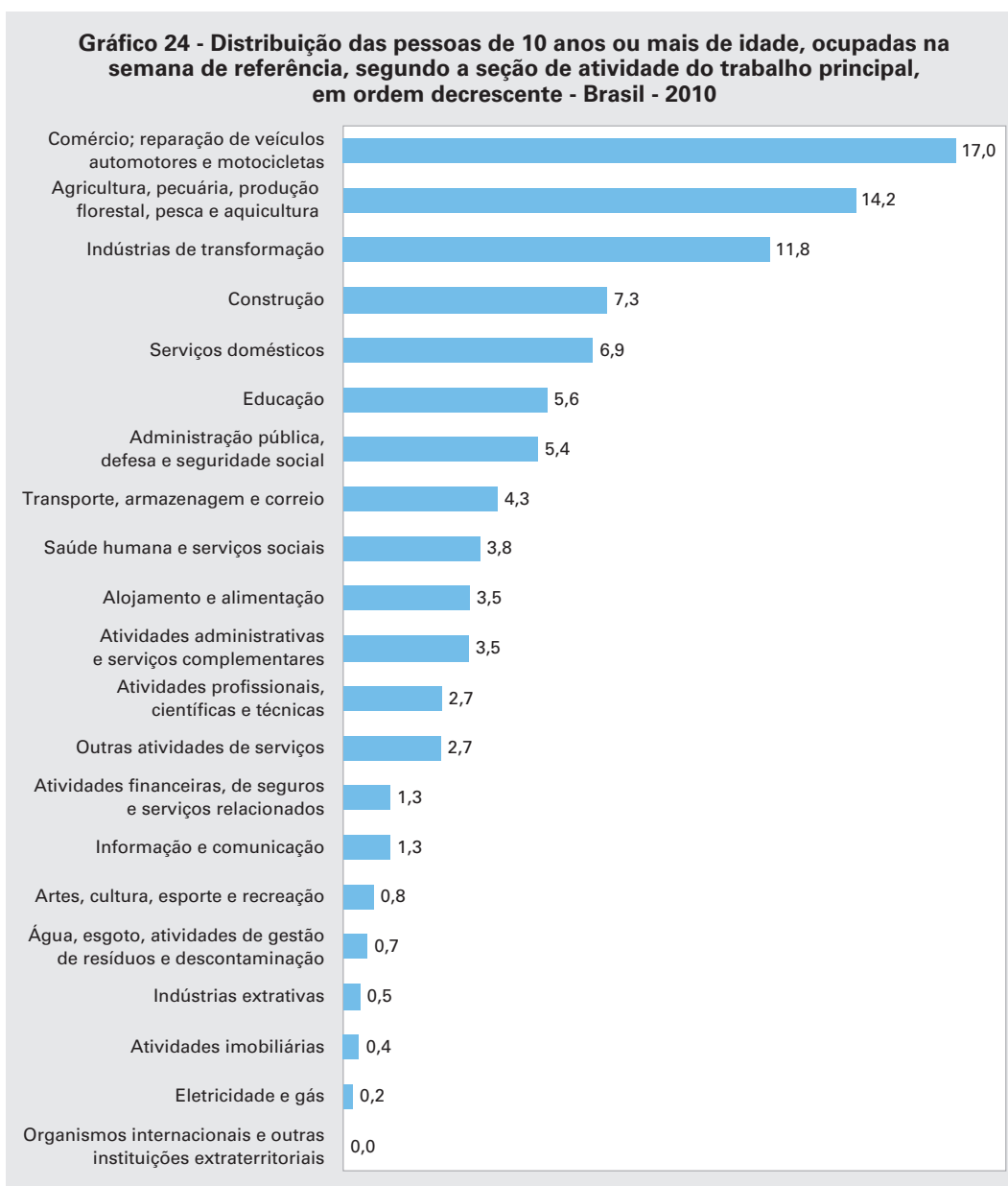
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No que refere à taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, o confronto regional mostrou que em 2010, a exemplo do nível da ocupação, este indicador alcançou o valor mais elevado na Região Sul (63,1%) e o mais baixo, na Região Nordeste (52,3%), vindo, em seguida, o da Região Norte (54,2%), substancialmente distanciado dos resultados das Regiões Sudeste (59,3%) e Centro-Oeste (62,0%). No País, a taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade alcançou 57,7%.

A distribuição de pessoas ocupadas por atividade econômica do País, em 2010, mostrou que, em quatro das 21 seções de atividade, inseriam-se praticamente a metade (50,3%) desse contingente. A seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas* concentrava 17,0% das pessoas ocupadas; a *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*, 14,2%; a *Indústrias de transformação*, 11,8%; e a *Construção*, 7,3%. Além dessas quatro seções de atividade, outras três ainda tiveram participação na

população ocupada acima de 5%: *Serviços domésticos* (6,9%), que se caracteriza por ser a que apresenta a mais acentuada predominância feminina; *Educação* (5,6%); e *Administração pública, defesa e seguridade social* (5,4%).

Reunindo-se as seções *Indústrias extrativas; Eletricidade e gás; e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, esse agrupamento abarcou somente 1,4% das pessoas ocupadas. No conjunto das seções restantes, todas de serviços, ficaram 24,2% das pessoas ocupadas.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A estrutura da atividade econômica apresenta marcantes distinções regionais, o que se reflete na distribuição da população ocupada. O percentual de pessoas ocupadas na seção *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* da Região Nordeste (24,2%) ficou próximo ao da Região Norte (23,0%) e ambos destacaram-se substancialmente dos referentes às demais, que ainda foram bastante diferenciados entre si, variando de 15,1%, na Região Sul, a 7,4%, na Região Sudeste, e situando-se em 11,6%, na Região Centro-Oeste. Também na seção *Indústrias de transformação* houve diferenças sensíveis entre os resultados regionais. Em contraposição às elevadas participações que apresentaram na seção da *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*, as participações das pessoas ocupadas na seção *Indústrias de transformação* encontradas para as Regiões Norte (7,1%) e Nordeste (8,2%) foram as mais baixas, enquanto que a da Região Sul alcançou o nível mais alto (16,4%), ficando a da Região Sudeste em 13,3% e a da Região Centro-Oeste em 9,4%. No que concerne ao percentual de pessoas ocupadas na seção *Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas*, constatou-se que os resultados regionais ficaram próximos (variaram de 16,6% a 17,9%), o que também ocorreu com os da seção *Construção* (variaram de 7,0% a 7,8%). A participação do contingente dessas quatro maiores seções, em conjunto, foi inferior à metade da população ocupada somente nas Regiões Sudeste (45,1%) e Centro-Oeste (46,7%).

Tabela 18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos de seções de atividade do trabalho principal - 2010

Grupamentos de seções de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grande Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	14,2	23,0	24,2	7,4	15,1	11,6
Indústrias extrativas, eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,4	1,4	1,3	1,5	1,2	1,2
Indústrias de transformação	11,8	7,1	8,2	13,3	16,4	9,4
Construção	7,3	7,1	7,2	7,4	7,0	7,8
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	17,0	17,1	16,6	17,0	16,8	17,9
Administração pública, defesa e seguridade social	5,4	7,1	5,7	4,8	4,5	7,9
Educação	5,6	5,9	6,3	5,5	5,1	5,6
Serviços domésticos	6,9	6,4	6,7	7,5	5,6	7,7
Demais serviços	24,2	18,6	19,0	28,5	23,0	23,9
Atividades maldefinidas	6,2	6,3	4,8	7,2	5,2	7,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No País, o percentual de empregados na população ocupada cresceu de 66,6% para 70,8%, de 2000 para 2010. A segunda maior parcela da população ocupada, constituída pelos trabalhadores por conta própria, passou de 23,5% para 21,5%. Reunindo-se os empregadores com os trabalhadores por conta própria, o conjunto declinou de 26,4% para 23,5%. Os trabalhadores não remunerados, em sua quase totalidade, estão ligados aos empreendimentos dos trabalhadores por conta própria e empregadores, o que foi um dos fatores que influenciaram a evolução da sua participação na população ocupada de 2000 para 2010, que apresentou declínio de 4,0% para 1,7%. Os resultados do percentual de empregados na população ocupada das Regiões Sudeste e Centro-Oeste permaneceram como os mais elevados, embora tenham apresentado crescimento nitidamente inferior aos das demais regiões, de 2000 para 2010. Ainda que os resultados desse indicador das Regiões Norte e Nordeste tenham permanecido como os mais baixos, foram os que apresentaram os maiores crescimentos de 2000 para 2010. Em contrapartida, no que concerne ao percentual de trabalhadores por conta própria na população ocupada, as retrações mais acentuadas, de 2000 para 2010, foram as observadas nas Regiões Norte e Nordeste.

Tabela 19 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal				
		Empregado	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Trabalhador na produção para o próprio consumo
Brasil						
2000	100,0	66,6	23,5	2,9	4,0	3,1
2010	100,0	70,8	21,5	2,0	1,7	4,0
Norte						
2000	100,0	56,1	30,0	1,8	6,6	5,5
2010	100,0	61,2	27,0	1,2	2,7	7,9
Nordeste						
2000	100,0	56,8	26,3	1,9	6,6	8,4
2010	100,0	64,0	22,9	1,3	2,4	9,4
Sudeste						
2000	100,0	73,7	20,7	3,3	1,6	0,7
2010	100,0	76,3	19,2	2,1	1,2	1,2
Sul						
2000	100,0	64,0	24,8	3,6	6,1	1,5
2010	100,0	69,1	23,4	2,8	1,8	2,9
Centro-Oeste						
2000	100,0	72,0	21,4	3,4	2,0	1,2
2010	100,0	73,9	20,4	2,1	1,6	1,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

De 2000 para 2010, no contingente dos empregados do País, a categoria com carteira de trabalho assinada aumentou substancialmente a sua participação (de 54,8% para 63,9%), enquanto a constituída pelos militares e funcionários públicos estatutários passou de 8,5% para 7,6%.

Em todas as Grandes Regiões o percentual da categoria com carteira de trabalho assinada no contingente de empregados apresentou crescimento expressivo.

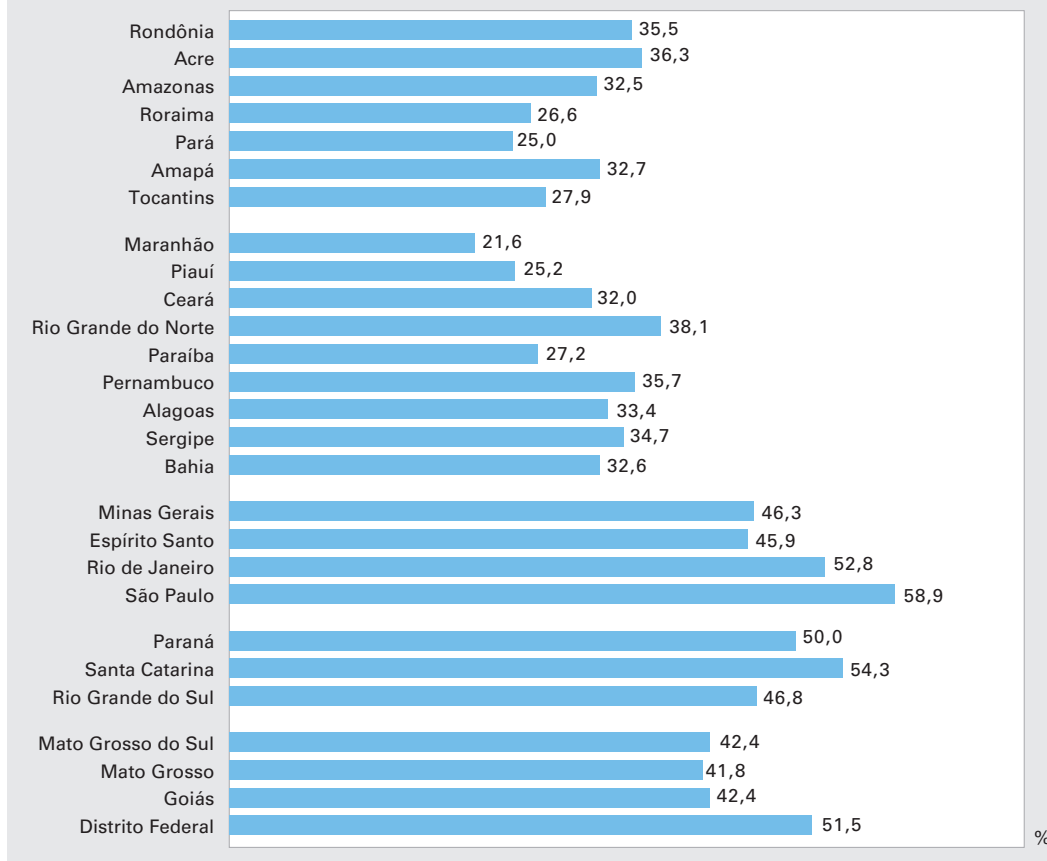
Tabela 20 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência (%)			
	Total	Categoria do emprego no trabalho principal		
		Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Sem carteira de trabalho assinada
Brasil				
2000	100,0	54,8	8,5	36,8
2010	100,0	63,9	7,6	28,5
Norte				
2000	100,0	37,4	14,5	48,1
2010	100,0	47,3	12,8	39,9
Nordeste				
2000	100,0	41,4	9,5	49,1
2010	100,0	49,1	8,1	42,8
Sudeste				
2000	100,0	61,0	7,1	31,9
2010	100,0	70,9	6,3	22,8
Sul				
2000	100,0	63,5	7,2	29,3
2010	100,0	72,1	6,8	21,1
Centro-Oeste				
2000	100,0	47,0	11,9	41,0
2010	100,0	59,5	11,7	28,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Na população ocupada do País, a categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada representou 45,3% em 2010. Esse indicador apresentou variação acentuada entre as Unidades da Federação (de 21,6%, no Maranhão, a 58,9%, em São Paulo). Além de São Paulo, as outras Unidades da Federação em que esse indicador alcançou pelo menos 50% foram: Paraná (50,0%), Distrito Federal (51,5%), Rio de Janeiro (52,8%) e Santa Catarina (54,3%).

Gráfico 25 - Percentual de empregados com carteira de trabalho assinada, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No País, o percentual de pessoas que trabalhavam habitualmente de 40 a 44 horas semanais no trabalho principal subiu de 34,0%, em 2000, para 46,0%, em 2010. O incremento desse indicador foi bastante expressivo em todas as Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Os números de horas trabalhadas mais comuns na categoria dos empregados são 40 e 44 horas, dependendo do segmento de atividade. Essa categoria apresentou acentuado crescimento de 2000 para 2010, o que efetivamente contribuiu para um forte aumento na concentração das pessoas ocupadas na faixa de 40 a 44 horas semanais habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (Tabela 21).

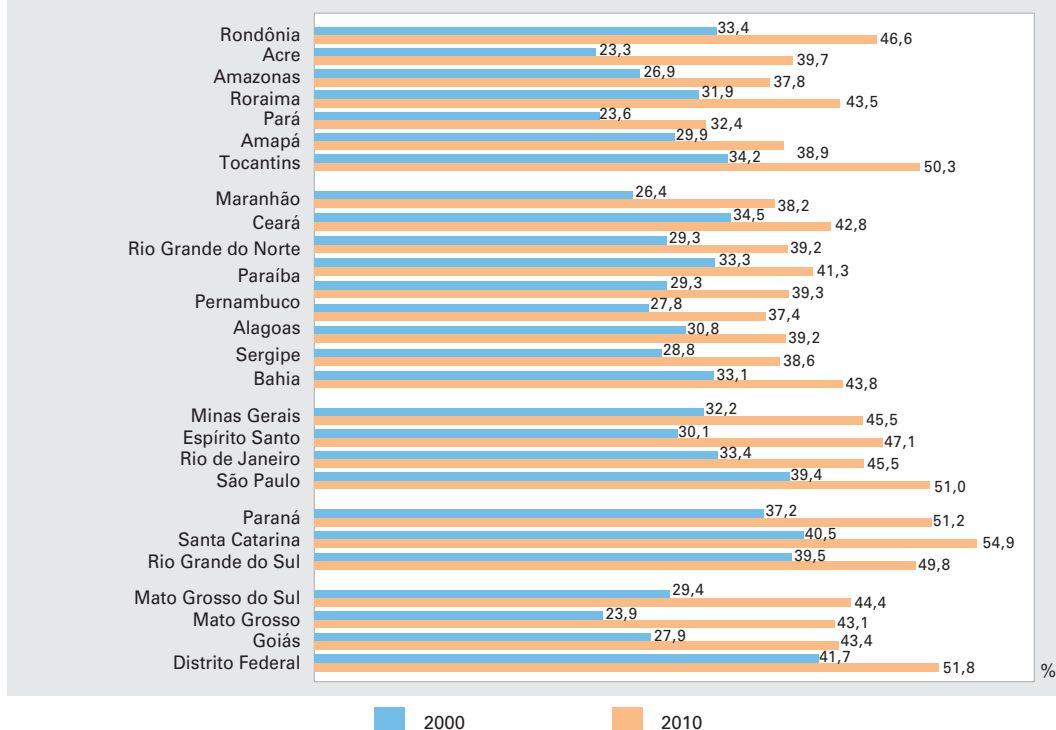
Nas Unidades da Federação, o percentual de pessoas que trabalhavam habitualmente de 40 a 44 horas por semanais no trabalho principal na população ocupada variou de 23,3% a 41,7%, em 2000, e de 32,4% a 54,9%, em 2010.

Tabela 21 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal				
		Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Brasil						
2000	100,0	3,2	20,4	34,0	17,3	25,1
2010	100,0	8,3	17,6	46,0	12,7	15,4
Norte						
2000	100,0	3,2	24,6	27,0	17,7	27,5
2010	100,0	10,5	22,9	37,8	12,6	16,2
Nordeste						
2000	100,0	4,1	26,7	30,4	15,7	23,1
2010	100,0	10,4	23,2	40,4	11,5	14,4
Sudeste						
2000	100,0	2,8	17,3	36,1	18,9	25,0
2010	100,0	7,9	14,5	48,5	13,9	15,3
Sul						
2000	100,0	3,0	17,9	38,9	14,9	25,3
2010	100,0	6,0	15,4	51,5	10,8	16,2
Centro-Oeste						
2000	100,0	2,8	19,0	29,8	18,0	30,4
2010	100,0	7,5	16,9	45,1	13,7	16,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Gráfico 26 - Percentual de pessoas que trabalhavam habitualmente de 40 a 44 horas por semana no trabalho principal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Rendimento

As pessoas que ganhavam mais de 20 salários mínimos de rendimento mensal de todos os trabalhos representaram 0,9% da população ocupada do País em 2010, enquanto que a parcela das sem rendimento foi de 6,6% e a das com remuneração até 1 salário mínimo, 32,7%. As pessoas que ganhavam mais de 10 salários mínimos de remuneração mensal de trabalho abrangiam 3,1% da população ocupada.

As Regiões Norte e Nordeste foram as que detiveram as maiores participações de pessoas nas categorias sem contrapartida de remuneração (trabalhadores na produção para o próprio consumo e não remunerados) no trabalho principal, na população ocupada, e, em consequência, apresentaram os maiores percentuais de pessoas ocupadas sem rendimento de trabalho (11,9% e 13,6%, respectivamente). Nessas duas regiões também se encontraram os percentuais mais elevados de pessoas ganhando até 1 salário mínimo de remuneração mensal de trabalho (41,6% e 51,2%, respectivamente), que ficaram em níveis bastante distanciados daqueles das demais regiões (que variaram de 23,4% a 28,9%).

Tabela 22 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) (1)							
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)
Brasil	100,0	32,7	32,7	10,6	8,3	6,1	2,2	0,9	6,6
Norte	100,0	41,6	25,7	7,8	6,4	4,6	1,4	0,6	11,9
Nordeste	100,0	51,2	20,3	5,4	4,4	3,4	1,2	0,5	13,6
Sudeste	100,0	25,2	38,0	12,8	10,0	7,4	2,7	1,1	2,9
Sul	100,0	23,4	38,7	13,3	9,9	6,6	2,0	0,7	5,3
Centro-Oeste	100,0	28,9	34,6	11,5	8,9	7,6	3,0	1,4	4,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

No País, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, com rendimento de trabalho, teve crescimento real de 5,5%, de 2000 para 2010, sendo que o incremento no das mulheres (13,5%) foi expressivamente maior que no dos homens (4,1%). Em consequência, este rendimento mensal real de trabalho das mulheres, que, em 2000, representava 67,7% daquele auferido pelos homens, subiu para 73,8% em 2010.

Em 2010, os rendimentos médios mensais de trabalho mais elevados foram os das Regiões Centro-Oeste e Sudeste e o mais baixo, da Região Nordeste. Este rendimento da Região Nordeste representou cerca de 84% daquele da Região

Norte (que foi o segundo menor) e perto de 60% do auferido na Região Centro-Oeste, que foi o mais alto. O rendimento médio mensal de trabalho teve incremento real, de 2000 para 2010, em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Sudeste, que apresentou retração, ainda que insignificante (0,7%). Esta redução decorreu da influência da pequena queda no rendimento médio real de trabalho da parcela masculina (1,7%), uma vez que o da feminina teve aumento (6,5%), ainda que substancialmente menor do que os das outras Grandes Regiões.

Tabela 23 - Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, e percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$) (1)						Percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens (%)	
	2000			2010			2000	2010
	Total	Sexo		Total	Sexo			
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
Brasil	1 275	1 450	982	1 345	1 510	1 115	67,7	73,8
Norte	1 006	1 097	818	1 128	1 210	996	74,6	82,3
Nordeste	777	853	645	946	1 016	841	75,6	82,8
Sudeste	1 522	1 755	1 151	1 512	1 726	1 226	65,6	71,0
Sul	1 313	1 523	962	1 392	1 607	1 109	63,2	69,0
Centro-Oeste	1 396	1 586	1 067	1 579	1 766	1 311	67,3	74,2

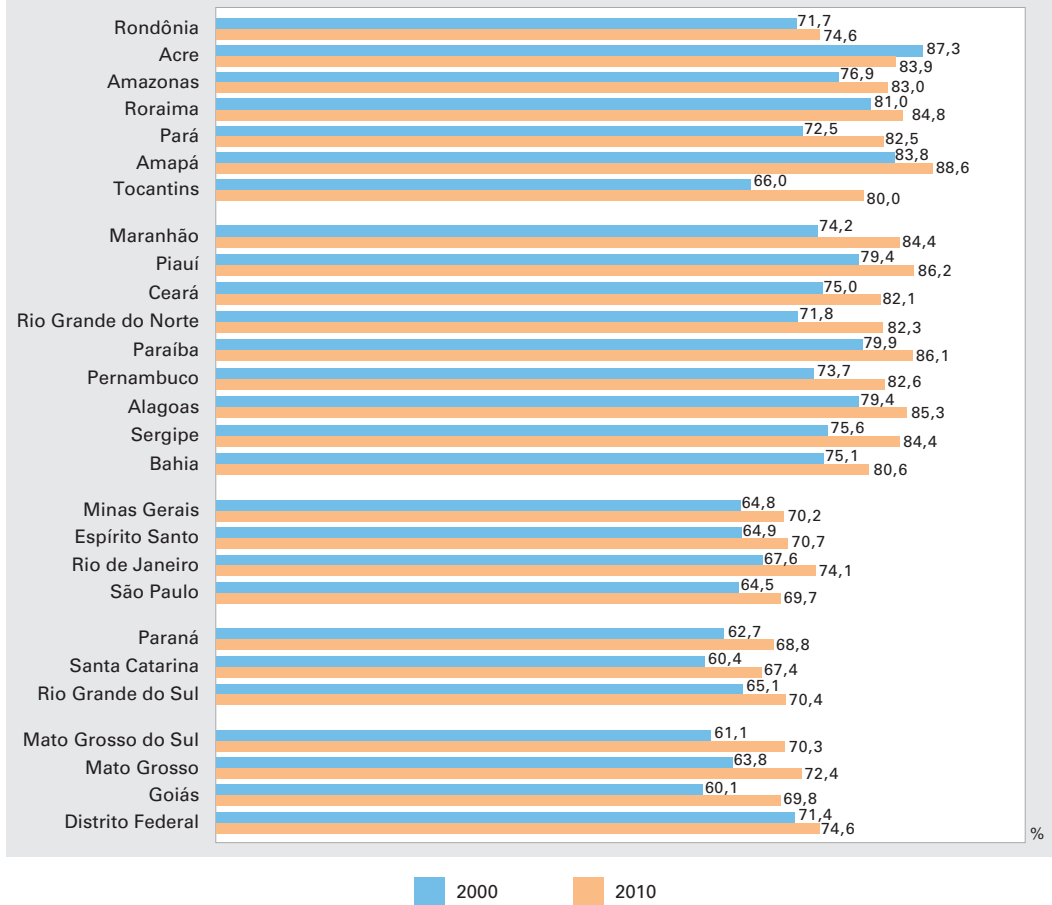
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em julho de 2010.

O percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens, aumentou na quase totalidade das Unidades da Federação, de 2000 para 2010. Este indicador variou de 67,4% a 88,6%, em 2010 (Gráfico 27).

Considerando o rendimento médio oriundo de todas as fontes das pessoas com rendimento, houve ganho real de 6,9%, de 2000 para 2010, no País, sendo que aumento neste rendimento das mulheres (12,0%) suplantou o dos homens (7,9%), ainda que a diferença tenha sido menos acentuada que a ocorrida para o rendimento de trabalho. Em todas as Grandes Regiões houve elevação no rendimento real de todas as fontes, tanto para o do contingente feminino como para o do masculino, e constatou-se, ainda, que o incremento do rendimento dos homens superou o das mulheres nas Regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 27 - Percentual do rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, em relação ao dos homens, segundo as Unidades da Federação - 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Tabela 24 - Rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Rendimento real médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (R\$)(1)					
	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	1 254	1 471	959	1 340	1 587	1 074
Norte	973	1 092	775	1 048	1 221	846
Nordeste	760	863	623	881	1 053	716
Sudeste	1 514	1 791	1 146	1 575	1 847	1 271
Sul	1 293	1 551	946	1 431	1 693	1 142
Centro-Oeste	1 392	1 621	1 060	1 586	1 835	1 293

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2010.

No País, a parcela sem rendimento ou com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo abarcava 13,2% dos domicílios particulares permanentes em 2010. Este indicador atingiu o patamar mais elevado nas Regiões Norte (23,7%) e Nordeste (24,8%), ficando bastante distante daqueles das demais regiões, que se situaram de 8,1% a 5,8%. Na faixa de mais de 5 salários mínimos de rendimento mensal domiciliar *per capita* encontravam-se 6,5% dos domicílios. Este indicador alcançou 8,3% nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, representando mais do dobro dos percentuais encontrados para as Regiões Norte (3,6%) e Nordeste (3,2%). Os resultados destas duas Grandes Regiões também ficaram distanciados daquele da Região Sul (7,1%).

Tabela 25 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%)								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (1)							
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)
Brasil	100,0	8,8	15,2	27,4	23,5	8,1	6,1	6,5	4,4
Norte	100,0	16,2	21,0	26,4	16,4	5,1	3,7	3,6	7,5
Nordeste	100,0	19,8	23,6	28,1	13,5	3,8	3,0	3,2	5,0
Sudeste	100,0	3,8	11,6	27,0	27,4	9,9	7,6	8,3	4,3
Sul	100,0	3,2	9,9	26,8	31,2	11,2	8,0	7,1	2,6
Centro-Oeste	100,0	4,4	13,3	29,0	25,4	8,6	6,8	8,3	4,1

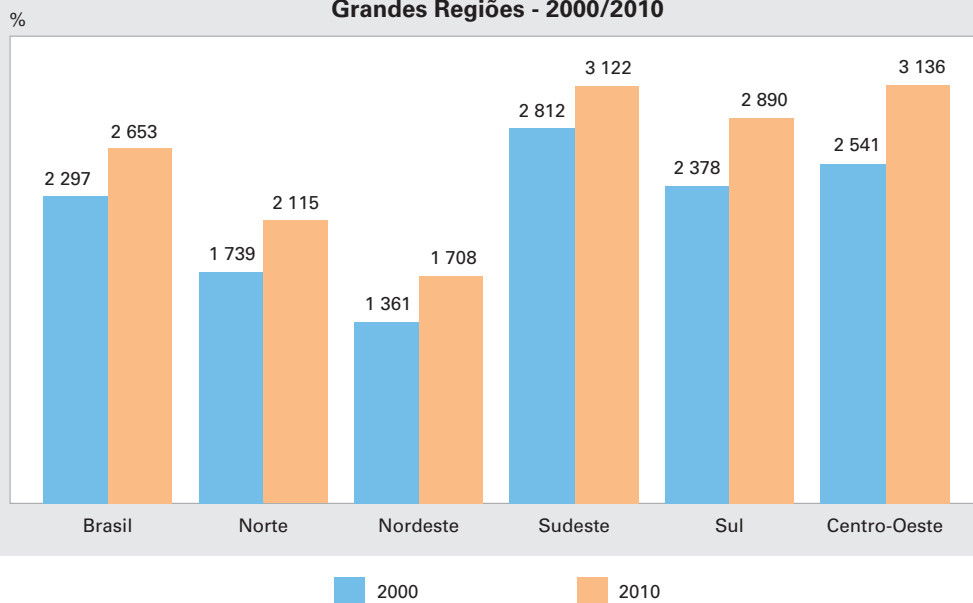
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive os domicílios com rendimento domiciliar *per capita* somente em benefícios.

No País o rendimento real mensal dos domicílios particulares permanentes apresentou elevação de 15,5%, de 2000 para 2010. Em todas as Grandes Regiões houve ganho real no rendimento domiciliar, de 2000 para 2010, sendo que o menor foi o da Região Sudeste (11,0%) e, nas demais, o incremento variou de 21,5% a 25,5%. Em 2010, a Região Nordeste continuou com o menor rendimento mensal domiciliar, ainda que tenha tido o maior ganho real de 2000 para 2010 (25,5%). Este rendimento da Região Nordeste, em 2010, representou perto de 55% do auferido nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, que detiveram os mais altos (Gráfico 28).

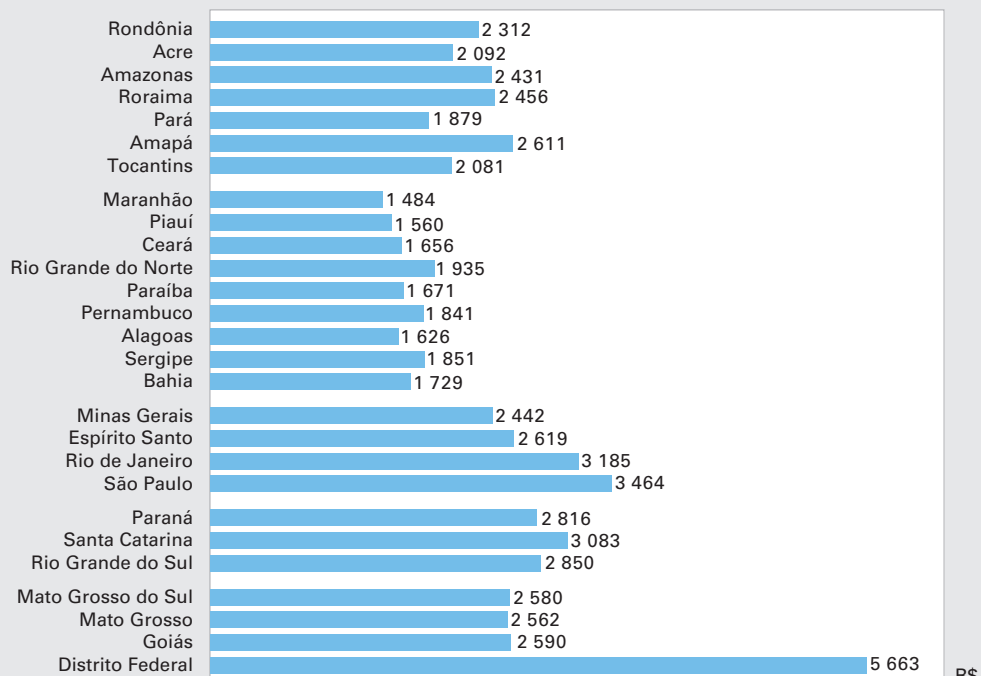
De 2000 para 2010, o rendimento médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, apresentou crescimento real em todas as Unidades da Federação, que variou de 8,7% a 40,1%. As Unidades da Federação em que este rendimento apresentou ganho real acima de 35% foram: Maranhão, Tocantins e Piauí.

Gráfico 28 - Rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Gráfico 29 - Rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, segundo as Unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em 2010, esse rendimento médio domiciliar do Distrito Federal continuou a ser, destacadamente, o mais elevado, suplantando em 38,8% o seguinte, que foi o de São Paulo. No outro extremo ficaram os rendimentos do Maranhão e do Piauí.

Deslocamento

O Censo Demográfico 2010 propicia informações em separado sobre deslocamento para o trabalho e estudo, um significativo avanço em relação ao Censo Demográfico 2000, quando a pesquisa foi realizada agregando estas informações. Portanto para apresentar a evolução do fenômeno no período 2000/2010 é necessário agregar as informações para trabalho e estudo coletadas em separado em 2010, com cuidado adicional, para que não se tenha dupla contagem dos informantes de 2010⁹. Por essa razão, os comentários aqui apresentados se restringem às informações de 2010, e a evolução do deslocamento para trabalho e estudo no período de 2000/2010 será apresentada no volume do Censo Demográfico 2010 com os resultados da amostra específicos sobre educação, trabalho, rendimento e deslocamento.

Uma característica geográfica na análise dos resultados por Unidade da Federação é a questão da malha municipal que, por se apresentar bastante fragmentada em algumas Unidades da Federação, dificulta uma análise comparativa com o Censo Demográfico 2000 com base no deslocamento para o trabalho ou estudo em outros municípios, uma vez que em alguns casos a distância a ser percorrida é bastante variável. Outro fator geográfico, a ser levado em consideração nesta análise, é a própria territorialidade da rede de transportes facilitando ou dificultando tais deslocamentos.

O deslocamento para estudo em 2010

A análise do deslocamento, neste volume do *Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra*, limitou-se a características e padrões no Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Como as informações, agora divulgadas, levam em consideração apenas os valores relativos ao deslocamento total dos estudantes para outro município ou país estrangeiro, revela-se a tendência geral do fenômeno no Brasil, nas Grandes Regiões e Unidades da Federação.

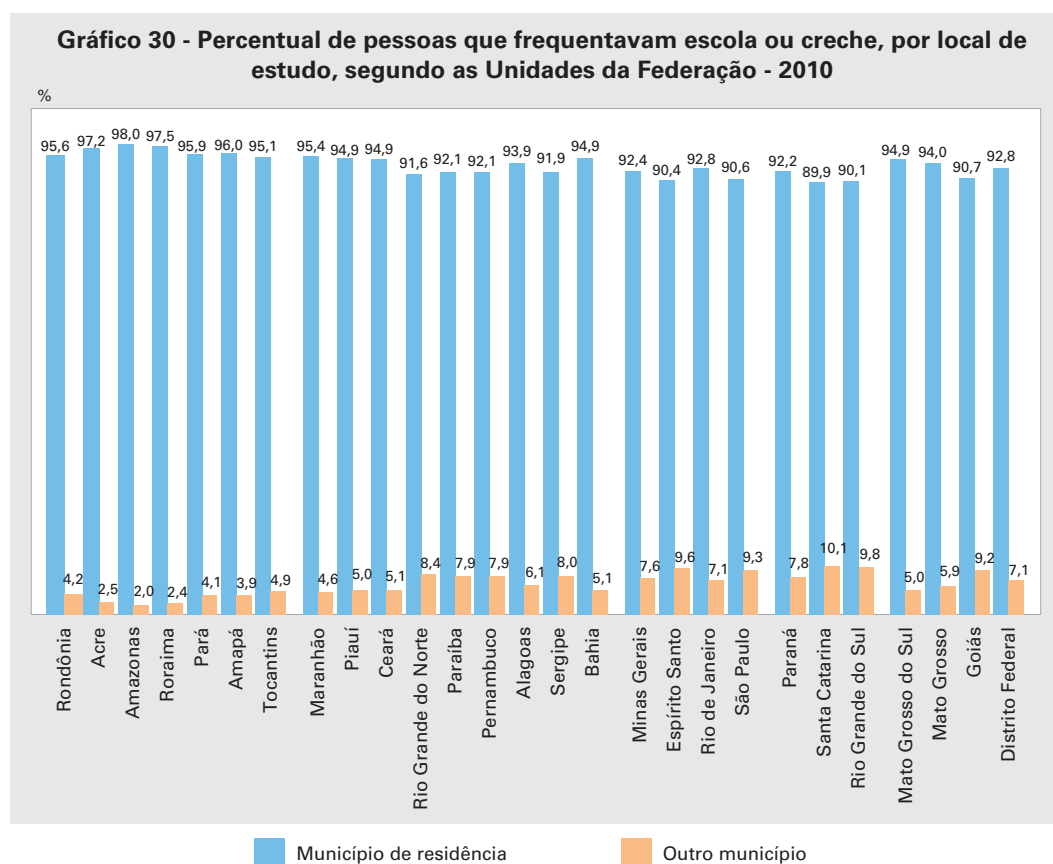
O deslocamento para estudo apresentava alguns padrões básicos que se repetiam em todo o País. Do total de 59,6 milhões de pessoas que frequentavam escola ou creche, 55,2 milhões (92,7%) estudavam no próprio município de residência. Na Região Sudeste esse deslocamento foi de 2,0 milhões (8,5%) de estudantes e desse valor a maior parte ocorria no Estado de São Paulo, 1,1 milhões de pessoas (57,0% do total da Região Sudeste). Ainda nessa região, os estudantes dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro também apresentavam elevado número de deslocamento para outro município (432 mil e 334 mil pessoas, respectivamente).

⁹ Não se pode fazer o somatório direto das duas informações de 2010, sendo necessário separar os registros referentes às pessoas pesquisadas que tanto trabalham quanto estudam em outro município ou país estrangeiro daqueles registros referentes às pessoas que só estudam ou só trabalham em outro município ou país estrangeiro.

Na Região Nordeste, o deslocamento para outro município alcançava 1,1 milhões de estudantes, com maiores números nos Estados da Bahia e de Pernambuco, com 236 mil e 224 mil pessoas, respectivamente. Na Região Sul, deslocavam-se 709 mil estudantes, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com 284 mil estudando fora de seu município de residência.

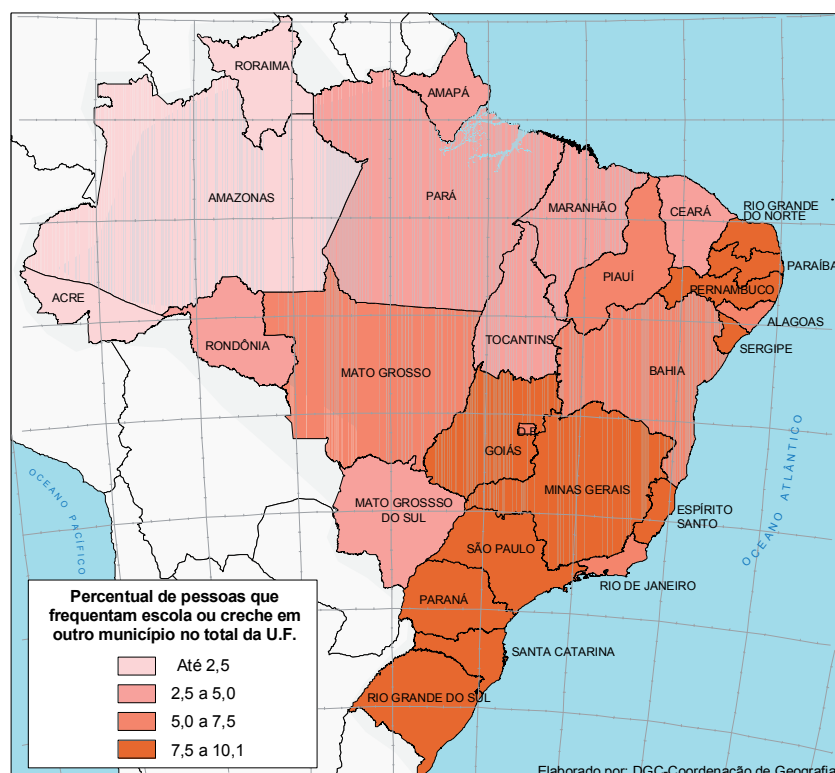
Em termos proporcionais verificou-se que no Estado de Santa Catarina, de um total de 1,8 milhões de estudantes, 184 mil se deslocavam para estudo em outro município, representando o percentual mais elevado do País, atingindo 10,1% (Gráfico 30) de sua população estudantil. Na Região Centro-Oeste, Goiás se destacava com 165 mil pessoas que estudavam em outro município. Na Região Norte, o deslocamento para estudo se dava principalmente no Estado do Pará, com 110 mil estudantes se deslocando para outro município. Nessa região, as características geográficas de densidade de ocupação do território, as longas distâncias, dificultam o deslocamento para estudo fora do município de residência, como ocorria em Roraima, Acre, Amapá, Rondônia, Tocantins e Amazonas.

No Cartograma 3, estão representadas as informações sobre a proporção do deslocamento para estudo em outro município do País por Unidade da Federação.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Cartograma 3 - Percentual de pessoas que frequentavam escola ou creche, em outro município na população de estudantes no total da Unidade da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

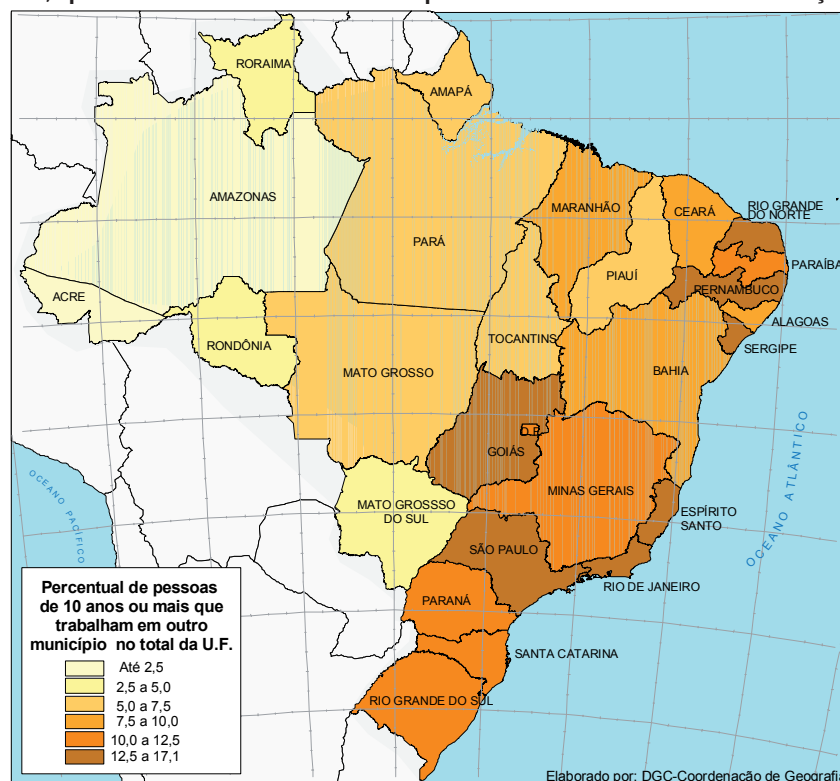
O deslocamento para trabalho em 2010

O deslocamento para o trabalho se reveste de características bastante distintas do deslocamento para o estudo, uma vez que é um fenômeno que caracteriza áreas urbanas conurbadas e a flexibilização do local de trabalho. No Brasil, do total de 86 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, 87,1% trabalhavam no próprio município de residência em 2010. Desses trabalhadores, 20 milhões (26,6%) trabalhavam na própria residência. As pessoas que trabalhavam no próprio município, mas, fora de sua residência constituíam um total de 55 milhões de pessoas, enquanto trabalhando em outro município, encontravam-se 11,8% da população ocupada, correspondendo a 10,1 milhões de pessoas. Em país estrangeiro, trabalhavam 36 mil pessoas, correspondendo a 0,04% das pessoas ocupadas na semana de referência.

Nas Grandes Regiões com maior número de Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas, a incidência de deslocamento para trabalho intermunicipal era maior, como nas Regiões Sudeste, Nordeste e Sul. O deslocamento para o trabalho em outro município reflete a intensidade do processo de urbanização; no caso do Estado de São Paulo, envolvia 3 milhões de pessoas ocupadas, representando 29,6% do total das pessoas no País que se deslocavam entre municípios para o tra-

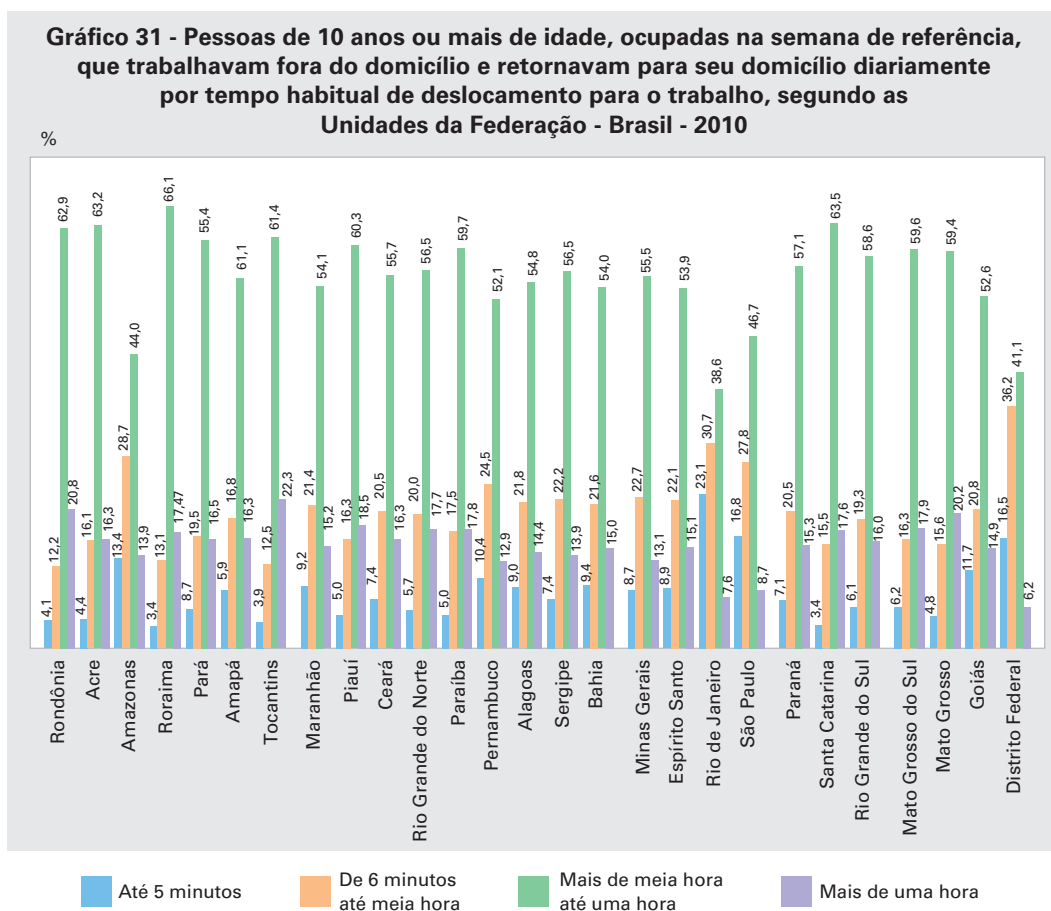
balho. Na Região Sudeste ainda se destacava o Estado do Rio de Janeiro, onde 1,2 milhões (12,0 %) realizavam esse tipo de deslocamento. Na Região Nordeste, o deslocamento para trabalho era mais concentrado nos Estados de Pernambuco e Bahia, respectivamente, com 557 mil e 443 mil pessoas ocupadas em outro município. Nos três estados da Região Sul, destacavam-se o Rio Grande do Sul, onde 652 mil pessoas (6,4% no total do País) se deslocavam para trabalhar fora do município de residência e também o Paraná, onde 594 mil (5,8% no total do País) faziam este deslocamento. Na Região Centro-Oeste, o deslocamento para o trabalho fora do município se mostrou significativo em Goiás num total de 451 mil pessoas (4,4% no total do País), enquanto na Região Norte, este tipo de deslocamento foi inferior ao das demais Grandes Regiões, observando-se que no Pará, 196 mil pessoas (1,9%) se deslocavam para trabalho. Outra informação acerca do deslocamento para o trabalho é constituída pelas pessoas que trabalhavam em outro país, constituindo um total de 36 mil pessoas (0,04%) no Brasil, que se concentravam na Região Sul, com um total de 14,7 mil pessoas, o que representava 40,9% deste contingente. Cabe ressaltar que nesta Grande Região a localização geográfica da fronteira internacional do Brasil, que é densamente ocupada, propicia este tipo de deslocamento. No Cartograma 4, está registrado o deslocamento para o trabalho em outro município do País por Unidade da Federação.

Cartograma 4 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalham em outro município no total da Unidade da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A análise do tempo de deslocamento realizado para o trabalho revelou padrão nacional onde a maior parte das pessoas levava de 6 minutos até meia hora no deslocamento para o trabalho, com exceção dos Estados do Rio de Janeiro, do Amazonas e de São Paulo, onde representavam respectivamente, 38,6%, 44,0% e 46,7% do total do Estado (Gráfico 31).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nas Unidades da Federação com a presença de grandes manchas urbanas contínuas e densamente ocupadas, o tempo de deslocamento para o trabalho superior a uma hora acontecia, principalmente, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo um total de 428 mil e 229 mil trabalhadores, respectivamente. Em termos proporcionais, verifica-se que no Estado do Rio de Janeiro esse número representava 23,1% e, em São Paulo, 16,8% da população que se deslocava para trabalhar.

Cabe mencionar, ainda, que na Região Norte, no Amazonas 123 mil pessoas (13,4% do Estado) também levavam mais de uma hora em seu deslocamento diário para o trabalho, o que pode estar relacionado às grandes distâncias entre as áreas ocupadas.

Domicílios

A presente publicação divulga os resultados gerais da amostra do Censo Demográfico 2010. No que se refere ao tema domicílio, os dados do universo forneceram informações básicas das características dos domicílios do Brasil, divulgadas na publicação *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios*. Verificou-se um País com predomínio de domicílios particulares permanentes (99,8%), do tipo casa (88,7%), domicílios próprios (73,3%) e uma média de 3,3 moradores por domicílio. As condições de saneamento básico, embora tenham apresentado melhorias significativas em relação à década passada, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do País, não foram suficientes para diminuir as desigualdades regionais no acesso às condições adequadas de habitação.

Com o Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2010 houve um avanço na investigação de novas informações relativas aos domicílios. Passou-se a investigar a existência ou não de revestimento das paredes externas do domicílio, permitindo uma melhor qualificação do material durável utilizado na construção das habitações. O número de bens investigados nos domicílios foi ampliado e, em alguns casos, melhor qualificado para captar as principais transformações ocorridas para o conforto dos moradores. Destacam-se as investigações da posse de motocicleta para uso particular, de microcomputador com acesso à Internet e da existência no domicílio de somente telefone fixo, somente celular ou ambos.

Para a apresentação dos comentários priorizaram-se as informações relativas às inovações pesquisadas nos resultados da amostra do Censo Demográfico 2010. O objetivo é fornecer uma visão geral dessas novas dimensões sem que se esgote a possibilidade de elaborar outros cruzamentos e análises e em níveis geográficos mais detalhados.

Paredes externas dos domicílios

O material utilizado na construção dos domicílios é, entre outros, um indicador clássico para se caracterizar as condições habitacionais. É um indicador de bem-estar que guarda estreita relação com a saúde dos moradores, como, por exemplo, no controle da doença de Chagas¹⁰.

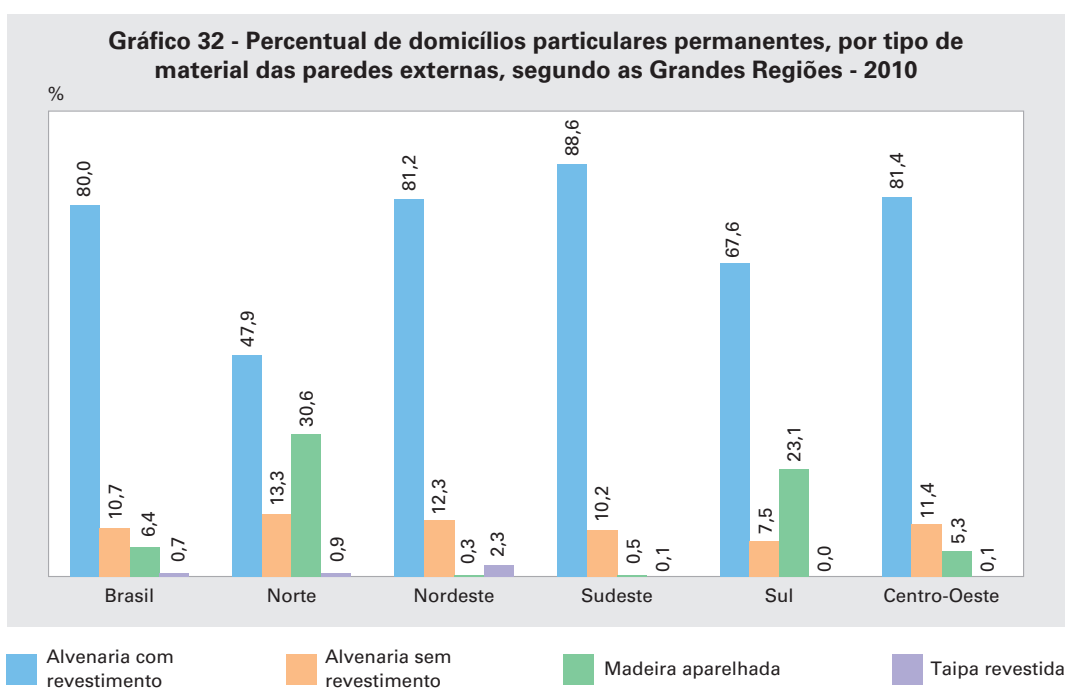
As séries históricas de levantamentos em pesquisas domiciliares, censitárias e amostrais, investigam o material utilizado na construção do piso, teto e parede. A coleta dessas informações, no entanto, variou ao longo do tempo e entre as diferentes pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE¹¹.

¹⁰ A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA destaca, entre outros aspectos, a necessidade de reboco nas paredes, a substituição ou reforço de paredes de alvenaria ou adobe no controle da doença de Chagas (MANUAL..., 2004).

¹¹ Nem sempre as três dimensões foram pesquisadas simultaneamente. No Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2010, por exemplo, o levantamento foi restrito ao material das paredes externas do domicílio. Para informações complementares consultar os questionários dos Censos Demográficos até 1991; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD desde a década de 1970; e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003 e 2008/2009 na página do IBGE na Internet: <www.ibge.gov.br>.

O crescimento nas últimas décadas do número de domicílios com paredes externas de alvenaria¹² foi a principal motivação para a inclusão do quesito sobre a existência ou não do revestimento, uma característica que discrimina a qualidade da habitação.

Em 2010, 97,8% dos domicílios no Brasil tinham as paredes externas construídas com algum tipo de material durável¹³, com predomínio de alvenaria com revestimento (80,0%). Entre as Grandes Regiões do País, a Região Sudeste era a que apresentava a mais alta incidência de domicílios com paredes externas de alvenaria com revestimento (88,6%), seguida das Regiões Centro-Oeste (81,4%) e Nordeste (81,2%). As Regiões Norte (47,9%) e Sul (67,6%), com as mais baixas proporções de domicílios de alvenaria com revestimento, eram as que mais utilizavam madeira aparelhada para a construção das paredes externas (30,6% e 23,1%, respectivamente). Os domicílios com paredes externas de alvenaria sem revestimento eram mais frequentes na Região Norte (13,3%), seguida da Região Nordeste (12,3%) e da Região Centro-Oeste (11,4%), conforme se verifica no Gráfico 32.

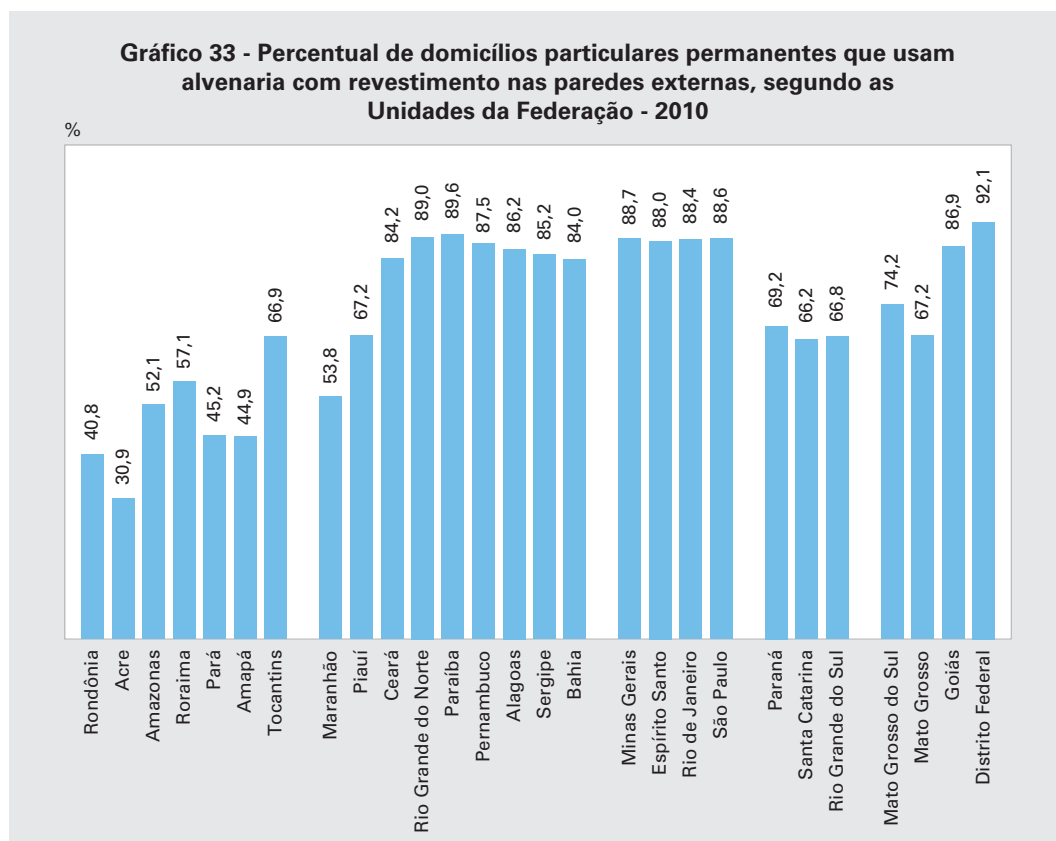


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

¹² No Censo Demográfico de 1991, 77,9% dos domicílios tinham parede externa de alvenaria. A título de exemplo de outras pesquisas domiciliares, as PNADs 1995, 2005 e 2009 tinham respectivamente 84,4%, 89,1% e 91,4% de domicílios com paredes externas de alvenaria.

¹³ Considerou-se material durável as paredes externas de alvenaria, madeira aparelhada e de taipa revestida.

Havia uma variação, em alguns casos bastante significativa, de material durável utilizado na construção das paredes externas dos domicílios segundo as Unidades da Federação. Com exceção dos Estados de Rondônia, Acre, Pará e Amapá, nas demais Unidades da Federação predominava o uso de alvenaria com revestimento nas paredes externas dos domicílios. As mais altas incidências encontravam-se no Distrito Federal (92,1%), nos Estados da Paraíba (89,6%) e do Rio Grande do Norte (89,0%) e nos estados da Região Sudeste com proporções acima de 88%, de acordo com o Gráfico 33.

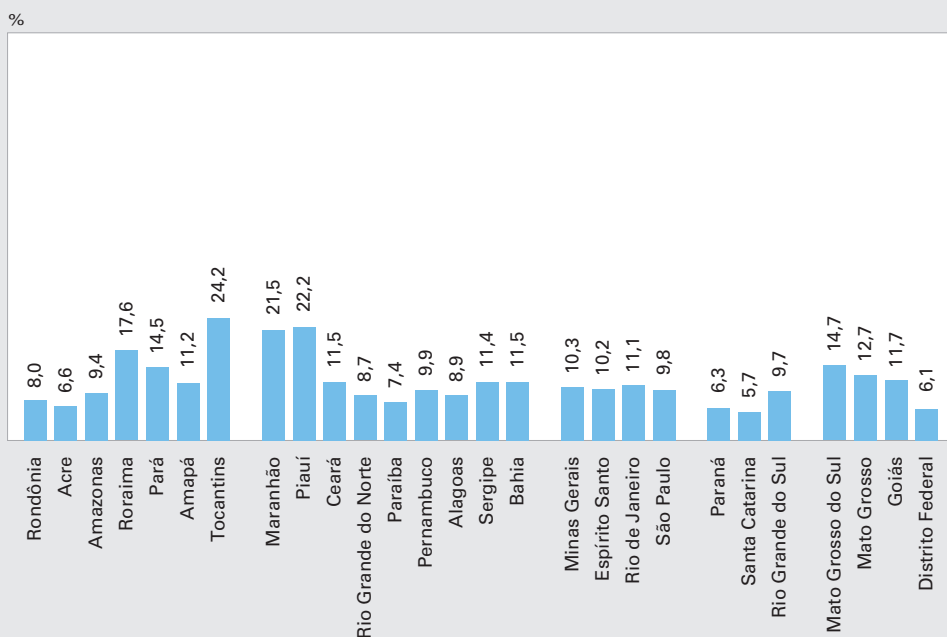


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No Gráfico 34, verifica-se que os domicílios com paredes externas de alvenaria sem revestimento se concentravam nos Estados de Tocantins (24,2%), Piauí (22,2%) e Maranhão (21,5%). Acima de 10% estavam os domicílios de Roraima, Pará, Amapá, Ceará, Sergipe, Bahia e os estados das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal.

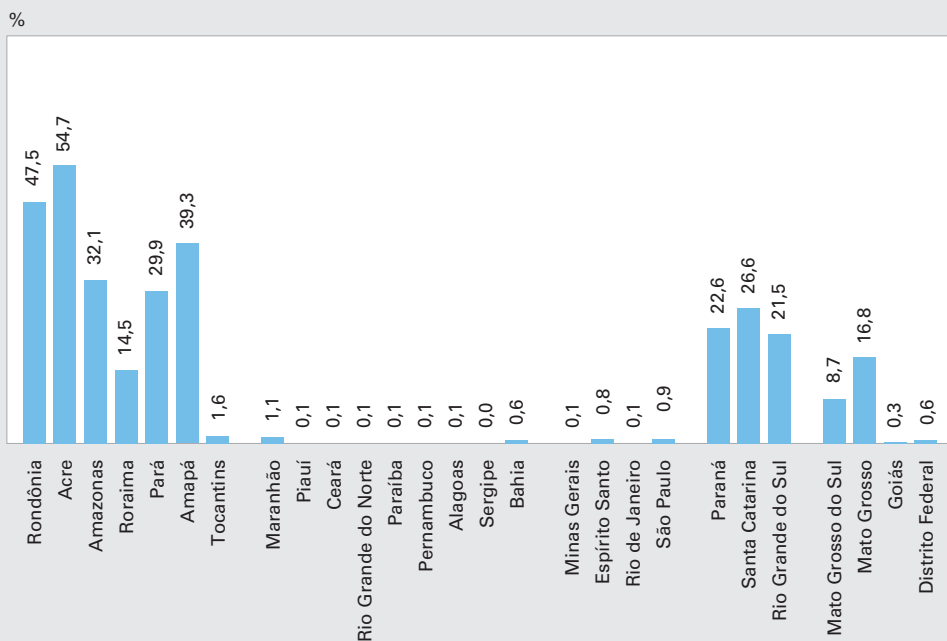
A combinação de material disponível e de tradição cultural é uma explicação possível das mais altas proporções de domicílios com paredes externas de madeira aparelhada encontradas nas Regiões Norte e Sul do País. No Estado do Acre, mais da metade dos domicílios (54,7%) privilegiavam a utilização deste material, seguido de perto pelo Estado de Rondônia (47,5%). Na Região Sul, as proporções eram acima de 20%, sendo as mais altas encontradas no Estado de Santa Catarina (26,6%), de acordo com o Gráfico 35.

Gráfico 34 - Domicílios particulares permanentes que usam alvenaria sem revestimento nas paredes externas, segundo as Unidades da Federação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 35 - Domicílios particulares permanentes que usam madeira aparelhada nas paredes externas, segundo as Unidades da Federação - 2010

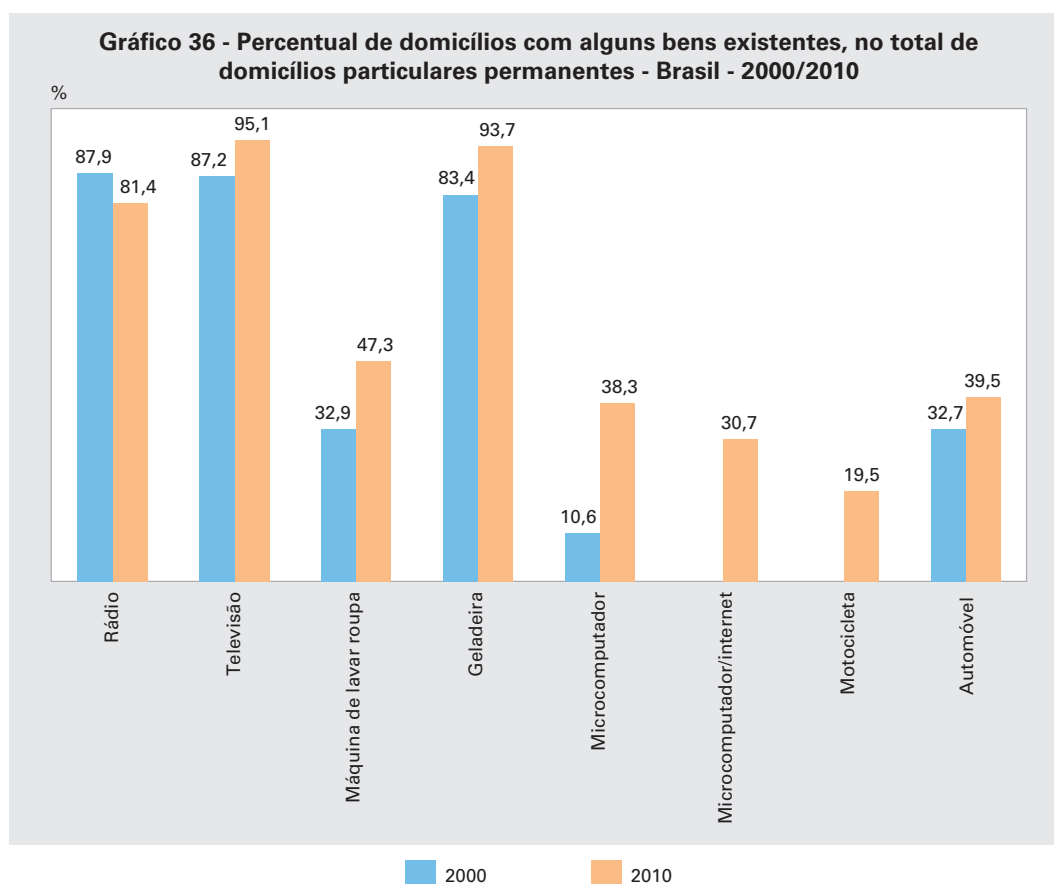


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Existência de bens duráveis nos domicílios

Com a inclusão de novos quesitos sobre bens existentes no domicílio no Questionário da Amostra do Censo Demográfico, detalharam-se algumas das transformações significativas na vida da população brasileira que passou a ter acesso ao consumo mais diversificado na última década.

No Gráfico 36 relacionam-se os bens comuns pesquisados em 2000 e 2010 e aqueles que foram adicionados ao Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2010. Com exceção da diminuição do percentual do rádio, houve um aumento proporcional dos demais itens existentes nos domicílios nos períodos investigados. Cabe ressaltar o aumento de bens como a máquina de lavar roupa, que passou de 32,9%, em 2000, para 47,3%, em 2010, e a elevação em 27,7 pontos percentuais na presença de microcomputadores nos domicílios. Do total de domicílios, 30,7% tinham acesso à Internet. A presença de motocicleta para uso particular, que foi investigada pela primeira vez em um Censo Demográfico brasileiro, foi de 19,5%.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

A existência de bens nos domicílios apresentou variações regionais, em alguns casos bastante expressivos, conforme se verifica na Tabela 25. A proporção de domicílios com máquina de lavar roupa na Região Sul apresentou uma diferença de 46,6 pontos percentuais em relação aos domicílios da Região Nordeste. Também foi significativa a diferença entre as Regiões Sul e Norte (37,2 pontos percentuais) quanto à posse de automóvel de uso particular.

Em relação ao microcomputador, observa-se que o percentual de domicílios com este bem na Região Sudeste (48,0%), representa mais que o dobro do existente na Região Norte (22,7%). Os domicílios com microcomputador com acesso à Internet na Região Sudeste revelam, também, um percentual acima do dobro relativo ao da Região Norte (39,6% e 15,4%, respectivamente).

Cabe ressaltar que nos domicílios das Grandes Regiões, exceto nos da Região Sudeste, os percentuais eram acima de 20% onde algum morador possuía motocicleta para uso particular.

Tabela 26 - Percentual de domicílios com existência de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com existência de alguns bens duráveis existentes no total de domicílios particulares permanentes (%)							
	Rádio	Televisão	Máquina de lavar roupa	Geladeira	Microcomputador		Motocicleta	Automóvel
					Total	Com Internet		
Brasil	81,4	95,1	47,3	93,7	38,3	30,7	19,5	39,5
Norte	62,2	87,2	28,7	83,8	22,7	15,4	24,1	19,4
Nordeste	74,9	92,3	19,0	86,5	21,2	16,8	21,5	19,8
Sudeste	86,0	97,4	61,2	97,6	48,0	39,6	15,8	47,3
Sul	90,0	96,8	65,6	98,0	46,1	35,5	20,8	56,6
Centro-Oeste	77,3	94,8	43,3	96,0	39,2	31,4	26,8	45,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os avanços nos anos recentes da telefonia no País motivaram o levantamento mais detalhado, no Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2010, com o objetivo de descrever as transformações ocorridas. Em 2000, era investigada a existência de linha telefônica instalada no domicílio. Em 2010, foi pesquisada a existência de telefone celular e a separação de domicílios com somente telefone fixo, somente telefone celular e com telefone fixo e celular.

Em 2000, eram 39,7% de domicílios com linha telefônica instalada. Em 2010, 40,8% domicílios possuíam telefone fixo, valor este quando se considera os domicílios com somente telefone fixo e domicílios com telefone fixo e celular. Na Tabela 27, verifica-se que havia no Brasil 87,9% domicílios com telefone fixo ou tele-

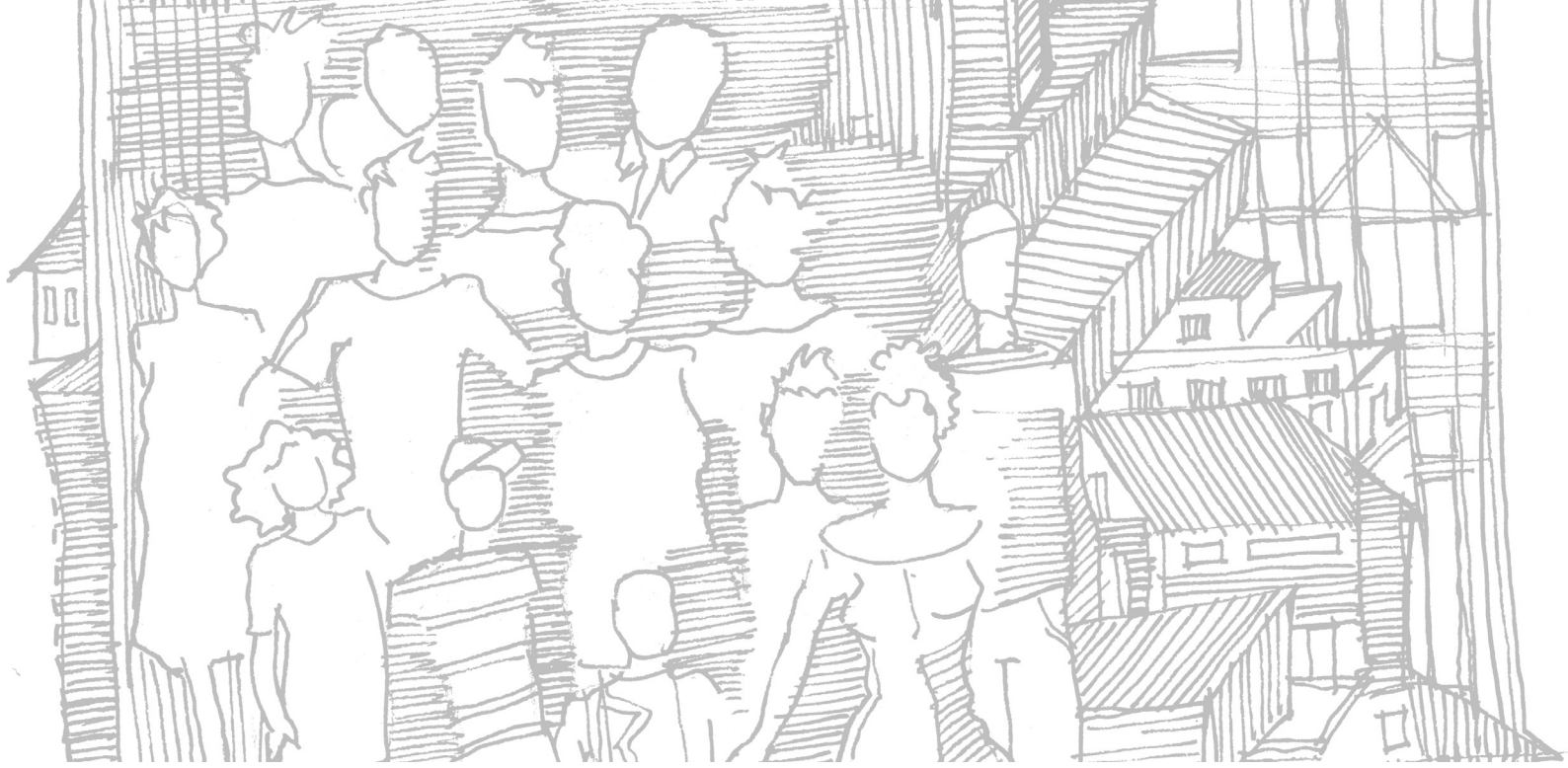
fone celular ou ambos. Entre as Grandes Regiões, as Regiões Sudeste e Sul tinham os mais altos percentuais de domicílios com somente telefone fixo e com telefone fixo e celular (56,1% e 43,3%, respectivamente) em contraste com incidências bem inferiores encontradas nas Regiões Norte (19,9%) e Nordeste (20,6%).

A proporção de domicílios com somente telefone celular predominou no Brasil (47,1%). Exceto na Região Sudeste, nas demais Grandes Regiões a incidência estava acima de 50%, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste onde foram verificadas as mais altas proporções de domicílios com somente telefone celular (57,9% e 57,4%, respectivamente). Considerando-se os domicílios com somente telefone celular e com telefone fixo e celular, a proporção no País atingiu a 83,2%, com destaque para a Região Centro-Oeste onde havia 90,6% de domicílios nesta situação.

Tabela 27 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por existência de telefone, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Distribuição dos domicílios particulares permanentes por existência de telefone (%)					
	Total	Tinham				Não tinham
		Total	Somente telefone fixo	Somente telefone celular	Telefone fixo e celular	
Brasil	100,0	87,9	4,7	47,1	36,1	12,1
Norte	100,0	77,8	1,8	57,9	18,1	22,2
Nordeste	100,0	77,3	2,3	64,2	18,0	22,7
Sudeste	100,0	92,9	6,8	60,1	17,4	7,1
Sul	100,0	93,5	5,3	52,4	22,9	6,5
Centro-Oeste	100,0	93,1	2,6	53,3	21,8	6,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Tabelas de resultados

Tabela 1.1.1 - População residente, por tipo de deficiência permanente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente										
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência permanente						Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	
		Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Visual			Auditiva					
			Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade				Alguma dificuldade
Brasil	190 755 799	45 606 048	506 377	6 056 533	29 211 482	344 206	1 798 967	7 574 145			
Norte	15 864 454	3 654 137	32 408	540 864	2 409 560	23 023	123 273	591 018			
Rondônia	1 562 409	345 580	2 294	46 211	232 313	1 754	11 763	52 833			
Acre	733 559	165 892	1 410	25 143	106 849	1 189	6 159	26 812			
Amazonas	3 483 985	790 647	8 214	113 045	530 003	5 429	23 841	124 920			
Roraima	450 479	95 510	1 129	13 603	62 511	561	3 382	15 152			
Pará	7 581 051	1 790 289	15 459	270 953	1 169 644	11 284	60 066	297 723			
Amapá	669 526	158 770	1 325	24 781	106 529	830	4 829	22 646			
Tocantins	1 383 445	307 449	2 577	47 129	201 710	1 976	13 232	50 932			
Nordeste	53 081 950	14 130 717	126 163	2 062 719	9 058 424	89 030	568 438	2 413 885			
Maranhão	6 574 789	1 641 771	13 998	267 853	1 054 540	10 007	64 082	275 529			
Piauí	3 118 360	859 627	7 559	138 672	556 525	4 730	37 474	143 771			
Ceará	8 452 381	2 340 329	24 224	349 795	1 497 949	16 313	99 364	411 128			
Rio Grande do Norte	3 168 027	882 022	6 929	128 684	560 967	4 879	36 929	150 054			
Paraíba	3 766 528	1 045 962	8 477	142 193	672 369	6 470	41 908	181 762			
Pernambuco	8 796 448	2 425 900	19 950	348 179	1 564 390	14 217	97 534	411 304			
Alagoas	3 120 494	859 707	6 977	136 127	536 811	5 123	35 686	145 920			
Sergipe	2 068 017	518 568	4 069	75 156	331 254	3 303	20 033	88 362			
Bahia	14 016 906	3 556 832	33 980	476 059	2 283 619	23 987	135 427	606 057			
Sudeste	80 364 410	18 499 909	248 917	2 247 963	11 890 579	158 786	708 996	2 967 992			
Minas Gerais	19 597 330	4 432 186	45 015	591 313	2 703 412	32 355	199 251	769 738			
Espírito Santo	3 514 952	823 730	7 298	113 309	513 414	5 110	31 128	132 838			
Rio de Janeiro	15 989 929	3 899 885	53 178	483 414	2 533 069	30 897	132 986	608 112			
São Paulo	41 262 199	9 344 109	143 426	1 059 927	6 140 684	90 424	345 630	1 457 305			
Sul	27 386 891	6 159 670	68 589	793 373	3 759 976	48 119	282 307	1 108 600			
Paraná	10 444 526	2 280 548	26 155	295 464	1 407 052	18 988	100 206	396 755			
Santa Catarina	6 248 436	1 330 704	13 687	174 772	804 176	10 403	62 121	233 309			
Rio Grande do Sul	10 693 929	2 548 418	28 748	323 137	1 548 749	18 728	119 980	478 536			
Centro-Oeste	14 058 094	3 161 616	30 300	411 614	2 092 943	25 248	115 953	492 650			
Mato Grosso do Sul	2 449 024	525 979	4 917	68 440	336 223	3 609	20 811	83 190			
Mato Grosso	3 035 122	669 042	5 168	91 415	452 917	4 391	22 659	100 338			
Goiás	6 003 788	1 392 790	13 778	183 711	914 913	11 590	55 785	226 654			
Distrito Federal	2 570 160	573 805	6 436	68 047	388 890	5 658	16 698	82 469			

Tabela 1.1.1 - População residente, por tipo de deficiência permanente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente				
	Tipo de deficiência permanente				
	Motora			Mental/intelectual	Nenhuma dessas deficiências (3)
	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade		
Brasil	734 421	3 698 929	8 832 249	2 611 536	145 084 976
Norte	43 639	245 545	675 279	183 587	12 205 518
Rondônia	3 949	21 686	58 440	19 096	1 214 284
Acre	2 105	11 722	31 560	12 105	567 462
Amazonas	9 068	50 675	150 189	38 671	2 693 106
Roraima	1 149	5 953	15 603	4 916	354 959
Pará	21 239	125 571	344 442	84 194	5 789 103
Amapá	1 998	9 849	26 205	6 343	510 717
Tocantins	4 130	20 087	48 839	18 263	1 075 887
Nordeste	209 994	1 159 023	2 756 224	826 170	38 940 174
Maranhão	21 476	125 039	313 755	96 685	4 932 527
Piauí	12 310	69 335	160 040	50 876	2 258 525
Ceará	36 587	187 298	458 972	125 353	6 111 222
Rio Grande do Norte	13 606	72 854	165 051	52 028	2 285 466
Paraíba	16 880	90 172	213 753	62 058	2 719 901
Pernambuco	36 599	210 836	485 003	138 677	6 369 508
Alagoas	11 855	84 135	173 543	59 853	2 260 601
Sergipe	7 554	41 569	91 640	29 239	1 548 961
Bahia	53 127	277 784	694 467	211 402	10 453 465
Sudeste	326 809	1 502 121	3 583 430	1 053 910	61 825 521
Minas Gerais	78 615	404 448	895 153	300 676	15 160 785
Espírito Santo	13 566	72 774	164 566	47 313	2 690 677
Rio de Janeiro	65 631	327 616	828 134	202 991	12 083 234
São Paulo	168 997	697 282	1 695 577	502 931	31 890 826
Sul	106 700	569 669	1 267 516	378 124	21 221 441
Paraná	39 951	203 268	463 022	143 376	8 162 310
Santa Catarina	22 064	125 893	271 236	71 956	4 915 019
Rio Grande do Sul	44 685	240 508	533 257	162 792	8 144 112
Centro-Oeste	47 279	222 572	549 800	169 743	10 892 322
Mato Grosso do Sul	8 886	42 895	98 410	32 488	1 922 548
Mato Grosso	8 308	43 110	110 440	33 367	2 364 743
Goiás	21 866	102 265	252 434	75 853	4 609 791
Distrito Federal	8 219	34 302	88 516	28 035	1 995 240

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração dessas deficiências.

(3) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência.



**Tabela 1.2.1 - População residente, por nacionalidade,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente				
	Total	Nacionalidade			
		Brasileira			Estrangeira
		Total	Nata	Por naturalização	
Brasil	190 755 799	190 324 346	190 163 185	161 161	431 453
Norte	15 864 454	15 847 960	15 838 719	9 241	16 494
Rondônia	1 562 409	1 559 687	1 557 729	1 958	2 722
Acre	733 559	732 627	732 048	580	932
Amazonas	3 483 985	3 476 893	3 474 167	2 726	7 092
Roraima	450 479	449 330	447 763	1 567	1 149
Pará	7 581 051	7 577 477	7 575 788	1 689	3 574
Amapá	669 526	668 978	668 548	430	548
Tocantins	1 383 445	1 382 968	1 382 677	292	477
Nordeste	53 081 950	53 057 026	53 048 594	8 432	24 924
Maranhão	6 574 789	6 573 711	6 573 242	469	1 078
Piauí	3 118 360	3 118 017	3 117 878	138	343
Ceará	8 452 381	8 447 829	8 446 509	1 319	4 552
Rio Grande do Norte	3 168 027	3 166 001	3 165 204	797	2 026
Paraíba	3 766 528	3 765 131	3 764 722	409	1 397
Pernambuco	8 796 448	8 792 273	8 790 507	1 766	4 175
Alagoas	3 120 494	3 119 722	3 119 416	306	772
Sergipe	2 068 017	2 067 491	2 067 437	54	526
Bahia	14 016 906	14 006 851	14 003 678	3 173	10 055
Sudeste	80 364 410	80 061 792	79 970 620	91 173	302 618
Minas Gerais	19 597 330	19 580 781	19 572 652	8 129	16 549
Espírito Santo	3 514 952	3 511 168	3 509 525	1 642	3 784
Rio de Janeiro	15 989 929	15 913 242	15 893 119	20 123	76 687
São Paulo	41 262 199	41 056 602	40 995 323	61 278	205 597
Sul	27 386 891	27 322 493	27 284 655	37 837	64 398
Paraná	10 444 526	10 415 944	10 394 143	21 801	28 582
Santa Catarina	6 248 436	6 236 754	6 230 812	5 942	11 682
Rio Grande do Sul	10 693 929	10 669 795	10 659 701	10 094	24 134
Centro-Oeste	14 058 094	14 035 074	14 020 597	14 477	23 020
Mato Grosso do Sul	2 449 024	2 440 401	2 434 349	6 052	8 623
Mato Grosso	3 035 122	3 032 020	3 029 162	2 858	3 102
Goiás	6 003 788	5 998 282	5 995 502	2 780	5 506
Distrito Federal	2 570 160	2 564 370	2 561 583	2 787	5 790

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.2.2 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente				
	Total	Naturalidade em relação ao município		Naturalidade em relação à Unidade da Federação	
		Natural	Não natural	Natural	Não natural
Brasil	190 755 799	123 173 137	67 582 662	163 025 561	27 730 238
Norte	15 864 454	10 321 248	5 543 206	12 766 198	3 098 256
Rondônia	1 562 409	676 252	886 157	880 291	682 118
Acre	733 559	540 394	193 165	654 888	78 671
Amazonas	3 483 985	2 679 176	804 809	3 121 744	362 241
Roraima	450 479	244 524	205 955	277 011	173 468
Pará	7 581 051	5 087 720	2 493 331	6 428 194	1 152 857
Amapá	669 526	400 384	269 142	457 446	212 080
Tocantins	1 383 445	692 799	690 646	946 623	436 822
Nordeste	53 081 950	38 492 740	14 589 210	49 358 136	3 723 814
Maranhão	6 574 789	4 667 000	1 907 789	6 068 006	506 783
Piauí	3 118 360	2 342 085	776 275	2 850 060	268 300
Ceará	8 452 381	6 386 048	2 066 333	8 040 451	411 930
Rio Grande do Norte	3 168 027	2 116 938	1 051 089	2 891 858	276 169
Paraíba	3 766 528	2 747 358	1 019 170	3 464 465	302 063
Pernambuco	8 796 448	6 320 984	2 475 464	8 203 793	592 655
Alagoas	3 120 494	2 246 798	873 696	2 877 522	242 972
Sergipe	2 068 017	1 431 654	636 363	1 839 540	228 477
Bahia	14 016 906	10 233 874	3 783 032	13 122 440	894 466
Sudeste	80 364 410	51 139 472	29 224 938	67 402 714	12 961 696
Minas Gerais	19 597 330	13 335 032	6 262 298	18 157 922	1 439 408
Espírito Santo	3 514 952	2 006 872	1 508 080	2 843 652	671 300
Rio de Janeiro	15 989 929	11 413 372	4 576 557	13 674 746	2 315 183
São Paulo	41 262 199	24 384 196	16 878 003	32 726 393	8 535 806
Sul	27 386 891	16 152 052	11 234 839	24 073 692	3 313 199
Paraná	10 444 526	5 754 725	4 689 801	8 665 234	1 779 292
Santa Catarina	6 248 436	3 509 014	2 739 422	5 127 294	1 121 142
Rio Grande do Sul	10 693 929	6 888 314	3 805 615	10 281 164	412 765
Centro-Oeste	14 058 094	7 067 625	6 990 469	9 424 821	4 633 273
Mato Grosso do Sul	2 449 024	1 332 315	1 116 709	1 812 598	636 426
Mato Grosso	3 035 122	1 351 449	1 683 673	1 884 263	1 150 859
Goiás	6 003 788	3 001 844	3 001 944	4 345 942	1 657 846
Distrito Federal	2 570 160	1 382 017	1 188 143	1 382 017	1 188 143

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.2.3 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas não naturais da Unidade da Federação					
	Total	Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação				
		Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 anos ou mais
Brasil	27 730 238	1 818 286	2 911 204	2 464 008	2 849 962	17 686 778
Norte	3 098 256	206 546	337 018	296 859	367 154	1 890 678
Rondônia	682 118	44 128	62 971	48 134	65 782	461 102
Acre	78 671	6 824	9 364	7 620	8 013	46 851
Amazonas	362 241	26 400	46 307	41 422	38 397	209 716
Roraima	173 468	10 994	16 810	16 130	23 507	106 026
Pará	1 152 857	65 261	127 420	118 877	149 922	691 376
Amapá	212 080	14 100	22 398	22 789	27 217	125 575
Tocantins	436 822	38 839	51 747	41 888	54 315	250 032
Nordeste	3 723 814	301 671	427 502	372 830	423 499	2 198 311
Maranhão	506 783	36 679	56 246	43 108	49 342	321 408
Piauí	268 300	21 195	29 665	25 290	29 325	162 826
Ceará	411 930	34 162	47 641	39 584	49 651	240 892
Rio Grande do Norte	276 169	22 204	33 039	29 971	33 618	157 338
Paraíba	302 063	25 417	36 993	33 061	39 030	167 562
Pernambuco	592 655	53 493	66 660	55 309	62 697	354 496
Alagoas	242 972	18 318	23 632	24 449	25 673	150 901
Sergipe	228 477	16 986	25 423	25 918	25 208	134 942
Bahia	894 466	73 219	108 204	96 141	108 955	507 947
Sudeste	12 961 696	713 346	1 220 325	1 030 734	1 159 160	8 838 132
Minas Gerais	1 439 408	137 735	192 469	150 970	162 751	795 483
Espírito Santo	671 300	50 328	83 040	71 326	70 685	395 921
Rio de Janeiro	2 315 183	109 404	186 860	159 931	185 994	1 672 993
São Paulo	8 535 806	415 879	757 956	648 507	739 730	5 973 734
Sul	3 313 199	241 831	388 099	329 872	347 758	2 005 638
Paraná	1 779 292	98 780	165 752	135 673	156 381	1 222 705
Santa Catarina	1 121 142	105 538	168 403	154 409	147 218	545 574
Rio Grande do Sul	412 765	37 513	53 943	39 790	44 159	237 359
Centro-Oeste	4 633 273	354 892	538 259	433 712	552 392	2 754 019
Mato Grosso do Sul	636 426	46 921	63 864	53 957	63 807	407 876
Mato Grosso	1 150 859	79 799	130 887	95 933	156 409	687 830
Goiás	1 657 846	159 912	225 922	182 189	206 979	882 842
Distrito Federal	1 188 143	68 259	117 586	101 632	125 195	775 471

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.3.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
	Total	Estado conjugal			
		Viviam em união	Não viviam em união		
			Total	Não viviam, mas já viveram em união	Nunca viveram em união
Brasil	161 981 299	81 080 710	80 900 588	23 614 565	57 286 023
Norte	12 669 874	6 132 052	6 537 822	1 712 892	4 824 930
Rondônia	1 294 956	691 471	603 486	172 446	431 040
Acre	573 909	278 170	295 739	82 821	212 918
Amazonas	2 728 336	1 280 569	1 447 768	358 980	1 088 787
Roraima	353 679	165 862	187 817	52 362	135 455
Pará	6 062 304	2 915 418	3 146 886	815 056	2 331 830
Amapá	526 975	241 041	285 935	78 939	206 996
Tocantins	1 129 714	559 522	570 192	152 289	417 904
Nordeste	44 217 039	21 235 697	22 981 342	6 512 983	16 468 359
Maranhão	5 264 736	2 486 633	2 778 103	705 724	2 072 380
Piauí	2 597 953	1 263 177	1 334 777	324 447	1 010 330
Ceará	7 111 302	3 420 059	3 691 244	987 488	2 703 756
Rio Grande do Norte	2 676 308	1 339 838	1 336 470	403 521	932 948
Paraíba	3 161 232	1 579 134	1 582 098	464 988	1 117 110
Pernambuco	7 373 671	3 554 401	3 819 270	1 163 218	2 656 052
Alagoas	2 547 711	1 232 470	1 315 240	369 312	945 928
Sergipe	1 720 016	819 724	900 292	263 819	636 473
Bahia	11 764 109	5 540 261	6 223 848	1 830 467	4 393 381
Sudeste	69 528 259	34 628 491	34 899 768	10 364 704	24 535 064
Minas Gerais	16 890 981	8 161 305	8 729 676	2 357 550	6 372 126
Espírito Santo	3 005 851	1 571 963	1 433 888	427 250	1 006 638
Rio de Janeiro	13 908 173	6 787 911	7 120 262	2 436 935	4 683 327
São Paulo	35 723 254	18 107 312	17 615 942	5 142 969	12 472 973
Sul	23 695 166	13 011 200	10 683 965	3 294 036	7 389 930
Paraná	8 962 586	4 861 745	4 100 842	1 196 894	2 903 948
Santa Catarina	5 404 884	3 081 377	2 323 506	665 962	1 657 545
Rio Grande do Sul	9 327 696	5 068 078	4 259 617	1 431 180	2 828 437
Centro-Oeste	11 870 960	6 073 270	5 797 690	1 729 950	4 067 740
Mato Grosso do Sul	2 059 723	1 075 560	984 163	317 691	666 472
Mato Grosso	2 537 660	1 343 348	1 194 312	352 410	841 902
Goiás	5 092 674	2 623 095	2 469 579	743 824	1 725 755
Distrito Federal	2 180 903	1 031 267	1 149 636	316 025	833 611

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Tabela 1.3.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Estado civil				
		Casado (a)	Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	Divorciado (a)	Viúvo (a)	Solteiro (a)
Brasil	161 981 299	56 435 253	2 809 917	5 019 321	8 063 404	89 653 403
Norte	12 669 874	3 210 848	111 667	227 099	383 789	8 736 471
Rondônia	1 294 956	439 667	16 851	41 229	43 533	753 676
Acre	573 909	149 098	4 039	11 630	17 559	391 583
Amazonas	2 728 336	641 042	23 292	41 379	74 522	1 948 101
Roraima	353 679	87 120	3 515	8 604	9 153	245 287
Pará	6 062 304	1 441 805	46 148	89 571	185 313	4 299 467
Amapá	526 975	100 962	4 347	8 275	12 149	401 243
Tocantins	1 129 714	351 154	13 474	26 412	41 560	697 114
Nordeste	44 217 039	13 556 562	505 813	859 670	2 005 487	27 289 507
Maranhão	5 264 736	1 437 482	44 310	63 169	204 286	3 515 489
Piauí	2 597 953	889 514	33 485	40 945	115 916	1 518 092
Ceará	7 111 302	2 363 664	97 728	120 376	312 437	4 217 098
Rio Grande do Norte	2 676 308	863 631	34 414	61 383	119 194	1 597 686
Paraíba	3 161 232	1 085 025	38 179	76 192	165 954	1 795 883
Pernambuco	7 373 671	2 344 833	83 367	175 273	381 490	4 388 708
Alagoas	2 547 711	780 341	28 705	58 285	119 391	1 560 989
Sergipe	1 720 016	465 860	22 455	43 646	69 441	1 118 614
Bahia	11 764 109	3 326 214	123 171	220 400	517 378	7 576 947
Sudeste	69 528 259	26 300 325	1 454 103	2 639 584	3 857 626	35 276 622
Minas Gerais	16 890 981	6 500 345	340 698	553 056	926 022	8 570 860
Espírito Santo	3 005 851	1 192 531	56 015	111 620	151 782	1 493 902
Rio de Janeiro	13 908 173	4 691 133	243 854	576 521	873 893	7 522 772
São Paulo	35 723 254	13 916 315	813 536	1 398 387	1 905 928	17 689 089
Sul	23 695 166	9 246 215	537 581	850 874	1 326 868	11 733 629
Paraná	8 962 586	3 694 793	169 847	312 901	485 759	4 299 286
Santa Catarina	5 404 884	2 177 042	127 299	191 987	268 787	2 639 769
Rio Grande do Sul	9 327 696	3 374 380	240 435	345 986	572 322	4 794 574
Centro-Oeste	11 870 960	4 121 304	200 753	442 095	489 634	6 617 174
Mato Grosso do Sul	2 059 723	688 772	40 091	83 842	93 357	1 153 661
Mato Grosso	2 537 660	853 029	38 395	74 743	95 168	1 476 325
Goiás	5 092 674	1 847 671	85 206	192 730	229 920	2 737 147
Distrito Federal	2 180 903	731 832	37 061	90 779	71 189	1 250 041

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.3.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que viviam em união conjugal, por natureza da união conjugal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que viviam em união conjugal				
	Total	Natureza da união conjugal			
		Casamento civil e religioso	Somente casamento civil	Somente casamento religioso	União consensual
Brasil	81 080 710	34 816 070	13 978 002	2 777 242	29 509 397
Norte	6 132 052	1 506 152	977 740	411 711	3 236 450
Rondônia	691 471	234 465	143 583	22 872	290 551
Acre	278 170	53 034	64 394	14 710	146 031
Amazonas	1 280 569	292 202	187 583	101 002	699 782
Roraima	165 862	31 235	33 382	6 734	94 511
Pará	2 915 418	684 090	408 375	202 013	1 620 941
Amapá	241 041	41 529	28 039	18 409	153 064
Tocantins	559 522	169 598	112 383	45 971	231 570
Nordeste	21 235 697	6 655 312	4 184 855	1 411 665	8 983 865
Maranhão	2 486 633	479 070	577 845	197 634	1 232 084
Piauí	1 263 177	393 024	275 199	208 128	386 826
Ceará	3 420 059	1 269 566	621 716	309 605	1 219 171
Rio Grande do Norte	1 339 838	423 223	280 723	48 051	587 841
Paraíba	1 579 134	629 959	290 450	86 383	572 342
Pernambuco	3 554 401	1 194 846	752 370	93 728	1 513 458
Alagoas	1 232 470	396 741	228 985	75 520	531 224
Sergipe	819 724	244 202	136 113	34 515	404 893
Bahia	5 540 261	1 624 681	1 021 454	358 101	2 536 025
Sudeste	34 628 491	17 638 974	5 979 485	421 204	10 588 828
Minas Gerais	8 161 305	4 780 812	1 106 782	157 743	2 115 968
Espírito Santo	1 571 963	796 137	276 065	15 806	483 955
Rio de Janeiro	6 787 911	2 899 890	1 180 799	57 559	2 649 663
São Paulo	18 107 312	9 162 135	3 415 840	190 095	5 339 242
Sul	13 011 200	6 594 408	1 710 191	348 264	4 358 337
Paraná	4 861 745	2 547 946	764 069	134 322	1 415 407
Santa Catarina	3 081 377	1 665 990	292 066	103 083	1 020 239
Rio Grande do Sul	5 068 078	2 380 472	654 056	110 859	1 922 692
Centro-Oeste	6 073 270	2 421 224	1 125 732	184 397	2 341 917
Mato Grosso do Sul	1 075 560	393 503	202 541	29 840	449 675
Mato Grosso	1 343 348	501 772	211 183	53 242	577 151
Goiás	2 623 095	1 092 638	512 431	72 820	945 206
Distrito Federal	1 031 267	433 310	199 576	28 495	369 886

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Tabela 1.3.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que não viviam mas já viveram em união conjugal, por estado civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que não viviam mas já viveram em união conjugal					
	Total	Estado civil				
		Casado(a)	Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	Divorciado (a)	Viúvo (a)	Solteiro (a)
Brasil	23 614 565	2 831 301	1 931 932	3 093 551	7 019 881	8 737 900
Norte	1 712 892	221 791	73 416	133 293	325 545	958 848
Rondônia	172 446	22 571	10 655	22 938	36 032	80 249
Acre	82 821	10 204	2 705	7 349	14 810	47 754
Amazonas	358 980	40 413	16 033	26 439	64 752	211 343
Roraima	52 362	5 733	2 392	4 839	7 790	31 608
Pará	815 056	111 122	29 984	51 395	156 898	465 657
Amapá	78 939	8 079	3 020	5 012	10 574	52 254
Tocantins	152 289	23 669	8 627	15 321	34 689	69 984
Nordeste	6 512 983	966 796	353 826	537 178	1 743 450	2 911 733
Maranhão	705 724	111 332	31 136	37 429	172 969	352 856
Piauí	324 447	57 843	23 795	26 860	100 524	115 425
Ceará	987 488	179 144	70 564	78 025	273 347	386 408
Rio Grande do Norte	403 521	66 196	23 024	35 713	102 255	176 333
Paraíba	464 988	66 667	26 391	47 850	145 132	178 949
Pernambuco	1 163 218	159 298	58 945	109 163	330 722	505 090
Alagoas	369 312	52 932	20 234	35 014	101 763	159 370
Sergipe	263 819	30 014	14 948	27 647	60 811	130 400
Bahia	1 830 467	243 370	84 790	139 478	455 927	906 902
Sudeste	10 364 704	1 101 524	1 025 711	1 668 777	3 399 951	3 168 741
Minas Gerais	2 357 550	283 930	243 306	363 830	817 223	649 260
Espírito Santo	427 250	56 634	36 977	66 085	129 593	137 961
Rio de Janeiro	2 436 935	273 406	166 677	345 181	759 950	891 721
São Paulo	5 142 969	487 554	578 750	893 681	1 693 184	1 489 799
Sul	3 294 036	323 956	344 750	481 652	1 134 031	1 009 648
Paraná	1 196 894	143 811	114 179	187 406	416 882	334 616
Santa Catarina	665 962	56 410	78 491	103 735	223 965	203 361
Rio Grande do Sul	1 431 180	123 734	152 080	190 511	493 184	471 671
Centro-Oeste	1 729 950	217 234	134 229	272 651	416 904	688 931
Mato Grosso do Sul	317 691	33 433	26 017	49 425	79 878	128 937
Mato Grosso	352 410	50 204	23 927	42 226	78 482	157 572
Goiás	743 824	100 457	57 450	117 820	194 777	273 319
Distrito Federal	316 025	33 139	26 836	63 179	63 767	129 103

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.4.1 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade, nascidos vivos, nascidos vivos no período de referência de 12 meses, nascidos mortos e que estavam vivos na data de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Mulheres de 10 anos ou mais de idade		Filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade				Filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade que estavam vivos na data de referência
	Total	Tiveram filhos	Total	Nascidos vivos		Nascidos mortos	
				Total	No período de referência de 12 meses		
Brasil	83 223 618	51 621 903	161 060 386	154 101 639	2 662 166	6 958 748	143 243 627
Norte	6 291 624	3 851 579	13 701 226	13 113 419	294 833	587 807	12 329 505
Rondônia	636 401	408 748	1 353 598	1 294 317	25 063	59 281	1 212 965
Acre	287 127	175 922	651 963	625 198	14 179	26 766	581 844
Amazonas	1 359 319	803 053	2 868 168	2 766 090	71 124	102 078	2 631 968
Roraima	174 128	104 130	358 610	343 194	8 657	15 415	325 853
Pará	3 013 956	1 848 674	6 636 506	6 335 286	138 777	301 220	5 943 098
Amapá	264 324	158 101	572 138	549 040	13 594	23 098	522 901
Tocantins	556 370	352 951	1 260 243	1 200 295	23 439	59 948	1 110 877
Nordeste	22 820 535	13 981 631	51 631 831	48 987 488	815 343	2 644 342	43 743 577
Maranhão	2 669 700	1 637 342	6 439 772	6 042 607	118 985	397 166	5 455 037
Piauí	1 334 591	825 488	3 173 722	3 007 826	48 548	165 896	2 728 176
Ceará	3 675 128	2 193 617	8 118 142	7 762 493	122 445	355 649	6 937 878
Rio Grande do Norte	1 378 288	859 547	3 095 761	2 957 199	45 560	138 562	2 578 524
Paraíba	1 645 046	1 026 541	3 906 719	3 723 866	57 790	182 852	3 222 191
Pernambuco	3 866 625	2 377 651	8 336 397	7 896 491	130 241	439 906	7 002 154
Alagoas	1 326 984	813 024	3 139 874	2 970 745	53 264	169 129	2 570 714
Sergipe	892 260	540 774	1 970 995	1 868 366	32 398	102 630	1 676 221
Bahia	6 031 912	3 707 645	13 450 448	12 757 895	206 112	692 553	11 572 680
Sudeste	35 964 558	22 160 122	62 118 864	59 645 233	997 420	2 473 631	56 471 045
Minas Gerais	8 625 960	5 293 189	16 819 131	16 095 502	244 171	723 629	15 064 308
Espírito Santo	1 533 309	970 472	2 942 726	2 823 808	47 061	118 919	2 649 148
Rio de Janeiro	7 338 807	4 563 940	11 721 265	11 261 629	190 486	459 636	10 675 512
São Paulo	18 466 481	11 332 521	30 635 742	29 464 294	515 701	1 171 448	28 082 078
Sul	12 140 348	7 824 789	22 401 859	21 610 743	346 237	791 116	20 521 773
Paraná	4 586 328	2 971 112	8 878 337	8 510 467	140 242	367 870	8 026 983
Santa Catarina	2 735 131	1 760 415	5 066 834	4 895 896	80 851	170 939	4 653 023
Rio Grande do Sul	4 818 888	3 093 262	8 456 688	8 204 381	125 144	252 307	7 841 767
Centro-Oeste	6 006 554	3 803 782	11 206 607	10 744 755	208 333	461 852	10 177 728
Mato Grosso do Sul	1 038 445	681 049	2 077 943	1 997 190	38 107	80 753	1 890 493
Mato Grosso	1 242 329	800 396	2 473 849	2 367 893	45 896	105 956	2 235 726
Goiás	2 575 576	1 653 319	4 866 081	4 654 007	86 636	212 073	4 388 798
Distrito Federal	1 150 203	669 017	1 788 735	1 725 665	37 694	63 070	1 662 711

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Tabela 1.5.1 - População residente, por frequência a escola ou creche e rede de ensino que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente						
	Total	Frequência a escola ou creche				Não frequentavam, mas já frequentaram	Nunca frequentaram
		Frequentavam			Total		
		Rede de ensino que frequentavam					
Pública	Particular	Total					
Brasil	190 755 799	59 565 188	46 520 408	13 044 780	112 465 161	18 725 449	
Norte	15 864 454	5 694 226	4 897 808	796 419	7 932 675	2 237 553	
Rondônia	1 562 409	498 648	423 231	75 417	858 582	205 179	
Acre	733 559	268 161	242 243	25 919	337 115	128 283	
Amazonas	3 483 985	1 317 820	1 142 353	175 467	1 633 963	532 202	
Roraima	450 479	170 126	145 576	24 551	210 539	69 814	
Pará	7 581 051	2 705 666	2 331 207	374 459	3 845 384	1 030 001	
Amapá	669 526	256 757	213 939	42 819	323 613	89 156	
Tocantins	1 383 445	477 047	399 259	77 788	723 479	182 919	
Nordeste	53 081 950	17 892 183	14 406 462	3 485 721	28 494 752	6 695 015	
Maranhão	6 574 789	2 422 396	2 133 861	288 535	3 179 540	972 853	
Piauí	3 118 360	1 106 370	934 969	171 401	1 602 318	409 672	
Ceará	8 452 381	2 780 449	2 213 061	567 388	4 697 468	974 464	
Rio Grande do Norte	3 168 027	1 039 084	812 471	226 613	1 803 927	325 016	
Paraíba	3 766 528	1 224 467	971 697	252 769	2 072 661	469 400	
Pernambuco	8 796 448	2 847 140	2 143 561	703 578	4 871 320	1 077 988	
Alagoas	3 120 494	1 087 219	869 036	218 183	1 571 812	461 463	
Sergipe	2 068 017	722 403	548 500	173 903	1 103 413	242 201	
Bahia	14 016 906	4 662 656	3 779 304	883 351	7 592 292	1 761 958	
Sudeste	80 364 410	23 740 917	17 831 090	5 909 827	50 388 603	6 234 889	
Minas Gerais	19 597 330	5 681 163	4 565 446	1 115 717	12 080 382	1 835 785	
Espírito Santo	3 514 952	1 016 047	802 962	213 085	2 172 591	326 314	
Rio de Janeiro	15 989 929	4 710 943	3 161 821	1 549 122	10 172 521	1 106 465	
São Paulo	41 262 199	12 332 765	9 300 861	3 031 904	25 963 109	2 966 325	
Sul	27 386 891	7 843 638	6 095 869	1 747 770	17 438 153	2 105 099	
Paraná	10 444 526	3 105 958	2 473 286	632 672	6 427 027	911 541	
Santa Catarina	6 248 436	1 828 319	1 395 115	433 203	4 038 568	381 550	
Rio Grande do Sul	10 693 929	2 909 361	2 227 467	681 894	6 972 559	812 009	
Centro-Oeste	14 058 094	4 394 224	3 289 180	1 105 043	8 210 978	1 452 892	
Mato Grosso do Sul	2 449 024	751 579	609 449	142 130	1 443 305	254 140	
Mato Grosso	3 035 122	977 102	806 730	170 372	1 700 837	357 183	
Goiás	6 003 788	1 787 847	1 334 385	453 462	3 565 702	650 239	
Distrito Federal	2 570 160	877 695	538 616	339 079	1 501 134	191 330	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.5.2 - População residente, total e que frequentavam escola ou creche, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente								
	Total	Grupos de idade							
		0 a 3 anos	4 ou 5 anos	6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	190 755 799	10 938 914	5 801 583	2 891 614	26 309 525	10 353 865	6 632 922	17 240 864	110 586 512
Norte	15 864 454	1 232 795	649 551	317 907	2 751 042	1 018 681	625 740	1 553 623	7 715 114
Rondônia	1 562 409	100 953	54 512	27 134	241 129	95 920	59 874	151 011	831 875
Acre	733 559	61 349	33 018	15 537	137 453	48 412	28 571	70 335	338 884
Amazonas	3 483 985	296 043	154 347	73 802	632 153	227 553	137 208	339 440	1 623 439
Roraima	450 479	38 408	19 276	9 865	81 584	29 123	17 838	43 388	210 997
Pará	7 581 051	582 771	308 661	151 981	1 311 691	486 649	300 753	749 055	3 689 490
Amapá	669 526	56 328	27 750	13 803	123 773	45 288	27 956	68 509	306 119
Tocantins	1 383 445	96 942	51 987	25 786	223 259	85 736	53 540	131 885	714 310
Nordeste	53 081 950	3 358 829	1 774 034	886 947	8 090 277	3 156 519	1 979 349	5 048 125	28 787 870
Maranhão	6 574 789	502 815	269 137	130 475	1 132 958	414 954	267 397	656 128	3 200 924
Piauí	3 118 360	196 362	104 096	51 448	477 931	184 255	117 754	301 885	1 684 629
Ceará	8 452 381	512 441	266 964	131 747	1 277 390	524 991	321 662	822 861	4 594 325
Rio Grande do Norte	3 168 027	186 824	98 929	48 767	450 828	184 517	112 721	309 465	1 775 976
Paraíba	3 766 528	231 170	121 442	59 281	541 987	215 244	137 615	346 131	2 113 659
Pernambuco	8 796 448	537 478	282 800	144 266	1 293 331	494 130	319 269	817 550	4 907 623
Alagoas	3 120 494	215 756	113 930	56 780	524 185	194 319	118 632	289 703	1 607 189
Sergipe	2 068 017	133 475	70 045	34 261	318 428	125 881	76 207	200 693	1 109 026
Bahia	14 016 906	842 508	446 690	229 920	2 073 239	818 228	508 092	1 303 709	7 794 520
Sudeste	80 364 410	4 114 253	2 185 626	1 089 625	10 067 297	3 986 473	2 607 169	6 995 949	49 318 017
Minas Gerais	19 597 330	1 006 899	546 482	272 573	2 568 002	1 043 929	675 178	1 732 897	11 751 370
Espírito Santo	3 514 952	193 081	102 426	51 670	464 300	181 921	119 601	323 366	2 078 588
Rio de Janeiro	15 989 929	786 269	413 826	211 131	1 975 640	771 099	499 358	1 302 527	10 030 080
São Paulo	41 262 199	2 128 004	1 122 892	554 251	5 059 355	1 989 525	1 313 033	3 637 159	25 457 980
Sul	27 386 891	1 391 611	747 412	374 526	3 468 791	1 424 054	924 980	2 337 692	16 717 825
Paraná	10 444 526	563 537	301 942	149 006	1 376 853	566 147	361 881	900 869	6 224 290
Santa Catarina	6 248 436	322 698	169 515	85 258	785 639	326 770	218 635	565 607	3 774 314
Rio Grande do Sul	10 693 929	505 375	275 955	140 262	1 306 299	531 136	344 465	871 216	6 719 221
Centro-Oeste	14 058 094	841 426	444 960	222 608	1 932 118	768 139	495 684	1 305 475	8 047 685
Mato Grosso do Sul	2 449 024	151 960	80 040	39 623	339 766	139 678	86 313	219 930	1 391 714
Mato Grosso	3 035 122	193 033	103 527	49 842	432 568	173 724	110 592	285 991	1 685 847
Goiás	6 003 788	346 709	183 369	93 206	819 121	323 865	209 472	554 033	3 474 013
Distrito Federal	2 570 160	149 724	78 024	39 937	340 663	130 872	89 307	245 521	1 496 112

Tabela 1.5.2 - População residente, total e que frequentavam escola ou creche, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente								
	Frequentavam escola ou creche								
	Total	Grupos de idade							
		0 a 3 anos	4 ou 5 anos	6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	59 565 188	2 575 954	4 647 011	2 746 435	25 488 399	8 626 343	2 983 999	4 331 498	8 165 549
Norte	5 694 226	158 754	448 690	282 820	2 598 303	828 507	312 210	400 567	664 375
Rondônia	498 648	10 412	30 929	23 899	233 398	77 049	24 837	34 151	63 973
Acre	268 161	6 902	21 122	13 414	127 071	37 647	12 696	17 993	31 315
Amazonas	1 317 820	34 431	104 070	63 489	580 359	182 935	71 833	99 865	180 838
Roraima	170 126	5 998	13 704	8 594	75 251	23 918	8 649	11 318	22 692
Pará	2 705 666	79 890	223 321	137 085	1 245 761	396 698	153 973	185 381	283 557
Amapá	256 757	6 003	18 519	12 316	118 854	37 673	14 135	18 688	30 569
Tocantins	477 047	15 117	37 024	24 022	217 609	72 586	26 087	33 171	51 430
Nordeste	17 892 183	731 311	1 531 100	850 786	7 828 788	2 613 393	947 110	1 221 141	2 168 553
Maranhão	2 422 396	102 246	237 396	124 507	1 091 513	345 024	128 090	150 383	243 237
Piauí	1 106 370	39 702	92 991	49 923	466 643	157 448	64 303	88 471	146 889
Ceará	2 780 449	140 970	246 252	128 595	1 236 692	428 092	132 240	172 201	295 407
Rio Grande do Norte	1 039 084	50 947	89 056	46 993	438 419	152 506	53 637	79 607	127 920
Paraíba	1 224 467	45 238	103 878	57 379	526 606	176 328	65 722	89 780	159 536
Pernambuco	2 847 140	118 833	235 739	137 419	1 247 757	405 011	152 571	198 218	351 593
Alagoas	1 087 219	37 669	89 113	52 507	500 825	157 208	57 297	75 566	117 034
Sergipe	722 403	29 065	61 453	32 839	309 857	107 262	41 750	56 958	83 219
Bahia	4 662 656	166 642	375 222	220 625	2 010 476	684 513	251 500	309 959	643 719
Sudeste	23 740 917	1 158 846	1 831 520	1 050 967	9 789 649	3 387 249	1 114 912	1 753 936	3 653 838
Minas Gerais	5 681 163	204 817	425 042	264 147	2 506 548	872 179	282 494	413 172	712 764
Espírito Santo	1 016 047	50 598	82 163	48 813	451 561	147 216	48 537	70 288	116 870
Rio de Janeiro	4 710 943	224 868	352 890	202 469	1 917 841	669 931	254 258	356 458	732 229
São Paulo	12 332 765	678 563	971 425	535 538	4 913 700	1 697 923	529 624	914 017	2 091 976
Sul	7 843 638	373 584	518 479	353 553	3 393 459	1 158 294	380 780	611 534	1 053 956
Paraná	3 105 958	147 679	220 818	144 581	1 343 838	456 714	149 851	234 845	407 633
Santa Catarina	1 828 319	111 404	135 705	81 435	770 462	261 988	85 370	143 353	238 600
Rio Grande do Sul	2 909 361	114 501	161 956	127 537	1 279 158	439 592	145 559	233 335	407 723
Centro-Oeste	4 394 224	153 460	317 221	208 309	1 878 200	638 900	228 987	344 320	624 826
Mato Grosso do Sul	751 579	34 251	57 926	37 542	330 150	110 987	36 128	51 874	92 721
Mato Grosso	977 102	33 740	73 672	46 041	418 237	141 617	48 446	72 898	142 450
Goiás	1 787 847	50 744	122 682	86 294	797 002	270 566	96 372	136 984	227 203
Distrito Federal	877 695	34 725	62 941	38 432	332 811	115 730	48 041	82 564	162 452

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.5.3 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior de graduação	Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado
Brasil	59 565 188	2 221 953	5 125 603	2 834 222	915 959	30 748 913	10 599 372	6 197 318	921 847
Norte	5 694 226	129 052	464 453	309 897	74 772	3 281 399	948 013	437 819	48 822
Rondônia	498 648	10 504	35 962	27 520	6 559	276 180	87 615	49 598	4 710
Acre	268 161	5 820	21 618	15 489	4 535	150 093	44 182	24 000	2 426
Amazonas	1 317 820	25 015	93 837	84 683	20 516	748 881	224 027	108 753	12 106
Roraima	170 126	5 840	14 629	10 901	2 612	85 278	28 149	20 698	2 018
Pará	2 705 666	62 635	239 757	139 075	33 194	1 617 516	437 109	156 825	19 556
Amapá	256 757	3 986	20 422	9 709	2 797	144 368	45 373	27 468	2 635
Tocantins	477 047	15 252	38 227	22 519	4 559	259 082	81 558	50 477	5 372
Nordeste	17 892 183	527 372	1 680 439	902 185	416 124	9 958 624	2 932 007	1 307 230	168 201
Maranhão	2 422 396	68 478	270 244	111 967	47 096	1 384 123	391 914	133 215	15 358
Piauí	1 106 370	34 776	92 984	49 251	34 449	604 990	183 476	95 244	11 200
Ceará	2 780 449	118 192	251 609	87 225	54 473	1 549 947	486 971	203 912	28 120
Rio Grande do Norte	1 039 084	48 109	84 824	41 442	19 763	562 393	171 777	98 547	12 229
Paraíba	1 224 467	29 912	113 584	53 106	32 971	687 649	186 838	106 878	13 529
Pernambuco	2 847 140	69 571	276 200	157 641	51 674	1 570 740	481 353	211 158	28 803
Alagoas	1 087 219	24 834	98 228	48 874	16 200	656 360	158 392	75 787	8 545
Sergipe	722 403	15 713	75 504	30 035	12 829	406 016	108 378	65 959	7 969
Bahia	4 662 656	117 787	417 262	322 644	146 669	2 536 407	762 910	316 530	42 447
Sudeste	23 740 917	1 028 375	2 098 162	1 086 406	302 130	11 439 567	4 525 442	2 805 373	455 462
Minas Gerais	5 681 163	179 819	492 875	325 115	74 319	2 858 568	1 036 886	624 707	88 873
Espírito Santo	1 016 047	55 073	85 806	51 771	10 437	511 463	170 093	114 072	17 332
Rio de Janeiro	4 710 943	176 785	379 147	278 995	51 969	2 332 552	878 424	526 547	86 524
São Paulo	12 332 765	616 698	1 140 334	430 524	165 406	5 736 983	2 440 039	1 540 046	262 734
Sul	7 843 638	397 017	536 729	301 497	76 872	3 901 123	1 400 459	1 060 350	169 590
Paraná	3 105 958	148 960	208 999	142 435	42 619	1 533 700	573 069	391 173	65 003
Santa Catarina	1 828 319	121 869	147 367	73 236	15 591	851 151	328 139	247 406	43 559
Rio Grande do Sul	2 909 361	126 187	180 363	85 826	18 662	1 516 272	499 251	421 771	61 028
Centro-Oeste	4 394 224	140 137	345 820	234 236	46 061	2 168 200	793 451	586 547	79 771
Mato Grosso do Sul	751 579	34 603	52 593	25 523	6 018	409 123	122 487	90 436	10 797
Mato Grosso	977 102	34 575	78 604	66 533	15 262	472 002	180 944	115 541	13 640
Goiás	1 787 847	45 620	137 316	99 304	17 289	905 673	337 198	218 548	26 900
Distrito Federal	877 695	25 339	77 307	42 877	7 492	381 402	152 822	162 022	28 434

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Tabela 1.5.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	161 981 299	81 386 577	28 178 794	37 980 515	13 463 757	971 655
Norte	12 669 874	7 156 980	2 127 288	2 669 387	639 482	76 738
Rondônia	1 294 956	737 321	215 762	259 212	73 403	9 258
Acre	573 909	331 067	91 166	113 580	33 550	4 547
Amazonas	2 728 336	1 464 063	441 933	654 326	144 851	23 162
Roraima	353 679	175 598	57 617	93 768	23 633	3 062
Pará	6 062 304	3 596 735	1 044 335	1 146 771	247 457	27 006
Amapá	526 975	250 433	92 701	143 652	36 636	3 553
Tocantins	1 129 714	601 762	183 773	258 079	79 952	6 149
Nordeste	44 217 039	26 114 886	6 764 709	8 933 710	2 186 418	217 316
Maranhão	5 264 736	3 213 208	842 384	994 385	189 918	24 842
Piauí	2 597 953	1 626 674	392 249	437 681	132 757	8 592
Ceará	7 111 302	3 971 030	1 240 252	1 511 375	352 253	36 393
Rio Grande do Norte	2 676 308	1 504 033	410 456	592 671	158 057	11 092
Paraíba	3 161 232	1 945 235	435 977	588 196	180 958	10 867
Pernambuco	7 373 671	4 263 137	1 107 663	1 543 681	418 856	40 335
Alagoas	2 547 711	1 641 579	359 183	417 394	118 733	10 822
Sergipe	1 720 016	1 013 791	253 801	343 494	102 394	6 536
Bahia	11 764 109	6 936 201	1 722 746	2 504 833	532 492	67 837
Sudeste	69 528 259	31 138 332	12 742 116	17 883 715	7 280 843	483 253
Minas Gerais	16 890 981	8 901 146	2 884 122	3 663 701	1 342 285	99 727
Espírito Santo	3 005 851	1 488 062	516 573	734 310	250 877	16 029
Rio de Janeiro	13 908 173	5 775 120	2 636 316	3 908 693	1 516 460	71 583
São Paulo	35 723 254	14 974 003	6 705 105	9 577 012	4 171 221	295 914
Sul	23 695 166	11 322 270	4 446 755	5 611 389	2 201 932	112 820
Paraná	8 962 586	4 369 062	1 623 215	2 054 939	869 660	45 710
Santa Catarina	5 404 884	2 459 577	1 054 604	1 341 571	524 209	24 923
Rio Grande do Sul	9 327 696	4 493 631	1 768 936	2 214 879	808 062	42 187
Centro-Oeste	11 870 960	5 654 109	2 097 927	2 882 315	1 155 082	81 528
Mato Grosso do Sul	2 059 723	1 060 298	354 624	453 588	182 633	8 579
Mato Grosso	2 537 660	1 305 363	452 185	558 692	195 040	26 380
Goiás	5 092 674	2 527 434	924 234	1 213 946	394 491	32 568
Distrito Federal	2 180 903	761 013	366 883	656 089	382 917	14 000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
	Total	Condição de atividade na semana de referência			
		Economicamente ativas			Não economicamente ativas
		Total	Condição de ocupação na semana de referência		
	Ocupadas		Desocupadas		
Brasil	161 981 299	93 504 659	86 353 839	7 150 820	68 476 640
Norte	12 669 874	6 861 443	6 262 341	599 102	5 808 431
Rondônia	1 294 956	774 821	732 224	42 597	520 136
Acre	573 909	303 665	279 287	24 378	270 244
Amazonas	2 728 336	1 465 911	1 323 337	142 574	1 262 425
Roraima	353 679	196 509	181 292	15 216	157 170
Pará	6 062 304	3 194 159	2 901 864	292 294	2 868 145
Amapá	526 975	295 955	260 701	35 253	231 021
Tocantins	1 129 714	630 425	583 635	46 790	499 290
Nordeste	44 217 039	23 106 950	20 854 301	2 252 649	21 110 089
Maranhão	5 264 736	2 585 063	2 361 389	223 674	2 679 673
Piauí	2 597 953	1 319 221	1 215 275	103 946	1 278 733
Ceará	7 111 302	3 642 506	3 361 735	280 771	3 468 796
Rio Grande do Norte	2 676 308	1 375 041	1 238 314	136 728	1 301 266
Paraíba	3 161 232	1 617 710	1 478 168	139 542	1 543 522
Pernambuco	7 373 671	3 827 308	3 403 873	423 435	3 546 363
Alagoas	2 547 711	1 256 913	1 122 014	134 900	1 290 797
Sergipe	1 720 016	927 790	832 455	95 335	792 226
Bahia	11 764 109	6 555 397	5 841 078	714 319	5 208 712
Sudeste	69 528 259	41 221 668	38 111 800	3 109 868	28 306 591
Minas Gerais	16 890 981	9 939 731	9 264 527	675 204	6 951 251
Espírito Santo	3 005 851	1 827 434	1 694 384	133 050	1 178 416
Rio de Janeiro	13 908 173	7 814 727	7 151 619	663 108	6 093 446
São Paulo	35 723 254	21 639 776	20 001 270	1 638 505	14 083 478
Sul	23 695 166	14 949 766	14 249 772	699 994	8 745 399
Paraná	8 962 586	5 587 963	5 307 823	280 140	3 374 623
Santa Catarina	5 404 884	3 543 218	3 408 833	134 386	1 861 666
Rio Grande do Sul	9 327 696	5 818 585	5 533 116	285 469	3 509 111
Centro-Oeste	11 870 960	7 364 831	6 875 625	489 206	4 506 129
Mato Grosso do Sul	2 059 723	1 258 710	1 180 477	78 233	801 013
Mato Grosso	2 537 660	1 545 518	1 448 274	97 244	992 142
Goiás	5 092 674	3 158 254	2 959 329	198 924	1 934 420
Distrito Federal	2 180 903	1 402 349	1 287 544	114 804	778 554



Tabela 1.6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Grupos de idade					
	10 a 13 anos					
	Total	Condição de atividade na semana de referência				Não economicamente ativas
		Economicamente ativas				
		Total	Condição de ocupação na semana de referência			
Ocupadas			Desocupadas			
Brasil	13 662 460	818 242	710 139	108 104	12 844 218	
Norte	1 403 673	127 438	113 615	13 822	1 276 235	
Rondônia	122 785	12 235	11 352	883	110 550	
Acre	71 367	6 522	5 861	662	64 845	
Amazonas	322 536	31 352	27 563	3 789	291 184	
Roraima	42 350	3 826	3 401	425	38 525	
Pará	666 743	61 714	55 240	6 474	605 028	
Amapá	62 799	4 246	3 517	729	58 553	
Tocantins	115 093	7 542	6 681	861	107 551	
Nordeste	4 165 660	306 029	272 181	33 847	3 859 631	
Maranhão	579 582	47 207	42 297	4 910	532 375	
Piauí	244 007	18 345	17 131	1 214	225 662	
Ceará	665 941	42 711	38 796	3 915	623 230	
Rio Grande do Norte	233 301	10 849	9 398	1 451	222 451	
Paraíba	275 850	19 776	18 372	1 404	256 074	
Pernambuco	665 500	44 843	39 148	5 694	620 657	
Alagoas	266 978	20 144	18 457	1 687	246 834	
Sergipe	165 582	10 212	8 989	1 223	155 370	
Bahia	1 068 919	91 941	79 593	12 349	976 977	
Sudeste	5 277 385	210 453	167 519	42 934	5 066 932	
Minas Gerais	1 341 370	70 145	59 951	10 194	1 271 225	
Espírito Santo	240 744	13 878	11 952	1 926	226 867	
Rio de Janeiro	1 045 916	32 569	24 444	8 124	1 013 347	
São Paulo	2 649 355	93 862	71 172	22 690	2 555 492	
Sul	1 819 116	116 208	107 078	9 130	1 702 908	
Paraná	720 290	46 453	42 118	4 334	673 837	
Santa Catarina	411 316	27 039	25 301	1 738	384 277	
Rio Grande do Sul	687 511	42 717	39 659	3 058	644 794	
Centro-Oeste	996 626	58 114	49 744	8 370	938 512	
Mato Grosso do Sul	176 354	9 330	8 208	1 122	167 024	
Mato Grosso	222 054	15 409	13 692	1 717	206 644	
Goiás	422 417	27 289	23 067	4 222	395 128	
Distrito Federal	175 802	6 086	4 776	1 310	169 716	

Tabela 1.6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
	Grupos de idade				
	14 anos ou mais				
	Total	Condição de atividade na semana de referência			
		Economicamente ativas			Não economicamente ativas
Total		Condição de ocupação na semana de referência			
		Ocupadas	Desocupadas		
Brasil	148 318 838	92 686 416	85 643 701	7 042 716	55 632 422
Norte	11 266 201	6 734 006	6 148 726	585 280	4 532 196
Rondônia	1 172 172	762 586	720 872	41 714	409 586
Acre	502 542	297 143	273 427	23 716	205 399
Amazonas	2 405 800	1 434 558	1 295 774	138 785	971 242
Roraima	311 328	192 683	177 891	14 792	118 646
Pará	5 395 561	3 132 444	2 846 624	285 820	2 263 117
Amapá	464 176	291 709	257 184	34 525	172 468
Tocantins	1 014 621	622 883	576 954	45 929	391 739
Nordeste	40 051 379	22 800 922	20 582 120	2 218 802	17 250 458
Maranhão	4 685 154	2 537 856	2 319 091	218 765	2 147 298
Piauí	2 353 946	1 300 876	1 198 144	102 732	1 053 070
Ceará	6 445 361	3 599 795	3 322 939	276 856	2 845 566
Rio Grande do Norte	2 443 007	1 364 192	1 228 916	135 276	1 078 815
Paraíba	2 885 382	1 597 933	1 459 796	138 137	1 287 449
Pernambuco	6 708 171	3 782 465	3 364 725	417 741	2 925 705
Alagoas	2 280 733	1 236 770	1 103 557	133 213	1 043 963
Sergipe	1 554 435	917 578	823 467	94 112	636 856
Bahia	10 695 190	6 463 456	5 761 485	701 970	4 231 735
Sudeste	64 250 874	41 011 215	37 944 281	3 066 934	23 239 660
Minas Gerais	15 549 611	9 869 586	9 204 576	665 010	5 680 025
Espírito Santo	2 765 106	1 813 556	1 682 432	131 125	951 550
Rio de Janeiro	12 862 257	7 782 158	7 127 175	654 983	5 080 099
São Paulo	33 073 899	21 545 913	19 930 098	1 615 815	11 527 986
Sul	21 876 050	14 833 558	14 142 693	690 865	7 042 492
Paraná	8 242 297	5 541 511	5 265 705	275 806	2 700 786
Santa Catarina	4 993 568	3 516 179	3 383 531	132 648	1 477 389
Rio Grande do Sul	8 640 185	5 775 868	5 493 457	282 411	2 864 317
Centro-Oeste	10 874 334	7 306 717	6 825 881	480 836	3 567 617
Mato Grosso do Sul	1 883 369	1 249 380	1 172 269	77 112	633 989
Mato Grosso	2 315 606	1 530 109	1 434 582	95 527	785 497
Goiás	4 670 258	3 130 965	2 936 262	194 703	1 539 292
Distrito Federal	2 005 101	1 396 262	1 282 768	113 494	608 838

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.6.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Total	Grandes grupos de ocupação no trabalho principal				
		Diretores e gerentes	Profissionais das ciências e intelectuais	Técnicos e profissionais de nível médio	Trabalhadores de apoio administrativo	Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados
Brasil	86 353 839	3 380 638	8 494 780	5 528 045	6 004 563	14 379 354
Norte	6 262 341	184 917	499 311	337 026	336 096	1 028 382
Rondônia	732 224	25 393	52 457	42 671	39 437	108 286
Acre	279 287	7 976	25 120	15 172	16 117	41 056
Amazonas	1 323 337	35 333	111 705	76 600	76 365	208 275
Roraima	181 292	5 392	18 705	10 399	12 582	30 965
Pará	2 901 864	78 975	206 265	136 647	138 317	493 578
Amapá	260 701	10 194	28 998	18 811	16 067	51 694
Tocantins	583 635	21 654	56 061	36 727	37 211	94 528
Nordeste	20 854 301	623 754	1 776 548	1 053 892	1 087 776	3 385 275
Maranhão	2 361 389	51 945	189 985	93 199	94 865	358 677
Piauí	1 215 275	34 853	113 351	52 723	55 325	189 079
Ceará	3 361 735	94 138	286 643	155 474	183 773	577 412
Rio Grande do Norte	1 238 314	38 259	116 113	75 717	70 777	214 269
Paraíba	1 478 168	44 145	128 418	70 077	74 434	253 074
Pernambuco	3 403 873	121 887	298 423	193 441	201 472	558 734
Alagoas	1 122 014	34 037	101 665	59 375	55 385	181 201
Sergipe	832 455	26 458	70 824	44 821	42 215	136 706
Bahia	5 841 078	178 032	471 126	309 064	309 530	916 123
Sudeste	38 111 800	1 637 477	4 245 743	2 688 129	3 093 848	6 741 367
Minas Gerais	9 264 527	351 761	855 738	567 177	628 040	1 435 505
Espírito Santo	1 694 384	74 895	144 339	111 834	121 112	280 446
Rio de Janeiro	7 151 619	281 910	918 251	542 514	590 285	1 467 104
São Paulo	20 001 270	928 912	2 327 414	1 466 605	1 754 411	3 558 312
Sul	14 249 772	646 252	1 331 666	983 902	971 118	2 020 476
Paraná	5 307 823	244 577	512 949	350 899	361 506	797 099
Santa Catarina	3 408 833	162 193	299 028	207 162	224 096	461 379
Rio Grande do Sul	5 533 116	239 481	519 689	425 840	385 515	761 998
Centro-Oeste	6 875 625	288 239	641 512	465 096	515 726	1 203 854
Mato Grosso do Sul	1 180 477	56 720	103 669	79 946	77 387	191 751
Mato Grosso	1 448 274	62 972	120 314	84 767	94 365	246 190
Goiás	2 959 329	109 310	245 602	188 492	216 008	522 885
Distrito Federal	1 287 544	59 237	171 927	111 891	127 965	243 028

Tabela 1.6.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Grandes grupos de ocupação no trabalho principal					
	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	Operadores de instalações e máquinas e montadores	Ocupações elementares	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	Ocupações mal definidas
Brasil	7 358 309	9 812 945	6 989 495	17 409 934	489 112	6 506 665
Norte	976 099	639 669	396 025	1 283 911	50 978	529 927
Rondônia	122 748	76 317	48 046	138 812	5 064	72 992
Acre	41 658	26 685	15 127	59 377	3 004	27 996
Amazonas	212 597	128 744	87 269	236 318	15 219	134 912
Roraima	23 797	16 762	8 943	27 155	4 116	22 475
Pará	472 485	300 119	184 475	661 448	18 858	210 697
Amapá	21 669	29 590	14 796	43 606	2 265	23 010
Tocantins	81 144	61 452	37 368	117 193	2 451	37 845
Nordeste	3 092 215	1 955 650	1 436 479	4 992 773	92 240	1 357 698
Maranhão	470 369	230 122	123 257	575 905	5 912	167 152
Piauí	202 366	113 801	67 644	326 114	4 684	55 336
Ceará	440 686	314 034	284 790	771 018	11 765	242 003
Rio Grande do Norte	130 567	121 692	95 361	260 941	11 435	103 181
Paraíba	197 322	130 653	96 932	393 410	6 596	83 107
Pernambuco	455 844	304 220	288 465	736 682	22 840	221 866
Alagoas	149 482	100 673	67 522	326 180	5 831	40 661
Sergipe	96 092	79 249	60 434	212 929	3 415	59 312
Bahia	949 487	561 205	352 074	1 389 595	19 761	385 080
Sudeste	1 454 546	4 579 633	3 292 241	7 202 390	209 454	2 966 972
Minas Gerais	799 269	1 101 664	791 324	2 090 188	38 636	605 225
Espírito Santo	200 096	197 871	125 640	331 620	4 742	101 790
Rio de Janeiro	98 620	847 485	531 384	1 186 690	112 265	575 111
São Paulo	356 561	2 432 614	1 843 893	3 593 892	53 810	1 684 846
Sul	1 420 146	1 838 830	1 322 563	2 625 526	71 036	1 018 257
Paraná	470 976	643 515	489 842	1 046 682	16 408	373 370
Santa Catarina	351 175	470 133	392 018	548 768	11 335	281 544
Rio Grande do Sul	597 995	725 183	440 704	1 030 076	43 293	363 343
Centro-Oeste	415 303	799 162	542 186	1 305 334	65 402	633 811
Mato Grosso do Sul	84 424	144 808	96 121	255 305	15 901	74 446
Mato Grosso	133 191	172 509	116 849	281 105	5 986	130 025
Goiás	182 373	375 545	270 301	583 864	14 455	250 495
Distrito Federal	15 316	106 300	58 915	185 060	29 061	178 844

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Seção de atividade do trabalho principal					
		Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção
Brasil	86 353 839	12 258 008	401 314	10 201 882	212 987	575 068	6 298 431
Norte	6 262 341	1 442 512	38 809	446 392	20 330	27 421	444 803
Rondônia	732 224	173 986	3 683	50 131	3 997	3 026	60 129
Acre	279 287	57 278	207	12 075	1 171	1 324	21 050
Amazonas	1 323 337	276 050	5 263	147 195	4 326	6 087	81 542
Roraima	181 292	29 819	661	6 658	833	590	12 436
Pará	2 901 864	757 048	25 090	188 795	6 491	12 007	199 616
Amapá	260 701	28 282	2 649	11 116	1 311	1 232	20 685
Tocantins	583 635	120 050	1 255	30 422	2 201	3 154	49 343
Nordeste	20 854 301	5 040 150	86 427	1 702 834	45 406	149 735	1 501 176
Maranhão	2 361 389	751 678	10 453	115 636	4 908	10 479	189 559
Piauí	1 215 275	356 874	2 688	69 939	3 266	6 808	100 144
Ceará	3 361 735	689 912	6 935	423 734	7 497	24 834	216 748
Rio Grande do Norte	1 238 314	198 071	15 123	108 518	1 960	10 434	93 681
Paraíba	1 478 168	364 080	6 186	116 956	3 528	12 985	102 166
Pernambuco	3 403 873	682 220	5 754	340 468	8 593	26 233	224 845
Alagoas	1 122 014	291 314	2 546	79 999	2 534	7 862	70 033
Sergipe	832 455	189 387	7 097	62 996	2 125	5 959	60 674
Bahia	5 841 078	1 516 614	29 643	384 587	10 995	44 142	443 328
Sudeste	38 111 800	2 815 934	213 918	5 073 464	88 239	259 823	2 815 590
Minas Gerais	9 264 527	1 500 876	86 704	1 094 236	20 812	59 105	733 349
Espírito Santo	1 694 384	299 241	25 207	155 532	3 666	11 873	135 287
Rio de Janeiro	7 151 619	152 903	67 326	614 436	25 975	51 989	584 538
São Paulo	20 001 270	862 913	34 681	3 209 260	37 786	136 856	1 362 417
Sul	14 249 772	2 158 637	37 274	2 335 840	40 126	96 460	1 002 041
Paraná	5 307 823	788 363	13 114	774 727	17 831	37 868	390 767
Santa Catarina	3 408 833	459 480	9 818	704 319	9 650	21 745	246 764
Rio Grande do Sul	5 533 116	910 794	14 341	856 794	12 646	36 848	364 511
Centro-Oeste	6 875 625	800 774	24 887	643 353	18 886	41 629	534 821
Mato Grosso do Sul	1 180 477	183 358	2 418	112 381	3 322	6 963	96 025
Mato Grosso	1 448 274	266 503	8 693	120 453	4 033	6 060	102 500
Goiás	2 959 329	326 058	12 921	355 722	8 581	19 431	255 907
Distrito Federal	1 287 544	24 854	855	54 796	2 950	9 175	80 389

Tabela 1.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência							
	Seção de atividade do trabalho principal							
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades administrativas e serviços complementares
Brasil	14 657 394	3 679 185	3 003 277	1 111 634	1 116 318	373 164	2 351 551	2 986 448
Norte	1 069 536	241 402	196 868	38 233	37 871	10 404	107 599	166 295
Rondônia	122 241	27 690	20 559	5 254	5 120	963	15 244	22 388
Acre	40 785	9 180	8 105	1 883	1 863	342	5 326	9 135
Amazonas	207 350	60 106	48 244	10 120	7 680	2 476	25 522	48 658
Roraima	27 365	3 984	5 501	955	1 047	87	2 981	3 568
Pará	528 094	112 660	87 828	14 779	16 624	4 661	43 177	65 693
Amapá	49 302	9 904	8 735	2 038	1 666	518	3 419	8 040
Tocantins	94 399	17 879	17 895	3 204	3 870	1 357	11 929	8 813
Nordeste	3 471 580	741 258	669 303	145 888	161 975	53 173	337 517	533 811
Maranhão	380 332	77 645	56 306	10 843	13 530	4 479	35 230	47 352
Piauí	195 308	33 864	30 384	7 250	8 107	2 309	17 440	25 460
Ceará	587 229	110 611	113 762	28 255	27 624	7 992	54 183	92 872
Rio Grande do Norte	224 017	44 096	52 725	9 354	11 204	3 878	22 881	36 081
Paraíba	248 646	44 971	43 194	10 576	10 356	3 467	21 544	23 962
Pernambuco	591 134	142 759	110 015	31 483	30 435	6 440	60 663	121 457
Alagoas	181 866	36 737	35 213	6 314	8 516	3 671	17 367	21 556
Sergipe	133 354	34 795	24 803	4 949	7 184	1 804	11 890	23 639
Bahia	929 695	215 780	202 901	36 865	45 019	19 133	96 319	141 431
Sudeste	6 486 291	1 835 156	1 445 220	653 881	638 441	211 174	1 308 434	1 633 382
Minas Gerais	1 514 786	382 588	302 051	92 784	99 490	30 668	233 695	233 124
Espírito Santo	286 777	72 704	58 752	15 953	19 684	6 472	47 979	53 363
Rio de Janeiro	1 297 208	390 875	317 916	143 263	122 083	42 644	277 545	342 818
São Paulo	3 387 520	988 988	766 501	401 881	397 184	131 390	749 214	1 004 077
Sul	2 398 268	600 730	440 383	181 781	187 342	65 450	410 904	420 177
Paraná	919 153	230 945	170 568	69 092	72 928	22 043	154 107	157 026
Santa Catarina	571 044	137 617	110 853	43 931	39 956	16 933	93 205	100 672
Rio Grande do Sul	908 071	232 168	158 961	68 758	74 457	26 474	163 591	162 478
Centro-Oeste	1 231 719	260 639	251 503	91 850	90 689	32 962	187 097	232 783
Mato Grosso do Sul	221 814	41 395	37 922	12 779	11 382	4 257	32 808	31 533
Mato Grosso	256 356	56 710	49 978	12 944	13 626	4 428	32 823	36 170
Goiás	549 272	113 387	112 362	32 160	26 865	12 800	74 855	96 982
Distrito Federal	204 277	49 147	51 242	33 967	38 816	11 477	46 611	68 098

Tabela 1.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência							
	Seção de atividade do trabalho principal							
	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, cultura, esporte e recreação	Outras atividades de serviços	Serviços domésticos	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	Atividades maldefinidas
Brasil	4 649 113	4 875 249	3 254 093	717 144	2 312 933	5 964 950	4 174	5 349 522
Norte	441 732	371 386	185 908	38 312	144 099	399 463	41	392 925
Rondônia	48 720	37 248	20 687	3 091	16 211	45 978	-	45 876
Acre	26 858	21 332	9 698	1 270	6 660	24 321	10	19 414
Amazonas	90 726	73 663	41 698	8 414	27 981	70 725	-	79 511
Roraima	25 662	17 311	7 042	974	3 727	10 721	6	19 364
Pará	165 722	154 602	73 176	19 247	68 045	188 870	25	169 614
Amapá	28 956	22 807	9 567	1 924	6 581	19 135	-	22 833
Tocantins	55 087	44 424	24 041	3 392	14 895	39 713	-	36 312
Nordeste	1 193 381	1 307 136	687 462	152 000	485 814	1 393 280	126	994 870
Maranhão	117 670	158 883	66 859	11 150	47 775	148 862	77	101 683
Piauí	73 316	92 537	40 645	7 285	27 352	85 212	-	29 088
Ceará	161 655	207 044	104 106	26 923	79 709	233 640	-	156 471
Rio Grande do Norte	87 401	87 340	49 799	12 250	32 535	79 279	4	57 683
Paraíba	107 938	106 699	53 448	10 448	32 258	94 013	-	60 748
Pernambuco	199 448	192 650	121 231	28 829	81 937	217 075	17	180 186
Alagoas	79 588	70 128	37 898	7 243	25 950	75 006	-	60 672
Sergipe	61 159	50 849	27 014	6 561	20 493	52 114	6	43 604
Bahia	305 206	341 006	186 463	41 312	137 806	408 078	22	304 735
Sudeste	1 829 546	2 089 651	1 647 104	359 988	1 120 650	2 848 744	1 590	2 735 581
Minas Gerais	481 106	526 984	347 120	69 433	250 197	702 203	65	503 151
Espírito Santo	95 857	90 420	61 110	10 755	41 930	109 116	21	92 682
Rio de Janeiro	452 949	439 799	370 288	90 795	250 446	619 767	444	495 612
São Paulo	799 634	1 032 449	868 585	189 005	578 076	1 417 658	1 060	1 644 135
Sul	643 992	724 571	497 290	115 714	357 887	797 081	651	737 173
Paraná	223 863	285 096	181 854	40 061	139 662	314 338	318	304 098
Santa Catarina	145 775	161 922	103 798	27 111	83 476	153 519	94	167 150
Rio Grande do Sul	274 354	277 554	211 637	48 543	134 750	329 224	239	265 925
Centro-Oeste	540 462	382 505	236 330	51 129	204 484	526 382	1 765	488 974
Mato Grosso do Sul	91 279	65 767	40 553	8 686	34 388	92 747	-	48 697
Mato Grosso	86 177	80 291	41 524	6 746	36 396	98 020	-	127 843
Goiás	176 076	154 584	96 125	22 576	92 178	232 120	217	188 150
Distrito Federal	186 930	81 863	58 128	13 121	41 522	103 495	1 549	124 284

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.6.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal							Trabalhadores na produção para o próprio consumo
		Empregados				Conta própria	Empregadores	Não remunerados	
		Total	Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Sem carteira de trabalho assinada				
Brasil	86 353 839	61 176 567	39 107 321	4 651 127	17 418 119	18 529 011	1 703 130	1 485 492	3 459 638
Norte	6 262 341	3 834 269	1 812 257	490 978	1 531 034	1 689 715	74 334	168 039	495 984
Rondônia	732 224	458 785	259 663	56 474	142 648	195 921	11 377	21 341	44 800
Acre	279 287	185 057	101 383	14 354	69 319	58 988	2 730	7 934	24 579
Amazonas	1 323 337	816 889	429 794	89 741	297 354	333 458	13 273	32 472	127 246
Roraima	181 292	122 408	48 191	28 336	45 881	38 002	2 373	3 475	15 034
Pará	2 901 864	1 667 900	725 149	194 296	748 455	881 994	32 284	86 225	233 461
Amapá	260 701	178 751	85 260	30 553	62 938	62 854	3 065	5 371	10 661
Tocantins	583 635	404 480	162 816	77 224	164 439	118 498	9 232	11 221	40 204
Nordeste	20 854 301	13 344 396	6 553 319	1 080 008	5 711 069	4 778 007	269 516	502 644	1 959 739
Maranhão	2 361 389	1 322 418	510 996	139 272	672 150	648 264	21 180	77 816	291 711
Piauí	1 215 275	727 469	306 324	71 036	350 109	276 994	12 377	32 937	165 497
Ceará	3 361 735	2 240 961	1 075 391	140 611	1 024 959	737 061	40 760	78 838	264 115
Rio Grande do Norte	1 238 314	860 806	471 212	80 813	308 782	255 282	18 596	23 420	80 209
Paraíba	1 478 168	923 550	402 421	112 167	408 962	324 772	19 966	35 021	174 860
Pernambuco	3 403 873	2 249 832	1 216 795	177 059	855 978	786 389	50 095	66 949	250 608
Alagoas	1 122 014	724 935	374 527	64 387	286 022	226 196	13 454	28 268	129 160
Sergipe	832 455	540 593	289 232	49 829	201 532	201 681	12 247	18 379	59 557
Bahia	5 841 078	3 753 831	1 906 421	244 835	1 602 574	1 321 367	80 841	141 017	544 022
Sudeste	38 111 800	29 073 898	20 624 519	1 817 724	6 631 654	7 321 231	815 294	448 363	453 015
Minas Gerais	9 264 527	6 806 149	4 294 049	594 996	1 917 105	1 852 217	182 790	129 127	294 243
Espírito Santo	1 694 384	1 215 149	777 813	96 276	341 060	376 448	38 493	27 451	36 843
Rio de Janeiro	7 151 619	5 469 203	3 772 503	431 452	1 265 248	1 436 058	137 050	80 416	28 892
São Paulo	20 001 270	15 583 397	11 780 154	695 001	3 108 242	3 656 508	456 960	211 370	93 037
Sul	14 249 772	9 840 005	7 093 174	669 141	2 077 689	3 335 419	399 726	257 704	416 918
Paraná	5 307 823	3 747 387	2 653 498	207 317	886 572	1 181 404	149 172	94 934	134 927
Santa Catarina	3 408 833	2 395 058	1 852 699	146 631	395 727	762 397	107 197	54 171	90 009
Rio Grande do Sul	5 533 116	3 697 560	2 586 977	315 193	795 390	1 391 619	143 357	108 599	191 982
Centro-Oeste	6 875 625	5 084 000	3 024 052	593 276	1 466 673	1 404 639	144 262	108 742	133 982
Mato Grosso do Sul	1 180 477	856 543	501 030	105 314	250 199	242 705	30 674	21 695	28 860
Mato Grosso	1 448 274	1 029 393	605 102	109 910	314 381	314 835	28 488	29 198	46 361
Goiás	2 959 329	2 161 255	1 254 861	203 139	703 254	639 557	61 373	45 515	51 628
Distrito Federal	1 287 544	1 036 810	663 059	174 913	198 838	207 542	23 726	12 335	7 132

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Tabela 1.6.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal				
		Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais
Brasil	86 353 839	7 201 637	15 155 647	39 710 468	10 978 787	13 307 301
Norte	6 262 341	656 656	1 436 125	2 366 592	786 676	1 016 292
Rondônia	732 224	63 481	135 010	340 981	74 836	117 917
Acre	279 287	32 336	61 849	110 801	34 578	39 724
Amazonas	1 323 337	150 497	300 504	500 279	170 562	201 495
Roraima	181 292	16 865	46 494	78 938	15 211	23 783
Pará	2 901 864	337 565	714 987	940 905	389 798	518 609
Amapá	260 701	22 459	61 756	101 361	34 291	40 835
Tocantins	583 635	33 452	115 526	293 327	67 401	73 929
Nordeste	20 854 301	2 172 622	4 845 379	8 426 505	2 407 062	3 002 734
Maranhão	2 361 389	277 720	597 998	902 093	263 950	319 628
Piauí	1 215 275	122 831	312 947	520 495	117 448	141 554
Ceará	3 361 735	342 004	722 378	1 319 480	446 047	531 826
Rio Grande do Norte	1 238 314	98 180	273 114	511 974	156 961	198 084
Paraíba	1 478 168	137 731	380 470	581 219	161 301	217 446
Pernambuco	3 403 873	357 810	753 021	1 272 875	446 502	573 665
Alagoas	1 122 014	112 535	286 098	439 357	109 448	174 575
Sergipe	832 455	82 679	215 729	321 036	92 876	120 136
Bahia	5 841 078	641 131	1 303 624	2 557 976	612 529	725 819
Sudeste	38 111 800	3 001 667	5 510 433	18 471 773	5 302 467	5 825 460
Minas Gerais	9 264 527	622 166	1 571 258	4 215 873	1 415 593	1 439 636
Espírito Santo	1 694 384	106 742	283 066	797 928	235 483	271 165
Rio de Janeiro	7 151 619	681 617	1 145 546	3 257 141	886 277	1 181 038
São Paulo	20 001 270	1 591 141	2 510 563	10 200 831	2 765 114	2 933 620
Sul	14 249 772	853 678	2 200 441	7 344 813	1 540 396	2 310 444
Paraná	5 307 823	327 357	819 168	2 715 718	622 829	822 751
Santa Catarina	3 408 833	167 877	480 939	1 871 459	328 935	559 622
Rio Grande do Sul	5 533 116	358 443	900 334	2 757 637	588 632	928 071
Centro-Oeste	6 875 625	517 014	1 163 269	3 100 784	942 187	1 152 371
Mato Grosso do Sul	1 180 477	82 980	194 438	524 592	170 116	208 352
Mato Grosso	1 448 274	105 128	249 041	623 976	201 169	268 961
Goiás	2 959 329	220 576	488 300	1 285 620	438 020	526 812
Distrito Federal	1 287 544	108 330	231 490	666 597	132 881	148 246

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.7.1 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas que frequentavam escola ou creche			
	Total	Local da escola ou creche que frequentavam		
		Município de residência	Outro município	País estrangeiro
Brasil	59 565 188	55 208 652	4 319 478	37 059
Norte	5 694 226	5 488 994	201 384	3 849
Rondônia	498 648	476 869	21 099	680
Acre	268 161	260 522	6 742	897
Amazonas	1 317 820	1 290 828	25 940	1 052
Roraima	170 126	165 900	4 053	173
Pará	2 705 666	2 594 746	110 284	636
Amapá	256 757	246 488	10 003	267
Tocantins	477 047	453 641	23 262	143
Nordeste	17 892 183	16 810 390	1 077 756	4 037
Maranhão	2 422 396	2 310 003	112 077	316
Piauí	1 106 370	1 049 632	56 603	135
Ceará	2 780 449	2 639 916	139 690	842
Rio Grande do Norte	1 039 084	951 494	87 411	179
Paraíba	1 224 467	1 127 884	96 251	332
Pernambuco	2 847 140	2 621 483	224 984	673
Alagoas	1 087 219	1 020 906	66 161	152
Sergipe	722 403	664 224	58 095	83
Bahia	4 662 656	4 424 847	236 484	1 325
Sudeste	23 740 917	21 713 110	2 008 116	19 691
Minas Gerais	5 681 163	5 246 874	432 647	1 642
Espírito Santo	1 016 047	918 486	97 080	481
Rio de Janeiro	4 710 943	4 372 776	333 952	4 215
São Paulo	12 332 765	11 174 974	1 144 438	13 353
Sul	7 843 638	7 128 024	709 404	6 210
Paraná	3 105 958	2 862 791	241 600	1 567
Santa Catarina	1 828 319	1 643 596	184 006	716
Rio Grande do Sul	2 909 361	2 621 637	283 798	3 927
Centro-Oeste	4 394 224	4 068 134	322 818	3 272
Mato Grosso do Sul	751 579	713 025	37 527	1 028
Mato Grosso	977 102	918 070	58 020	1 011
Goiás	1 787 847	1 622 223	164 959	665
Distrito Federal	877 695	814 815	62 312	568

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.7.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Local de exercício do trabalho principal					Mais de um município ou país
		Município de residência			Outro município	País estrangeiro	
		Total	Domicílio de residência	Fora do domicílio de residência			
Brasil	86 353 839	75 237 513	19 994 952	55 242 561	10 177 154	35 984	903 188
Norte	6 262 341	5 927 831	1 663 553	4 264 278	293 339	4 138	37 034
Rondônia	732 224	704 632	227 598	477 034	20 326	320	6 945
Acre	279 287	271 090	83 986	187 104	5 897	738	1 562
Amazonas	1 323 337	1 301 851	337 369	964 482	18 424	520	2 543
Roraima	181 292	174 670	47 118	127 552	4 960	805	857
Pará	2 901 864	2 688 315	785 151	1 903 165	196 014	842	16 694
Amapá	260 701	241 756	53 754	188 003	17 043	864	1 038
Tocantins	583 635	545 516	128 577	416 939	30 675	49	7 396
Nordeste	20 854 301	18 596 691	4 743 949	13 852 742	2 055 989	4 513	197 108
Maranhão	2 361 389	2 162 933	534 972	1 627 961	179 088	1 116	18 252
Piauí	1 215 275	1 123 423	258 224	865 199	81 268	167	10 416
Ceará	3 361 735	3 080 191	796 709	2 283 482	255 288	394	25 862
Rio Grande do Norte	1 238 314	1 060 964	248 613	812 351	162 230	196	14 923
Paraíba	1 478 168	1 294 455	326 409	968 046	164 254	250	19 209
Pernambuco	3 403 873	2 810 125	760 497	2 049 628	556 786	895	36 068
Alagoas	1 122 014	1 020 888	247 206	773 683	90 576	87	10 462
Sergipe	832 455	698 389	170 754	527 635	123 185	160	10 721
Bahia	5 841 078	5 345 323	1 400 566	3 944 758	443 312	1 247	51 195
Sudeste	38 111 800	32 230 666	8 530 849	23 699 818	5 499 139	7 552	374 443
Minas Gerais	9 264 527	8 168 921	2 006 070	6 162 851	995 216	1 358	99 032
Espírito Santo	1 694 384	1 395 080	329 944	1 065 136	272 890	384	26 030
Rio de Janeiro	7 151 619	5 878 787	1 564 895	4 313 892	1 219 568	2 088	51 176
São Paulo	20 001 270	16 787 878	4 629 939	12 157 939	3 011 465	3 722	198 205
Sul	14 249 772	12 399 895	3 454 772	8 945 124	1 608 267	14 715	226 894
Paraná	5 307 823	4 617 713	1 241 518	3 376 194	593 690	8 749	87 672
Santa Catarina	3 408 833	2 986 006	805 900	2 180 106	362 017	1 348	59 461
Rio Grande do Sul	5 533 116	4 796 177	1 407 353	3 388 824	652 560	4 618	79 761
Centro-Oeste	6 875 625	6 082 430	1 601 830	4 480 600	720 421	5 066	67 709
Mato Grosso do Sul	1 180 477	1 112 729	281 561	831 168	49 936	4 083	13 729
Mato Grosso	1 448 274	1 348 033	366 645	981 388	82 396	252	17 594
Goiás	2 959 329	2 476 456	692 769	1 783 687	450 652	590	31 631
Distrito Federal	1 287 544	1 145 212	260 855	884 356	137 437	141	4 755

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.7.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente					
	Total	Tempo habitual de deslocamento para o trabalho				
		Até 5 minutos	De 6 minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
Brasil	61 589 232	8 046 541	32 157 105	14 367 521	5 924 110	1 093 954
Norte	4 167 477	706 893	2 299 266	815 525	279 274	66 519
Rondônia	458 547	95 347	288 255	56 101	13 459	5 385
Acre	179 279	29 267	113 329	28 838	6 091	1 754
Amazonas	920 137	128 179	404 438	264 025	101 883	21 612
Roraima	122 975	21 435	81 286	16 090	2 911	1 253
Pará	1 894 000	311 964	1 048 881	368 425	134 638	30 093
Amapá	189 946	30 907	116 000	31 914	8 348	2 777
Tocantins	402 591	89 795	247 077	50 131	11 945	3 644
Nordeste	14 664 698	2 258 732	8 072 413	3 112 564	1 044 718	176 271
Maranhão	1 633 655	247 973	884 349	350 408	121 119	29 806
Piauí	860 241	158 943	518 420	140 283	34 715	7 880
Ceará	2 380 762	389 005	1 326 863	488 264	156 020	20 610
Rio Grande do Norte	892 370	158 341	504 358	178 831	44 679	6 161
Paraíba	1 040 482	185 516	621 403	181 993	44 435	7 135
Pernambuco	2 426 777	313 943	1 264 555	595 084	221 380	31 815
Alagoas	806 391	116 503	441 796	175 603	62 346	10 143
Sergipe	603 878	83 927	341 105	134 205	38 694	5 947
Bahia	4 020 143	604 581	2 169 564	867 894	321 329	56 774
Sudeste	27 835 442	2 744 382	13 259 785	7 468 502	3 624 917	737 856
Minas Gerais	6 719 019	881 073	3 732 050	1 522 254	515 562	68 080
Espírito Santo	1 269 369	192 260	683 749	280 488	100 883	11 989
Rio de Janeiro	5 208 896	395 087	2 012 365	1 598 358	973 575	229 512
São Paulo	14 638 158	1 275 963	6 831 620	4 067 402	2 034 897	428 275
Sul	10 063 665	1 622 460	5 960 243	1 895 996	526 542	58 425
Paraná	3 788 922	579 904	2 163 132	776 930	241 898	27 058
Santa Catarina	2 434 205	427 940	1 546 577	376 431	74 850	8 408
Rio Grande do Sul	3 840 538	614 616	2 250 534	742 635	209 794	22 960
Centro-Oeste	4 857 950	714 074	2 565 399	1 074 935	448 659	54 883
Mato Grosso do Sul	817 371	146 589	487 057	132 919	42 877	7 930
Mato Grosso	961 902	194 546	571 311	150 339	37 312	8 394
Goiás	2 093 403	311 804	1 101 731	435 222	216 784	27 861
Distrito Federal	985 274	61 135	405 301	356 454	151 686	10 698

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.1 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de material das paredes externas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes								
	Total	Tipo de material das paredes externas							
		Alvenaria com revestimento	Alvenaria sem revestimento	Madeira aparelhada	Taipa revestida	Taipa não revestida	Madeira aproveitada	Palha	Outro
Brasil	57 320 555	45 873 341	6 106 000	3 682 527	421 991	473 169	479 060	53 449	231 017
Norte	3 977 362	1 904 428	529 088	1 217 650	36 755	61 484	172 915	29 908	25 135
Rondônia	458 431	186 869	36 599	217 843	1 203	945	13 832	666	474
Acre	190 644	58 904	12 613	104 207	524	972	10 814	1 141	1 469
Amazonas	799 357	416 352	75 361	256 235	2 483	3 382	32 138	9 294	4 111
Roraima	115 778	66 167	20 382	16 771	1 410	3 664	4 846	1 031	1 507
Pará	1 858 732	839 574	270 279	555 071	25 807	43 145	99 854	12 659	12 342
Amapá	156 141	70 084	17 454	61 344	243	619	5 773	166	457
Tocantins	398 280	266 478	96 401	6 178	5 084	8 756	5 659	4 951	4 774
Nordeste	14 922 475	12 119 477	1 841 082	47 276	347 125	389 824	47 467	14 995	115 228
Maranhão	1 653 969	890 603	356 241	17 996	114 708	224 389	13 138	11 720	25 174
Piauí	848 413	569 863	187 930	843	28 953	41 464	347	1 083	17 929
Ceará	2 365 102	1 991 386	272 969	1 314	58 038	35 809	1 093	362	4 132
Rio Grande do Norte	899 574	801 006	78 503	471	10 396	7 391	602	154	1 052
Paraíba	1 080 527	968 201	79 675	823	18 422	10 501	724	253	1 927
Pernambuco	2 547 068	2 228 909	252 651	2 239	31 266	20 621	6 656	137	4 590
Alagoas	842 804	726 147	75 306	495	24 140	13 230	1 803	150	1 533
Sergipe	591 400	503 956	67 496	285	9 706	7 325	1 016	298	1 318
Bahia	4 093 619	3 439 405	470 312	22 811	51 497	29 095	22 088	838	57 574
Sudeste	25 197 306	22 315 316	2 571 908	135 067	28 676	12 293	81 473	1 296	51 278
Minas Gerais	6 027 492	5 344 822	621 794	7 389	22 040	5 171	4 362	685	21 229
Espírito Santo	1 101 094	969 020	112 793	8 735	1 548	1 525	5 404	62	2 007
Rio de Janeiro	5 243 266	4 635 439	580 220	6 994	1 797	1 311	9 479	190	7 835
São Paulo	12 825 453	11 366 034	1 257 101	111 950	3 290	4 285	62 227	360	20 207
Sul	8 890 580	6 005 965	668 891	2 052 141	3 658	2 849	136 479	313	20 284
Paraná	3 298 304	2 281 776	207 534	746 998	1 147	1 091	51 154	162	8 441
Santa Catarina	1 993 012	1 319 039	113 153	531 082	638	553	25 639	19	2 889
Rio Grande do Sul	3 599 263	2 405 150	348 204	774 061	1 872	1 205	59 685	132	8 954
Centro-Oeste	4 332 833	3 528 155	495 031	230 393	5 778	6 719	40 727	6 937	19 092
Mato Grosso do Sul	758 626	562 556	111 270	66 191	870	1 161	11 230	1 681	3 669
Mato Grosso	914 731	614 683	116 477	153 888	2 098	2 984	17 746	3 870	2 984
Goiás	1 885 438	1 638 069	220 131	5 615	2 702	2 414	4 619	1 365	10 524
Distrito Federal	774 037	712 847	47 154	4 698	108	161	7 132	21	1 916

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.2 - Domicílios particulares permanentes, por número de cômodos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes								
	Total	Número de cômodos							
		1	2	3	4	5	6	7	8 ou mais
Brasil	57 320 555	350 370	1 772 102	4 767 486	8 808 941	14 891 462	10 686 527	6 576 113	9 467 553
Norte	3 977 362	138 083	361 607	594 646	801 994	857 488	559 324	306 590	357 630
Rondônia	458 431	6 098	22 691	42 663	76 689	127 347	89 133	47 351	46 458
Acre	190 644	13 091	20 251	28 369	42 226	41 264	22 337	11 302	11 804
Amazonas	799 357	35 314	92 819	146 760	162 817	157 351	93 387	50 263	60 646
Roraima	115 778	6 645	13 630	18 171	21 650	23 334	14 198	8 054	10 096
Pará	1 858 732	65 379	178 715	295 135	401 470	378 713	251 249	132 022	156 049
Amapá	156 141	8 127	16 521	23 327	29 151	32 079	21 243	12 082	13 610
Tocantins	398 280	3 431	16 980	40 219	67 990	97 400	67 776	45 517	58 967
Nordeste	14 922 475	106 398	411 341	1 035 191	2 361 869	4 140 592	3 016 200	1 757 848	2 093 038
Maranhão	1 653 969	19 374	64 833	158 850	371 124	378 898	305 958	164 177	190 756
Piauí	848 413	4 149	18 500	50 124	123 439	200 122	177 127	118 133	156 819
Ceará	2 365 102	12 755	65 162	211 563	466 258	572 114	422 847	250 518	363 885
Rio Grande do Norte	899 574	3 739	18 651	57 516	127 231	263 020	186 145	109 696	133 576
Paraíba	1 080 527	4 822	22 109	62 633	151 102	321 137	227 177	131 731	159 816
Pernambuco	2 547 068	18 378	69 753	154 719	346 291	782 766	541 165	302 003	331 992
Alagoas	842 804	7 958	24 540	54 617	128 536	262 988	172 889	93 128	98 149
Sergipe	591 400	3 302	11 920	29 967	78 690	173 206	131 490	76 108	86 716
Bahia	4 093 619	31 922	115 874	255 203	569 198	1 186 339	851 402	512 352	571 329
Sudeste	25 197 306	59 999	702 832	2 249 184	3 915 778	6 642 496	4 422 383	2 796 081	4 408 553
Minas Gerais	6 027 492	11 508	81 919	279 617	626 583	1 443 617	1 295 390	908 026	1 380 832
Espírito Santo	1 101 094	3 349	22 610	65 844	128 028	277 474	234 843	155 288	213 659
Rio de Janeiro	5 243 266	15 981	142 457	449 267	1 031 867	1 611 888	868 756	464 632	658 420
São Paulo	12 825 453	29 160	455 847	1 454 457	2 129 301	3 309 517	2 023 394	1 268 136	2 155 642
Sul	8 890 580	23 666	161 630	543 513	1 124 044	2 130 718	1 884 651	1 194 994	1 827 362
Paraná	3 298 304	7 655	60 575	203 191	390 873	815 362	709 184	435 455	676 009
Santa Catarina	1 993 012	3 015	27 586	113 057	219 708	409 313	440 898	308 811	470 624
Rio Grande do Sul	3 599 263	12 997	73 468	227 265	513 463	906 044	734 570	450 728	680 729
Centro-Oeste	4 332 833	22 224	134 693	344 953	605 257	1 120 167	803 969	520 600	780 970
Mato Grosso do Sul	758 626	7 206	24 039	62 193	111 232	210 846	139 780	84 074	119 256
Mato Grosso	914 731	7 020	36 792	88 839	142 841	255 315	168 359	94 723	120 841
Goiás	1 885 438	5 261	36 587	118 462	245 478	489 318	375 853	260 008	354 471
Distrito Federal	774 037	2 737	37 275	75 459	105 705	164 688	119 977	81 794	186 402

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.3 - Domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Número de dormitórios			
		1	2	3	4 ou mais
Brasil	57 320 555	16 736 089	25 912 108	12 471 245	2 201 113
Norte	3 977 362	1 306 171	1 705 413	776 117	189 661
Rondônia	458 431	123 171	211 797	104 680	18 783
Acre	190 644	66 390	81 244	35 532	7 477
Amazonas	799 357	305 461	313 609	136 899	43 387
Roraima	115 778	46 528	46 516	18 824	3 911
Pará	1 858 732	593 453	816 869	361 281	87 129
Amapá	156 141	57 575	58 080	30 483	10 004
Tocantins	398 280	113 594	177 298	88 419	18 970
Nordeste	14 922 475	3 824 635	7 147 149	3 292 376	658 315
Maranhão	1 653 969	411 435	791 930	369 368	81 236
Piauí	848 413	200 340	393 097	204 898	50 078
Ceará	2 365 102	698 514	1 090 796	460 115	115 677
Rio Grande do Norte	899 574	228 621	446 131	185 847	38 974
Paraíba	1 080 527	268 454	535 480	234 065	42 528
Pernambuco	2 547 068	629 639	1 286 147	547 565	83 717
Alagoas	842 804	188 651	432 475	194 748	26 930
Sergipe	591 400	135 558	291 628	142 972	21 241
Bahia	4 093 619	1 063 422	1 879 465	952 798	197 934
Sudeste	25 197 306	8 011 778	11 333 955	5 048 708	802 866
Minas Gerais	6 027 492	1 492 752	2 553 458	1 656 194	325 088
Espírito Santo	1 101 094	301 507	494 355	266 785	38 447
Rio de Janeiro	5 243 266	2 030 788	2 438 822	677 007	96 648
São Paulo	12 825 453	4 186 730	5 847 319	2 448 721	342 683
Sul	8 890 580	2 393 345	3 808 214	2 318 440	370 580
Paraná	3 298 304	820 866	1 415 282	927 124	135 032
Santa Catarina	1 993 012	491 161	807 431	590 010	104 410
Rio Grande do Sul	3 599 263	1 081 319	1 585 501	801 306	131 137
Centro-Oeste	4 332 833	1 200 160	1 917 378	1 035 604	179 691
Mato Grosso do Sul	758 626	225 135	349 608	160 303	23 580
Mato Grosso	914 731	256 553	427 063	201 497	29 617
Goiás	1 885 438	479 680	847 688	486 254	71 816
Distrito Federal	774 037	238 791	293 018	187 550	54 678

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.4 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Moradores em domicílios particulares permanentes				
	Total	Número de dormitórios			
		1	2	3	4 ou mais
Brasil	189 797 859	35 559 535	87 526 819	54 238 885	12 472 621
Norte	15 774 981	3 701 297	6 873 426	3 924 417	1 275 840
Rondônia	1 548 789	265 850	718 214	458 889	105 836
Acre	729 507	187 173	319 349	175 808	47 177
Amazonas	3 465 831	1 004 979	1 389 559	748 343	322 950
Roraima	446 963	136 529	188 286	96 375	25 774
Pará	7 542 186	1 689 060	3 377 999	1 882 668	592 459
Amapá	665 266	175 713	250 462	166 178	72 912
Tocantins	1 376 438	241 992	629 558	396 156	108 733
Nordeste	52 891 952	8 230 034	25 457 323	15 285 135	3 919 460
Maranhão	6 559 859	1 026 859	3 128 726	1 876 431	527 844
Piauí	3 111 473	442 551	1 416 762	954 287	297 873
Ceará	8 428 842	1 615 585	3 953 132	2 165 393	694 731
Rio Grande do Norte	3 157 414	489 971	1 575 475	860 520	231 448
Paraíba	3 753 152	566 799	1 874 368	1 065 150	246 835
Pernambuco	8 759 736	1 320 844	4 474 314	2 484 676	479 902
Alagoas	3 098 428	409 500	1 590 201	934 646	164 081
Sergipe	2 060 338	266 228	1 018 618	651 669	123 824
Bahia	13 962 710	2 091 697	6 425 727	4 292 363	1 152 922
Sudeste	79 926 077	16 952 261	37 323 691	21 280 705	4 369 420
Minas Gerais	19 499 039	2 696 430	8 099 940	6 935 474	1 767 195
Espírito Santo	3 496 502	588 858	1 587 965	1 114 707	204 971
Rio de Janeiro	15 923 748	4 360 781	8 147 559	2 893 346	522 063
São Paulo	41 006 788	9 306 191	19 488 227	10 337 178	1 875 192
Sul	27 244 630	4 313 275	11 609 514	9 380 849	1 940 992
Paraná	10 391 169	1 533 415	4 380 890	3 772 068	704 797
Santa Catarina	6 221 011	877 320	2 422 946	2 376 215	544 530
Rio Grande do Sul	10 632 450	1 902 540	4 805 678	3 232 566	691 666
Centro-Oeste	13 960 219	2 362 668	6 262 864	4 367 779	966 907
Mato Grosso do Sul	2 423 462	452 134	1 163 167	679 996	128 166
Mato Grosso	3 011 022	536 900	1 440 527	870 898	162 696
Goiás	5 968 968	881 296	2 691 786	2 015 393	380 492
Distrito Federal	2 556 767	492 338	967 384	801 492	295 553

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.5 - Domicílios particulares permanentes, por existência de água canalizada e forma de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes								
	Total	Existência de água canalizada							Não tinham
		Tinham							
		Em pelo menos um cômodo			No terreno ou propriedade				
		Total	Forma de abastecimento de água		Total	Forma de abastecimento de água			
Rede geral de distribuição	Outra forma		Rede geral de distribuição	Outra forma					
Brasil	57 320 555	54 013 188	51 970 276	45 881 593	6 088 683	2 042 911	1 537 240	505 671	3 307 368
Norte	3 977 362	3 179 171	2 857 153	1 934 588	922 565	322 019	212 901	109 118	798 191
Rondônia	458 431	401 982	386 175	168 899	217 276	15 807	5 600	10 207	56 449
Acre	190 644	133 948	111 375	70 074	41 301	22 574	17 374	5 200	56 695
Amazonas	799 357	645 986	579 949	464 481	115 468	66 037	46 295	19 743	153 370
Roraima	115 778	102 546	93 645	87 328	6 317	8 901	6 662	2 239	13 232
Pará	1 858 732	1 400 108	1 231 956	772 938	459 018	168 152	109 653	58 498	458 624
Amapá	156 141	130 760	115 530	75 879	39 651	15 230	9 428	5 802	25 380
Tocantins	398 280	363 841	338 522	294 988	43 535	25 318	17 890	7 429	34 440
Nordeste	14 922 475	12 881 658	11 940 647	10 663 297	1 277 351	941 010	715 380	225 630	2 040 817
Maranhão	1 653 969	1 307 510	1 042 917	867 302	175 614	264 593	210 050	54 543	346 459
Piauí	848 413	706 363	641 127	561 972	79 155	65 236	47 607	17 629	142 050
Ceará	2 365 102	2 057 869	1 942 958	1 735 778	207 181	114 911	84 575	30 336	307 232
Rio Grande do Norte	899 574	829 814	789 462	741 260	48 202	40 352	32 542	7 810	69 759
Paraíba	1 080 527	917 081	890 221	808 249	81 972	26 860	17 843	9 017	163 445
Pernambuco	2 547 068	2 193 728	2 089 106	1 848 500	240 607	104 622	80 003	24 619	353 340
Alagoas	842 804	715 678	677 402	548 236	129 165	38 276	27 404	10 872	127 126
Sergipe	591 400	524 276	502 185	474 330	27 855	22 091	17 575	4 516	67 124
Bahia	4 093 619	3 629 338	3 365 270	3 077 670	287 600	264 068	197 781	66 287	464 282
Sudeste	25 197 306	24 906 465	24 373 408	22 323 526	2 049 882	533 057	427 389	105 667	290 841
Minas Gerais	6 027 492	5 943 068	5 799 511	5 106 580	692 931	143 557	91 819	51 738	84 425
Espírito Santo	1 101 094	1 092 943	1 074 885	909 617	165 268	18 059	13 622	4 436	8 151
Rio de Janeiro	5 243 266	5 110 607	4 996 598	4 349 157	647 441	114 009	87 697	26 312	132 659
São Paulo	12 825 453	12 759 847	12 502 415	11 958 173	544 242	257 432	234 251	23 181	65 607
Sul	8 890 580	8 815 958	8 705 544	7 519 260	1 186 284	110 414	80 776	29 638	74 621
Paraná	3 298 304	3 273 811	3 233 762	2 872 015	361 747	40 049	30 639	9 410	24 493
Santa Catarina	1 993 012	1 977 381	1 951 388	1 608 085	343 304	25 992	17 200	8 792	15 632
Rio Grande do Sul	3 599 263	3 564 766	3 520 394	3 039 161	481 233	44 372	32 936	11 436	34 497
Centro-Oeste	4 332 833	4 229 935	4 093 524	3 440 923	652 601	136 412	100 794	35 618	102 897
Mato Grosso do Sul	758 626	744 700	723 282	612 915	110 366	21 418	16 003	5 415	13 927
Mato Grosso	914 731	878 506	843 332	658 083	185 249	35 174	23 709	11 465	36 225
Goiás	1 885 438	1 836 110	1 779 583	1 455 246	324 337	56 526	39 381	17 146	49 329
Distrito Federal	774 037	770 620	747 327	714 679	32 648	23 293	21 701	1 592	3 417

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.6 - Domicílios particulares permanentes, total e com bens duráveis, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Com bens duráveis							Motocicleta para uso particular	Automóvel para uso particular
		Rádio	Televisão	Máquina de lavar roupa	Geladeira	Microcomputador				
						Total	Com acesso à Internet			
Brasil	57 320 555	46 671 934	54 486 243	27 096 459	53 696 250	21 957 195	17 615 480	11 152 161	22 641 598	
Norte	3 977 362	2 475 258	3 468 069	1 140 845	3 331 124	902 572	613 992	956 862	770 071	
Rondônia	458 431	307 288	411 083	141 738	428 790	133 010	103 495	205 266	128 999	
Acre	190 644	115 856	166 230	48 800	167 166	46 753	36 645	46 293	40 029	
Amazonas	799 357	515 806	701 612	327 847	661 491	212 518	132 933	109 607	159 665	
Roraima	115 778	64 383	100 352	47 915	99 614	30 734	20 024	41 856	33 813	
Pará	1 858 732	1 140 960	1 594 292	444 865	1 484 332	350 134	231 743	386 200	263 743	
Amapá	156 141	95 498	146 264	60 197	136 441	41 715	26 001	26 874	37 926	
Tocantins	398 280	235 468	348 237	69 483	353 289	87 707	63 151	140 766	105 896	
Nordeste	14 922 475	11 170 756	13 769 442	2 837 405	12 911 972	3 166 619	2 504 534	3 208 223	2 960 558	
Maranhão	1 653 969	946 519	1 461 279	213 426	1 397 204	224 359	161 208	385 832	207 358	
Piauí	848 413	599 485	734 831	96 081	711 403	130 094	94 836	314 348	152 157	
Ceará	2 365 102	1 863 590	2 224 475	407 605	2 079 004	454 311	348 228	580 764	449 857	
Rio Grande do Norte	899 574	668 515	858 676	246 079	833 459	228 502	178 906	230 633	237 604	
Paraíba	1 080 527	859 077	1 029 736	216 380	957 097	233 459	186 949	293 983	244 681	
Pernambuco	2 547 068	2 057 780	2 419 489	586 443	2 272 530	611 984	489 669	424 644	552 313	
Alagoas	842 804	607 966	787 491	144 396	721 806	169 723	132 570	124 870	151 947	
Sergipe	591 400	448 152	558 391	134 858	533 573	144 261	110 969	117 205	130 413	
Bahia	4 093 619	3 119 671	3 695 073	792 137	3 405 896	969 926	801 198	735 944	834 228	
Sudeste	25 197 306	21 672 003	24 535 464	15 413 451	24 581 083	12 092 180	9 976 615	3 979 704	11 920 970	
Minas Gerais	6 027 492	5 166 122	5 768 423	2 478 914	5 717 417	2 290 797	1 776 354	1 221 174	2 484 348	
Espírito Santo	1 101 094	882 124	1 064 182	472 712	1 075 042	450 621	370 281	235 817	423 645	
Rio de Janeiro	5 243 266	4 597 260	5 156 422	3 460 718	5 152 132	2 552 067	2 111 771	469 176	1 879 564	
São Paulo	12 825 453	11 026 497	12 546 437	9 001 107	12 636 493	6 798 695	5 718 209	2 053 537	7 133 412	
Sul	8 890 580	8 005 802	8 607 508	5 829 283	8 711 197	4 098 371	3 158 000	1 845 801	5 033 778	
Paraná	3 298 304	2 909 893	3 162 211	1 919 109	3 215 214	1 492 144	1 169 499	714 335	1 862 063	
Santa Catarina	1 993 012	1 768 684	1 944 444	1 462 047	1 970 763	1 003 191	768 622	518 024	1 275 755	
Rio Grande do Sul	3 599 263	3 327 225	3 500 852	2 448 127	3 525 219	1 603 036	1 219 879	613 442	1 895 960	
Centro-Oeste	4 332 833	3 348 115	4 105 760	1 875 475	4 160 875	1 697 453	1 362 339	1 161 570	1 956 221	
Mato Grosso do Sul	758 626	601 852	712 465	302 446	719 262	267 311	211 070	222 401	321 986	
Mato Grosso	914 731	647 794	832 292	327 803	865 110	311 118	240 803	347 144	340 226	
Goiás	1 885 438	1 470 432	1 800 944	724 358	1 817 067	633 693	484 264	516 315	828 163	
Distrito Federal	774 037	628 036	760 059	520 868	759 435	485 330	426 202	75 709	465 846	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.8.7 - Domicílios particulares permanentes, por existência de telefone, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes					
	Total	Existência de telefone				Não tinham
		Tinham				
		Total	Somente telefone fixo	Somente telefone celular	Telefone fixo e celular	
Brasil	57 320 555	50 390 512	2 702 398	27 005 029	20 683 085	6 930 044
Norte	3 977 362	3 094 233	71 508	2 303 225	719 500	883 129
Rondônia	458 431	387 385	10 534	294 385	82 466	71 046
Acre	190 644	151 076	3 164	114 648	33 264	39 568
Amazonas	799 357	617 940	16 174	418 684	183 082	181 416
Roraima	115 778	89 054	2 201	61 656	25 198	26 724
Pará	1 858 732	1 386 559	31 374	1 057 568	297 617	472 172
Amapá	156 141	132 309	2 232	96 950	33 127	23 831
Tocantins	398 280	329 909	5 830	259 333	64 746	68 371
Nordeste	14 922 475	11 532 405	344 048	8 454 132	2 734 225	3 390 070
Maranhão	1 653 969	1 040 759	37 452	776 528	226 779	613 209
Piauí	848 413	593 678	19 525	452 979	121 174	254 735
Ceará	2 365 102	1 857 381	44 919	1 414 980	397 482	507 720
Rio Grande do Norte	899 574	771 243	14 843	588 159	168 241	128 331
Paraíba	1 080 527	875 390	20 728	688 614	166 047	205 137
Pernambuco	2 547 068	2 102 501	51 267	1 520 847	530 387	444 568
Alagoas	842 804	666 622	12 690	534 507	119 424	176 182
Sergipe	591 400	503 363	11 128	381 501	110 734	88 037
Bahia	4 093 619	3 121 468	131 496	2 096 017	893 955	972 151
Sudeste	25 197 306	23 417 864	1 704 914	9 300 879	12 412 071	1 779 442
Minas Gerais	6 027 492	5 311 367	317 176	2 901 310	2 092 881	716 125
Espírito Santo	1 101 094	995 217	45 227	588 709	361 281	105 877
Rio de Janeiro	5 243 266	4 909 916	366 361	1 650 506	2 893 048	333 350
São Paulo	12 825 453	12 201 364	976 150	4 160 353	7 064 861	624 089
Sul	8 890 580	8 312 051	471 300	4 459 830	3 380 921	578 529
Paraná	3 298 304	3 023 325	191 159	1 523 279	1 308 887	274 979
Santa Catarina	1 993 012	1 874 856	130 570	938 663	805 623	118 156
Rio Grande do Sul	3 599 263	3 413 869	149 571	1 997 888	1 266 410	185 394
Centro-Oeste	4 332 833	4 033 959	110 628	2 486 962	1 436 368	298 874
Mato Grosso do Sul	758 626	701 991	19 532	476 685	205 774	56 635
Mato Grosso	914 731	816 655	16 596	593 368	206 690	98 076
Goiás	1 885 438	1 757 841	54 293	1 120 585	582 963	127 597
Distrito Federal	774 037	757 472	20 207	296 324	440 941	16 565

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.9.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (1)							
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)
Brasil	161 981 299	44 991 563	32 934 535	11 367 350	9 202 384	6 674 038	2 493 924	1 212 631	53 104 874
Norte	12 669 874	4 007 086	1 910 284	578 571	470 760	340 940	110 639	51 330	5 200 263
Rondônia	1 294 956	369 475	259 824	89 146	69 768	46 089	13 290	6 127	441 238
Acre	573 909	171 261	89 063	24 712	23 603	16 793	5 334	2 353	240 790
Amazonas	2 728 336	746 277	426 163	128 144	102 352	73 801	25 945	11 866	1 213 788
Roraima	353 679	99 852	54 827	17 436	16 562	15 125	4 598	1 829	143 451
Pará	6 062 304	2 075 464	822 332	236 699	184 208	130 647	43 640	20 945	2 548 368
Amapá	526 975	145 807	78 170	27 827	27 681	22 432	6 481	2 656	215 921
Tocantins	1 129 714	398 949	179 906	54 608	46 585	36 054	11 350	5 554	396 707
Nordeste	44 217 039	17 812 199	5 697 270	1 489 452	1 204 328	906 787	349 724	168 224	16 589 055
Maranhão	5 264 736	2 102 713	595 689	140 107	111 662	80 731	28 054	12 769	2 193 012
Piauí	2 597 953	1 076 370	304 199	83 258	62 491	45 775	17 316	8 377	1 000 168
Ceará	7 111 302	2 984 203	886 444	219 092	174 085	134 410	53 292	26 728	2 633 050
Rio Grande do Norte	2 676 308	1 011 882	392 489	108 116	90 280	67 860	28 617	11 752	965 313
Paraíba	3 161 232	1 330 291	401 054	101 704	83 566	63 375	26 010	12 563	1 142 669
Pernambuco	7 373 671	2 841 074	1 028 864	275 035	216 238	164 074	64 964	35 031	2 748 391
Alagoas	2 547 711	995 755	303 759	77 617	64 876	54 063	18 217	7 868	1 025 556
Sergipe	1 720 016	684 816	224 557	60 441	54 094	44 449	18 483	7 759	625 417
Bahia	11 764 109	4 785 094	1 560 217	424 083	347 036	252 050	94 772	45 378	4 255 479
Sudeste	69 528 259	14 942 460	16 377 121	6 033 762	4 974 830	3 600 718	1 365 377	674 109	21 559 881
Minas Gerais	16 890 981	5 323 655	3 556 579	1 131 015	888 906	604 624	216 283	106 011	5 063 908
Espírito Santo	3 005 851	827 049	666 493	220 558	179 236	134 725	47 950	21 043	908 797
Rio de Janeiro	13 908 173	2 913 314	3 028 256	1 132 340	963 226	777 622	335 270	160 402	4 597 744
São Paulo	35 723 254	5 878 443	9 125 794	3 549 849	2 943 462	2 083 747	765 874	386 653	10 989 432
Sul	23 695 166	5 263 617	6 314 024	2 350 231	1 824 584	1 215 723	408 139	179 835	6 139 013
Paraná	8 962 586	2 100 427	2 294 864	815 483	628 771	437 305	145 688	66 202	2 473 845
Santa Catarina	5 404 884	978 891	1 564 884	639 415	485 951	296 318	92 486	39 168	1 307 772
Rio Grande do Sul	9 327 696	2 184 299	2 454 276	895 333	709 861	482 101	169 965	74 465	2 357 396
Centro-Oeste	11 870 960	2 966 200	2 635 836	915 333	727 882	609 870	260 045	139 133	3 616 661
Mato Grosso do Sul	2 059 723	541 592	483 734	155 620	123 205	91 301	30 886	14 259	619 126
Mato Grosso	2 537 660	644 185	557 894	202 793	151 871	103 850	32 460	13 714	830 892
Goiás	5 092 674	1 420 273	1 161 438	394 859	294 045	209 355	70 640	34 056	1 508 008
Distrito Federal	2 180 903	360 150	432 771	162 062	158 761	205 364	126 058	77 103	658 634

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.



Tabela 1.9.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento			Valor do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (R\$)					
				Médio			Mediano		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	
Brasil	108 876 425	56 597 488	52 278 937	1 340,48	1 586,58	1 074,05	650,00	800,00	518,00
Norte	7 469 611	4 029 924	3 439 688	1 048,18	1 220,60	846,17	510,00	600,00	510,00
Rondônia	853 719	476 624	377 094	1 181,12	1 389,17	918,15	610,00	800,00	510,00
Acre	333 119	175 186	157 933	1 092,49	1 238,76	930,25	510,00	600,00	510,00
Amazonas	1 514 549	807 614	706 935	1 166,76	1 364,58	940,77	530,00	620,00	510,00
Roraima	210 228	108 433	101 795	1 234,76	1 424,44	1 032,70	590,00	640,00	510,00
Pará	3 513 936	1 908 833	1 605 103	926,54	1 076,47	748,23	510,00	510,00	510,00
Amapá	311 054	165 260	145 794	1 238,01	1 384,05	1 072,48	600,00	700,00	510,00
Tocantins	733 007	387 974	345 033	1 077,28	1 288,13	840,19	510,00	600,00	510,00
Nordeste	27 627 984	13 515 597	14 112 387	880,59	1 052,96	715,51	510,00	510,00	510,00
Maranhão	3 071 724	1 492 592	1 579 132	747,32	901,45	601,64	510,00	510,00	500,00
Piauí	1 597 786	759 666	838 120	797,81	940,08	668,87	510,00	510,00	510,00
Ceará	4 478 252	2 158 572	2 319 680	841,15	1 004,21	689,41	510,00	510,00	510,00
Rio Grande do Norte	1 710 995	848 565	862 430	982,68	1 160,71	807,51	510,00	510,00	510,00
Paraíba	2 018 563	975 128	1 043 435	861,84	1 027,49	707,04	510,00	510,00	510,00
Pernambuco	4 625 280	2 271 535	2 353 745	966,45	1 151,48	787,87	510,00	510,00	510,00
Alagoas	1 522 155	734 762	787 393	860,81	1 046,61	687,42	510,00	510,00	510,00
Sergipe	1 094 599	546 074	548 525	958,28	1 118,06	799,20	510,00	510,00	510,00
Bahia	7 508 630	3 728 703	3 779 927	897,82	1 078,65	719,45	510,00	510,00	510,00
Sudeste	47 968 378	25 364 808	22 603 570	1 575,26	1 846,52	1 270,86	800,00	1 000,00	650,00
Minas Gerais	11 827 073	6 273 610	5 553 463	1 212,73	1 441,73	954,03	600,00	750,00	510,00
Espírito Santo	2 097 053	1 121 509	975 545	1 329,21	1 562,34	1 061,20	654,00	800,00	546,00
Rio de Janeiro	9 310 429	4 828 626	4 481 803	1 701,48	1 954,01	1 429,41	800,00	1 000,00	650,00
São Paulo	24 733 822	13 141 063	11 592 759	1 721,96	2 024,53	1 378,99	900,00	1 000,00	720,00
Sul	17 556 152	9 215 969	8 340 183	1 431,41	1 693,32	1 142,00	800,00	1 000,00	666,00
Paraná	6 488 741	3 452 735	3 036 006	1 397,98	1 661,21	1 098,62	770,00	900,00	605,00
Santa Catarina	4 097 111	2 176 933	1 920 179	1 472,57	1 746,14	1 162,43	900,00	1 000,00	750,00
Rio Grande do Sul	6 970 300	3 586 301	3 383 999	1 438,34	1 692,19	1 169,32	800,00	910,00	650,00
Centro-Oeste	8 254 299	4 471 190	3 783 108	1 586,49	1 834,86	1 292,95	750,00	880,00	600,00
Mato Grosso do Sul	1 440 597	784 206	656 391	1 327,57	1 572,49	1 034,95	700,00	800,00	550,00
Mato Grosso	1 706 768	968 006	738 761	1 304,97	1 501,38	1 047,60	700,00	817,00	520,00
Goiás	3 584 666	1 947 461	1 637 205	1 311,86	1 552,70	1 025,39	700,00	800,00	510,00
Distrito Federal	1 522 268	771 517	750 751	2 793,89	3 232,20	2 343,45	1 000,00	1 200,00	878,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.9.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) (1)							
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)
Brasil	86 353 839	28 212 947	28 210 975	9 173 675	7 134 366	5 304 693	1 858 538	762 809	5 695 835
Norte	6 262 341	2 602 444	1 610 915	488 900	397 797	289 062	88 730	36 188	748 305
Rondônia	732 224	236 916	229 266	77 381	60 641	39 910	10 921	4 618	72 571
Acre	279 287	110 817	71 574	20 557	20 486	14 702	4 041	1 550	35 560
Amazonas	1 323 337	481 831	371 318	110 236	88 725	63 392	21 065	8 038	178 732
Roraima	181 292	68 155	43 277	14 886	14 620	13 699	3 812	1 422	21 422
Pará	2 901 864	1 363 635	678 869	195 164	147 707	104 830	33 866	14 310	363 484
Amapá	260 701	98 458	68 433	23 890	24 599	19 840	5 404	2 100	17 978
Tocantins	583 635	242 632	148 178	46 786	41 020	32 690	9 621	4 151	58 558
Nordeste	20 854 301	10 683 895	4 224 914	1 121 876	923 082	708 995	258 214	106 447	2 826 878
Maranhão	2 361 389	1 177 266	437 779	111 032	90 936	67 920	21 136	9 036	446 283
Piauí	1 215 275	612 655	208 030	63 018	47 464	35 864	12 808	5 608	229 828
Ceará	3 361 735	1 833 836	653 971	165 335	136 169	105 015	38 921	16 869	411 620
Rio Grande do Norte	1 238 314	586 927	303 342	81 445	69 222	50 702	20 399	7 439	118 839
Paraíba	1 478 168	753 922	283 645	73 164	61 133	49 019	19 063	7 582	230 640
Pernambuco	3 403 873	1 708 749	777 306	201 473	161 098	127 594	48 325	20 559	358 770
Alagoas	1 122 014	559 868	222 586	57 221	49 220	41 042	12 843	5 219	174 016
Sergipe	832 455	436 142	169 227	46 683	41 906	33 745	12 999	4 612	87 142
Bahia	5 841 078	3 014 531	1 169 030	322 506	265 935	198 093	71 719	29 524	769 739
Sudeste	38 111 800	9 606 967	14 472 868	4 873 136	3 799 574	2 836 024	1 015 601	418 060	1 089 570
Minas Gerais	9 264 527	3 537 616	2 992 752	881 532	677 656	463 138	154 476	64 709	492 648
Espírito Santo	1 694 384	564 657	577 046	177 084	141 582	104 771	34 800	13 005	81 439
Rio de Janeiro	7 151 619	1 902 228	2 634 490	882 239	694 578	576 027	233 701	92 614	135 743
São Paulo	20 001 270	3 602 466	8 268 579	2 932 282	2 285 758	1 692 088	592 625	247 732	379 739
Sul	14 249 772	3 334 515	5 520 525	1 901 598	1 404 219	946 232	287 267	106 376	749 040
Paraná	5 307 823	1 318 210	2 038 263	677 319	507 390	358 852	107 194	40 133	260 462
Santa Catarina	3 408 833	615 201	1 405 132	532 290	378 143	229 701	65 039	23 392	159 935
Rio Grande do Sul	5 533 116	1 401 104	2 077 130	691 989	518 687	357 678	115 034	42 852	328 643
Centro-Oeste	6 875 625	1 985 126	2 381 753	788 166	609 694	524 381	208 726	95 737	282 043
Mato Grosso do Sul	1 180 477	351 567	430 378	130 902	101 688	76 154	23 391	9 941	56 455
Mato Grosso	1 448 274	411 533	510 999	181 607	132 383	90 992	25 737	10 085	84 938
Goiás	2 959 329	967 326	1 041 953	335 567	244 994	178 264	53 902	22 983	114 342
Distrito Federal	1 287 544	254 700	398 423	140 089	130 629	178 970	105 695	52 728	26 309

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.



Tabela 1.9.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho			Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$)					
				Médio			Mediano		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Brasil	80 658 004	46 932 465	33 725 539	1 344,70	1 509,62	1 115,20	708,00	800,00	600,00
Norte	5 514 036	3 407 521	2 106 515	1 128,24	1 210,04	995,91	600,00	600,00	510,00
Rondônia	659 653	410 532	249 121	1 273,90	1 408,94	1 051,36	700,00	800,00	600,00
Acre	243 727	144 660	99 067	1 177,80	1 260,29	1 057,35	600,00	640,00	510,00
Amazonas	1 144 605	690 946	453 659	1 222,70	1 311,22	1 087,88	600,00	700,00	550,00
Roraima	159 871	92 695	67 175	1 370,44	1 464,07	1 241,23	610,00	700,00	570,00
Pará	2 538 381	1 607 014	931 367	989,97	1 058,00	872,60	510,00	523,00	510,00
Amapá	242 723	143 115	99 608	1 338,37	1 404,24	1 243,72	700,00	700,00	600,00
Tocantins	525 077	318 559	206 519	1 213,90	1 317,32	1 054,37	600,00	700,00	510,00
Nordeste	18 027 423	10 759 486	7 267 937	945,61	1 016,15	841,17	510,00	510,00	510,00
Maranhão	1 915 105	1 162 537	752 568	860,92	917,30	773,84	510,00	510,00	510,00
Piauí	985 446	586 573	398 873	888,57	941,19	811,17	510,00	510,00	510,00
Ceará	2 950 115	1 730 620	1 219 496	899,10	971,01	797,06	510,00	510,00	510,00
Rio Grande do Norte	1 119 475	671 964	447 512	1 052,47	1 132,48	932,33	510,00	520,00	510,00
Paraíba	1 247 528	753 634	493 894	943,75	998,71	859,89	510,00	510,00	510,00
Pernambuco	3 045 103	1 813 900	1 231 203	1 006,99	1 082,73	895,41	510,00	510,00	510,00
Alagoas	947 997	576 923	371 074	953,07	1 011,38	862,42	510,00	510,00	510,00
Sergipe	745 313	445 715	299 599	993,80	1 060,13	895,13	510,00	510,00	510,00
Bahia	5 071 339	3 017 620	2 053 719	947,25	1 027,55	829,27	510,00	510,00	510,00
Sudeste	37 022 231	21 217 609	15 804 622	1 512,35	1 726,01	1 225,51	800,00	1 000,00	700,00
Minas Gerais	8 771 878	5 148 669	3 623 210	1 195,83	1 364,19	956,59	650,00	765,00	510,00
Espírito Santo	1 612 945	942 255	670 690	1 297,90	1 477,77	1 045,20	700,00	800,00	600,00
Rio de Janeiro	7 015 877	3 986 612	3 029 264	1 576,33	1 774,99	1 314,89	800,00	1 000,00	700,00
São Paulo	19 621 531	11 140 073	8 481 458	1 648,60	1 896,69	1 322,73	900,00	1 000,00	800,00
Sul	13 500 732	7 674 478	5 826 254	1 392,03	1 606,68	1 109,28	800,00	1 000,00	700,00
Paraná	5 047 361	2 906 084	2 141 277	1 389,99	1 602,14	1 102,07	800,00	920,00	680,00
Santa Catarina	3 248 898	1 834 988	1 413 910	1 421,84	1 657,36	1 116,17	900,00	1 000,00	750,00
Rio Grande do Sul	5 204 474	2 933 407	2 271 067	1 375,39	1 579,47	1 111,79	800,00	900,00	680,00
Centro-Oeste	6 593 582	3 873 370	2 720 212	1 578,64	1 766,27	1 311,48	800,00	900,00	638,00
Mato Grosso do Sul	1 124 022	670 120	453 903	1 363,79	1 549,81	1 089,18	750,00	800,00	600,00
Mato Grosso	1 363 337	840 531	522 806	1 357,27	1 517,70	1 099,34	800,00	900,00	600,00
Goiás	2 844 988	1 686 143	1 158 844	1 323,53	1 509,42	1 053,04	750,00	800,00	600,00
Distrito Federal	1 261 235	676 577	584 658	2 584,89	2 929,60	2 185,99	1 000,00	1 200,00	900,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 1.9.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)							
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (2)
Brasil	57 320 555	5 030 114	8 735 271	15 700 332	13 461 988	4 634 072	3 522 007	3 701 886	2 534 885
Norte	3 977 362	645 339	837 233	1 048 764	650 935	204 011	148 942	143 702	298 437
Rondônia	458 431	37 419	76 042	137 082	107 613	33 051	23 277	18 478	25 470
Acre	190 644	29 279	38 800	48 986	31 794	9 787	7 559	7 054	17 384
Amazonas	799 357	132 289	158 024	197 864	130 803	42 306	30 283	31 952	75 836
Roraima	115 778	14 964	20 209	28 726	21 244	7 477	6 602	5 819	10 737
Pará	1 858 732	358 557	431 121	480 957	260 318	77 619	55 877	56 075	138 207
Amapá	156 141	21 704	30 576	37 562	29 009	11 153	8 644	7 725	9 767
Tocantins	398 280	51 127	82 460	117 587	70 154	22 619	16 700	16 599	21 035
Nordeste	14 922 475	2 956 707	3 519 351	4 199 339	2 016 033	569 716	442 543	471 299	747 487
Maranhão	1 653 969	429 128	402 609	411 259	179 616	47 911	35 145	33 244	115 057
Piauí	848 413	204 392	201 861	231 235	104 673	27 215	21 431	21 326	36 279
Ceará	2 365 102	487 032	563 774	684 686	307 938	81 356	65 159	72 043	103 114
Rio Grande do Norte	899 574	140 097	206 082	264 446	144 632	42 317	32 909	35 074	34 017
Paraíba	1 080 527	209 050	261 678	317 115	142 961	41 419	29 911	33 979	44 414
Pernambuco	2 547 068	441 586	601 908	730 861	365 202	103 398	81 626	91 791	130 695
Alagoas	842 804	187 364	214 429	220 405	100 837	29 682	24 690	23 989	41 408
Sergipe	591 400	106 511	138 867	165 547	82 501	26 058	21 912	22 705	27 298
Bahia	4 093 619	751 547	928 141	1 173 786	587 672	170 359	129 760	137 149	215 205
Sudeste	25 197 306	958 570	2 922 980	6 813 313	6 915 271	2 488 507	1 922 861	2 093 366	1 082 439
Minas Gerais	6 027 492	373 781	948 781	1 915 544	1 499 006	454 623	330 579	323 394	181 784
Espírito Santo	1 101 094	58 790	165 084	323 339	279 180	93 175	71 858	68 949	40 719
Rio de Janeiro	5 243 266	203 511	629 542	1 378 563	1 321 354	497 430	409 735	516 327	286 805
São Paulo	12 825 453	322 487	1 179 573	3 195 867	3 815 732	1 443 280	1 110 688	1 184 696	573 131
Sul	8 890 580	281 007	877 613	2 380 378	2 777 894	998 688	711 210	634 668	229 122
Paraná	3 298 304	118 972	374 942	959 780	972 586	326 439	239 592	217 097	88 895
Santa Catarina	1 993 012	38 670	142 638	474 906	706 035	266 311	177 823	142 614	44 014
Rio Grande do Sul	3 599 263	123 364	360 032	945 691	1 099 272	405 938	293 795	274 957	96 213
Centro-Oeste	4 332 833	188 491	578 095	1 258 538	1 101 856	373 151	296 451	358 850	177 401
Mato Grosso do Sul	758 626	39 812	110 265	227 333	201 761	64 687	47 822	44 818	22 129
Mato Grosso	914 731	48 424	128 618	277 849	232 800	75 248	55 356	45 030	51 405
Goiás	1 885 438	79 151	267 589	594 842	498 013	155 398	111 371	101 176	77 899
Distrito Federal	774 037	21 104	71 623	158 514	169 282	77 818	81 902	167 826	25 967

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

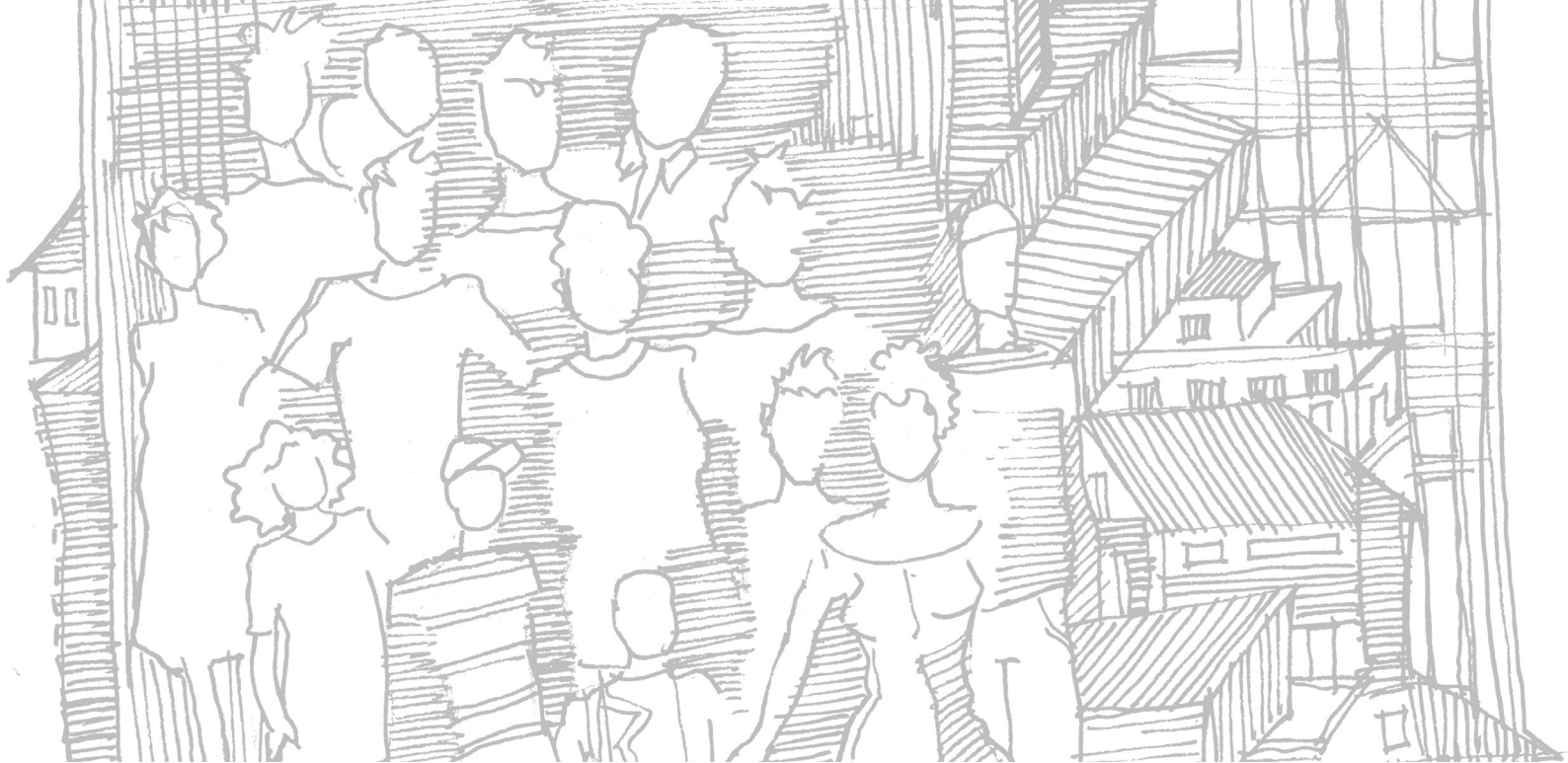
(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita somente em benefícios.



Tabela 1.9.6 - Domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar			Valor do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar (R\$)					
				Médio			Mediano		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
Urbana		Rural	Urbana		Rural	Urbana		Rural	
Brasil	54 785 670	47 254 531	7 531 139	2 652,62	2 883,97	1 200,96	1 450,00	1 530,00	800,00
Norte	3 678 925	2 853 023	825 902	2 114,70	2 422,17	1 052,58	1 100,00	1 300,00	672,00
Rondônia	432 961	325 314	107 647	2 311,50	2 628,25	1 354,28	1 332,00	1 530,00	1 000,00
Acre	173 259	136 108	37 151	2 091,89	2 391,52	994,18	1 082,00	1 267,00	634,00
Amazonas	723 520	613 623	109 897	2 431,26	2 701,56	922,03	1 200,00	1 400,00	600,00
Roraima	105 041	87 646	17 395	2 455,66	2 720,11	1 123,16	1 262,00	1 500,00	622,00
Pará	1 720 524	1 252 569	467 955	1 878,66	2 200,85	1 016,26	1 020,00	1 160,00	644,00
Amapá	146 374	133 698	12 675	2 610,93	2 744,32	1 203,94	1 400,00	1 500,00	732,00
Tocantins	377 245	304 064	73 181	2 081,24	2 335,73	1 023,81	1 050,00	1 210,00	645,00
Nordeste	14 174 988	10 711 645	3 463 344	1 707,51	2 005,09	787,14	980,00	1 020,00	578,00
Maranhão	1 538 912	1 023 191	515 721	1 483,57	1 830,02	796,22	820,00	1 020,00	550,00
Piauí	812 134	550 201	261 933	1 559,79	1 957,53	724,33	900,00	1 020,00	518,00
Ceará	2 261 988	1 735 930	526 058	1 656,46	1 937,92	727,69	990,00	1 020,00	532,00
Rio Grande do Norte	865 556	689 229	176 327	1 935,45	2 209,81	863,02	1 020,00	1 110,00	622,00
Paraíba	1 036 113	798 530	237 583	1 670,82	1 927,95	806,58	990,00	1 020,00	600,00
Pernambuco	2 416 374	1 992 496	423 877	1 841,36	2 060,73	810,17	1 000,00	1 020,00	600,00
Alagoas	801 396	611 441	189 954	1 625,80	1 891,85	769,42	860,00	1 020,00	560,00
Sergipe	564 102	422 854	141 248	1 851,11	2 203,09	797,39	1 000,00	1 050,00	580,00
Bahia	3 878 414	2 887 771	990 643	1 728,60	2 045,61	804,52	1 000,00	1 020,00	580,00
Sudeste	24 114 867	22 533 853	1 581 014	3 121,79	3 235,62	1 499,45	1 710,00	1 800,00	1 020,00
Minas Gerais	5 845 708	5 045 667	800 041	2 442,30	2 624,57	1 292,80	1 410,00	1 513,00	1 000,00
Espírito Santo	1 060 376	895 726	164 650	2 619,34	2 851,25	1 357,71	1 500,00	1 575,00	1 020,00
Rio de Janeiro	4 956 462	4 801 776	154 685	3 185,34	3 241,38	1 445,93	1 610,00	1 670,00	1 020,00
São Paulo	12 252 322	11 790 685	461 638	3 463,76	3 523,96	1 926,08	2 000,00	2 000,00	1 250,00
Sul	8 661 457	7 437 210	1 224 247	2 889,80	3 045,29	1 945,20	1 775,00	1 876,00	1 250,00
Paraná	3 209 408	2 770 139	439 269	2 815,65	2 996,39	1 675,85	1 660,00	1 800,00	1 064,00
Santa Catarina	1 948 998	1 658 593	290 405	3 083,19	3 229,09	2 249,88	2 010,00	2 100,00	1 530,00
Rio Grande do Sul	3 503 051	3 008 477	494 574	2 850,15	2 989,00	2 005,53	1 700,00	1 800,00	1 250,00
Centro-Oeste	4 155 432	3 718 800	436 632	3 135,70	3 316,43	1 596,43	1 560,00	1 690,00	1 020,00
Mato Grosso do Sul	736 497	639 218	97 279	2 579,98	2 762,74	1 379,07	1 500,00	1 544,00	1 000,00
Mato Grosso	863 325	720 042	143 283	2 562,23	2 760,57	1 565,50	1 500,00	1 600,00	1 020,00
Goiás	1 807 540	1 633 575	173 965	2 590,00	2 695,55	1 598,84	1 500,00	1 530,00	1 020,00
Distrito Federal	748 070	725 965	22 104	5 663,23	5 752,41	2 734,44	2 550,00	2 600,00	1 230,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Referências

ALBIERI, S. *A ausência de resposta em pesquisas: uma aplicação de métodos de imputação*. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, 1992. 138 p. (Informes de matemática. Série D, 48). Disponível em: <ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/Dissertacao-tese/Dissertacao_Sonia_Albiери.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

_____. *Nota técnica sobre a definição do tamanho das áreas de ponderação do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2003. 7 p.

ALBIERI, S.; FREITAS, M. P. S. de. *Censo demográfico de 2010: plano amostral para a coleta de dados*. Revisão 2012. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2012. 44 p.

ASÍ hicimos el II Conteo de Población y Vivienda 2005. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática - INEGI, 2005. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2005/default.aspx?&_s=est&_c=10390>. Acesso em: abr. 2012.

BANKIER, M.; RATHWELL, S.; MAJKOWSKI, M. Two step generalized least squares estimation in the 1991 Canadian census. In: SURVEY RESEARCH METHODS SECTION 1992. *Proceedings...* Alexandria [Estados Unidos]: American Statistical Association - ASA, 1992. p. 764-769. Disponível em: <<http://www.amstat.org/sections/srms/Proceedings/>>. Acesso em: abr. 2012.

BANKIER, M. et al. Imputing numeric and qualitative variables simultaneously. In: SURVEY RESEARCH METHODS SECTION 1996. *Proceedings...* Alexandria [Estados Unidos]: American Statistical Association - ASA, 1996. p. 90-99. Disponível em: <<http://www.amstat.org/sections/srms/Proceedings/>>. Acesso em: abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: abr. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 136, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: abr. 2012.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=07/02/2006&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=64>>. Acesso em: mar. 2012.

_____. Medida provisória nº 474, de 23 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 146, n. 246, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=24/12/2009&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=312>>. Acesso em: abr. 2012.

BRASS, W. *Methods for estimating fertility and mortality from limited and defective data*. Chapel Hill: University of North Carolina, International Program of Laboratories for Population Statistics, 1975. 159 p. Baseado nos seminários realizado entre os dias 16 e 24 de setembro de 1971 no Centro Latinoamericano de Demografia - CELADE em San José, Costa Rica.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada, 2007.

CENSOS 2007: inovações e impactos nos sistemas de informações estatísticas e geográficas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 72 p. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/Censos2007_Inovacoes_web.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/default.shtm>>. Acesso em: abr. 2012.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar: versão 2.0. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>>. Acesso em: abr. 2012.

CLASIFICACIÓN de actividades económicas para encuestas sociodemográficas - CAES MERCOSUR 1.0. [S.l.]: Grupo de Trabajo Clasificaciones y Nomenclaturas - GT 7. 198 p. Proyecto de Cooperación CE-MERCOSUR en Materia Estadística II, [2009]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mercosur/2008/gt7_caes.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

COCHRAN, W. G. *Sampling techniques*. 3rd ed. New York: Wiley, c1977. 428 p.

CONFERENCE of european statisticians recommendations for the 2010 censuses of population and housing. Geneva: United Nations, 2006. 200 p. Trabalho elaborado pela Conference of European Statistics - CES, da United Nations Economic Commission For Europe - UNECE, com participação da Statistical Office of the European Communities - Eurostat. Disponível em: <<http://webrzs.stat.gov.rs/axd/POPIS2011/preporukeE.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

CSPRO user's guide. Version 4.1. Washington, D. C.: U.S. Census Bureau, 2011. 485 p. Disponível em: <<http://www.census.gov/population/international/files/cspro/CSPRO41.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

DICK, P. The census of Canada: the dwelling classification study. In: JOINT STATISTICAL MEETINGS, 3., 2002, New York. *Proceedings...* Alexandria [Estados Unidos]: American Statistical Association - ASA, 2002. p. 782-787. Disponível em: <<http://www.amstat.org/sections/srms/proceedings/y2002/Files/JSM2002-001010.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.



ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2010. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

ESTUDOS e tratamento da variável rendimento no censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2012. 16 p. No prelo.

INTERNATIONAL Standard Classification of Occupations - ISCO-08. Geneva: International Labour Organization - ILO, 2008. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco08/index.htm>>. Acesso em: abr. 2012.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 4. New York: United Nations, Statistics Division, 2008. 291 p. (Statistical papers. Series M, n. 4/Rev. 4). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/2010_phc/docs/ISIC_rev4.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

MANUAL de orientações técnicas para elaboração de projeto de melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, 2004. 53 p. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/melhoria_habitacional_chagas.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

METODOLOGIA do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 574 p. (Série relatórios metodológicos, 25). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/default.shtm>>. Acesso em: abr. 2012.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e censos demográficos. In: Oliveira, L. A. P. de; Oliveira, A. T. R. de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. p. 32. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/deslocamentos.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

PRINCIPLES and recommendations for population and housing censuses. Rev. 2. New York: United Nations, Statistics Division, 2008. 420 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/Rev.2). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_Rev2.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

RAHMAN, N.; GOLDRING, S. *Modelling census household non-response*. In: ISI Satellite Meeting, 56., 2007, Lisboa. Papers... The Hague: International Statistical

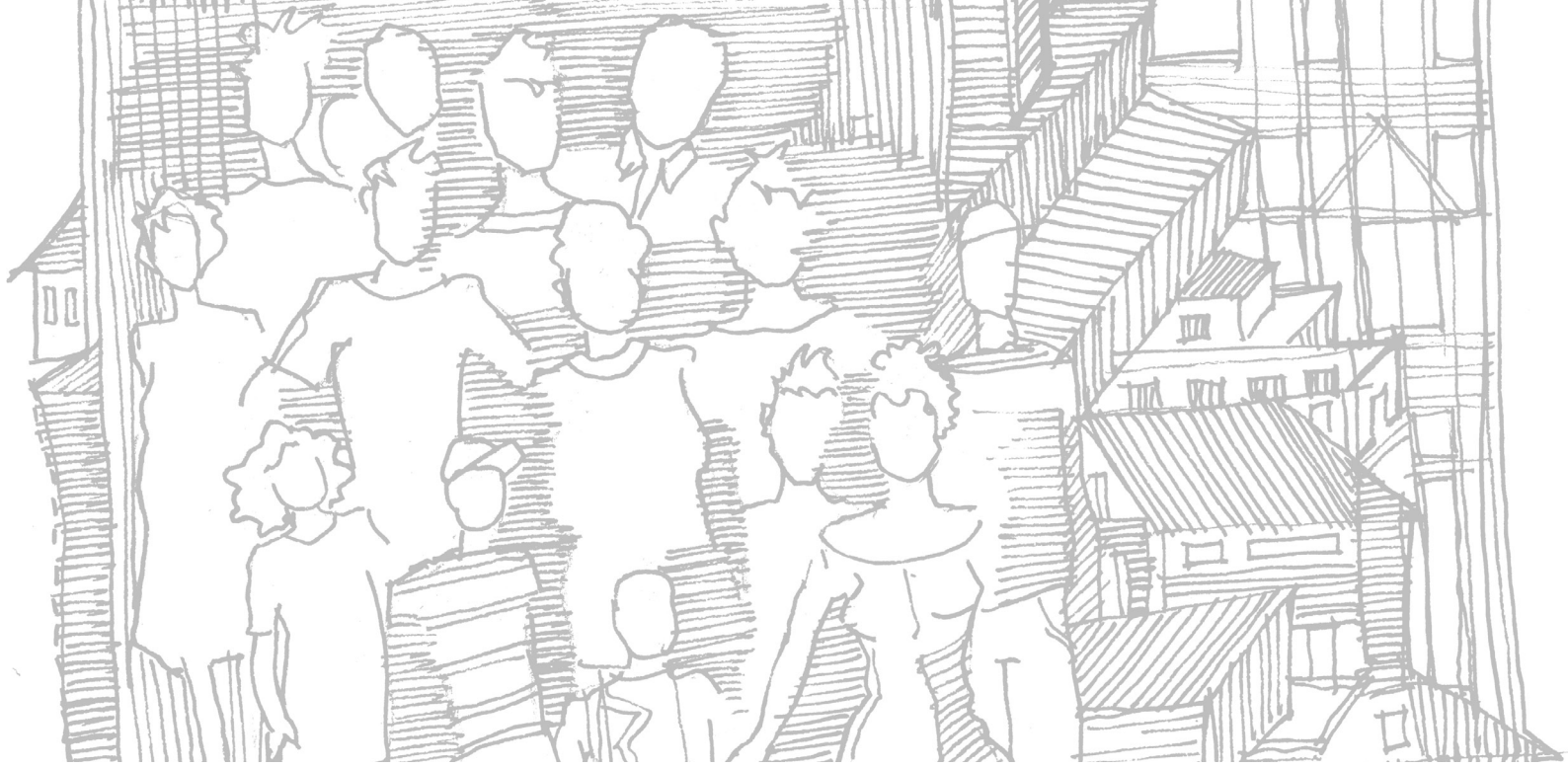
Institute - ISI, 2007. Disponível em: <<http://www.s3ri.soton.ac.uk/isi2007/papers/Paper13.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

SÄRNDAL, C.-E.; SWENSSON, B.; WRETMAN, J. H. *Model assisted survey sampling*. New York: Springer-Verlag, c1992. 694 p.

SILVA, P. L. do N.; BIANCHINI, Z. M.; ALBIERI, S. *Uma proposta de metodologia para a expansão da amostra do censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1993. 106 p. (Textos para discussão, n. 62).

TREWIN, D. *Census dictionary: Australia 2006 (reissue)*. Canberra: Australian Bureau of Statistics, 2006. 254 p. Disponível em: <[http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/BF9BEC7E072FDE1ECA257230001C24D8/\\$File/29010_2006%20\(reissue\).pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/BF9BEC7E072FDE1ECA257230001C24D8/$File/29010_2006%20(reissue).pdf)>. Acesso em: abr. 2012.

TRUSSELL, T. J. A re-estimation of the multiplying factors for the Brass technique for determining childhood survivorship rates. *Population Studies*, London: Population Investigation Committee - PIC, v. 29, n. 1, p. 97-107, mar. 1975.



Anexos

Anexo 1

Composição dos grandes grupos de ocupação da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares - COD

DIRETORES E GERENTES

DIRETORES EXECUTIVOS, DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MEMBROS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Membros superiores do poder executivo e legislativo

- Legisladores
- Dirigentes superiores da administração pública
- Chefes de pequenas populações
- Dirigentes de organizações que apresentam um interesse especial

Diretores gerais e gerentes gerais

- Diretores gerais e gerentes gerais

DIRIGENTES ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS

Dirigentes de administração e de serviços

- Dirigentes financeiros
- Dirigentes de recursos humanos
- Dirigentes de políticas e planejamento
- Dirigentes de administração e de serviços não classificados anteriormente

Dirigentes de vendas, comercialização e desenvolvimento

- Dirigentes de vendas e comercialização
- Dirigentes de publicidade e relações públicas
- Dirigentes de pesquisa e desenvolvimento

DIRIGENTES E GERENTES DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO

Dirigentes de produção agropecuária, silvicultura, aquicultura e pesca

- Dirigentes de produção agropecuária e silvicultura
- Dirigentes de produção da aquicultura e pesca

Dirigentes de indústria de transformação, mineração, construção e distribuição

- Dirigentes de indústria de transformação
- Dirigentes de explorações de mineração
- Dirigentes de empresas de construção
- Dirigentes de empresas de abastecimento, distribuição e afins

Dirigentes de serviços de tecnologia da informação e comunicações

- Dirigentes de serviços de tecnologia da informação e comunicações

Dirigentes e gerentes de serviços profissionais

- Dirigentes de serviços de cuidados infantis
- Dirigentes de serviços de saúde
- Dirigentes de serviços de cuidado a pessoas idosas
- Dirigentes de serviços de bem-estar social
- Dirigentes de serviços de educação
- Gerentes de sucursais de bancos, de serviços financeiros e de seguros
- Dirigentes e gerentes de serviços profissionais não classificados anteriormente

GERENTES DE HOTÉIS, RESTAURANTES, COMÉRCIOS E OUTROS SERVIÇOS

Gerentes de hotéis e restaurantes

- Gerentes de hotéis
- Gerentes de restaurantes

Gerentes de comércio atacadistas e varejistas

Gerentes de comércio atacadistas e varejistas

Outros gerentes de serviços

Gerentes de centros esportivos, de diversão e culturais

Gerentes de serviços não classificados anteriormente

PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E INTELLECTUAIS

PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DA ENGENHARIA

Físicos, químicos e afins

Físicos e astrônomos

Meteorologistas

Químicos

Geólogos e geofísicos

Matemáticos, atuários e estatísticos

Matemáticos, atuários e estatísticos

Profissionais em ciências biológicas

Biólogos, botânicos, zoólogos e afins

Agrônomos e afins

Profissionais da proteção do meio ambiente

Engenheiros (exclusive eletrotécnicos)

Engenheiros industriais e de produção

Engenheiros civis

Engenheiros de meio ambiente

Engenheiros mecânicos

Engenheiros químicos

Engenheiros de minas, metalúrgicos e afins

Engenheiros não classificados anteriormente

Engenheiros eletrotécnicos

Engenheiros eletricitas

Engenheiros eletrônicos

Engenheiros em telecomunicações

Arquitetos, urbanistas, agrimensores e desenhistas

Arquitetos de edificações

Arquitetos paisagistas

Desenhistas de produtos e vestuário

Urbanistas e engenheiros de trânsito

Cartógrafos e agrimensores

Desenhistas gráficos e de multimídia

PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Médicos

Médicos gerais

Médicos especialistas

Profissionais de enfermagem e partos

Profissionais de enfermagem

Profissionais de partos

Profissionais da medicina tradicional e alternativa

Profissionais da medicina tradicional e alternativa

Paramédicos

Paramédicos

Veterinários

Veterinários

Outros profissionais da saúde

Dentistas

Farmacêuticos

Profissionais da saúde e da higiene laboral e ambiental

Fisioterapeutas

Dietistas e nutricionistas

Fonoaudiólogos e logopedistas

Optometristas

Profissionais da saúde não classificados anteriormente

PROFISSIONAIS DO ENSINO**Professores de universidades e do ensino superior**

Professores de universidades e do ensino superior

Professores de formação profissional

Professores de formação profissional

Professores do ensino médio

Professores do ensino médio

Professores do ensino fundamental e pré-escolar

Professores do ensino fundamental

Professores do ensino pré-escolar

Outros profissionais do ensino

Especialistas em métodos pedagógicos

Educadores para necessidades especiais

Outros professores de idiomas

Outros professores de música

Outros professores de artes

Instrutores em tecnologias da informação

Profissionais de ensino não classificados anteriormente

ESPECIALISTAS EM ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**Especialistas em finanças**

Contadores

Assessores financeiros e em investimentos

Analistas financeiros

Especialistas em organização de administração

Analistas de gestão e administração

Especialistas em políticas de administração

Especialistas em políticas e serviços de pessoal e afins

Especialistas em formação de pessoal

Profissionais de vendas, comercialização e relações públicas

Profissionais da publicidade e da comercialização

Profissionais de relações públicas

Profissionais de vendas técnicas e médicas (exclusivo de tecnologia da informação e comunicações)

Profissionais de vendas de tecnologia da informação e comunicações

PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**Desenvolvedores e analistas de programas e aplicativos (*software*) e multimídia**

Analistas de sistemas

Desenvolvedores de programas e aplicativos (*software*)

Desenvolvedores de páginas de internet (*web*) e multimídia
Programadores de aplicações
Desenvolvedores e analistas de programas e aplicativos (*software*) e multimídia não classificados anteriormente

Especialistas em base de dados e em redes de computadores

Desenhistas e administradores de bases de dados
Administradores de sistemas
Profissionais em rede de computadores
Especialistas em base de dados e em redes de computadores não classificados anteriormente

PROFISSIONAIS EM DIREITO, EM CIÊNCIAS SOCIAIS E CULTURAIS

Profissionais em direito

Advogados e juristas
Juízes
Profissionais em direito não classificados anteriormente

Arquivologistas, curadores de museus, bibliotecários e afins

Arquivologistas e curadores de museus
Bibliotecários, documentaristas e afins

Especialistas em ciências sociais e teologia

Economistas
Sociólogos, antropólogos e afins
Filósofos, historiadores e especialistas em ciência política
Psicólogos
Assistentes sociais
Ministros de cultos religiosos, missionários e afins

Escritores, jornalistas e linguistas

Escritores
Jornalistas
Tradutores, intérpretes e linguistas

Artistas criativos e interpretativos

Artistas plásticos
Músicos, cantores e compositores
Bailarinos e coreógrafos
Diretores de cinema, de teatro e afins
Atores
Locutores de rádio, televisão e outros meios de comunicação
Artistas criativos e interpretativos não classificados anteriormente

TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DAS CIÊNCIAS E DA ENGENHARIA

Técnicos em ciências físicas e da engenharia

Técnicos em ciências físicas e químicas
Técnicos em engenharia civil
Eletrotécnicos
Técnicos em eletrônica
Técnicos em engenharia mecânica
Técnicos em química industrial
Técnicos em engenharia de minas e metalurgia
Desenhistas e projetistas técnicos
Técnicos em ciências físicas e em engenharia não classificados anteriormente

Supervisores em engenharia de minas, de indústrias de transformação e da construção

Supervisores da mineração

Supervisores de indústrias de transformação
Supervisores da construção

Técnicos em controle de processos

Operadores de instalações de produção de energia
Operadores de incineradores, instalações de tratamento de água e afins
Controladores de instalações de processamento de produtos químicos
Operadores de instalações de refino de petróleo e gás natural
Controladores de processos de produção de metais
Técnicos em controle de processos não classificados anteriormente

Técnicos e profissionais de nível médio em ciências biológicas e afins

Técnicos e profissionais de nível médio em ciências biológicas (exclusive da medicina)
Técnicos agropecuários
Técnicos florestais

Técnicos e controladores da navegação marítima e aeronáutica

Oficiais maquinistas em navegação
Capitães, oficiais de coberta e práticos
Pilotos de aviação e afins
Controladores de tráfego aéreo
Técnicos em segurança aeronáutica

PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DA SAÚDE E AFINS

Técnicos médicos e farmacêuticos

Técnicos em aparelhos de diagnóstico e tratamento médico
Técnicos de laboratórios médicos
Técnicos e assistentes farmacêuticos
Técnicos de próteses médicas e dentárias

Profissionais de nível médio de enfermagem e partos

Profissionais de nível médio de enfermagem
Profissionais de nível médio de partos

Profissionais de nível médio de medicina tradicional e alternativa

Profissionais de nível médio de medicina tradicional e alternativa

Técnicos e assistentes veterinários

Técnicos e assistentes veterinários

Outros profissionais de nível médio da saúde

Dentistas auxiliares e ajudantes de odontologia
Técnicos em documentação sanitária
Trabalhadores comunitários da saúde
Técnicos em optometria e ópticos
Técnicos e assistentes fisioterapeutas
Assistentes de medicina
Inspetores de saúde laboral, ambiental e afins
Ajudantes de ambulâncias
Profissionais de nível médio da saúde não classificados anteriormente

PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS

Profissionais de nível médio em finanças e matemática

Agentes e corretores de bolsa, câmbio e outros serviços financeiros
Agentes de empréstimos e financiamento
Contabilistas e guarda livros

Profissionais de nível médio de serviços estatísticos, matemáticos e afins
Avaliadores

Agentes e corretores comerciais

Agentes de seguros
Representantes comerciais
Agentes de compras
Corretores de comercialização

Agentes de serviços comerciais

Despachantes aduaneiros
Organizadores de conferências e eventos
Agentes de emprego e agenciadores de mão-de-obra
Agentes imobiliários
Agentes de serviços comerciais não classificados anteriormente

Secretários administrativos e especializados

Supervisores de secretaria
Secretários jurídicos
Secretários executivos e administrativos
Secretários de medicina

Agentes da administração pública para aplicação da lei e afins

Agentes aduaneiros e inspetores de fronteiras
Agentes da administração tributária
Agentes de serviços de seguridade social
Agentes de serviços de expedição de licenças e permissões
Inspetores de polícia e detetives
Agentes da administração pública para aplicação da lei e afins não classificados anteriormente

PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO DE SERVIÇOS JURÍDICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AFINS

Profissionais de nível médio de serviços jurídicos, sociais e religiosos

Profissionais de nível médio do direito e serviços legais e afins
Trabalhadores e assistentes sociais de nível médio
Auxiliares leigos de religião

Trabalhadores do esporte e condicionamento físico

Atletas e esportistas
Treinadores, instrutores e árbitros de atividades esportivas
Instrutores de educação física e atividades recreativas

Profissionais de nível médio em atividades culturais, artísticas e culinárias

Fotógrafos
Desenhistas e decoradores de interiores
Técnicos em galerias de arte, museus e bibliotecas
Chefes de cozinha
Outros profissionais de nível médio em atividades culturais e artísticas

TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES

Técnicos em operações de tecnologia da informação e das comunicações e assistência ao usuário

Técnicos em operações de tecnologia da informação e das comunicações
Técnicos em assistência ao usuário de tecnologia da informação e das comunicações
Técnicos de redes e sistemas de computadores
Técnicos da web

Técnicos em telecomunicações e radiodifusão

Técnicos de radiodifusão e gravação audiovisual
Técnicos de engenharia de telecomunicações

TRABALHADORES DE APOIO ADMINISTRATIVO

ESCRITURÁRIOS

Escriturários gerais

Escriturários gerais

Secretários (geral)

Secretários (geral)

Operadores de máquinas de escritório

Operadores de máquinas de processamento de texto e mecanógrafos

Operadores de entrada de dados

TRABALHADORES DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO

Caixas de banco, cobradores, pagadores e afins

Caixas de banco e afins

Coletores de apostas e de jogos

Trabalhadores em escritórios de empréstimos e penhor

Cobradores e afins

Trabalhadores de serviços de informação ao cliente

Trabalhadores de agências de viagem

Trabalhadores de centrais de atendimento

Telefonistas

Recepcionistas de hotéis

Trabalhadores dos serviços de informações

Recepcionistas em geral

Entrevistadores de pesquisas de mercado

Trabalhadores de serviços de informação ao cliente não classificados anteriormente

TRABALHADORES DE CÁLCULOS NUMÉRICOS E ENCARREGADOS DO REGISTRO DE MATERIAIS

Auxiliares contábeis e financeiros

Trabalhadores de contabilidade e cálculo de custos

Trabalhadores de serviços estatísticos, financeiros e de seguros

Trabalhadores encarregados de folha de pagamento

Trabalhadores encarregados de registros de materiais e de transportes

Trabalhadores de controle de abastecimento e estoques

Trabalhadores de serviços de apoio à produção

Trabalhadores de serviços de transporte

OUTROS TRABALHADORES DE APOIO ADMINISTRATIVO

Outros trabalhadores de apoio administrativo

Trabalhadores de bibliotecas

Trabalhadores de serviços de correios

Codificadores de dados, revisores de provas de impressão e afins

Outros escreventes

Trabalhadores de arquivos

Trabalhadores do serviço de pessoal

Trabalhadores de apoio administrativo não classificados anteriormente

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DOS COMÉRCIOS E MERCADOS

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS PESSOAIS

Trabalhadores do serviço direto aos passageiros

Auxiliares de serviço de bordo

Fiscais e cobradores de transportes públicos
Guias de turismo

Cozinheiros

Cozinheiros

Garçons e atendentes de bar

Garçons
Atendentes de bar

Cabeleireiros, especialistas em tratamento de beleza e afins

Cabeleireiros
Especialistas em tratamento de beleza e afins

Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios

Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios em escritórios, hotéis e estabelecimentos
Governantas e mordomos domésticos
Porteiros e zeladores

Outros trabalhadores de serviços pessoais

Astrólogos, adivinhos e afins
Acompanhantes e criados particulares
Trabalhadores de funerárias e embalsamadores
Cuidadores de animais
Instrutores de autoescola
Trabalhadores do sexo
Trabalhadores de serviços pessoais não classificados anteriormente

VENDEDORES

Vendedores de rua e postos de mercado

Vendedores de quiosques e postos de mercados
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação

Comerciantes e vendedores de lojas

Comerciantes de lojas
Supervisores de lojas
Balconistas e vendedores de lojas

Caixas e expedidores de bilhetes

Caixas e expedidores de bilhetes

Outros vendedores

Modelos de moda, arte e publicidade
Demonstradores de lojas
Vendedores a domicilio
Vendedores por telefone
Frentistas de posto de gasolina
Balconistas dos serviços de alimentação
Vendedores não classificados anteriormente

TRABALHADORES DOS CUIDADOS PESSOAIS

Cuidadores de crianças e ajudantes de professores

Cuidadores de crianças
Ajudantes de professores

Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde

Trabalhadores de cuidados pessoais em instituições
Trabalhadores de cuidados pessoais a domicílios
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde não classificados anteriormente

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança

- Bombeiros
- Policiais
- Guardiões de presídios
- Guardas de segurança
- Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança não classificados anteriormente

TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGROPECUÁRIA, FLORESTAIS, DA CAÇA E DA PESCA

AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGROPECUÁRIA

Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura

- Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)
- Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins
- Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos

Criadores e trabalhadores qualificados da pecuária

- Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado
- Avicultores e trabalhadores qualificados da avicultura
- Apicultores, sericultores e trabalhadores qualificados da apicultura e sericultura
- Outros criadores e trabalhadores qualificados da pecuária não classificados anteriormente

Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária mista

- Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária mista

TRABALHADORES FLORESTAIS QUALIFICADOS, PESCADORES E CAÇADORES

Trabalhadores florestais qualificados e afins

- Trabalhadores florestais qualificados e afins

Pescadores e caçadores

- Trabalhadores da aquicultura
- Caçadores
- Pescadores

TRABALHADORES QUALIFICADOS, OPERÁRIOS E ARTESÃOS DA CONSTRUÇÃO, DAS ARTES MECÂNICAS E OUTROS OFÍCIOS

TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO, EXCLUSIVE ELETRICISTAS

Trabalhadores da construção civil em obras estruturais

- Construtores de casas
- Pedreiros
- Canteiros, cortadores e gravadores de pedras
- Trabalhadores em cimento e concreto armado
- Carpinteiros
- Outros trabalhadores qualificados e operários da construção não classificados anteriormente

Trabalhadores qualificados da construção (acabamento)

- Telhadores
- Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras
- Gesseiros
- Instaladores de material isolante térmico e acústico
- Vidraceiros
- Bombeiros e encanadores
- Mecânicos-instaladores de sistemas de refrigeração e climatização

Pintores, limpadores de fachadas e afins

Pintores e empapeladores
Lustradores
Limpadores de fachadas

TRABALHADORES QUALIFICADOS E OPERÁRIOS DA METALURGIA, DA CONSTRUÇÃO MECÂNICA E AFINS

Moldadores, soldadores, chapistas, caldeireiros, montadores de estruturas metálicas e afins

Moldadores de metal e macheiros
Soldadores e oxicultadores
Chapistas e caldeireiros
Montadores de estruturas metálicas
Aparelhadores e emendadores de cabos

Ferreiros, ferramenteiros e afins

Ferreiros e forjadores
Ferramenteiros e afins
Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas
Polidores de metais e afiadores de ferramentas

Mecânicos e reparadores de máquinas

Mecânicos e reparadores de veículos a motor
Mecânicos e reparadores de motores de avião
Mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais
Reparadores de bicicletas e afins

ARTESÃOS E OPERÁRIOS DAS ARTES GRÁFICAS

Artesãos

Mecânicos e reparadores de instrumentos de precisão
Confeccionadores e afinadores de instrumentos musicais
Joalheiros e lapidadores de gemas, artesãos de metais preciosos e semipreciosos
Ceramistas e afins (preparação e fabricação)
Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins
Redatores de cartazes, pintores decorativos e gravadores
Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes
Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes
Artesãos não classificados anteriormente

Trabalhadores qualificados e operários das artes gráficas

Trabalhadores da pré-impressão gráfica
Impressores
Encadernadores e afins

TRABALHADORES ESPECIALIZADOS EM ELETRICIDADE E ELETRÔNICA

Instaladores e reparadores de equipamentos elétricos

Eletricistas de obras e afins
Mecânicos e ajustadores eletricistas
Instaladores e reparadores de linhas elétricas

Instaladores e reparadores de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações

Mecânicos e reparadores em eletrônica
Instaladores e reparadores em tecnologias da informação e comunicações

OPERÁRIOS E OFICIAIS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS, DA MADEIRA, DA CONFEÇÃO E AFINS

Trabalhadores qualificados do processamento de alimentos e afins

Magarefes e afins

Padeiros, confeitadores e afins
Trabalhadores da pasteurização do leite e fabricação de laticínios e afins
Trabalhadores da conservação de frutas, legumes e similares
Trabalhadores da degustação e classificação de alimentos e bebidas
Trabalhadores qualificados da preparação do fumo e seus produtos

Trabalhadores qualificados do tratamento da madeira, marceneiros e afins

Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira
Marceneiros e afins
Operadores de máquinas de lavar madeira

Trabalhadores qualificados e operários da confecção de roupas, calçados e acessórios

Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros
Trabalhadores qualificados da preparação da confecção de roupas
Costureiros, bordadeiros e afins
Tapeceiros, colchoeiros e afins
Trabalhadores qualificados do tratamento de couros e peles
Sapateiros e afins

Outros trabalhadores qualificados e operários da indústria e do artesanato

Trabalhadores subaquáticos
Dinamitadores e detonadores
Classificadores e provadores de produtos (exceto de bebidas e alimentos)
Fumigadores e outros controladores de pragas e ervas daninhas
Outros trabalhadores qualificados e operários da indústria e do artesanato não classificados anteriormente

OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS E MONTADORES

OPERADORES DE INSTALAÇÕES FIXAS E MÁQUINAS

Operadores de instalações mineradoras e de extração e processamento de minerais

Mineiros e operadores de máquinas e de instalações em minas e pedreiras
Operadores de instalações de processamento de minerais e rochas
Perfuradores e sondadores de poços e afins
Operadores de máquinas para fabricar cimento, pedras e outros produtos minerais

Operadores de instalações de processamento e recobridoras de metais

Operadores de instalações de processamento de metais
Operadores de máquinas polidoras, galvanizadoras e recobridoras de metais

Operadores de instalações e máquinas de produtos químicos e fotográficos

Operadores de instalações e máquinas de produtos químicos
Operadores de máquinas para fabricar produtos fotográficos

Operadores de máquinas para fabricar produtos de borracha, de papel e de material plástico

Operadores de máquinas para fabricar produtos de borracha
Operadores de máquinas para fabricar produtos de material plástico
Operadores de máquinas para fabricar produtos de papel

Operadores de máquinas para fabricar produtos de têxteis e artigos de couro e pele

Operadores de máquinas de preparação de fibras, fiação e bobinamento de fios
Operadores de teares e outras máquinas de tecelagem
Operadores de máquinas de costura
Operadores de máquinas de branqueamento, tingimento e limpeza de tecidos
Operadores de máquinas de processamento de couros e peles
Operadores de máquinas para fabricação de calçados e afins
Operadores de máquinas de lavar, tingir e passar roupas
Operadores de máquinas para fabricar produtos têxteis e artigos de couro e pele não classificados anteriormente

Operadores de máquinas para elaborar alimentos e produtos afins

Operadores de máquinas para elaborar alimentos e produtos afins

Operadores de instalações para a preparação de papel e de processamento de madeira

Operadores de instalações para a preparação de pasta de papel e papel

Operadores de instalações para processamento de madeira

Outros operadores de instalações fixas e máquinas

Operadores de instalações de vidraria e cerâmica

Operadores de máquinas de vapor e caldeiras

Operadores de máquinas de embalagem, engarrafamento e etiquetagem

Operadores de máquinas e de instalações fixas não classificados anteriormente

MONTADORES

Montadores

Mecânicos montadores de maquinaria mecânica

Montadores de equipamentos elétricos e eletrônicos

Montadores não classificados anteriormente

CONDUTORES DE VEÍCULOS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS PESADOS

Maquinistas de locomotivas e afins

Maquinistas de locomotivas

Guarda-freios e agentes de manobras

Condutores de automóveis, caminhonetes e motocicletas

Condutores de motocicletas

Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes

Condutores de caminhões pesados e ônibus

Condutores de ônibus e bondes

Condutores de caminhões pesados

Operadores de equipamentos móveis pesados

Operadores de máquinas agrícolas e florestais móveis

Operadores de máquinas de movimentação de terras e afins

Operadores de guindastes, gruas, aparatos de elevação e afins

Operadores de empilhadeiras

Marinheiros de coberta e afins

Marinheiros de coberta e afins

OCUPAÇÕES ELEMENTARES

TRABALHADORES DOMÉSTICOS E OUTROS TRABALHADORES DE LIMPEZA DE INTERIOR DE EDIFÍCIOS

Trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios

Trabalhadores dos serviços domésticos em geral

Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos

Lavadores de veículos, janelas, roupas e outras limpezas manuais

Lavadores de roupas e passadeiros manuais

Lavadores de veículos

Limpadores de janelas

Outros trabalhadores de limpeza

TRABALHADORES ELEMENTARES DA AGROPECUÁRIA, DA PESCA E FLORESTAIS

Trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais

Trabalhadores elementares da agricultura

Trabalhadores elementares da pecuária

Trabalhadores elementares da agropecuária
Trabalhadores elementares da jardinagem e horticultura
Trabalhadores florestais elementares
Trabalhadores elementares da caça, pesca e aquicultura

TRABALHADORES ELEMENTARES DA MINERAÇÃO, DA CONSTRUÇÃO, DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DO TRANSPORTE

Trabalhadores elementares da mineração e da construção

Trabalhadores elementares de minas e pedreiras
Trabalhadores elementares de obras públicas e da manutenção de estradas, represas e similares
Trabalhadores elementares da construção de edifícios

Trabalhadores elementares da indústria de transformação

Empacotadores manuais
Trabalhadores elementares da indústria de transformação não classificados anteriormente

Trabalhadores elementares do transporte e armazenamento

Condutores de veículos acionados a pedal ou a braços
Condutores de veículos e máquinas de tração animal
Carregadores
Repositores de prateleiras

AJUDANTES DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS

Ajudantes de preparação de alimentos

Preparadores de comidas rápidas
Ajudantes de cozinha

TRABALHADORES AMBULANTES DOS SERVIÇOS E AFINS

Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins

Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins

Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)

Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)

COLETORES DE LIXO E OUTRAS OCUPAÇÕES ELEMENTARES

Coletores de lixo

Coletores de lixo e material reciclável
Classificadores de resíduos
Varredores e afins

Outras ocupações elementares

Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas
Pessoas que realizam várias tarefas
Coletores de dinheiro em máquinas automáticas de venda e leitores de medidores
Carregadores de água e coletores de lenha
Outras ocupações elementares não classificadas anteriormente

MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES

OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Oficiais das forças armadas

Oficiais das forças armadas

GRADUADOS E PRAÇAS DAS FORÇAS ARMADAS

Graduados e praças das forças armadas

Graduados e praças das forças armadas



POLICIAIS MILITARES

Policiais militares

Oficiais de polícia militar

Graduados e praças da polícia militar

BOMBEIROS MILITARES

Bombeiros militares

Oficiais de bombeiro militar

Graduados e praças do corpo de bombeiros

OCUPAÇÕES MALDEFINIDAS

Anexo 2

Composição das seções de atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar 2.0 - CNAE-Domiciliar 2.0

AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA

AGRICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E SERVIÇOS RELACIONADOS

- Cultivo de arroz
- Cultivo de milho
- Cultivo de outros cereais
- Cultivo de algodão
- Cultivo de cana-de-açúcar
- Cultivo de fumo
- Cultivo de soja
- Cultivo de mandioca
- Cultivo de outras lavouras temporárias não especificadas anteriormente
- Horticultura
- Cultivo de flores e plantas ornamentais
- Cultivo de frutas cítricas
- Cultivo de café
- Cultivo de cacau
- Cultivo de uva
- Cultivo de banana
- Cultivo de outras plantas e frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente
- Produção de sementes e mudas certificadas
- Lavoura não especificada
- Criação de bovinos
- Criação de outros animais de grande porte não especificados anteriormente
- Criação de caprinos e ovinos
- Criação de suínos
- Criação de aves
- Apicultura
- Sericicultura
- Criação de outros animais não especificados anteriormente
- Pecuária não especificada
- Atividades de apoio à agricultura e pós-colheita
- Atividades de apoio à pecuária
- Caça e serviços relacionados
- Agropecuária

PRODUÇÃO FLORESTAL

- Produção florestal

PESCA E AQUICULTURA

- Pesca
- Aquicultura

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL

- Extração de carvão mineral

EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Extração de petróleo e gás natural

EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS

Extração de minérios de metais preciosos

Extração de minerais metálicos não especificados anteriormente

EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS

Extração de pedras, areia e argila

Extração de gemas (pedras preciosas e semi-preciosas)

Extração de minerais não metálicos não especificados anteriormente

Extração de minerais não especificados

ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS

Atividades de apoio à extração de minerais

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Abate e fabricação de produtos de carne e pescado

Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais

Fabricação de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais

Laticínios

Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais

Fabricação e refino do açúcar

Torrefação e moagem de café

Fabricação de outros produtos alimentícios

Fabricação de produtos alimentícios não especificados

FABRICAÇÃO DE BEBIDAS

Fabricação de bebidas

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO

Processamento industrial e fabricação de produtos do fumo

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS

Preparação de fibras, fiação e tecelagem

Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário

Indústria têxtil - atividades não especificadas

CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida

Confecção, sob medida, de artigos do vestuário

Confecção de artigos do vestuário e acessórios, sob medida ou não

PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS DE VIAGEM E CALÇADOS

Curtimento e outras preparações de couro

Fabricação de artigos de viagem e de artefatos diversos de couro

Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA

Serrarias

Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis

FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL

Fabricação de celulose, papel, cartolina e papel-cartão
fabricação de embalagens e de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
Fabricação de papel e artefatos - atividades não especificadas

IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES

Impressão e reprodução de gravações

FABRICAÇÃO DE COQUE; PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Coquerias
Fabricação de produtos derivados do petróleo
Produção de biocombustíveis

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
Indústria química - atividades não especificadas

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS

Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO

Fabricação de produtos de borracha
Fabricação de produtos de material plástico

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS

Fabricação de vidro e produtos de vidro
Fabricação de produtos cerâmicos
Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente

METALURGIA

Fabricação de produtos siderúrgicos
Metalurgia dos metais não-ferrosos
Fundição
Fabricação de produtos de metalurgia não especificados

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais

FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS

Fabricação de componentes eletrônicos
Fabricação de equipamentos de informática e periféricos
Fabricação de equipamentos de comunicação e de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios e de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos
Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos e de mídias virgens, magnéticas e ópticas
Fabricação de produtos eletrônicos não especificados

FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS

- Fabricação de eletrodomésticos
- Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos diversos, exceto eletrodomésticos
- Fabricação de produtos elétricos não especificados

FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- Fabricação de máquinas e equipamentos

FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS

- Fabricação e montagem de veículos automotores
- Fabricação de cabines, carrocerias, reboques e peças para veículos automotores
- Reconstrução, em fábrica, de motores de veículos automotores

FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES

- Construção de embarcações
- Fabricação de veículos ferroviário
- Fabricação de aeronaves
- Fabricação de outros equipamentos de transporte não especificados anteriormente
- Fabricação de equipamentos de transporte não especificados

FABRICAÇÃO DE MÓVEIS

- Fabricação de móveis

FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS

- Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes
- Fabricação de instrumentos musicais
- Fabricação de artefatos para pesca e esporte e de brinquedos e jogos recreativos
- Fabricação de produtos diversos
- Fabricação de produtos industriais não especificados

MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos
- Instalação de máquinas e equipamentos

ELETRICIDADE E GÁS

ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES

- Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
- Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas
- Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado

ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO

CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

- Captação, tratamento e distribuição de água

ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS

- Esgoto e atividades relacionadas

COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS

- Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais

DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

- Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos

CONSTRUÇÃO

CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Construção de edifícios

OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

Construção de obras de infra-estrutura

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO

Serviços especializados para construção

Atividades de construção não especificadas

COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS

COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS

Comércio de veículos automotores

Manutenção e reparação de veículos automotores

Comércio de peças e acessórios para veículos automotores

Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios

COMÉRCIO, EXCETO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS

Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas

Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos

Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo

Comércio de tecidos, artefatos de tecidos e armarinho

Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem

Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas

Comércio de combustíveis para veículos automotores

Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria

Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações

Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência

Comércio de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação

Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto eletrodomésticos

Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores

Comércio de produtos usados

Comercio de resíduos e sucatas

Comércio de produtos novos não especificados anteriormente

Supermercado e hipermercado

Lojas de departamento e outros comércios não especializados, sem predominância de produtos alimentícios

Comércio ambulante e feiras

Atividades de comércio não especificadas

TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO

TRANSPORTE TERRESTRE

Transporte ferroviário e metroferroviário

Transporte rodoviário de passageiros

Transporte rodoviário de carga

Outros transportes terrestres

Atividades de transporte não especificadas

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Transporte aquaviário

TRANSPORTE AÉREO

Transporte aéreo

ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES

Armazenamento, carga e descarga

Atividades auxiliares dos transportes e atividades relacionadas à organização do transporte de carga

CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA

Atividades de correio

Atividades de malote e de entrega

ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO

ALOJAMENTO

Alojamento

ALIMENTAÇÃO

Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas

Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada

Serviços ambulantes de alimentação

Atividades de alimentação não especificadas

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À DE IMPRESSÃO

Edição e Edição integrada à impressão

**ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO;
GRAVAÇÃO DE SOM E DE MÚSICA**

Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e de música

ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO

Atividades de rádio

Atividades de televisão

TELECOMUNICAÇÕES

Telecomunicações

ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atividades dos serviços de tecnologia da informação

ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Atividades de prestação de serviços de informação

ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS

ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Serviços financeiros

SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE

Seguros e previdência privada

ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE

Atividades auxiliares dos serviços financeiros

Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS

Atividades imobiliárias

ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS

ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA

Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria

ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL

Atividades de consultoria em gestão empresarial

SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS

Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; Testes e análises técnicas

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

Pesquisa e desenvolvimento científico

PUBLICIDADE E PESQUISAS DE MERCADO

Publicidade

Pesquisas de mercado e opinião pública

OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS

Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

ATIVIDADES VETERINÁRIAS

Atividades veterinárias

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES

ALUGUÉIS NÃO IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO FINANCEIROS

Aluguel de objetos pessoais e domésticos

Aluguel de meios de transportes, máquinas e equipamentos sem operador e gestão de ativos intangíveis não financeiros

SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra

AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS

Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas

ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO

Atividades de vigilância, segurança, transporte de valores e investigação

SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS

Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

Condomínios prediais

Atividades paisagísticas

SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS

- Serviços de escritório e apoio administrativo
- Atividades de tele-atendimento
- Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos
- Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL

- Administração pública e regulação da política econômica e social - Federal
- Administração pública e regulação da política econômica e social - Estadual
- Administração pública e regulação da política econômica e social - Municipal
- Defesa
- Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Federal
- Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual
- Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Municipal
- Seguridade social obrigatória
- Administração pública - esfera não especificada

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

- Creche
- Pré-escola e ensino fundamental
- Ensino médio
- Educação superior
- Serviços auxiliares à educação
- Outras Atividades de Ensino
- Atividades de educação não especificadas

SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS

ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA

- Atividades de atendimento hospitalar
- Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos
- Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica
- Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos
- Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
- Atividades de saúde não especificadas

ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSIVE PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES

- Atividades de assistência à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO

- Serviços de assistência social sem alojamento

ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO

ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS

- Atividades artísticas, criativas e de espetáculos

ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL

Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental

ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS

Atividades de exploração de jogos de azar e apostas

ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER

Atividades esportivas

Atividades de condicionamento físico

Atividades de recreação e lazer

OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS**ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS**

Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais

Atividades de organizações sindicais

Atividades de organizações religiosas e filosóficas

Outras atividades associativas não especificadas anteriormente

REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS

Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação

Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos

OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS

Lavanderias, tinturarias e toalheiros

Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza

Atividades funerárias e serviços relacionados

Outras atividades de serviços pessoais

SERVIÇOS DOMÉSTICOS**SERVIÇOS DOMÉSTICOS**

Serviços domésticos

ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS**

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

ATIVIDADES MALDEFINIDAS**ATIVIDADES MALDEFINIDAS**

Atividades mal definidas

Anexo 3

Conjuntos de restrições alternativos usados na obtenção dos pesos para a expansão da amostra

Conjunto de restrições nº 2

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas sós em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 4 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 5 a 9 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 14 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 15 e 19 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 24 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 25 a 29 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 34 anos
11. Número de pessoas na faixa de idade de 35 a 39 anos
12. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 44 anos
13. Número de pessoas na faixa de idade de 45 a 49 anos
14. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
15. Número de pessoas na faixa de idade de 60 a 69 anos
16. Número de pessoas na faixa de idade de 70 anos ou mais
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 9 anos
18. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 19 anos
19. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 29 anos
20. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 39 anos
21. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 49 anos
22. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
23. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
24. Número de pessoas moradoras na situação urbana
25. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
26. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

27. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
28. Número total de pessoas
29. Número total de unidades domiciliares
30. Número de domicílios urbanos
31. Número de domicílios com 1 ou 2 moradores
32. Número de domicílios com 3 moradores
33. Número de domicílios com 4 moradores
34. Número de domicílios com 5 moradores
35. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 3

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas sós em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares

3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 4 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 5 a 9 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 14 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 15 e 19 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 24 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 25 a 29 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 34 anos
11. Número de pessoas na faixa de idade de 35 a 39 anos
12. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 44 anos
13. Número de pessoas na faixa de idade de 45 a 49 anos
14. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
15. Número de pessoas na faixa de idade de 60 a 69 anos
16. Número de pessoas na faixa de idade de 70 anos ou mais
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 4 anos
18. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 5 a 9 anos
19. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 14 anos
20. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 15 a 19 anos
21. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 24 anos
22. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 25 a 29 anos
23. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 34 anos
24. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 35 a 39 anos
25. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 44 anos
26. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 45 a 49 anos
27. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
28. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
29. Número de pessoas moradoras na situação urbana
30. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
31. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

32. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
33. Número total de pessoas
34. Número total de unidades domiciliares
35. Número de domicílios urbanos
36. Número de domicílios com até 3 moradores
37. Número de domicílios com 4 ou 5 moradores
38. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 4

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas sós em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 9 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 19 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 29 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 39 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 49 anos

9. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 60 anos ou mais
11. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 4 anos
12. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 5 a 9 anos
13. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 14 anos
14. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 15 a 19 anos
15. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 24 anos
16. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 25 a 29 anos
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 34 anos
18. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 35 a 39 anos
19. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 44 anos
20. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 45 a 49 anos
21. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
22. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
23. Número de pessoas moradoras na situação urbana
24. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
25. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

26. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
27. Número total de pessoas
28. Número total de unidades domiciliares
29. Número de domicílios urbanos
30. Número de domicílios com 1 ou 2 moradores
31. Número de domicílios com 3 moradores
32. Número de domicílios com 4 moradores
33. Número de domicílios com 5 moradores
34. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 5

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas só em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 4 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 5 a 9 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 14 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 15 e 19 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 24 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 25 a 29 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 34 anos
11. Número de pessoas na faixa de idade de 35 a 39 anos
12. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 44 anos
13. Número de pessoas na faixa de idade de 45 a 49 anos
14. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
15. Número de pessoas na faixa de idade de 60 a 69 anos
16. Número de pessoas na faixa de idade de 70 anos ou mais
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 9 anos
18. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 19 anos

19. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 29 anos
20. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 39 anos
21. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 49 anos
22. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
23. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
24. Número de pessoas moradoras na situação urbana
25. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
26. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

27. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
28. Número total de pessoas
29. Número total de unidades domiciliares
30. Número de domicílios urbanos
31. Número de domicílios com até 3 moradores
32. Número de domicílios com 4 ou 5 moradores
33. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 6

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas só em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 9 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 19 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 29 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 39 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 49 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 60 anos ou mais
11. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 4 anos
12. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 5 a 9 anos
13. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 14 anos
14. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 15 a 19 anos
15. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 24 anos
16. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 25 a 29 anos
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 34 anos
18. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 35 a 39 anos
19. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 44 anos
20. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 45 a 49 anos
21. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
22. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
23. Número de pessoas moradoras na situação urbana
24. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
25. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

26. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
27. Número total de pessoas

28. Número total de unidades domiciliares
29. Número de domicílios urbanos
30. Número de domicílios com até 3 moradores
31. Número de domicílios com 4 ou 5 moradores
32. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 7

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas sós em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 9 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 19 anos
6. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 29 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 39 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 49 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 60 anos ou mais
11. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 9 anos
12. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 19 anos
13. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 29 anos
14. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 39 anos
15. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 49 anos
16. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
18. Número de pessoas moradoras na situação urbana
19. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
20. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

21. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
22. Número total de pessoas
23. Número total de unidades domiciliares
24. Número de domicílios urbanos
25. Número de domicílios com 1 ou 2 moradores
26. Número de domicílios com 3 moradores
27. Número de domicílios com 4 moradores
28. Número de domicílios com 5 moradores
29. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 8

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas sós em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas na faixa de idade de 0 a 9 anos
5. Número de pessoas na faixa de idade de 10 a 19 anos

6. Número de pessoas na faixa de idade de 20 a 29 anos
7. Número de pessoas na faixa de idade de 30 a 39 anos
8. Número de pessoas na faixa de idade de 40 a 49 anos
9. Número de pessoas na faixa de idade de 50 a 59 anos
10. Número de pessoas na faixa de idade de 60 anos ou mais
11. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 9 anos
12. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 19 anos
13. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 29 anos
14. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 39 anos
15. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 49 anos
16. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos
17. Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 anos ou mais
18. Número de pessoas moradoras na situação urbana
19. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
20. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

21. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
22. Número total de pessoas
23. Número total de unidades domiciliares
24. Número de domicílios urbanos
25. Número de domicílios com até 3 moradores
26. Número de domicílios com 4 ou 5 moradores
27. Número de domicílios com 6 ou mais moradores

Conjunto de restrições nº 9

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas só em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino
4. Número de pessoas moradoras na situação urbana
5. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação urbana
6. Número de pessoas do sexo feminino moradoras na situação rural

Em domicílios particulares permanentes ocupados

7. Número de pessoas do sexo masculino que são chefes ou individuais
8. Número total de pessoas
9. Número total de unidades domiciliares
10. Número de domicílios urbanos

Conjunto de restrições nº 10

Em unidades domiciliares (domicílios particulares ocupados + famílias ou pessoas só em domicílios coletivos)

1. Número total de pessoas
2. Número total de unidades domiciliares
3. Número de pessoas do sexo masculino

Anexo 4

Valores de erros-padrão calculados para alguns valores de estimativas de características de pessoas e domicílios para as Grandes Regiões e Unidades da Federação

Tabela 1 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Região Norte

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	222	0,4
100 000	315	0,3	100 000	312	0,3
150 000	386	0,3	150 000	380	0,3
200 000	444	0,2	200 000	436	0,2
500 000	696	0,1	250 000	484	0,2
1 000 000	968	0,1	500 000	662	0,1
2 000 000	1 322	0,1	1 000 000	867	0,1
3 000 000	1 560	0,1	2 000 000	1 003	0,1
4 000 000	1 730	0,0	3 000 000	874	0,0
5 000 000	1 850	0,0	4 000 000	159	0,0
6 000 000	1 932	0,0	4 025 533	0	0,0
7 000 000	1 978	0,0			
8 000 000	1 991	0,0			
9 000 000	1 973	0,0			
10 000 000	1 923	0,0			
15 000 000	904	0,0			
15 864 454	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 10,84%.

Tabela 2 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Rondônia

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	70	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	138	0,7
50 000	220	0,4	50 000	211	0,4
100 000	306	0,3	100 000	280	0,3
150 000	368	0,2	150 000	319	0,2
200 000	418	0,2	200 000	339	0,2
500 000	583	0,1	250 000	341	0,1
1 000 000	600	0,1	468 316	0	0,0
1 562 409	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,45%.

Tabela 3 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Acre

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	70	1,4
10 000	99	1,0	10 000	97	1,0
20 000	140	0,7	20 000	134	0,7
50 000	216	0,4	50 000	193	0,4
100 000	294	0,3	100 000	220	0,2
150 000	345	0,2	150 000	184	0,1
200 000	381	0,2	193 692	0	0,0
500 000	399	0,1			
733 559	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,57%.

Tabela 4 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Amazonas

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	217	0,4
100 000	312	0,3	100 000	296	0,3
150 000	379	0,3	150 000	350	0,2
200 000	434	0,2	200 000	388	0,2
500 000	654	0,1	250 000	415	0,2
1 000 000	844	0,1	500 000	436	0,1
2 000 000	923	0,0	806 974	0	0,0
3 000 000	646	0,0			
3 483 985	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 8,00%.

Tabela 5 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Roraima

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	44	2,2
5 000	70	1,4	5 000	69	1,4
10 000	99	1,0	10 000	96	1,0
20 000	138	0,7	20 000	129	0,6
50 000	211	0,4	50 000	170	0,3
100 000	279	0,3	100 000	123	0,1
150 000	316	0,2	117 965	0	0,0
200 000	334	0,2			
450 479	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 13,83%.

Tabela 6 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Pará

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	221	0,4
100 000	314	0,3	100 000	308	0,3
150 000	383	0,3	150 000	372	0,2
200 000	441	0,2	200 000	423	0,2
500 000	683	0,1	250 000	466	0,2
1 000 000	932	0,1	500 000	606	0,1
2 000 000	1 213	0,1	1 000 000	684	0,1
3 000 000	1 346	0,0	1 877 876	0	0,0
4 000 000	1 375	0,0			
5 000 000	1 305	0,0			
6 000 000	1 119	0,0			
7 000 000	733	0,0			
7 581 051	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 9,41%.

Tabela 7 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Amapá

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	44	2,2
5 000	70	1,4	5 000	70	1,4
10 000	99	1,0	10 000	97	1,0
20 000	139	0,7	20 000	132	0,7
50 000	215	0,4	50 000	185	0,4
100 000	292	0,3	100 000	192	0,2
150 000	341	0,2	150 000	90	0,1
200 000	375	0,2	158 453	0	0,0
500 000	356	0,1			
669 526	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,57%.

Tabela 8 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Tocantins

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	70	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	140	0,7	20 000	138	0,7
50 000	220	0,4	50 000	209	0,4
100 000	305	0,3	100 000	274	0,3
150 000	366	0,2	150 000	307	0,2
200 000	414	0,2	200 000	317	0,2
500 000	565	0,1	250 000	308	0,1
1 000 000	527	0,1	402 257	0	0,0
1 383 445	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 19,30%.

Tabela 9 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Região Nordeste

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	224	0,4	50 000	223	0,4
100 000	316	0,3	100 000	315	0,3
150 000	387	0,3	150 000	385	0,3
200 000	446	0,2	200 000	444	0,2
500 000	704	0,1	250 000	496	0,2
1 000 000	991	0,1	500 000	695	0,1
2 000 000	1 387	0,1	1 000 000	966	0,1
3 000 000	1 682	0,1	2 000 000	1 317	0,1
4 000 000	1 923	0,0	3 000 000	1 550	0,1
5 000 000	2 128	0,0	4 000 000	1 714	0,0
6 000 000	2 307	0,0	5 000 000	1 827	0,0
7 000 000	2 465	0,0	6 000 000	1 899	0,0
8 000 000	2 607	0,0	7 000 000	1 934	0,0
9 000 000	2 734	0,0	8 000 000	1 935	0,0
10 000 000	2 849	0,0	9 000 000	1 901	0,0
15 000 000	3 280	0,0	10 000 000	1 830	0,0
20 000 000	3 531	0,0	15 000 000	196	0,0
30 000 000	3 612	0,0	15 038 520	0	0,0
40 000 000	3 140	0,0			
50 000 000	1 704	0,0			
53 081 950	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,36%.

Tabela 10 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Maranhão

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	220	0,4
100 000	314	0,3	100 000	307	0,3
150 000	383	0,3	150 000	369	0,2
200 000	440	0,2	200 000	419	0,2
500 000	680	0,1	250 000	461	0,2
1 000 000	921	0,1	500 000	591	0,1
2 000 000	1 180	0,1	1 000 000	631	0,1
3 000 000	1 277	0,0	1 661 659	0	0,0
4 000 000	1 252	0,0			
5 000 000	1 094	0,0			
6 000 000	724	0,0			
6 574 789	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,73%.

Tabela 11 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Piauí

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	217	0,4
100 000	311	0,3	100 000	297	0,3
150 000	378	0,3	150 000	352	0,2
200 000	433	0,2	200 000	391	0,2
500 000	648	0,1	250 000	420	0,2
1 000 000	824	0,1	500 000	455	0,1
2 000 000	847	0,0	852 506	0	0,0
3 000 000	337	0,0			
3 118 360	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 15,91%.

Tabela 12 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Ceará

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	221	0,4
100 000	314	0,3	100 000	310	0,3
150 000	384	0,3	150 000	375	0,2
200 000	442	0,2	200 000	428	0,2
500 000	686	0,1	250 000	473	0,2
1 000 000	939	0,1	500 000	629	0,1
2 000 000	1 236	0,1	1 000 000	762	0,1
3 000 000	1 391	0,0	2 000 000	565	0,0
4 000 000	1 452	0,0	2 380 173	0	0,0
5 000 000	1 429	0,0			
6 000 000	1 319	0,0			
7 000 000	1 097	0,0			
8 000 000	654	0,0			
8 452 381	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 9,86%.

Tabela 13 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Rio Grande do Norte

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	217	0,4
100 000	311	0,3	100 000	298	0,3
150 000	378	0,3	150 000	354	0,2
200 000	433	0,2	200 000	395	0,2
500 000	649	0,1	250 000	426	0,2
1 000 000	827	0,1	500 000	474	0,1
2 000 000	859	0,0	906 488	0	0,0
3 000 000	399	0,0			
3 168 027	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 13,23%.

Tabela 14 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Paraíba

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	218	0,4
100 000	312	0,3	100 000	301	0,3
150 000	380	0,3	150 000	360	0,2
200 000	435	0,2	200 000	404	0,2
500 000	659	0,1	250 000	439	0,2
1 000 000	857	0,1	500 000	520	0,1
2 000 000	969	0,0	1 000 000	288	0,0
3 000 000	781	0,0	1 090 463	0	0,0
3 766 528	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 14,91%.

Tabela 15 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Pernambuco

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	221	0,4
100 000	314	0,3	100 000	310	0,3
150 000	384	0,3	150 000	376	0,3
200 000	442	0,2	200 000	430	0,2
500 000	687	0,1	250 000	475	0,2
1 000 000	941	0,1	500 000	635	0,1
2 000 000	1 243	0,1	1 000 000	782	0,1
3 000 000	1 406	0,0	2 000 000	668	0,0
4 000 000	1 477	0,0	2 574 137	0	0,0
5 000 000	1 469	0,0			
6 000 000	1 381	0,0			
7 000 000	1 196	0,0			
8 000 000	851	0,0			
8 796 448	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 9,85%.

Tabela 16 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Alagoas

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	217	0,4
100 000	311	0,3	100 000	297	0,3
150 000	378	0,3	150 000	352	0,2
200 000	433	0,2	200 000	391	0,2
500 000	648	0,1	250 000	420	0,2
1 000 000	824	0,1	500 000	454	0,1
2 000 000	847	0,0	851 101	0	0,0
3 000 000	340	0,0			
3 120 494	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 10,88%.

Tabela 17 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Sergipe

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	70	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	139	0,7
50 000	221	0,4	50 000	214	0,4
100 000	309	0,3	100 000	289	0,3
150 000	373	0,2	150 000	335	0,2
200 000	425	0,2	200 000	365	0,2
500 000	616	0,1	250 000	381	0,2
1 000 000	719	0,1	500 000	284	0,1
2 000 000	257	0,0	595 769	0	0,0
2 068 017	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,67%.

Tabela 18 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Bahia

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	222	0,4
100 000	315	0,3	100 000	312	0,3
150 000	385	0,3	150 000	380	0,3
200 000	444	0,2	200 000	436	0,2
500 000	694	0,1	250 000	485	0,2
1 000 000	964	0,1	500 000	663	0,1
2 000 000	1 309	0,1	1 000 000	870	0,1
3 000 000	1 536	0,1	2 000 000	1 015	0,1
4 000 000	1 691	0,0	3 000 000	905	0,0
5 000 000	1 793	0,0	4 000 000	350	0,0
6 000 000	1 853	0,0	4 126 224	0	0,0
7 000 000	1 872	0,0			
8 000 000	1 853	0,0			
9 000 000	1 795	0,0			
10 000 000	1 693	0,0			
14 016 906	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 10,77%.

Tabela 19 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Região Sudeste

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	224	0,4	50 000	223	0,4
100 000	316	0,3	100 000	316	0,3
150 000	387	0,3	150 000	386	0,3
200 000	447	0,2	200 000	446	0,2
500 000	705	0,1	250 000	498	0,2
1 000 000	994	0,1	500 000	700	0,1
2 000 000	1 397	0,1	1 000 000	980	0,1
3 000 000	1 699	0,1	2 000 000	1 358	0,1
4 000 000	1 950	0,0	3 000 000	1 627	0,1
5 000 000	2 165	0,0	4 000 000	1 837	0,0
6 000 000	2 356	0,0	5 000 000	2 006	0,0
7 000 000	2 528	0,0	6 000 000	2 143	0,0
8 000 000	2 684	0,0	7 000 000	2 255	0,0
9 000 000	2 827	0,0	8 000 000	2 345	0,0
10 000 000	2 959	0,0	9 000 000	2 415	0,0
15 000 000	3 493	0,0	10 000 000	2 468	0,0
20 000 000	3 876	0,0	15 000 000	2 491	0,0
30 000 000	4 336	0,0	20 000 000	2 088	0,0
40 000 000	4 482	0,0	25 000 000	751	0,0
50 000 000	4 347	0,0	25 576 854	0	0,0
80 364 410	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 9,47%.

Tabela 20 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Minas Gerais

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	223	0,4
100 000	315	0,3	100 000	314	0,3
150 000	386	0,3	150 000	383	0,3
200 000	445	0,2	200 000	440	0,2
500 000	698	0,1	250 000	490	0,2
1 000 000	974	0,1	500 000	678	0,1
2 000 000	1 340	0,1	1 000 000	915	0,1
3 000 000	1 594	0,1	2 000 000	1 160	0,1
4 000 000	1 784	0,0	3 000 000	1 236	0,0
5 000 000	1 930	0,0	4 000 000	1 176	0,0
6 000 000	2 040	0,0	5 000 000	954	0,0
7 000 000	2 121	0,0	6 000 000	330	0,0
8 000 000	2 176	0,0	6 111 179	0	0,0
9 000 000	2 206	0,0			
10 000 000	2 213	0,0			
15 000 000	1 876	0,0			
19 597 330	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,68%.

Tabela 21 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Espírito Santo

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	219	0,4
100 000	312	0,3	100 000	302	0,3
150 000	379	0,3	150 000	360	0,2
200 000	434	0,2	200 000	405	0,2
500 000	655	0,1	250 000	440	0,2
1 000 000	846	0,1	500 000	525	0,1
2 000 000	928	0,0	1 000 000	319	0,0
3 000 000	663	0,0	1 113 408	0	0,0
3 514 952	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,29%.

Tabela 22 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Rio de Janeiro

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	223	0,4
100 000	315	0,3	100 000	313	0,3
150 000	386	0,3	150 000	382	0,3
200 000	444	0,2	200 000	439	0,2
500 000	696	0,1	250 000	488	0,2
1 000 000	968	0,1	500 000	673	0,1
2 000 000	1 323	0,1	1 000 000	901	0,1
3 000 000	1 561	0,1	2 000 000	1 116	0,1
4 000 000	1 732	0,0	3 000 000	1 141	0,0
5 000 000	1 854	0,0	4 000 000	990	0,0
6 000 000	1 936	0,0	5 000 000	531	0,0
7 000 000	1 984	0,0	5 299 014	0	0,0
8 000 000	1 999	0,0			
9 000 000	1 984	0,0			
10 000 000	1 936	0,0			
15 000 000	964	0,0			
15 989 929	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 6,99%.

Tabela 23 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - São Paulo

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	224	0,4	50 000	223	0,4
100 000	316	0,3	100 000	315	0,3
150 000	387	0,3	150 000	385	0,3
200 000	446	0,2	200 000	444	0,2
500 000	703	0,1	250 000	495	0,2
1 000 000	988	0,1	500 000	693	0,1
2 000 000	1 380	0,1	1 000 000	961	0,1
3 000 000	1 668	0,1	2 000 000	1 301	0,1
4 000 000	1 901	0,0	3 000 000	1 520	0,1
5 000 000	2 096	0,0	4 000 000	1 666	0,0
6 000 000	2 264	0,0	5 000 000	1 756	0,0
7 000 000	2 411	0,0	6 000 000	1 801	0,0
8 000 000	2 540	0,0	7 000 000	1 802	0,0
9 000 000	2 653	0,0	8 000 000	1 760	0,0
10 000 000	2 753	0,0	9 000 000	1 672	0,0
15 000 000	3 090	0,0	10 000 000	1 529	0,0
20 000 000	3 210	0,0	13 053 253	0	0,0
30 000 000	2 862	0,0			
40 000 000	1 106	0,0			
41 262 199	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 8,81%.

Tabela 24 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Região Sul

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	223	0,4
100 000	316	0,3	100 000	315	0,3
150 000	386	0,3	150 000	384	0,3
200 000	446	0,2	200 000	442	0,2
500 000	701	0,1	250 000	493	0,2
1 000 000	982	0,1	500 000	687	0,1
2 000 000	1 362	0,1	1 000 000	943	0,1
3 000 000	1 634	0,1	2 000 000	1 247	0,1
4 000 000	1 848	0,0	3 000 000	1 415	0,0
5 000 000	2 022	0,0	4 000 000	1 491	0,0
6 000 000	2 165	0,0	5 000 000	1 492	0,0
7 000 000	2 283	0,0	6 000 000	1 416	0,0
8 000 000	2 380	0,0	7 000 000	1 249	0,0
9 000 000	2 458	0,0	8 000 000	946	0,0
10 000 000	2 520	0,0	9 000 000	93	0,0
15 000 000	2 605	0,0	9 008 655	0	0,0
20 000 000	2 323	0,0			
27 386 891	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,84%.

Tabela 25 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Paraná

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	222	0,4
100 000	315	0,3	100 000	312	0,3
150 000	385	0,3	150 000	379	0,3
200 000	443	0,2	200 000	434	0,2
500 000	690	0,1	250 000	481	0,2
1 000 000	951	0,1	500 000	652	0,1
2 000 000	1 272	0,1	1 000 000	837	0,1
3 000 000	1 462	0,0	2 000 000	896	0,0
4 000 000	1 571	0,0	3 000 000	553	0,0
5 000 000	1 614	0,0	3 340 516	0	0,0
6 000 000	1 598	0,0			
7 000 000	1 519	0,0			
8 000 000	1 368	0,0			
9 000 000	1 116	0,0			
10 000 000	652	0,0			
10 444 526	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,25%.

Tabela 26 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Santa Catarina

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	221	0,4
100 000	314	0,3	100 000	308	0,3
150 000	383	0,3	150 000	373	0,2
200 000	440	0,2	200 000	424	0,2
500 000	678	0,1	250 000	468	0,2
1 000 000	917	0,1	500 000	613	0,1
2 000 000	1 166	0,1	1 000 000	710	0,1
3 000 000	1 249	0,0	2 000 000	123	0,0
4 000 000	1 200	0,0	2 015 139	0	0,0
5 000 000	1 000	0,0			
6 000 000	488	0,0			
6 248 436	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 13,84%.

Tabela 27 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Rio Grande do Sul

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	222	0,4
100 000	315	0,3	100 000	312	0,3
150 000	385	0,3	150 000	379	0,3
200 000	443	0,2	200 000	435	0,2
500 000	690	0,1	250 000	483	0,2
1 000 000	952	0,1	500 000	657	0,1
2 000 000	1 275	0,1	1 000 000	852	0,1
3 000 000	1 469	0,0	2 000 000	951	0,0
4 000 000	1 582	0,0	3 000 000	732	0,0
5 000 000	1 632	0,0	3 653 000	0	0,0
6 000 000	1 623	0,0			
7 000 000	1 555	0,0			
8 000 000	1 420	0,0			
9 000 000	1 194	0,0			
10 000 000	806	0,0			
10 693 929	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,84%.

Tabela 28 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Região Centro-Oeste

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	222	0,4
100 000	315	0,3	100 000	313	0,3
150 000	385	0,3	150 000	381	0,3
200 000	444	0,2	200 000	437	0,2
500 000	694	0,1	250 000	486	0,2
1 000 000	964	0,1	500 000	666	0,1
2 000 000	1 310	0,1	1 000 000	879	0,1
3 000 000	1 536	0,1	2 000 000	1 045	0,1
4 000 000	1 692	0,0	3 000 000	978	0,0
5 000 000	1 795	0,0	4 000 000	604	0,0
6 000 000	1 855	0,0	4 401 887	0	0,0
7 000 000	1 875	0,0			
8 000 000	1 857	0,0			
9 000 000	1 800	0,0			
10 000 000	1 699	0,0			
14 058 094	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 10,67%.

Tabela 29 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Mato Grosso do Sul

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	221	0,4	50 000	216	0,4
100 000	310	0,3	100 000	295	0,3
150 000	375	0,3	150 000	348	0,2
200 000	429	0,2	200 000	385	0,2
500 000	631	0,1	250 000	412	0,2
1 000 000	769	0,1	500 000	421	0,1
2 000 000	606	0,0	775 003	0	0,0
2 449 024	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,29%.

Tabela 30 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Mato Grosso

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	222	0,4	50 000	218	0,4
100 000	311	0,3	100 000	299	0,3
150 000	378	0,3	150 000	355	0,2
200 000	432	0,2	200 000	396	0,2
500 000	646	0,1	250 000	428	0,2
1 000 000	819	0,1	500 000	481	0,1
2 000 000	826	0,0	932 110	0	0,0
3 000 000	186	0,0			
3 035 122	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 12,80%.

Tabela 31 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Goiás

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	100	1,0
20 000	141	0,7	20 000	141	0,7
50 000	223	0,4	50 000	221	0,4
100 000	314	0,3	100 000	308	0,3
150 000	382	0,3	150 000	372	0,2
200 000	440	0,2	200 000	423	0,2
500 000	677	0,1	250 000	466	0,2
1 000 000	913	0,1	500 000	608	0,1
2 000 000	1 155	0,1	1 000 000	690	0,1
3 000 000	1 225	0,0	1 909 041	0	0,0
4 000 000	1 155	0,0			
5 000 000	914	0,0			
6 000 000	62	0,0			
6 003 788	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 11,91%.

Tabela 32 - Erro-padrão e estimativa do CV aproximados para alguns tamanhos de estimativas de características de pessoas e domicílios - Distrito Federal

Características de pessoas			Características de domicílios		
Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)	Tamanho de estimativa	Erro-padrão aproximado	CV (%)
100	10	10,0	100	10	10,0
500	22	4,5	500	22	4,5
1 000	32	3,2	1 000	32	3,2
2 000	45	2,2	2 000	45	2,2
5 000	71	1,4	5 000	71	1,4
10 000	100	1,0	10 000	99	1,0
20 000	141	0,7	20 000	140	0,7
50 000	221	0,4	50 000	216	0,4
100 000	310	0,3	100 000	295	0,3
150 000	376	0,3	150 000	348	0,2
200 000	430	0,2	200 000	386	0,2
500 000	635	0,1	250 000	413	0,2
1 000 000	782	0,1	500 000	426	0,1
2 000 000	666	0,0	785 733	0	0,0
2 570 160	0	0,0			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais e Coordenação de Métodos e Qualidade.

Nota: Fração amostral efetiva: 4,52%.

Anexo 5

Índice de Eficácia Migratória

Quadro 1 - Classificação do Índice de Eficácia Migratória - IEM

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-1,00 a -0,51	Área de forte evasão migratória
-0,50 a -0,30	Área de média evasão migratória
-0,29 a -0,10	Área de baixa evasão migratória
-0,09 a 0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: Oliveira, A. T. R. de; Ervatti, L. R.; O'Neill, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: Oliveira, L. A. P. de; Oliveira, A. T. R. de (Org.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. p. 32. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1).



Apêndice

A) Relação de tabelas de resultados do CD-ROM

1 Grandes Regiões e Unidades da Federação

Tabela 1.1.1 - População residente, por tipo de deficiência permanente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.2.1 - População residente, por nacionalidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.2.2 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.2.3 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.3.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.3.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.3.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que viviam em união conjugal, por natureza da união conjugal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.3.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que não viviam mas já viveram em união conjugal, por estado civil, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação

Tabela 1.4.1 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade, nascidos vivos, nascidos vivos no período de referência de 12 meses, nascidos mortos e que estavam vivos na data de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.5.1 - População residente, por frequência a escola ou creche e rede de ensino que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.5.2 - População residente, total e que frequentavam escola ou creche, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.5.3 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.5.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.6.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação

Tabela 1.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação

Tabela 1.6.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.6.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.7.1 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.7.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.7.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, segundo as Grandes regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.1 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de material das paredes externas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.2 - Domicílios particulares permanentes, por número de cômodos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.3 - Domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.4 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.5 - Domicílios particulares permanentes, por existência de água canalizada e forma de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.6 - Domicílios particulares permanentes, total e com bens duráveis, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.8.7 - Domicílios particulares permanentes, por existência de telefone, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.9.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.9.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.9.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.9.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo as Grandes regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.9.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Tabela 1.9.6 - Domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

2 Municípios (Reproduzidas para as 27 Unidades da Federação)

RO – 2.11.1.1 a 2.1.9.6	CE – 2.10.1.1 a 2.10.9.6	RJ – 2.19.1.1 a 2.19.9.6
AC – 2.2.1.1 a 2.2.9.6	RN – 2.11.1.1 a 2.11.9.6	SP – 2.20.1.1 a 2.20.9.6
AM – 2.3.1.1 a 2.3.9.6	PB – 2.12.1.1 a 2.12.9.6	PR – 2.21.1.1 a 2.21.9.6
RR – 2.4.1.1 a 2.4.9.6	PE – 2.13.1.1 a 2.13.9.6	SC – 2.22.1.1 a 2.22.9.6
PA – 2.5.1.1 a 2.5.9.6	AL – 2.14.1.1 a 2.14.9.6	RS – 2.23.1.1 a 2.23.9.6
AP – 2.6.1.1 a 2.6.9.6	SE – 2.15.1.1 a 2.15.9.6	MS – 2.24.1.1 a 2.24.9.6
TO – 2.7.1.1 a 2.7.9.6	BA – 2.16.1.1 a 2.16.9.6	MT – 2.25.1.1 a 2.25.9.6
MA – 2.8.1.1 a 2.8.9.6	MG – 2.17.1.1 a 2.17.9.6	GO – 2.26.1.1 a 2.26.9.6
PI – 2.9.1.1 a 2.9.9.6	ES – 2.18.1.1 a 2.18.9.6	DF – 2.27.1.1 a 2.27.9.6

Tabela 2.1.1.1 - População residente, por tipo de deficiência permanente, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.2.1 - População residente, por nacionalidade, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.2.2 - População residente, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.2.3 - Pessoas não naturais da Unidade da Federação, por tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.3.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado conjugal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.3.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil, segundo a os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.3.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que viviam em união conjugal, por natureza da união conjugal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.3.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que não viviam mas já viveram em união conjugal, por tipo de união conjugal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.4.1 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade, nascidos vivos, nascidos vivos no período de referência de 12 meses, nascidos mortos e que estavam vivos na data de referência, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.5.1 - População residente, por frequência a escola ou creche e rede de ensino que frequentavam, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.5.2 - População residente, total e que frequentavam escola ou creche, por grupos de idade, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.5.3 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.5.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.6.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.6.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação no trabalho principal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.6.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.6.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.6.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.7.1 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.7.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.7.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.1 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de material das paredes externas, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.2 - Domicílios particulares permanentes, por número de cômodos, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.3 - Domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.4 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por número de dormitórios, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.5 - Domicílios particulares permanentes, por existência de água canalizada e forma de abastecimento de água, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.6 - Domicílios particulares permanentes, total e com bens duráveis, segundo os municípios – Rondônia

Tabela 2.1.8.7 - Domicílios particulares permanentes, por existência de telefone, segundo os municípios - Rondônia

Tabela 2.1.9.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo os municípios - Rondônia

Tabela 2.1.9.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, segundo os municípios - Rondônia

Tabela 2.1.9.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos, segundo os municípios - Rondônia

Tabela 2.1.9.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo os municípios - Rondônia

Tabela 2.1.9.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo os municípios - Rondônia

Tabela 2.1.9.6 - Domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, por situação do domicílio, segundo os municípios - Rondônia

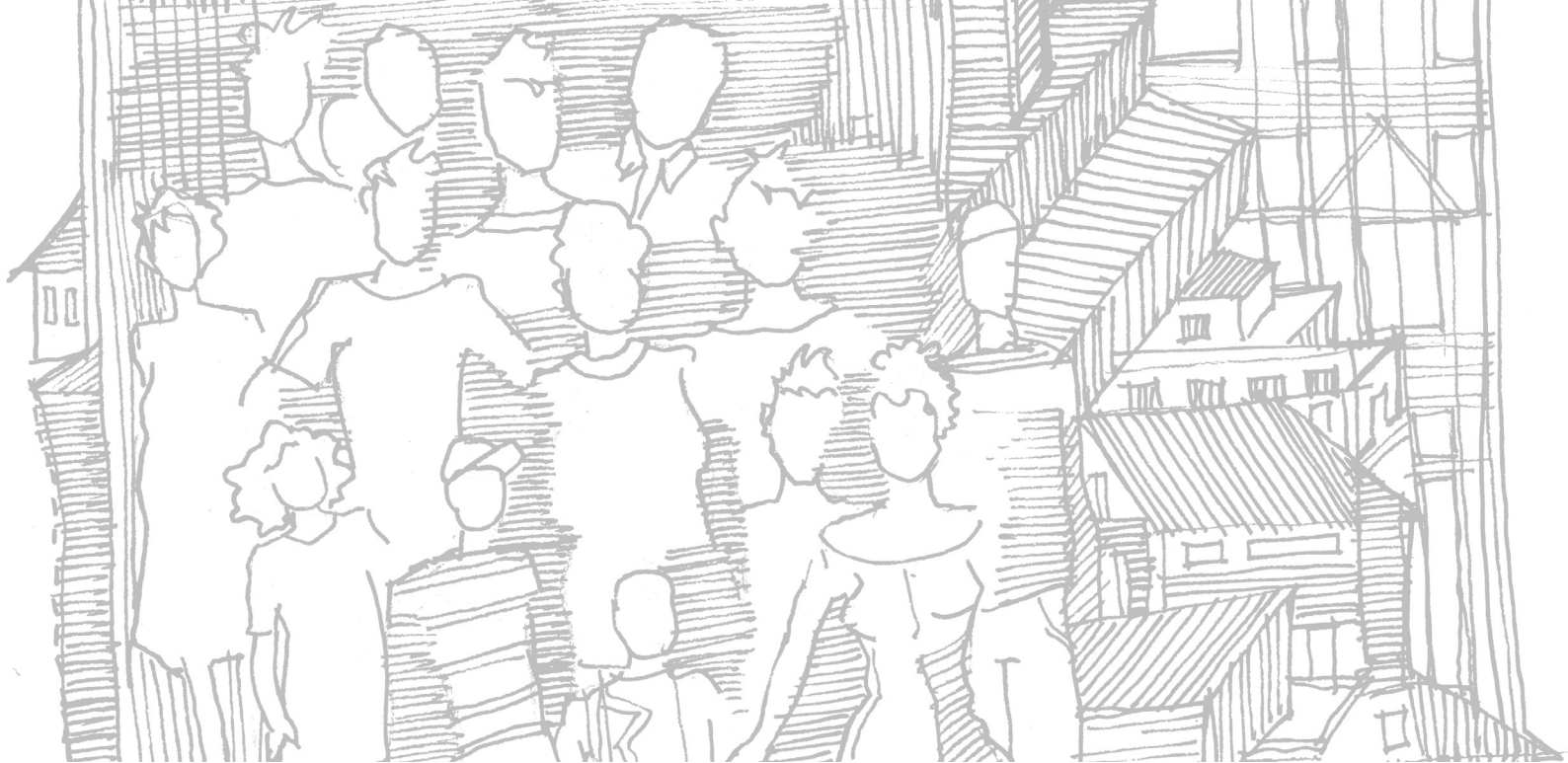
B) Arquivos de expansão da amostra

1 Frações

2 Áreas de Ponderação por UF e Município

3 Lista das Áreas de Ponderação

4 Composição das Áreas de Ponderação



Equipe técnica

Comissão de Planejamento e Organização Geral

Presidente

Wasmália Socorro Barata Bivar
Eduardo Pereira Nunes

Secretária-executiva

Maria Vilma Salles Garcia

Membros

Alceu José Vanzella
Alicia Bercovich
David Wu Tai
Denise Britz do Nascimento Silva
Dulce Maria Teixeira
Eliane Aparecida de Araújo Xavier
Franklin Moreira de Almeida
José Santanna Bevilaqua
Luciana Martins Prazeres
Luiz Paulo Souto Fortes
Márcia Maria Melo Quintslr
Marco Antônio dos Santos Alexandre
Mariana Martins Rebouças
Miriam Mattos da Silva Barbuda
Nuno Duarte da Costa Bittencourt
Paulo César Moraes Simões
Romualdo Pereira de Rezende
Rose Maria Barros de Almeida
Sandra Furtado de Oliveira
Sérgio da Costa Côrtes
Sônia Val Dias
Wadih João Scandar Neto
Wasmália Socorro Barata Bivar
Wolney Cogoy de Menezes

Coordenação de Acompanhamento e Controle Operacional dos Censos

Coordenadora

Maria Vilma Salles Garcia

Gerentes

Alceu José Vanzella
Cynthia Gomes Damasceno
Dulce Maria Teixeira
Eduardo Alberto de Novais Alves
Elson dos Santos Mattos –
Consultor
Luciana Martins Prazeres
Márcio Imamura
Wolney Cogoy de Menezes

Técnicos

Ana Lucia Carneiro Bielinski
Andreia Maria Pinto de Britto
Carlos Thadeu Pacheco
Celso Santos Cortes
Daniela Rangel Afonso
Edmundo Maldes Contar
Fernando Ramalho Gameleira Soares
Flavio Nogueira da Costa
Germano Augusto Zulchner
Gonçalves Andrade
Gilberto Macedo Pina

Heraldo Cesar Prado Junior
José Angelo Goulart Gil
José Carlos Jesus de Oliveira
Lidvaldo Jose dos Santos
Márcia Regina Alonso de Oliveira
Maria do Carmo Gaspar de Oliveira
Maria Inês de Castro Ribeiro
Maria Salette da Silva se Souza
Midian Aparecida de Lima Gago
Nádia Regina Paiva de Souza
Nélio Ferreira Machado
Patricia Lins de Mello
Pedro Ivo de Bragança Sales
Renan Schwanke da Silva
Roberta Kelly da Rocha Breves
Roberta Rodrigues Torres
Roberto Brandão Bambilra
Rodrigo Sant'Anna Cotrim
Rubens da Costa Ouchida
Ricart Normandie Ribeiro Júnior
Sandra Fidalgo Zettel
Sonia Regina Madeira
Thiago Cortat Tavares
Vanessa Gonçalves Guimarães
Vania Costa
Vera Regina de Arruda Botelho
Vitor Yoshihara Miano

Apoio Administrativo

Assad Salim Sacker Júnior
Célia de Lacerda Gil
Patrícia Lobo Figueiredo
Rosani Vicente da Silva

Gabinete da Presidência

Chefe

Mariana Martins Rebouças
Sonia Val Dias

Técnicos

Aleciana Celice Sales Gusmão
Leonardo Zechlinski Maya
Luis Cesar Seixas de Oliveira
Mariana Carneiro da Silva
Priscila Barbosa Lopes
Rafael Alves Montanha
Rafael de Almeida Paula
Ricardo Baptista
Samuel Cruz dos Santos
Vinicius Duarte Figueira

Diretoria de Pesquisas

Assessora

Zélia Magalhães Bianchini

Assistente

Maria Letícia Duarte Warner

Técnicos

Antônia Maria Martins Ferreira
Maurício Soares de Sá
Nilza de Oliveira Martins Pereira
Rachel Abrahão Ribeiro
Rodolfo Maia Filho

Comitê do Censo Demográfico 2010

Coordenadora

Andréa da Silva Borges
Eliane Aparecida de Araujo Xavier
Alicia Bercovich

Membros

Wasmália Socorro Barata Bivar
Zélia Magalhães Bianchini
Marco Antonio dos Santos Alexandre
Luiz Antonio Pinto de Oliveira
Marcia Maria Melo Quintslr
Sonia Albieri

Especialistas temáticos

Ana Lucia Jordão Maurity Sabóia
Andréa da Silva Borges
Andréa Diniz da Silva
Ari do Nascimento Silva - consultor
Cimar Azeredo Pereira
Claudia Bahia de Araújo
Claudia Maria Ferreira Nascimento
Cláudio Dutra Crespo
Elisa Lustosa Caillaux
Eneiza de Andrade Silva
Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Jacqueline dos Santos Manhaes
Juarez de Castro Oliveira
Leila Regina Ervatti
Luis Carlos de Souza Oliveira
Luciano Tavares Duarte
Marcia Luzia Coenca Maia
Marcos Paulo Soares de Freitas
Maria de Fátima Lobo Augusto
Nadja Loureiro Pernes da Silva
Nilza de Oliveira Martins Pereira
Rafael Kessler Fernandez
Ricardo Luiz Cardoso
Terezinha Batista Coutinho
Vandeli dos Santos Guerra - Consultora

Apoio Técnico ao Comitê do Censo Demográfico

Gerentes

Andréa da Silva Borges
Cezar Cioffi Camardella

Técnicos

Ana Paula Moura Reis Miceli
Andréa Machado Barbosa
Caroline Loureiro de Bonis Almeida Simões Fialho
Claudionor de Almeida Geremias
Denilson Cardoso Jerônimo
Gustavo Junger da Silva
Heloisa Maria Gonçalves Franca
Jacqueline dos Santos Manhaes
Maria de Fatima Lobo Augusto
Marina Julia Barboza
Rodrigo Aires Lemes
Rodrigo Reinacher Padovani
Rosângela Fihote Ferreira

Apoio Administrativo

Paulo César Ferreira Brasil

Coordenação Técnica do Censo Demográfico

Coordenador

Marco Antonio dos Santos Alexandre

Gerentes:

Claudia Maria Ferreira Nascimento
Cleber Felix
Eneiza de Andrade Silva
Luciano Tavares Duarte
Luís Carlos de Souza Oliveira
Marcia Luzia Coenca Maia
Rafael Kessler Fernandez
Ricardo Luiz Cardoso
Terezinha Batista Tavares Coutinho

Técnicos:

Albina Ferreira da Silva
Aline Mendes Penteado
Américo Vicente Silva Miranda Junior
André Morrot Hemerly
Aureir Faria José de Oliveira
Caio Vinicius Rolim Ragazzini
Carlos José da Fonseca Caride
Diuzamar Francisca dos Santos
Edie da Silva de Mattos
Eduardo Andrade Barbosa de Castro
Fausto Machado da Silva
Flávia Pinto da Silva
Francisco Nelson Pereira do Prado
Geraldo José Polidoro
Gustavo Rios Silva
Higor Linhares de Souza
Isis Gertrudes dos Santos
João José Amado Ramalho Junior
Joceilma Oliveira Fernandes
José Ademir Campos de Carvalho
Juarez Vicente Vieira
Lilian Rose Rabello Ribas
Luís Carlos Rodrigues
Luís Pereira de Mendonça
Luiz Felipe Walter Barros
Maria Aparecida Juliano Aguiar
Maria de Fatima Lobo Augusto
Mário Fernandes Filho
Mário Luiz Carelli
Mauro Sorge
Monica Teixeira Figueira da Conceição
Nelson Cardoso Osorio Neto
Oswaldo Francisco de Luca
Rogerio Araujo da Silva
Romeu Ferreira Emygdio
Sidney da Silva Alves
Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira
Victor Dionísio de Lima
Wanderson Suzart da Costa

Apoio Administrativo:

Lenilda Lima de Castro de Sá Pacheco
Marco Antônio dos Santos Xavier
Paulo Roberto da Silva
Paulo Roberto Gomes dos Santos
Sheila Gil dos Santos Magno
Walter Fonseca Filho

Coordenação de Métodos e Qualidade

Coordenadora

Sonia Albieri

Gerentes

Antônio José Ribeiro Dias
Marcos Paulo Soares de Freitas
Rosemary Vallejo de Azevedo

Técnicos

Alexandre dos Reis Santos
Alex Baptista Carneiro
Álvaro Frota
André Wallace Nery da Costa
Ari do Nascimento Silva - Consultor
Bruno Freitas Cortez
Djalma Galvão Carneiro Pessoa - Consultor
Fábio Figueiredo Farias
Flávio Marcelo Tavares Montenegro
Giuseppe de Abreu Antonaci
Guilherme Guimarães Moreira
José André de Moura Brito - Colaborador da ENCE
Luiz Alberto Matzenbacher - Consultor
Maria Eugênia de Paula Reis
Renata Moreira Paes da Costa
Tiago Mendes Dantas
Rodrigo Otávio S. von Doellinger
Rui Menezes Rosa

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Coordenador

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Gerentes

Ana Lucia Jordão Maurity Saboia
Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira
Claudio Dutra Crespo
Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Juarez de Castro Oliveira

Técnicos

Antonio Roberto Pereira Garcez
Bárbara Cobo Soares
Cláudia Bahia de Araújo
Cintia Simões Agostinho
Elisa Lustosa Caillaux
Fernanda Siqueira Malta
Gabriel Mendes Borges
Gilson Gonçalves de Matos
João Raposo Belchior
Jorcely Victorio Franco
Leila Regina Ervatti
Leonardo Queiroz Athias
Marcio Antonio da Cunha
Marden Barbosa de Campos
Maria Goreth Santos
Maria Lúcia Pereira do Nascimento
Nadja Loureiro Pernes da Silva
Tulio Heckmaier de Paula Cataldo

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Coordenador

Cimar Azeredo Pereira
Márcia Maria Melo Quinstlr

Gerente

Elizabeth Belo Hypolito
Fabiane Cirino de Oliveira Santos
Maria Lúcia França Pontes Vieira
Renata Coutinho Nunes
Rodrigo Mariano Resende de Brito

Técnico

Antony Teixeira Firmino
Elizabeth Belo Hypolito
Lucimar de Lyra Gomes
Mario Serres da Silva
Nilciléa Martins Moulin
Renata Coutinho Nunes
Rodrigo Mariano Resende de Brito
Vandeli dos Santos Guerra - Consultora

Coordenação Técnica do Censo Agropecuário

Coordenador

Antônio Carlos Simões Florido

Gerente

Luiz Fernando Pereira Rodrigues

Técnicos

Aida Maria Pinto de Sá Barreto
Carlos Alberto Barreto Rodrigues
Flávio Barreto de Abreu
José Carlos Jesus de Oliveira
Marcos Zurita Fernandes
Maria Anita Evangelista de Oliveira
Regina Célia Alves de Araujo
Roberto Silva Ramos
Roberto Wagner Julio
Rosa Maria Silva Moreira
Sandra Passos Crisóstomo

Coordenação de Agropecuária

Gerente

Luis Celso Guimarães Lins

Técnicos

Adriana Helena Gama dos Santos
Ana Maria de Sousa Areias
Eduardo Torres Barbosa de Castro
Gilson Flaeschen
Luiz Maia Botelho Chaves Junior
Maria das Neves Pinheiro da Silva
Maria Lúcia de Carvalho
Roberto Wagner Julio
Sérgio Deleage Ferreira

Coordenação de Índices de Preços

Técnicos

Armando Gabriel Monteiro Fernandes Coelho
Jaison Luis Cervi

Coordenação de Indústria

Técnica

Greice Damião de Assis

Gerência de Planejamento e Orçamento

Técnicos

Cezar Steinhorst
Daniel da Silva Neto
Danielle Chiaretti dos Santos
Joana Darc Corrêa Marques
Jorge Mendes Carneiro

Melissa Garrido Cabral
Paulo Roberto Rodrigues Cardoso
Vera Lúcia Manfredini

Gerência da Pesquisa de Avaliação

Gerente

Andrea Diniz da Silva

Técnicos

Flávia Farias Lima
Natália de Oliveira Pinta
Otávio Sant'Ana Martins Romeu
Thiago Silva Soares
Vinícius Layter Xavier

Diretoria de Geociências

Assessor

João Bosco de Azevedo
Rafael March Castañeda Filho

Assistentes

Elizabeth Kohnert Linhares
Moema José de Carvalho Augusto

Técnicos

Dario Bazilio
Elben Pinto dos Santos
Maria de Jesus Melão
Roberto Rene da Silva Ribeiro

Gerência de Documentação da Informação

Gerente

Amauri da Silva

Técnicos

Monica Malaquias de Campos
Eliane de Oliveira Alves

Coordenação de Estruturas Territoriais

Coordenador

Miriam Mattos da Silva Barbuda

Gerentes

Aline Santos Paes
Andrea Freitas Duarte Lyrio
Angela Maria de Souza Ferreira
Camilo Thomaz
Carlos Alberto Elbert Queiroz
Carlos Alberto Lopes
Carlos Augusto dos Santos
Cláudio Cabral da Silva
Cláudio Maia Peres
Denise Santos Rodrigues
Dulce Santoro Mendes
Edison Pereira Ribeiro
Felipe Leitão
Francisca Eugenia Soares Dias
Hermes Tavares Ribeiro
Irenil Leocádio da Conceição
João Carlos Goulart da Motta
Jorge Vargas de Sá Freire
José Henrique da Silva
Maria Alice Lopes dos Santos
Monica Fontes
Paulo Roberto de Oliveira
Renato Moacyr de Souza
Ricardo Carneiro Teixeira
Sonia Maria Ribeiro da Silva
Solange Soares de Mello
Walter de Oliveira Vieira

Técnicos

Alvaro Luis dos Santos Pereira
Alvaro Goulart Fulgencio
Antonio Sardela
Carlos Augusto Caneli Maciel
Delfina Honrado Cabral
Gisele Rimoldi Nepomuceno Canova

Helio Silvestre Cardoso Ribeiro
Ivone Lopes Batista
Jorge Henrique Coelho
Lawrence de Melo Chicoli
Luciano de Lima Gonçalves
Marcio Gonzaga do Nascimento
Marco Antonio Lopes Guimarães
Marisa de Araújo Viana
Mitzi Araujo Vidal
Paulo Roberto Gomes da Costa
Rogerio Oliveira Cardin
Silvana Philippi Camboim
Thiago Petinari Silva Cordeiro

Coordenação de Cartografia

Coordenador

Marcelo Rodrigues de Albuquerque Maranhão
João Bosco de Azevedo

Gerentes

Aline Lopes Coelho
Fernando Bezerra Barroso
Luiz Antonio Xavier
Patrícia do Amorim Vida Costa
Rogério Luis Ribeiro Borba
Wolmar Gonçalves Magalhães

Técnicos

Alexandre José Almeida Teixeira
Aline Lopes Coelho
Beatriz Fernandes Simplicio Eduardo
Camila Cagnin Maia
Fernando Bezerra Barroso
Giuliano Grigolin
Herbet Guilherme de Azevedo
Jander Vinícius Pereira
Leila Freitas de Oliveira
Luiz Antonio Xavier
Marcelo Rodrigues de Albuquerque Maranhão
Márcio Gonzaga do Nascimento
Peônia Brito de Moraes
Rogério Luis Ribeiro Borba
Vitor Oliveira Franca
Viviane Barbosa Diniz
Wesley Silva Fernandes

Coordenação de Geografia

Coordenadora

Maria Luisa Gomes Castello Branco

Gerentes

Adma Hamam de Figueiredo
Ana Maria Fernandes da Costa
Claudio Stenner

Técnicos

André Polly Assumpção
Camilla Silva Motta dos Santos
Claudia Lellis Callado Ancaies
Cleber de Azevedo Fernandes
Daiane Batista de Souza
Daléa Soares Antunes
Emilio Reguera Rua
Fábio Macedo Soares Brendolin
Felipe de Carvalho Vommaro Marincola (Estagiário)
Ivete Oliveira Rodrigues
Ivone Lopes Batista
Jorge Kleber Teixeira Silva
Jose Antonio Sena do Nascimento
José Carlos Louzada Morelli
Luís Sérgio Pires Guimarães
Maikon Roberth Novaes
Marcela Soares Gomes (Estagiária)
Marcelo Paiva da Motta
Marco Antônio de Carvalho Oliveira
Maria Amelia Vilanova Neta
Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill
Maurício Gonçalves e Silva
Nícia Custodio Hansen Brendolin
Pablo Guedes dos Santos da Silva (Estagiário)

Pedro Henrique Braga Moreira Lima
Schaiane Nogueira Ouverney Barroso
Thiago Henriques Fontenelle
Thais da Silva Dornelas
Vera Maria D'Ávila Cavalcanti
Zargo Quaresma da Cruz

Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais

Coordenador

Celso José Monteiro Filho

Gerentes

Carlos Alberto dos Santos
Eloisa Domingues
Ricardo Forin Lisboa Braga

Técnicos

Edson de Faria Almeida
Glória Vanicore Ribeiro
Luciana Mara Temponi de Oliveira
Patrícia Stella Portella Ferreira Alves
Paula Terezina Tudesco Macedo de Oliveira
Rosa Luzia Saïsse Brum
Rosimar Cunha Pereira
Sônia Oliveira Gomes
Sueli Sirena Caldeiron
Therence Paoliello de Sarti

Coordenação de Geodésia

Coordenadora

Maria Cristina Barboza Lobianco

Técnicos

Alberto Luís da Silva
Antonio Carvalho Filho
Daniel Goldani
Gabriela Galdino Souto dos Santos
Jaqueline de Oliveira Pinto
Jardel Aparecido Fazan
José Barbosa de Sousa
Luiz Antonio de Moraes
Marcelo Henrique Ferreira Barbosa
Marco Aurélio de Almeida Lima
Marcos Ferreira dos Santos
Paulo Roberto Alonso
Renato Rodrigues Pinheiro
Roberto Teixeira Luz
Rogério Valério Pereira
Sonia Maria Alves Costa
Valeria Guimarães Carvalho

Diretoria de Informática

Assessor

José Santanna Bevilaqua

Coordenador de tecnologia da Informação e Comunicação para o Censo

José Santanna Bevilaqua

Assistentes

Eduardo Robson Tardin Costa
Luiz Fernando Pinto Mariano
Luiz Gutman

Gerência de Planejamento e Supervisão

Gerentes

Elisabete Rodrigues dos Santos
Marília Carla Maciel de Brito

Técnicos

André Pimenta Nespoli
Cleber Gamboa Mattos
Miguel Ângelo Montenegro

Coordenação de Projetos Especiais

Coordenador

Cláudio Mariano Fernandes

Gerentes

Dulce Maria Rocha Barbosa
Luiz Antonio Vivacqua Corrêa Meyer

Apoio Administrativo

Carlos Augusto Pereira da Silva
Cristina Maria Rodrigues de Brito

Gerência de Projetos Especiais

Gerentes

Luigino Italo Palermo
Carlos Brandão Fernandes da Silva
João Marcelo dos Santos Marques

Técnicos

Eduardo da Costa Romero
Normando Duarte de Oliveira
Walter Gomes dos Santos Júnior

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Gerentes

Hesley da Silva Py
Bianca Fernandes Sotelo

Técnicos

Antonio Fernando Guimarães Dias
Magali Ribeiro Chaves
Marcello Willians Messina Ribeiro
Manoel dos Santos Dantas
Henrique dos Santos Tavares
Patrícia Machado de Barros
Ronaldo Rodrigues Raposos Júnior
Sandra Cristina Sabra

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Gerentes

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueiredo
José Masello

Técnicos

Carlos Emílio de Mattos Strauch
Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Sistemas de Censo

Gerentes

Ataide José de Oliveira Venâncio
Davi Faria Rocha
Marcos Barros Leite

Técnicos

Anderson Almeida França
Antônio José de Oliveira
Edson Orofino de Souza
Kepler Mauro de Mendonça Magalhães
Marcos Rodrigues Pinto
Normando Duarte de Oliveira
Rames Chhangalal
Rodrigo Carvalho de Faria
Tânia Maria Fontes da Silva Pereira

Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas

Coordenadora

Cátia Maria Dias Ferreira

Gerência de Sistemas de Geociências

Gerente

Maria Teresa Marino

Gerente

Maria Tereza Carnevale

Técnicos

Eduardo Fontenelle Carrera da Silva
Vinícius Vieira da Silva

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Gerente

Solange Ferreira Pinto

Gerente

Lea da Conceição dos Santos

Técnico

Felipe Augusto de Jesus Carvalho

Coordenação de Tecnologia

Coordenador

José Luiz Thomaselli Nogueira

Gerente

Andréia Fernandes da Silva

Apoio Administrativo

Ecio Tadeu Moraes Pedro
Abel da Silva Muniz

Gerência de Prospecção e Novas Tecnologias

Gerente

Arnaldo Lyrio Barreto

Técnico

Bernardino Pereira de Barros

Gerência de Administração da Tecnologia da Informação

Gerente

Leila de Assis Barbosa Costa

Gerentes

Angela Cristina do Nascimento Gomes
Sonia Vasques Nogueira

Técnicos

Alexander Mazolli Lisboa
Mário Luiz Nunes Souto
Paulo Jorge Maia Prata
Angela Patrício de Lima
Denyse da Costa Macedo
Jocinei Ireno de Souza
Hugo Medon Ivantes
Carlos Álvaro de M. Soares Quintella

Gerência de Sistemas de Apoio e Administração de Banco de Dados

Gerente

Paulo Bahia de Araujo

Gerente

Verônica dos Santos

Técnicos

Fabiano Souza da Silva
Pedro Paulo Ribeiro Kappaum
Júlio Cesar Segal
Luiz Tavares Monteiro
Sandra Martins Lino

Gerência de Suporte ao Ambiente Corporativo

Gerente

Maria Luiza Duarte Pinto Henning

Gerentes

Maria Helena Stefano Ferreira
Robson Rodrigues Vaz
Martha de Mattos Seixas
Luiz Carlos de Castro Neves

Técnicos

Daniela Sant Ana de Oliveira
Leonardo Fogel
Robson Jorge Rocha
Lúcia de Fátima Santos Castro
Enrico Francisco Ribeiro de Castro
Joaquim Romualdo Teixeira
Luiz Fernando de França Carvalho

Coordenação de Telecomunicações

Coordenador

Nelson Soares de Rezende

Gerentes

Alberto Luiz Gonçalves Perez
Márcio Roberto Galhano

Técnicos

Aline Macedo Arza Lobo
Ana Maria de Oliveira Silva
Angélica da Costa Pedreira
Cláudia de Almeida Nogueira Gonçalves
Márcio Camargo Fernandes
Maria Christina Melo
Marlúcia Moraes Moreira
Nilson Carlos de Magalhães Pontes
Rafael de Moraes Santos Fernandes
Rafael de Souza Marques
Rogério do Carmo Sales
Suelli Mello Gonçalves

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Coordenador

Bruno Gonçalves Santos

Gerentes

Fernando Espírito Santo Cataldo

Gerência de Administração dos Serviços de Produção

Gerente

Márcio Tavares Fernandes

Gerentes

Sergio Luiz de Pinho Barbosa
Geórgia de Souza Assumpção
Andrea Moreira Torres.

Técnicos

Maria da Penha Ferreira da Silva
Antonio Carlos Oliveira da Silva
Eric Alves Buhr
Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira
William Alves de Oliveira Ferreira
Osmar Alves de Araújo
Jules Cezar Cunha
Denise Crispe Silva
Juarez Vieira de Souza
Marcus Vinícius dos Santos Moura
Robson Augusto Teixeira da Silva.

Gerência de Administração e Manutenção do CPD

Gerente

Ronaldo Pinheiro Ferrari

Gerente

Hércules Bruno Moreira de Almeida

Técnicos

Alexandre Meira Ferreira
Ezer Bianchi
Hélio Pinto de Miranda Filho
José Carlos Gouvea de Oliveira
Leila Moreira de Carvalho
Luiz Alberto Ferreira dos Santos.

Gerência de Atendimento e Serviços de Informática ao Usuário

Gerente

Roberto de Andrade França Júnior

Gerentes

Ronaldo Mereson Wittitz
Jorge Nelson Lopes da Cunha.

Técnicos

Luiz Antonio da Silva
Luiz Otávio Vieira
Alexandre Santos Oliveira
Enio Schiavo
Luiz Carlos Barcellos da Silva
Luís Paulo de Magalhães Câmara
Maria da Glória de Queiroz Jordão
Rui Gonçalves Brandão

Gerência de Atendimento e Manutenção de Equipamentos de Informática

Gerente

Silvino Cavalcanti de Albuquerque Junior

Gerente

Romualdo Carneiro da Cunha

Técnicos

Altair Matias de Oliveira
Antonio Carlos Vieira dos Santos
Bertholdo Uchoa da Costa
Carmen Cecília Rosa Machado
Elizabeth da Costa Robaina Vidal
Jorge Joaquim Cardoso Quintas
Lino Rago
Zélia Aragão Machado

Diretoria Executiva

Assessor

Fernando José de Araújo Abrantes
Franklin Moreira de Almeida

Coordenação das Atividades de Apoio Administrativo

Coordenador

Franklin Moreira de Almeida

Gerentes

Adilson de Almeida
Alexandre Loures Leite
Ana Cristina Rodrigues Pereira
Andréa Tommasi Oliveira Carneiro de Mendonça
Ângela Maria Francisco de Paula
Antonio Carlos Mantuano
Aurelino Domingues Souto Filho
Brivaldo da Silva Correia
Carlos Augusto Garcia Lima
Carlos Augusto Martins Gomes
Castoel Monteiro Wanzeller
Célia Regina Fonseca Grangeiro
Eduardo Alfredo Passos Rodrigues
Ernandes Cesar Lagos de Vasconcellos
Fabio Thomaz Barbosa
Fernando César Almeida Rosado
Geisa Maria da Silva Tavares
Georgete da Cruz Gomes
Gylcilene Ribeiro Storino
Heider Maciel Cruz
Josiane Heil Figueira
Leila Ribeiro Galart
Luciana Lopes Monteiro
Marcia Alves Moreira
Mario José Silva de Andrade
Marta da Silva Coutinho
Paula Dias Azevedo
Paulo Augusto Gueiros
Roberto dos Passos Guimarães
Roberto Machado Alves
Rose Mary Rodrigues
Rossana Patitucci Franco

Sergio Francisco das Chagas
Sergio Ribamar Horta Pimentel
Valmir Ferreira da Silva Júnior
Vanía da Silva Caetano Rabello
Waldir Fortunato Junior

Técnicos

Alaíde Maria Barcelos Santos
Alexandre Loures Leite
Antonio Carlos Meirelles Garcia
Antonio Fernando de Andrade Alves
Artur Amorim Americano
Bruno Gabriel de Castro
Camila Jahnel
Claudio Antonio de Sousa Xavier
Cristina Gomes
Diana Gomes da Silva Viana Cunha
Erica Braga de Pinho
Eugênio Jesus Cepa
Gisele Lara da Rocha
José de Souza Pinto Guedes
Lucia Veronica De Oliveira Trindade
Maria Cristina Vannier dos Santos
Mariza Dourado Pereira
Patrícia Dolub
Paulo Vicente Mitchell
Rejane Oliveira dos Santos
Sheila Souza Fonseca
Tania Pires Cardoso

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Coordenadora-Geral

Denise Britz do Nascimento Silva

Assessora

Sandra Furtado de Oliveira

Coordenação do Ensino a Distância

Coordenador

Adilson Ribeiro da Silva

Técnicos

Ana Paula Donizetti Lins de Albuquerque
Fabio Muniz de Moura
Luiz Carlos Agner Caldas
Meire da Conceição Nascimento Dias
Milton Celestino de Souza
Rafael da Silva Muniz
Rafael de Almeida Paula
Renata do Nascimento de Souza
Rosana Pimentel de Almeida Gama

Unidades Estaduais

Chefes das Unidades Estaduais

AC: Marco Fábio de Sousa Esteves
AL: Adalberto Ramos Cassia
AM: Carlos Alberto Araújo Simonaio
AP: Haroldo Canto Ferreira
BA: Artur Ferreira da Silva Filho
CE: Francisco José Moreira Lopes
DF: Silvio Rogério Potier dos Santos e Walker Roberto Moura
ES: Max Athayde Fraga
GO: Daniel Ribeiro de Oliveira
MA: Marcelo Virginio de Melo
MG: Maria Antônia Esteves da Silva
MS: Carlita Estevam de Souza
MT: Delvaldo Benedito Souza
PA: Antônio José de Souza Biffi
PB: Aníberto Mendonça de Mélo
PE: Nilton Luiz de Nadai
PI: Raimundo Nonato da Silva Filho
PR: Sival Dias dos Santos
RJ: Romualdo Pereira de Rezende
RN: José Aldemir Freire
RO: Ângela Ilcelina Holanda Nery e Marcus Alexander Granzotto Kuntze
RR: Vicente de Paulo Joaquim

RS: José Renato Braga de Almeida
SC: Maurício Batista
SE: Adriane Almeida do Sacramento
SP: Francisco Garrido Barcia
TO: Francisco Soares Ferreira

Gerências de Geodésia e Cartografia

BA: Hildeberto Biserra Lins
CE: Marcelo Campos Maia
DF: Francisco Cristiano Orlando e Marcelo Alessandro Nunes
GO: Carlos Alberto Corrêa e Castro Junior
PA: Ariowaldo Banhos Cabral
SC: Paulo Roberto Guimarães Leal

Coordenadores Operacionais

AC: Célia Mota Brandão
AL: Carlos Augusto Menezes de Souza
AM: José Ilcleson Mendes Coelho
AP: Adrimauro da Silva Gemaque
BA: Dominique Marie-Méduline Dupuit
CE: Josemar Tine de Oliveira
DF: Verônica Teixeira Magalhães dos Santos
ES: Maria de Lourdes Nunes Piontkovsky
GO: Edson Roberto Vieira
MA: Demiurgo Lopes Trinta
MG: Rubia Francisca Silva Lenza
MS: Mario Alexandre de Pinna Frazeto
MT: Millane Chaves da Silva
PA: Antônio Maria Pinheiro Naia
PB: José de Andrade Martins
PE: Otacílio Gonçalves Pereira
PI: Pedro Andrade de Oliveira
PR: Edemilson Mainardes Gonçalves
RJ: Alberto Azemiro Martins de Carvalho
RN: Viviane da Silva Cruz
RO: Edinilce da Silva de Oliveira e Ângela Ilcelina Holanda Nery
RR: Murilo Cidade Junior
RS: Vanderlan Alves de Souza
SC: Mario Roberto Schmidt e Roque Bohnenberger
SE: Alberto Ruan Correia
SP: Aparecido Soares da Cunha
TO: Raimundo Costa Barbosa

Coordenadores Técnicos

AC: Sebastião Junior da Cunha Albuquerque
AL: Cláudia Saldanha Ribeiro e Neilson Negrão Antelo Romar
AM: Márcia Mota Passos
AP: Raul Tabajara Lima Silva
BA: Mara Leite do Sacramento
CE: Ana Eugênia Ribeiro de Almeida
DF: Maria dos Reis Rodrigues Pinheiro
ES: Regina Célia Sunderhus Lube
GO: Angela Maria Pereira Gandolfi
MA: Gustavo de Mello Pereira
MG: Vilma de Jesus Santos Cruz
MS: Mauro Jordão da Silva
MT: Pedro Nessi Snizek Junior
PA: Paulo Sérgio de Moraes Borges
PB: José Pereira de Araújo
PE: José Homero Leite Vieira
PI: Semíramis Freire Valente
PR: Amoldo Picelli
RJ: Eliana Maria Lisboa Garrão
RN: Tarcísio Alberto Lopes Soares
RO: Joaquim Lopes Lamego
RR: Vicente de Paulo Joaquim
RS: Angelino Gomes Soares Neto
SC: Carlos Roberto Roncetto Filho
SE: Luciana Suaid Tomazi Vasco
SP: Rosemary Utida
TO: Nereu Ribeiro Soares Júnior

Coordenadores Administrativos

AC: Jose Pedro Rea Ortiz
AL: Artur Ângelo Ramos Lamenha
AM: Erica Peres de Souza
AP: Mário Picanco Flexa
BA: Elisa Macedo Lessa
CE: Rozimar Braga de Sousa
DF: Elza Maria Guerra de Miranda
ES: Ana de Fátima Guaitolini
GO: Marina Luzia Rosa Ludegero
MA: Cynara Castro Barbosa do Carmo
MG: David Montero Dias
MS: Lucia Fenner
MT: Ana Ortência Teixeira Pinto
PA: Rony Helder Nogueira Cordeiro
PE: Ivanaldo Alves Nogueira
PB: Djaci Cavalcanti de Queiroz
PI: Elício Rodrigues de Abreu
PR: Olindo Frazeto Filho
RJ: Mauro Teixeira
RN: Marina Trindade Câmara
RO: Talissa Cristine Cardoso Razini
RR: Paula Kelly Gomes Maia
RS: Flavia Marisa Klein
SC: José Paulo Simas
SE: Vânia Maria Melo Silva
SP: Mitsuo Ito
TO: Carlos Antônio da Silva Pereira

Coordenadores de Informática

AC: Evandro Cavalcante de Araújo
AL: Milton José do Nascimento
AM: Darlan Viana Cavalcante
AP: Fabrício Alves Reis
BA: André Luiz Ferreira Urpia
CE: Carlos Reginaldo de Freitas Figueiredo
DF: Cilmar Ribeiro Mendonça
ES: Sidney Henrique Dalmaso
GO: Sebastião Gonçalves Matos
MA: Wellington Luís Mineiro Franca
MG: Carlos Cardoso da Silva
MS: Emílio Flávio Vieira
MT: Everton Luis da Silva Carvalho
PA: Sílvio Costa de Sousa
PB: Haroldo Paulino de Medeiros
PE: Edilson Bronzeado Quirino
PI: Pedro Ribeiro Soares
PR: Márcio Rogério Kurz
RJ: Carlos Eduardo Portella Bernarde
RN: Edson Moreira de Aguiar
RO: Ascle Brito de Souza e Carlos Souza Menandro
RR: Sérgio Rubens Sarlo Ribeiro
RS: Sérgio Murilo Pereira Gil
SC: Luís Augusto de Souza Bevacqua
SE: Muciano Menezes Junqueira
SP: Wlamir Almeida Pinheiro
TO: Manuela Almeida Bittencourt

Coordenadores da Base Territorial

AC: Agmar Lopes de Souza
AL: Eduardo Antônio Ramos de Menezes Sérgio de Souza Alves
AM: Argemiro Nogueira do Nascimento Neto
AP: Marconi Edson Silva Uchôa
BA: Antônio Lucio Bentes da Fonseca Maria de Fátima de Moraes
CE: Antônio José Onofre Sampaio José Carlos Torres Gonçalves Junior
DF: Maria Aparecida Gomes da Silva Sileimann de Carvalho Lemos
ES: Eugênio Ferreira da Silva Junior Felipe Moreira Salles

GO: Alcides Ferreira da Silva Junior
MA: Eli Marta Veras Barroso
MG: Fabiana Fábrega de Oliveira Luiz Otavio Sábato
MS: Jovelino Alves de Sousa
MT: Aristóteles Teobaldo Neto José Eduardo Araújo
PA: Edison Carvalho Nogueira
PB: João Alfredo Netto de Oliveira João Batista de Melo Filho
PE: Éricka Delânia Veríssimo de Andrade
PI: Bartolomeu da Silva Melo Filho Francisco Lima Neto
PR: Luiz Augusto Loyola Macedo
RJ: Antônio Jorge da Rocha Teixeira
RN: Orlando Batista de Vasconcelos Tarcísio Alberto Lopes Soares
RO: Antônio Carlos Lopes Eliezer Lopes Moreira Paulo Henrique Schroder
RR: Murilo Cidade Júnior
RS: Fernando Antônio Ballester Câmara
SC: Antônio Guarda
SE: Alberto Loyola Monte da Silva
SP: José Carlos dos Santos Oliveira
TO: Donizete Marques Galvão Paulo Henrique Alves das Neves

Coordenadores do Cadastro Nacional de Endereços Para Fins Estatísticos

AC: Sebastião Junior da Cunha Albuquerque
AL: Luciano Carlos Motta
AM: Paulo Augusto de Menezes Sarmiento
AP: Marconi Edson Silva Uchôa
BA: Maria de Fátima de Moraes
CE: José Deusimar de Andrade Pereira
DF: Sileimann de Carvalho Lemos
ES: Ascendino Peixoto Filho
GO: Walquíria Alves do Nascimento
MA: Deogenes Ferreira Vieira
MG: Fabiana Fábrega de Oliveira
MS: Hélio dos Santos Oliveira
MT: Genivaldo Pereira de Souza
PA: Edilson Sales Ramos
PB: João Alfredo Netto de Oliveira
PE: José Maria Maia Junior
PI: Valdimar Marques da Silva
PR: Rogério Alípio
RJ: Mariângela de Fátima Bittencourt
RN: José Genario de Castro
RO: Rubem Laborda do Espírito Santo
RR: Murilo Cidade Junior
RS: Teresa Cristina Veiga
SC: Veroni José Cristovão
SE: Luciana Suaid Tomazi Vasco
SP: Mônica de Maio e Nuzia Queiroz de Oliveira Silva
TO: Paulo Henrique Alves das Neves

Coordenadores das Comissões

AC: Felipe Ferreira Nery
AL: Igor Pablo Neiva
AM: Norma Maria Bentes de Sousa
AP: Adrimauro da Silva Gemaque
BA: Consuelo Guerreiro Ferreira Lima e Hellie de Cássia Nunes Mansur
CE: Maria Tereza Luz Barros
DF: Djane Mendes Sousa
ES: Luiz Carlos Dutra da Silva
GO: Sandra Moreira dos Santos Figueiredo
MA: Francisco Alberto Bastos Oliveira
MG: Narciza Sara Amador Santiago
MS: Isabel de Paula Costa

MT: Tânia Beatriz Teixeira de Carvalho
 PA: Victor Costa dos Reis
 PB: Lamartine Candeia de Andrade
 PE: Margareth Carneiro Lima
 PI: Miriam Elionora de Nazaré de Oliveira Borges
 PR: Tânia Mara Deloreci Bernardino Frazeto
 RJ: Celso Mendes Targueta
 RN: Antonio José Portella Almeida
 RO: Maria do Socorro Silva Costa Castro
 RR: Vicente de Paulo Joaquim
 RS: Ernani Claire Valente Rodrigues
 SC: Rogério de Oliveira Rosa
 SE: Eliana Lisboa Porto
 SP: Luciana Martins Prazeres
 TO: Geraldo Noronha Junqueira Filho

Coordenadores de Treinamento

AC: Thiago Harley Paulo
 AL: Manoel Vicente do Nascimento
 AM: Alessandra Maria do Nascimento
 AP: Jefferson Mirtes Picanco Costa
 BA: Helge Henriette Sokolonski
 CE: Rosane Guimarães Itajahy
 DF: Luiz Fernando Viegas Fernandes
 ES: Sônia Cristina Machado Barbosa
 GO: Alessandro de Siqueira Arantes
 MA: Davi Souza da Costa
 MG: Cláudia Tito Guimarães
 MS: Elenice Cristaldo Cano
 MT: Pedro Nessi Snizek Junior
 PA: Luiz Claudio do Monte Martins
 PB: Eurico Barreto Sprakel
 PE: Margareth Carneiro Lima
 PI: Wilma Barbosa de Sousa Leite
 PR: Erlete Luiza Schecheli
 RJ: Maria Bernadete de Almeida Sanches
 RN: Débora Barbosa da Silva França
 RO: Ane Gabriele Trindade da Silva
 RR: Murilo Cidade Junior
 RS: Luercio Dantas Rego
 SC: Sônia de Fátima Sagaz Livramento
 SE: Leonardo Gomes de Oliveira
 SP: Nadir Alves Barbosa Ribeiro
 TO: Nereu Ribeiro Soares Júnior

Coordenadores de Divulgação

AC: Ângela Augusta Lopes da Silva e Felipe Ferreira Nery
 AL: Alberto Jorge Cavalcanti Ferreira
 AM: Adjalma Nogueira Jaques
 AP: Joel Lima da Silva
 BA: Ana Maria Loureiro Pereira
 CE: Nilo Sérgio Albuquerque
 DF: Gabriela Chagas Dornelles
 ES: Shella Bodart Ramalhete Gameiro
 GO: Marília Tandaya Grandi
 MA: Raquel Elisa de Araújo Marrocos
 MG: Marcelo Augusto Gomes
 MS: Isabel de Paula Costa
 MT: Tiago Monteiro de Assunção
 PA: Maria Ivone Costa e Silva Maciel
 PB: Lamartine Candeia de Andrade
 PE: Jaínton Pereira da Costa Filho
 PI: Pedro Soares da Silva
 PR: Yara de Araújo Siqueira Ceccatto
 RJ: Cláudia Chagas da Silva
 RN: Ivanilton Passos de Oliveira
 RO: Maria do Socorro Silva Costa Castro
 RR: Nathalia Santos Veras
 RS: Ademir Barbosa Koucher
 SC: Sueni Juraci de Mello dos Santos
 SE: Vinicius Andrade de Carvalho rocha
 SP: Wagner Martins Magalhães da Silveira
 TO: Paulo Ricardo da Silva Amaral de Jesus

Coordenadores da Pesquisa de Avaliação

AC: Lara Torchi Esteves
 AL: Sylvania da Rocha Vila Nova
 AM: Fernando José Herkrath
 AP: Eduardo Luis Teixeira Baptista
 BA: Antônio Joanilson Costa Borges
 CE: Eva Vilma de Brito e Carlos Alberto Correia Lima Júnior
 DF: maiara Santos Santana
 ES: Lionório Lisboa Duarte
 GO: Valperino Gomes de Oliveira Filho
 MA: Patrícia de Oliveira Borges e Souza
 MG: Rodolfo Ricardo Ferreira
 MS: Espedito Soares de Souza
 MT: Deajan David Montanha
 PA: Luiz Cláudio do Monte Martins
 PB: Eurico Barreto Sprakel
 PE: Maria Auricélia Andrada Bezerra Lima
 PI: Maria do Amparo Cruz Carvalho
 PR: Estevão Generoso
 RJ: Mariângela de Fátima Bittencourt
 RN: Carlos Thadeu Pacheco
 RO: Miguel Heitor Lima de Araújo e Jorge Alberto Elarrat Canto
 RR: Felipe Leitão
 RS: Teresa Cristina Veiga
 SC: Veroni José Cristovão
 SE: Hellie de Cássia Nunes Mansur
 SP: Nadir Alves Barbosa Ribeiro
 TO: Paulo Henrique Alves das Neves

Técnicos Responsáveis pelo Levantamento de Informações Territoriais

AC: Alan Bernardo Arruda Bisso
 Sebastião Junior da Cunha Albuquerque
 AL: George Marcos de Oliveira Barbosa
 AM: João Monteiro de Souza Junior
 AP: André Luiz Sá de Oliveira
 BA: Elaine Teixeira dos Santos
 Maria Ana Souza Rego
 CE: Antônio Carlos Cavalcante Dias Filho
 Francisco Jairo Rocha Macedo
 Marlene Teixeira Bessa
 Ney Facundo Onofre
 DF: Renato José Furigo Lélis
 ES: Evandro Zouain Campos
 GO: Levindo Cardosos Medeiros
 Lúcia Helena Resende de Freitas Sousa
 Sandra Moreira S. Figueiredo
 MA: João Bernardo Gusmão
 MG: Luiz Otavio Sabato
 Raissa Rodrigues Senra Bejamin
 MS: Hélio dos Santos Oliveira
 MT: Delvaldo Benedito de Souza
 Micael Etienne de Souza
 Millane Chaves da Silva
 Pedro Spoladore Ferreira dos Reis
 PA: Maria Angela Gemaque Alvaro
 Mirna Araújo Silva Cartonilho
 PB: Gustavo Felipe Balué Arcoverde
 PE: Eliane Nascimento de Almeida
 José Carlos Soares de Castro
 PI: Bartolomeu da Silva Melo Filho
 Francisco Lima Neto
 PR: Edison José Costa
 RJ: Sálua Cristina Saldanha Cezar Guimarães Marini
 RN: Maikon Roberth de Novaes
 Viviane da Silva Cruz
 RO: Antônio Carlos Lopes
 Eliezer Lopes Moreira
 Paulo Henrique Schruder
 RR: Felipe Leitão
 RS: Paulo Ricardo da Silva Dias

SC: Luiz Paulo Vieira
 SE: Rebeca Aimee Massonetto Ribeiro
 SP: Beatriz Utsumi
 TO: Raimundo Costa Barbosa

Técnicos Responsáveis pelas CMGEs – aglomerados subnormais

AC: Felipe Ferreira Nery
 Sebastiao Junior da Cunha Albuquerque
 AL: Igor Pablo Neiva
 AM: Norma Maria Bentes de Sousa
 AP: Adrimauro da Silva Gemaque
 BA: Dominique Marie Meduline Dupuit
 CE: Maria Tereza Luz Barros
 DF: Djane Mendes Sousa
 ES: Luiz Carlos Dutra da Silva
 GO: Sandra Moreira dos Santos Figueiredo
 MA: Francisco Alberto Bastos Oliveira
 MG: Narciza Sara Amador Santiago
 MS: Isabel de Paula Costa
 MT: Millane Chaves da Silva
 PA: Victor Costa dos Reis
 PB: Lamartine Candeia de Andrade
 PE: Maria Auricelia Andrada Bezerra Lima
 PI: Pedro Andrade de Oliveira
 PR: Tania Mara Delorenci Bernardino Frazeto
 RJ: Alberto Azemiro Martins de Carvalho
 RN: Tarcisio Alberto Lopes Soares
 Viviane da Silva Cruz
 RS: Vanderlan Alves de Souza
 SC: Alceu Jose Vanzella
 Sueni Juraci de Mello dos Santos
 SE: Eliana Lisboa Porto
 SP: Rosemary Utida

Coordenadores de Área

AL
 Aldo Jorge Alves da Silva
 Carlos Eduardo Nóia Alves de Lima
 Haroldo Alves de Farias
 Isaías Pedrosa dos Santos
 Marcos Maranhão Lima
 Robson Cavalcante Lopes
 AM
 Roberto Silva Ramos
 Carlos Alberto Maia
 BA
 Ademir Silva Sousa
 Alexandre Silva Sousa
 Almerinda Macedo Dantas Oliveira
 Ana Cristina Almeida Serravalle
 Artur Constantino Figueiredo Machado
 Carlos Rui Costa Miranda
 Cleide Viana
 Dionir Pereira
 Irineu Santos dos Reis
 José Antônio Araújo
 José Carvalho Costa
 Joselino Rodrigues de Souza
 Luiz Mafra de Santana
 Manuel Lamartin Montes
 Maria Thereza Cerqueira Silva
 Marleide Campos Santos Costa
 Olga Maria Freire Santos Falcão
 Paulo Marcelo Gonzalez Rana
 Tânia Nogueira Amaral
 Yola Ester de Queiroz Ferreira
 CE
 Antônio Nogueira Amora
 Cicero Pereira de Oliveira
 Elisio Fontenele de Miranda
 Gilmar Maia da Silva
 Jerônimo Candeia do Nascimento

Lucia de Fatima Mapuranga Batista
Maria Marlene Dantas de Vasconcelos
Marlene Teixeira Bessa
Ney Facundo Onofre
Paulo Cordeiro Duarte
Raimunda de Castro Fernandes

ES

Fernando Francisco de Paula
Marcos Antônio de Araújo
Sérgio Gago Amaro

GO

Alessandro de Siqueira Arantes
Carlos Augusto Canedo
Emival Ludovino de Santana
Helio Aires Alves Cabral
José Belisario Monteiro
Onesio Francisco Dutra
Valdivino Esteves Rodrigues

MA

Audizio Araújo dos Santos
Eduardo Alves da Costa
José Carlos de Carvalho Pinto
José Natan Andrade
Lilio Remi Lago
Maria Luzenir Uchôa Diniz
Ney da Fonseca Mello
Zilmar Alves Ferreira

MG

Adelmário Leônidas Viana Gonçalves
Adílio Alves Leal
Agostinho Andrade Moreira
Andréa Satie Amaral Hayashida Resende Costa
Anselmo de Moura
Antônio Rodrigues Barbosa Júnior
Belmiro Dias Gomes
Benedito Augusto Barros Liarth
Claudia Pinelli M. Carvalho
Cleverson Ferreira da Silva
Dionel Novaes Miranda
Emília Isolina Motta Coutinho
Enide de Almeida Souza Nesci
Ernane de Campos Pereira
Eugênio Pacelli Morais Rennó
Evandro Mendes
Fernanda Rodrigues Gomes
Gilberto dos Santos
Gladston Policarpo
Gustavo Geaquinto Fontes
João dos Santos Braga
Jonas Pio da Veiga
José Antônio Felippe
José Marcílio Costa
José Teófilo filho
Josias Nogueira Giffoni
Júlio César de Oliveira Moreira
Leonardo Frossard Alves
Luis Pedro Guimarães
Marcela Rocha Brum
Márcia Maria Pinto de Moura Barros
Marcos Marinho de Medeiros
Marden Barbosa de Campos
Maria Cristina de Almeida
Maria das Graças Oliveira Souza
Maria José Menk
Maria Lúcia Laender Pita
Maria Suely Ribeiro Silva Ladeira
Natalia Mattar Sampaio
Oscar Tona Júnior
Rogério Rodrigues da Silva
Sérgio Antônio do Amaral Resende
Tobias Augusto Rosa Faria
Wellington Ricardo Estanislau Ribeiro

MS

Carlos Roberto Rodrigues de Rodrigues

Claudionor Brunetto
Jair Alves dos Santos
Jairo Antônio de Queiroz
Jeize do Amaral Carvalho Peitl
José Tiago Leal
Lourival Oliveira Azambuja Neto
Wilson Douglas de Queiroz Blini

MT

Alcy Silva
Antônio Rubens Rodrigues dos Santos
Nilson Santana Filho
Remildo Rodrigues Souza
Ricardo Litran
Wandir da Costa Ribeiro

PA

Maria Angela Gemaque Álvaro

PB

Auseni Augusto de Araújo
D'Ávila Maria Andrade Figueiredo
Deodato Fortunato de Sousa
Francisco de Assis Nóbrega
Francisco Eugenio do Nascimento Silva
Gilberto Cavalcante de Medeiros
João Coelho de Lemos
Marfisa Maria Lopes Teixeira
Oswaldo de Sousa

PE

Maria Auricélia Andrada Bezerra Lima
Normélia Carneiro de Lira
Rosângela Barros Veras
William Roberto Paterson

PI

Alberto Batista da Silva
Antônio Raimundo Gonzaga Martins
Eurípedes Ferreira Sobrinho
José Dirso Alves de Menezes
Pedro Soares da Silva
Ranieri Ferreira Leite

PR

Adison Tulio Ayres do Nascimento
Albertino Franzoni
Ângela Maria Barbosa
Arnaldo de Oliveira
Devair Jesus de Souza
João Batista Tacon
Luiz Carlos Garcia
Luiz Fernando Rocha
Paulo Roberto de Freitas
Rafael de Oliveira Ribeiro

RJ

Carlos Alberto Rodrigues Dias
Carlos Messias Silva Barbosa
Edson Henrique Teixeira Moura
Henrique Vinicius Coelho de Souza
José Armando de Oliveira
José Marcos de Albuquerque
José Roberto Bittencourt Boia
Lino José Queiroz de Araújo
Paulo Sérgio Reis de Siqueira
Sérgio Rosa Farias

RN

Antônio Esildo Costa
José Wanderley dos Santos
Manoel Gomes de Medeiros Neto

RO

Devalcir Moreira dos Santos
Marilton Gomes Vieira
RS
Claudio Franco Sant'anna
Clayton Costa da Silva
Elis Regina Manhobosco Allegranzi
Getúlio Moacir Ramos Durgante
Jones Domingo Bianchetti
Luis Eduardo Azevedo Puchalski

Luiz Carlos Fava
Mario de Ávila
Renato Barbieri de Lima
Rogério Michelon Krause

SC

César Luís Soares Monteiro
Darcio Francisco Borges
Gilberto Joel Segundo Postalli Lanzarini
Gilmar Orsi
Gomercindo de Deus e Silva
Gonçalo Manuel Lyster Franco David
João Carlos Dias
Leandro Vinicius de Azevedo
Luana Vicente dos Santos
Maurício Zacharias Moreira
Soldemir Antônio Zanella
Zélia de Luca Debiasi

SE

Alberto Loyola Monte da Silva
Ana Julia Cavalcanti Bueno
César Oliveira Freitas
Leonardo Souza Leão Leite de Sá
Manoel Messias Alves

SP

Aguinaldo Silva
Alvaro Fernandes Gonçalves
Amadeu Bispo da Silva
Carlos Alberto da Silva
Dagnaldo de Alcantara Rios
Dejair José Delalibera
Dimas Carvalho Marques
Eva Neide Ragozoni
Fernando Martinelli
Idília Marques Pereira de Oliveira
Iedo Vecchi Machado
Ivan Donizetti Marafon
Jefferson Dias da Rocha
José Antônio Gomes Fontes
José Aparecido Mocheti
José Edmilson dos Santos
José Luiz Cardoso
Juarez Oliveira
Júlio César Mora
Jurema Camila Hentschel Lôbo da Costa
Luiz Carlos Estevam Foglia
Luiz Carlos Xavier Filho
Manoel Mauricio Santana Lins
Marcilio Paschoal Felipe
Marco Antônio Ornelas
Marilza Rodrigues Marabolim
Mires Akemi Ogasawara
Mirian Gonçalves dos Santos marucho
Octavio Carrillo Junior
Regina Pulzi
Reinaldo Apolinário dos Santos
Reynaldo Belizario Gomes Oliveira
Roberto Marques Monteiro
Roberto Mitsuo Yamamoto
Selma Nunes Contador
Sérgio Majewski
Sônia Antonia Soares
Vando da Paz Nascimento

TO

Erildo Vicente de Oliveira
José Ribamar de Oliveira
Máximo Levi Leite Gomes

Coordenadores de Subárea

AC

Adriano Costa da Rocha
Andréia Adelaide de Oliveira
Alliny Machado Jucá
Felipe Luiz Noronha de Souza
Francisco Monteiro Lessa Neto
José Eleutério Santiago Batalha
Michele Cristini Machado Scotti Ossemer

Nazha Bichara Ribeiro da Cruz
Olavo Ximendes Gonçalves
Rafaela Nonata dos Santos

AL

Abelardo Leite de Gusmão
Addson da Silva Lima
Alcides Jeronimo de Almeida Tenorio Junior
Ana Rosa Vieira Silva Monteiro
André Correia Viveiros
Antônio de Pádua Silva Bezerra
Antônio Olavo Falcão Lima
Bruno Dias Ferreira de Araujo
Camila Freire Cavalcanti Vilela
Carlos Roberto Cavalcante Tenório
Carlos Wilker Silva Malta
Caroline de Fátima Soares Albuquerque Padilha
Celso da Costa Amorim
Eduardo Antônio Ramos de Menezes
Eliezer Matias dos Santos
Fernando Luiz Gomes Leite
Flávio Ferreira Silva Lima
Gustavo Elias da Silva
Helena Caroline Laurindo de Alencar
Jamerson dos Santos Silva
Jenisson Angelino Lapa
João Hélio Pinheiro Mendonça
José Carlos Ferreira da Silva
José Luiz de Oliveira Lima
Julia Lenita Gomes de Queiroz
Keila Karolina Teixeira Amorim
Manoel Antônio F. De Almeida
Marla Barroso Franca
Neuton Tavares Barbosa
Paulo Duarte Ferro
Pedro Hugo Levino de Menezes
Pedro Pinto da Silva
Ramiro Parente de Oliveira
Rubens Amorim de Souza
Rubens de Oliveira Lopes
Rute de Souza Leite
Thomazio Bergson Farias Correia
Valdemir Ferreira Silva

AP

Adelson Silva Uchoa
Adriano das Chagas Santos
Eduardo Fisbhen
José Ronaldo Rodrigues
Raimundo da Silva Sousa

AM

Antonio Alfredo da Costa Rezende
Antônio Lázaro da Silva Lima
Bárbara Prata Gordiano
Carlos Eleoterio de Moraes
Clodoaldo Oliveira da Silva
Edineia Macedo do Nascimento
Ewerton Rodrigo Nunes Petillo
Fernando de Souza Lima
Francisco Braz da Silva Portela
Haroldo Bruno Campos dos Santos
Jessika Paloma Vieira Lima
João Monteiro de Souza Junior
João Paulo Lopes
Jonatas Bentes Picanco
Jorge Wilson de Andrade
José Carlos Santiago Magalhães
José Roberval Calheiros Gonzaga
Josiane de Oliveira Rodrigues
Karane Dantas de Melo
Léa de Assis Laranjeira
Luiz Stanislaw Vital
Manoel Teixeira Melo
Maria de Fátima Santos da Silva
Miriam Motta Corrêa Pinto
Murilo Souza Leite
Paula Prado Gomes Pereira
Paulo da Silva Rodrigues de Almeida Filho
Renan Nunes da Silva

Ronaldo dos Santos Dezincourt
Tatiana Pereira Colares Lima
Ursula Cavalcante Ferreira
Washington Reginaldo de Oliveira Maciel

BA

Abelardo da Silva Normanha
Aderivaldo Lima da Silva
Adson Bispo de Andrade
Alan Rangel Santos
Ana Maria Lobo de Melo
Antonieta Conceição Bomfim
Antônio Alberto dos Santos Macedo
Antônio Luiz Fres Pereira
Antônio Pereira
Arivaldo Lima da Cruz
Bruno Santos Costa
Carlos Eduardo Barreto Leite
Carolina Spinola Costa
César de Jesus Canário
Cláudia Gonçalves Xavier
Cláudio Carneiro Lima
Clebson Santos de Brito
Cledson Batista dos Santos
Cristoval Pádua de Franca
Diogo Takeshi Guimaraes Watanabe
Edil da Silva Dourado
Edverges Ramos de Albuquerque
Eliete Oliveira Almeida
Enoc dos Reis Barbosa
Érica dos Santos Brites Guimarães
Ernatan Benevides Oliveira Junior
Evaristo Roque Lopes das Virgens
Gabriel Pereira Couto
Gesli Bezerra Melo
Gilda Valverde de Lima
Gilmar Horas Peixoto
Giltonei Everton Santos Barros
Graciete Silva de Souza
Gustavo Lefundes Blumetti
Hermes Araújo Barros
Hugo Leonardo de Souza Santos
Humberto Soares Prazeres
Ione Dalro da Silva
Israel Nascimento de Jesus
Israel Vieira de Castro
Ítalo Aguiar de Siqueira
Ivete Maria Dias Lago
Jamile Lins Araújo
Jeronymo Carneiro da Silva Filho
Jeruza Silva de Oliveira
Jesus Nunes de Assis
João Reginaldo da Silva Neto
Joelson Souza Silva
Joeraldo dos Santos Fraga Filho
José Esteves Ribeiro Neto
José Pedreira de Macedo Neto
José Raimundo de Lima Cerqueira
José Roberto Viana de Almeida
Leandro Carlos de Souza Santos
Lindinalva Nunes Silva
Lorena Cristina Moura Ferreira
Lucas Gabriel Paranhos e Silva
Lucila Freire Pacheco
Luis Rogério Viana Freire
Luiz Carlos Santos do Carmo
Magno Ferreira da Silva Mota
Maíne Mitiko Gomes Noguchi
Manoel Fabio Lopes dos Santos
Marcelo Marins dos Santos Filho
Marcelo Santos de Passos
Marcio Sérgio de Andrade Vieira
Marcos Rogério Paixão Pestana
Maria Ana Souza Rego
Maria Aparecida Pereira Mantovani
Maria Joé Costa Leite dos Santos

Maria Luiza About Netto
Marília Lopes Sturaro Guimarães
Marília Oliveira Gama Brito Mendonça
Marimarta Toledo de Freitas
Matheus Ribeiro Brandão Canário
Murilo Romão Gama
Oswaldo Batista de Oliveira Filho
Paulo Luiz Pinto e Albuquerque
Paulo Moreira Junior
Péricles Alves do Carmo Neto
Polyana Oliveira Ferreira
Rafael Magalhães Rigaud
Reinaldo Isidoro Ribeiro Correa
Ricardo Tavares Santana
Roberta Binhane Rebouças Publio
Roberto Luiz de Cerqueira Lima
Rodrigo Romero de Santana
Rodrigo Silva Mendes
Ronald Bernardo Sampaio de Oliveira
Ronaldo Santos Guedes
Ronney Alexandre Silva Costa
Rosângela de Oliveira Machado
Saad Arnaut Brito Moraes
Sandoval Martins Manciola Filho
Sandra Costa Neves de Almeida
Saulo Alves de Almeida
Sylvio José do Eirado Souza
Tamiris do Nascimento Rodrigues
Tarcisio Coutinho Costa
Teotônio Durval de Castro Dourado
Thiago Pimentel
Verônica Pereira Santos
Zeny Pereira Azevedo

CE

Ana Glads de Queiroz Rolim
Antônio Carlos Cavalcante Dias Filho
Antônio César Ferreira Lima
Augusto César de Araújo Siqueira Filho
Benedito Luis de Lima
Denys Rochester Sousa da Frota
Francisco André da Silva Regis
Francisco Baltazar de Sousa Neto
Francisco Conrado Chaves
Francisco Erivaldo Costa
Francisco Jairo Rocha Macedo
Francisco José de Albuquerque Carvalho
Francisco Roberto Matias Moraes
Francisco Teixeira Leite
Ivonilson Trindade Menezes Junior
Joana Darc Balbino da Silva
João Batista Canario Neto
João Luiz dos Santos Melo
José Alberto Facanha
José Arodo Nobre
José Carlos Mesquita
José da Silva do Nascimento
José Falcão de Castro
José Firmino da Silva
José Newton Serra Lopes
José Orion de Vasconcelos
José Roberto Bezerra Tavares
Júlio César de Brito Pinheiro
Leandro Feitosa Leite
Luiz Walter Leite de Castro
Marcelo Feijão Farias
Michel Oliveira de Souza
Miguel Fontes Ferreira
Neudson Mendes Pereira Vasconcelos
Oswaldo de Araújo Filho
Raimundo Rogaciono Montenegro
Rebeca Paula Barbosa Vasconcelos
Reginaldo Monteiro Pinheiro
Roberto Sérgio Menezes
Saul Regis de Lima Alves
Theo Levi Silva de Sales

Thiago Madeira Farias
Jorge Rafael Pedrosa Matos

DF

Alfredo Augusto Nasser da Veiga
Antônio Rodrigues Cardoso Junior
Erenides Nunes de Souza
Guilherme Silveira Braga Vilas Boas
Gustavo Magalhães dos Santos
Isac Gomes de Oliveira
Jeisiane Fernanda Albuquerque
Karina Nery Lopes
Luciana Nunes Magalhães
Marcelo Maia Santos
Mateus Baruci Ignacio
Paulo Roberto Lembí Alves
Ricardo Monteiro do Nascimento
Roberto de Figueiredo Ribeiro
Rodrigo de Paula Almeida
Wagner Alves da Rocha

ES

Alice Eneida de Souza Milagre
Daiane Benevides Nascimento
Derrmeval Mariani
Eleni Dionizio de Oliveira
Eliomar Ferreira Pimentel
Fábio Betti Leal
Francisco Jorge Quinto de Mello
Geraldo Modenesi Herzog
Gilson Vignatti
Ilmar Vicente Moreira
João Odílio Guedes Faria
Lorena Estevam Martins
Márcia Vargas Santos Meneguelli
Neidimar Teixeira Narcizo
Sallem Roberto Caltrone do Carmo
Sandrelli Suzano Coutinho
Thiago Januario Gomes
Valter Nery Oliveira
Vanderlei Cristo Mendonça
Vinícios Abreu da Silva
Vinícios Passos Pizziole
GO
Adilson Lelis Nunes
Alcídes Martins dos Reis Neto
Arthur Vinicius Ramalhos Pego
Carlos Eduardo Fe Xavier
Carlos Roberto Vieira Silva
Cícero Montesquieu Silva
Daiana Borges Fernandes
Daniel José de Sousa
Dilmar de Jesus Cavalcante
Diogo Rodrigues Vieira
Ecinval Nunes da Fonseca
Elisbeth Menezes de Lemos
Elisene Meireles
Eudmar Curado Lopes
Fábio Lucas Evangelista
Fausto Freire de Mesquita
Geysa Lopes Moreira
Gislaine Regina Costa Rheinlander
Gregório Fernandes Pimenta dos Anjos
Halen Geraldo Santos
Ivanilson Sales da Silva
João Batista Eduardo de Sousa
João Francisco de Souza
João Tiburtino Alves

José Maria Pimenta
José Nilton de Brito
Jovercino Alexandre dos Santos
Lindeisy Cristiny Costa
Luiz Claudio Messias da Costa
Luiz Fernando da Silva
Marcilio Quirino de Oliveira Filho
Marcos Antônio Pires de Araújo
Marcus Vinicius Araújo Arruda
Marilene Soares de Araújo
Maurício Tavares Andrade
Maxuel da Silva Feliciano
Olívio Romano Mereti
Ovidio Joaquim dos Santos
Raema Lustosa do Carmo
Robson Americo de Oliveira
Rodolpho José Barbosa Junior
Rodrigo Vaz do Nascimento
Rosane Silva Vieira Arantes
Teomália Ferreira Barbosa
Tiago Stival Gomide
Vamilson Ferreira Chaves

MA

Adam Bruno Freitas Laranja
Adriana Cristina Rabelo da Silva
Antônio Lima Tavares
Auro César de Lima Silva
Clébio Rocha Matos
Daniel Almeida Polvoas
Elcylene Mendes Rodrigues
Elizaldo Pereira Quixaba
Ewerton da Silva Dornelas
Fábio Xavier Raposo
Francisca Joseane Mendes de Sousa
Francisco Aguiar dos Santos
Francisco de Sousa Lima
Jardel Silva Leite
Jeová ferreira da Silva
João Márcio Fernandes Mendonça
Jociel Lima de Sousa
José Ribamar Matos Borges
José Ribamar Pereira
Josué Nunes Brito
Leandro Nunes Sampaio
Livia Clara Lima Farias
Luis Carlos Aguiar Veras
Luiz Henrique Muniz Belicher
Marcos Henrique de Sousa Honorato
Melquisedek Rodrigues de Oliveira
Patrícia Pereira Milhomen
Paulo Gerbet Silva Viana
Raquel Vieira Freira
Robespierre Rocha Fontes
Romário Araújo Oliveira
Rubem Leci Olímpio da Silva
Saulo Carvalho Pires
Thaianne Lara Batista Costa
Tiago Graca Pinheiro
Wellington Georges Costa da Silva
Wellington Werner Rodrigues de Araújo
Wendell Albuquerque Maciel
Willian Lima Alves
Winicyus Eloy Pedroza do Nascimento
Zacarias Meneses Carvalho

MG

Alberto Martins Pereira
Alessandro José da Silva Santana
Alexander dos Reis Ferreira
Alida Aparecida de Carvalho
Ana Candida Gontijo de Paiva
Ana Luíza Bernardes
Anderson Clayton Martins Rocha
Anderson Oliveira Carvalho
André Filipe Souto Costa
André Luiz Silva
Angelina Orlando Borges
Antônio Augusto Corrêa
Antônio Carlos da Mata Peixoto Vieira
Antônio João de Souza
Antônio Sérgio de Melo Queiroz
Bárbara Hannelone da Silva Mendes
Bruno Cristiano Gomes
Bruno Fernandes Mourão
Bruno Scussel Oliveira Azor
Carla Maria Rocha Alves
Carlos Anysio Santiago Tavares
Carlos Augusto P. Barros de Souza
Carlos Eduardo Costa Araújo
Carlos Guilherme Mendes Botelho
Carlos Henrique Meireles Ávila
Carlos José Pinto
Cátia Aparecida Rodrigues
Cecília Aparecida Pereira Assunção
Christiane Ávila de L. Mascarenhas
Christiane Biagioni Barbosa Pereira
Cláudia Vanessa Maciel Nassau
Claudio Lupiano Dias
Cleiser Cardoso Cypriano
Cleverson Ferreira da Silva
Corina Barbosa Albuquerque
Daniel Aniceto de Souza da Silva
Daniela Ribeiro Rodrigues
Danielli Maciel Fernandes
Deise Maria Guerreiro Ribeiro
Delmir Silva Reis
Denise Araújo Perim Negri
Diogo Maximiliano Maia
Donizetti Domingos
Douglas Garcia de M. Silva
Ederson Tadeu Mourão
Edson Mendes Nascimento
Edson Rodrigues de Oliveira
Eduardo Antônio Mendes Oliveira
Elane Cristina Lopes da Costa
Elizabeth Rosângela de Figueiredo Murta
Emília Isolina Motta Coutino
Erceu Firmino Pinto Neto
Èrico Fernando Soares Brito
Ericris de Oliveira dos Santos
Ernei Barbosa Silva
Ester Alice Teixeira Resende
Fabiano Geovani Esquarcio Milagres
Fábio Araújo Florêncio
Fábio Porto Diniz Reis
Fabrício Bonifacio de Oliveira
Fabrício Roberto de Araujo
Felipe Câmara Moreira
Fernando Francisco de Oliveira
Fernando Mota Couto Junior
Geizon Batista Dias
Geraldo Gomes de Oliveira
Geraldo Magela do Couto
Geraldo Mariano da Silva
Geraldo Mendes Santiago
Gilberto Arantes Junqueira
Gilmar Moraes de Freitas
Giovane Viana Campos
Gislene Maria Ferreira Ramos
Gleidston Alis Mendes de Campos

Gleiver Dutra
 Guilherme de Oliveira Assis
 Guilherme Lorentz Silva
 Gustavo Cota Silva
 Gutemberg José de Freitas Filho
 Hallys Brondson Freire Alves
 Hélcio Resende Junior
 Heliana Maria Ribeiro da Silva Araújo
 Hélio Heleno de Souza
 Hélio Soares Pereira
 Hernandes Dias de Souza
 Humberto Marcus Leão Sette
 Iron Fernandes Pereira
 Ivan Barsanti Junior
 Jaine Aparecida Cota
 Jamile Neme de Queiroz
 Jefferson Alves de Oliveira
 Jesuíno Alves Lopes
 Jioji Nishida
 João Almeida Filho
 João Amormino Filho
 João Batista Ferreira
 João Gonçalves Filho
 João Rodrigues Pinto
 Joaquim Claudio Vieira de Rezende
 Joel Rodrigues Reis
 Joelson de Oliveira Carvalho
 Jorge Márcio Beraldo
 José Cirilo Magalhães
 José Ferreira Rodrigues
 José Geraldo Souza
 José Oraldo Meireles Rocha
 José Ribeiro de Araújo
 Júlio Antônio Moreira Gomes
 Júlio César Tercetti Belli
 Kleo Fidelis
 Leonardo Fonseca Reis
 Leonardo Luiz Cabral
 Lourdes Maria Gori Braga
 Lucas Almeida Silveira
 Luís Eduardo da Silva Moreira
 Luiz Carlos de Moura
 Luiz Fernando Santos Andrade
 Luiz Flávio Lemos
 Marcello Tuychi Lourenço
 Marcelly Mancilha Pinto Guedes
 Marcelo Gomes Martins
 Marcio Silva Balão
 Marco Aurélio de Carvalho Garcia Melo
 Marco Aurélio dos Santos
 Marcos André Costa Rodrigues
 Marcos Lisboa Vital
 Marcos Lourenço Fernandes
 Marcos Marinho de Medeiros
 Marcos Roberto Apolinario
 Margareth Barros Santos
 Maria Betânia C. Araújo do Nascimento
 Maria Cecília de Santana Parreiras
 Maria das Dores Silva Morato
 Maria de Fátima Camargos Guimarães
 Maria Goreth Perpétuo Alves
 Maria Lúcia de Andrade Nogueira
 Maria Selia Coelho Souza Oliveira
 Marilene Silva Gurgel Sampaio
 Mariza Domingues Braga
 Marlice de Matos da Silva
 Matheus Ramos Caixeta
 Michelle Silva Ferreira
 Mireille Paula Machado
 Orsini Lopes Vieira Sobrinho
 Otamir José de Andrade
 Paulo Araújo Queiroz
 Paulo Cícero Borges Lopes
 Paulo Ildecio Gonçalves
 Paulo Sérgio Ferreira Uber
 Pedro Eliezer Maia

Rafael de Oliveira Paiva
 Rafael Gomes Soares
 Rafael Moreira de Oliveira e Souza
 Rahilda Prado de Faria
 Ramon de Souza Ferreira
 Raphael Antunes do Amaral Santos
 Raphael Santos Rodrigues
 Roberto Gonçalves de Souza
 Rodrigo Bortolini Prado
 Rodrigo Luis Ribeiro Campos
 Rogério Nolasco do Nascimento
 Romulo César Coelho
 Ronaldo Contão Brauer
 Rorigo Nogueira Infante
 Rose Freitas Oliveira
 Rozalva Nunes Santos
 Rubens Rodrigues de Carvalho Junior
 Rúbia Francisca Silva Lenza
 Samuel da Silva Ribeiro
 Sara de Alvarenga Andrade
 Sebastião César Almeida Machado
 Sebastião Warlison Fernandes da Silva
 Selma Evangelista Jerônimo
 Sérgio Abritta
 Sérgio de Oliveira Sofiati
 Sérgio Mourão Rodrigues
 Sílvia Santos Silveira
 Tatiana Oliveira Maia Aniceto
 Tatiane Machado Alves
 Terezinha Stela Lambert Rosa
 Tiago Rodrigo de Oliveira Silva
 Uíara Terezinha Araújo Prado
 Verônica do Rosário de Sousa Assunção
 Waldor Andrade Neto
 Wanderson Junio Azevedo Silva
 Warley César de Lana Higino
 Wellington de Souza Carlos
 Wodson Souto Lepsqueur

MS

Aparecido Freitas Brito
 Bruno Billerbeck Carrapateira Junior
 Camila Farah Borges da Silva
 Carlos Eduardo Barbosa Nogueira de Oliveira
 Cecília de Fátima Argemon Ferreira
 Diogo Camatte Markus
 Ernesto Klais
 Fernanda de Souza Perez Garcia
 Fernando César Fruguli Moreira
 Fernando Diogo Patez
 Fernando Gallina
 Guilherme Pinheiro Costa
 Honório Marcos Machado
 Hudson Ribeiro Rolon
 João Paulo dos Santos Vanin
 Jorge Miranda Quevedo
 Marcia Moreno Jara
 Paulo José Diniz Junior
 Pedro Henrique Andrekowisk
 Sílvia Leiko Nomizo
 Sílvia Martinez Assad de Oliveira
 Tadeu José Denardi

MT

Adaltro Leandro Daltro
 Alexandre Gorges
 Ariston Jeronimo dos Santos
 Cristina Alves de Sá
 Dorismar José da Hora
 Eliane Francisca da Silva
 Evande Praxedes da Silva
 Evelino Martins da Cruz
 Helito Serra
 Ivan da Silva Maia
 Johannes Felipe de Almeida Lino
 Marcelo Mendes Marques
 Marcia Jucelia Craco

Maria Thereza Maia Coleta de Sousa
 Mateus João Weber
 Micael Etiene de Souza
 Olinto de Souza Machado Neto
 Oscar Lopes de Souza
 Pablo Esperandio Santos Muniz
 Pedro Spoladore Ferreira dos Reis
 Pricila Nunes Cardoso
 Ricardo Garcia Aratani
 Rodrigo Debrindo de Mattos
 Rodrigo Garcia da Silva
 Rodrigo Grotti Nascimento
 Sebastião de Assunção
 Sidnei Pereira Adorno
 Terezinha Liliane Antônio
 Valter Benedicto Ribeiro Pires
 Wanderley Sebastião da Silva Fraga
 Wellon Vinicius Marques de Souza
 William Foschiera

PA

Almir de Vasconcelos Uchoa
 Antônio Araújo Gomes
 Antônio José A. C.Figuereado
 Claudiomiro Gomes de Oliveira
 Dinei Martins Freire
 Djair Cardoso de Almeida
 Douglas Gomes de Oliveira
 Edilberto Figueira de Castro
 Edson Afonso Fonseca Maia
 Edvaldo Barbosa da Silva
 Etelvina do Socorro Paranhos da Silva
 Evelyn Cristina Ferreira de Aquino
 Evelyn Lima de Andrade
 Ezequiel Pereira de Araújo
 Fábio Pinheiro da Costa
 Fernando Ferreira Gomes
 Flávio Gonçalves Fernandes
 Franci Mara Cabral Magalhães
 Hélio Araújo dos Reis e Silva
 Itamar Batista Vanzeler
 Ivonilson Brito Rolim
 Jeferson Antônio da Silva Paiva
 José Carlos de Araújo
 José Danuzio Pinto Pompeu
 José Nazareno de Azevedo
 Laize Barbosa Moura
 Luana Nakayama
 Luiz Augusto da Silva Melo
 Luiz Florêncio de Oliveira Junior
 Marco Aurelio Feliciano Andrade
 Maria Tereza da Silva Penha
 Melquisanor Gonçalves Gester Filho
 Nilton da Cruz Rocha
 Osvaldo Câmara da Silva
 Osvaldo Nascimento
 Otavio Almeida de Souza
 Penelope da Costa Gomes
 Renaldo Ferreira do Carmo
 Ronie Carlos Magalhães Chagas
 Valdir Borges de Oliveira
 Waléria Samanta Lima de Araújo

Wellington Dênis Costa Pereira

PB

Airton Junior Furtado de Lima
 Alex Daniel Pereira da Silva
 Alfredo Netto de Oliveira
 Anairis Almeida Simplicio
 Antônio Valdecy Martins
 Bruno Claudio Duarte Torres
 Danilo Barbosa de Arruda
 Dimas Tadeu de Medeiros
 Elton de Souza Leite
 Helen Karla Ramalho de Farias Pinto
 Heraclito Hallyson Souza de Medeiros
 Itaragildo Venâncio Marinho

João Coelho de Lemos
 João Leonardo C. da Cunha de Miranda
 Henriques
 João Paulo Gomes Martins
 José Egrimar de Melo
 José Felix de Lima
 José Jerônimo da Nobrega Carvalho
 José Pedro da Cunha Mota Junior
 José Rinaldo de Souza
 Joselito Targino de Oliveira Dutra
 Kelly Felisberto Araújo
 Klênio Figueiredo Moraes
 Lucinaldo Martins da Silva
 Marcos Caetano de Araújo
 Obede Verissimo da Silva
 Rubens Ribeiro de Oliveira
 Saulo Rubens Ribeiro de Caldas Barros
 Thiago Figueiredo de Sousa
 Vicente Barbosa dos Santos

PE

Adelmo Costa Estima
 Agnaldo Israel Mascena Pires
 Antonyon dos Santos Souza
 Asarias Freitas de Lima
 Bruna Leite Gouveia
 Cyntia Calado de Almeida Costa
 Demócrito de Barros Sales
 Dennis Daniel Patriota de Oliveira
 Edmilson Aguiar da Silva
 Edmilson de Souza Marinho Júnior
 Francisco Eudes Pereira
 Francisco José de Carvalho
 Genivaldo Gonçalves de Quieróz Júnior
 Givaldo Ferreira de Lima
 Gustavo Galvão Petry
 Gustavo Siqueira Araújo
 Isabel Romão de Sousa Martins
 Isailda Maria Barros Pereira
 Ivo de Souza
 João Alexandre da Silva
 João Hélio Beserra Guerra
 João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão
 Jordana Amador Galvagni
 Jorge Augusto Moraes de Barros
 José Amaury de Araújo
 José Baltazar Soares da Silva
 José Fernando Fernandes de Carvalho
 José Francisco Olinda de Souza
 José Geovan Lima de Siqueira
 Kaline Mirele Silva Xavier
 Karla Valéria Annes de Sá Leitão
 Lourinaldo Bezerra dos Santos
 Luciano Alves da Silva
 Luís Gustavo Ferreira Peixoto
 Marcos Augusto Monteiro Pontes
 Marcos José de Lima Carvalho
 Otoniel Alves Alcântara
 Pedro Ferreira Filho
 Pedro Jorge Leitão de Melo
 Pedro Salvador da Rocha
 Rosângela Barros Veras
 Sandra Naoko Kaneyasu
 Sérgio Caldeira Bueno
 Sérgio Murilo Fagundes de Franca
 Sidney Felipe Guedes
 Stela Dalva Ivo
 Tássia Cristina Carneiro Franco
 Victor Hugo Souza de Paula
 Vital Leão de Sá

PI

Antônio Gonçalves dos Santos
 Antônio Tássio Nogueira Fernandes
 Benedito Rodrigues da Silva
 Carlos Benevides Amorim

Carlos Eugênio Lages Veras
 Cleriston de Castro Ramos
 Daniel Paz e Silva
 Edonias Alves de Andrade
 Eurico Ângelo bezerra
 Eyder Mendes Vilanova e Silva
 Flávio de Oliveira Cipriano
 Francisco das Chagas Rodrigues Miranda
 Francisco das Chagas Sotero
 Francisco Lima Neto
 Franklin Wilker de Carvalho e Silva
 Hermes Rodrigues de Araújo
 Izalmi Iolzofi da Silva Lima
 Janiel Rodrigues Jacobina Araújo
 Jannete Maria de Jesus
 João da Cruz Sousa Araújo
 João José de Sousa Santos
 José Francisco Santana
 Josué Ferreira Pontes
 Kassio Castelo Branco Silva
 Luis Ozório da Silva Neto
 Luis Renato de Melo Moraes
 Nilo Cunha e Silva Filho
 Pedro Barros Feitoza
 Rafael de Araújo Costa
 Raimundo José Leite Junior
 Raimundo Nonato de Sousa
 Raimundo Nonato Mendes de Sousa
 Solon Pereira da Silva Rocha
 Tiago das Graças Arrais

PR

Adriano Rodrigues
 Alex Junior Polak
 Alexandre José Castagnaro
 Alfeu Celso Campiolo
 Ana Carolina Soares Labelka
 Ana Carolina Woronkoff da Mata Gomes
 Ana Livia Kasseboehmer
 Anderson Erasmo Rodrigues
 Andressa Schafascheck
 Antônio Maioli
 Antônio Mozair de Souza
 Antônio Norberto Scheneider
 Antônio Zuber Neto
 Belmiro Bachett
 Berenildo Fernandes Chagas
 Bruno Murante da Silva
 Carlos Alberto Baptista Xavier
 Carlos Alberto de Sá
 Carlos Henrique Petroski
 Christiane de Oliveira Rosa
 Clóvis dos Santos
 Cristiano Donha Liberato
 Dalila da Silveira Pinto
 Daniel Otani Anderson
 Darlene Dona
 Delmo de Carvalho
 Devonsir Lovato
 Diogo Tuler Forlani
 Emilia Cavallari
 Fábio Fujimoto
 Fischer Lima Seixas
 Francieli Mallmann
 Francisco Rodrigues Neves
 Giuliane Grassi Perly
 Guilherme Ernesto Tonin
 Helena Beatriz de Souza
 Helena José da Silva de Oliveira
 Henry Mazer
 Hilário Bedendo Pricinato
 Ivanildo Reis de Barros
 João Augusto Moreira
 João da Silva
 João José dos Santos Neto
 José Carlos Koeche
 José de Nez

José Leocadio Pedroso
 José Modesto Neto
 José Nicoletti
 José Rodrigo Miranda
 José Umberto Damigo
 Joselita Machado Padilha
 Juliano Ramos dos Santos
 Lilian Locatelli
 Luciana de Barros
 Luiz Carlos Lubczyk
 Luiz Carlos Rodrigues
 Luiz Carlos Rusinek
 Luiz Henrique Pedrozo de Moraes
 Luzanira Correia Feitosa
 Marcio Rodrigo Schoenherr
 Marcos Antônio de Melo
 Marcos Vinicius Vicente
 Maria Neuz Janeiro
 Mario Renato Grillo Lage
 Max Nuni Cesca Battisti
 Osmar Henrique de Oliveira
 Paulo Camargo França
 Paulo Cardozo Lavado
 Paulo Eduardo da Silva Papa
 Pedro Ribeiro de Carvalho
 Priscila de Moura Portela
 Rodrigo Catani
 Rodrigo Della Torre
 Rogério Gonçalves Alves
 Rudimar Antônio Stefanello
 Sebastião Aparecido de Azevedo
 Sérgio Kazunobu Sakata
 Sérgio Luiz Nunes
 Sérgio Ricardo Braga da Silva
 Sharon Caleffi
 Simão Pedro de Brito
 Sirval Inacio da Silva
 Sônia Maria Calixto de Andrade Gomes
 Thayara Christina Osswald de Oliveira
 Túlio José Cappi
 Wanderley Rocha
 Wilson Barbosa
 Zido Raddatz

RJ

Alan Aziz de Moraes
 Aldir da Silva Ferreira
 Alfredo Marcos de Andrade Alves
 André Carli Philot
 Antônio Carlos Figueiredo Salles
 Bruno Cezar Pinto A. Gomes
 Bruno Gonçalves de Lima
 Camila Nogueira da Gama de Oliveira
 Camila Pagliares Pires
 Carlos Alberto Moscon
 Carlos Alberto Rodrigues Dias
 Carlos Luis Nogueira Gentil
 Carlos Mansu Carvalhosa
 Carlos Roberto Gomes Viggiano
 Celso da Cunha Ferreira
 Cid Oliveira de Macedo
 Claudio Sanches Alvarez
 Dea Dolores Amaral Alves
 Denise Guimaraes Vieira
 Derly Joana Oliveira da Luz
 Diogo Miranda G. da Silva
 Douglas Mendes
 Enilson de Carvalho Vidal
 Euclides de Sousa
 Evaldo de Souza Santana
 Fabiano Ribeiro de Macedo
 Geraldo José Gomes
 Gerson da Costa Gonçalves
 Gerson Ferraz Filho
 Gerson Luiz Basto Porto Ribeiro Garcia
 Gilberto Amirio Ghiotto
 Gilfernanes Dantas da Silva
 Henrique Vinicius Coelho de Souza

Jaciara de Souza Telles
 Jackson Luis Barbosa Gomes
 Jorge Medeiros Lima do Nascimento
 José Carlos Marques Veiga
 José Marcos de Albuquerque
 Leonardo Ribas Nascimento
 Lincoln Alves de A. Junior
 Loucivol Rodrigues Souza
 Luanda de Andrade Silva Pereira
 Luiz Carlos Facchinetti Chripino
 Marcelo Ferraz Costa
 Marcos Aurélio Bittencourt Coelho
 Marcos Coelho
 Marcos Vinicius da Silva Pacheco
 Mariana Oliveira Amaral
 Miraldo Fernandes Ribeiro
 Osmar Affonso Viegas Filho
 Paulo Henrique Silva Coelho
 Paulo Sérgio Belchior Mesquita
 Reinaldo José Benevenuti
 Rogério de Souza Machado Costa
 Ronaldo Alves
 Ronaldo Gomes Bachour
 Rony Andrade Vieira
 Sérgio Rosa Farias
 Tânia Mara de Augustinis Gama
 Thalita Goes Pereira
 Viviane Coutinho A. da M. Delgado
 Wagner Scheid da Fonseca
 Wanderson Teixeira de Souza
 Wesley da Silva Braga

RN

Alexandre Santos de Sales
 Antônio Farias de Azevedo Sales
 Eriosvaldo Duarte Celestino
 Francisco Arnaldo Bezerra Neto
 Francisco Gilliery Araújo de Oliveira
 Jailson Filgueira Peregrino da Silva
 José de Sousa Xavier Júnior
 José Euzébio dos Santos Filho
 José Nunes de Araújo
 José Pinheiro Nunes
 Lucas Henrique Pinto de Sousa
 Marcelo Antunes de Oliveira
 Maria José Veiga de Medeiros
 Moysés Mário de Paiva Júnior
 Nayanne Silva Costa
 Rafael Bruno Gomes de Lira
 Renata Kelly Matos da Costa
 Reinaldo Pinheiro da Costa
 Rogério Henrique da Costa Campelo
 Sérgio Magno Souza Fernandes da Silva
 Temístocles Barros da Rocha
 Thiago Meira de Souza
 Valéria Maria Lima da Costa Rocha
 Yale Clecino Martins

RS

Ademar Camargo dos Reis
 Ademir Celestino da Silva Junior
 Ademir Moreira Gonzalez
 Adenir Hofart
 Admar Helinton Dornfeld
 Alex Senna Mano
 Ana Lúcia dos Santos Silva Boni
 André Luis Cardoso
 André Luis Pacheco da Rocha
 André Scheibe
 Ângelo Miguel dos Santos Xavier
 Arthur Krzyzaniak
 Bruno Diego de Mello
 Carla Adriana Araújo da Costa
 Carlos Albano Thomas
 Carlos Augusto Costa Nunes
 Carlos Rosano Schmidt
 Caroline Graebin

Cirio Ernesto Sabin
 Claudia Piola da Luz
 Claudia Regina Gonçalves do Nascimento
 Damasceno
 Claudio Roberto da Rosa Santos
 Cleovane Selbach
 Daniel de Pietro da Rocha
 Daniel dos Santos
 Dirceu Alves de Moraes
 Domelviro Moraes Trindade
 Edelson Luis Pinheiro Sezerotto
 Eduardo Elias
 Elinton da Silva Vasconcelos
 Elio Obregon de Camillis
 Emili Braga Freda
 Enio Luiz Perrando
 Erci da Silva Fraga
 Fábio Einsfeld
 Flávio Antônio Freire da Rosa
 Gilmar Scopel
 Gisele Bernardo Orsatto
 Gleidson Comachio
 Gustavo Pereira Bertazzo
 Gustavo Reginatto
 Irineu Ludtke Jr
 Ivanete Baroni
 Ivon Adolfo Schaedler
 João Alberto Bernardi
 João Pedro Peruru
 Jorge Benhur Bilhar
 Jorge Luis Feiten
 José Antônio Insabralde dos Santos
 José Roberto Alves
 Juliano Santana Martins
 Júlio César de Almeida
 Júlio Francisco dos Reis
 Lauri Fontana
 Lauro Lindolfo Steffan
 Lea Beatriz de Souza Chipeaux
 Leandro Sidnei Immich
 Luciano Machado Marins
 Luiz Eduardo Braga
 Luiz Flávio de Lima Dias
 Luiz Maurício Dihl Bitelo
 Luiz Sérgio Mello Perin
 Marcelo Portela Estula
 Marco Aurélio Marques
 Maria Cristhina Webster
 Maria do Carmo Rodrigues Trugillo
 Maria Panisson Lemos
 Marisa Fagundes Vieira
 Marlova Frigo
 Máximo Ivan Levandoski
 Milena Vargas Cambraia
 Milton Paulo Justen Boelke
 Natália Bessega
 Nei Oliveira Pereira
 Nelson Guimarães
 Oscar Terra Neto
 Patricia Vogel
 Paulo Muszinski
 Paulo Renato Pinto Lemos
 Paulo Ricardo Hamester
 Paulo Roberto Hartmann
 Raul Corazza
 Rejane Brambila Cominetti
 Renato Klumb
 Ricardo Bottega
 Rubens Volnei Benato
 Solon Wagner dos Santos
 Tatiane Pereira Gonçalves
 Thiago Beniz Bieger
 Thiago Strey Soares
 Tiago Grala
 Valério Neumann

Vanderlei Luiz Marostica
 Vera Lúcia Freitag
 Viviane Rech
 Willian Matheus Heineck
 RO
 Ademilson Uchoa Matos
 Airtton José Dalpiaz
 Alex da Silva Parlotti
 Clara Dias dos Santos
 Danilo Pinto de Abreu
 Denise Ansiliero de Lima
 Fábio José Alves de Souza
 Fernando Augusto Nery Lima
 Francisco Herbenio Oliveira da Silva
 Jurandir Soares da Silva
 Marcos Luiz Pinheiro Procópio
 Paulo Silva dos Santos
 Valter Nichio Bertoni
 Wanderley Pereira da Silva
 RR
 Amancio Guerra Raposo Junior
 Francisco Carlos Alberto da Silva
 José Carlos Ramires
 SC
 Adriana Bandeira Seibert
 Airtton Ribeiro dos Santos
 Alexandre Magno Camargo
 Álvaro Antônio Watzko
 Amilton Marinho Machado
 Amilton Marinho Machado
 Anderson Maximiano Nascimento
 Arlaine Sitta Lenzi
 Bernardete Maria Krindges
 Carmozita dos Santos Pires
 Claudio Hélio Radtke Junior
 Cleiton Fernando Remor
 Clio Santos
 Cristiane Lazzarin
 Daisy Aparecida Mariga Baron
 Davis Fernando Cardoso
 Daywison Rafael Kessler
 Edmilson Balduino Marinho Junior
 Eduardo César Petermann
 Elemar Frederico Reus
 Fábio Eduardo de Giusti Sanson
 Fabricio Duarte da Silva
 Fernando José Horn
 Fernando Peres Dias
 Francis Daniel Dalcortivo
 Gilberto Cozer Arruda
 Gilmar Orsi
 Gilson Werle
 Gisele de Oliveira Picolo
 Gomercindo de Deus e Silva
 Gustavo Perez Lemos
 Ison Gonçalves Santos
 Isaac Tegnalt Carrer
 Ivo Pereira
 Ivon Silvestre Sedlacek
 Jair Aguiar Quaresma
 Jaques Muriel Oliveira Kunz
 João Paulo Filho
 Jorge Luiz Cardoso Nunes
 Jorge Luiz da Silva Teixeira
 José Wagner dos Anjos
 Lara dal Bo Tonelli
 Leandro Vinicius de Azevedo
 Luiz Felipe Rachadel
 Luiz Gustavo Vieira
 Mariângela Ribeiro Brelinger
 Maristela Zanini Pompermayr
 Mauricio Zacharias Moreira
 Nazareno Barbosa Costa
 Nilson Antônio Gonçalves de Souza

Odilon Mauricio Walter
 Olavo Machado da Silva
 Oneide Margarete Lazzarin
 Pedro Joel Alves Figueira
 Roberto Thums
 Sady Roque Silvestrin
 Soldemir Antônio Zanella
 Talita Schroder
 Tatiana Sakuma
 Timoteo Abias Stutzer
 Valdir Spadotto
 Wagner Pereira Izidoro
 Wilson Roberto Barbosa

SP

Abdias Silveira Alves Ribeiro
 Abiathar Vaz de Almeida
 Ademir Cândido de Oliveira
 Afonso Maria Nogueira
 Ailton Uliana
 Alan Henrique de Souza
 Alexandre Messias da Rocha
 Alessandro Akira Xavier
 Alessandro Angelo Barreira
 Ana Maria Pedro Soriano
 André Luiz Dardes
 André Luiz de Pierre
 Andrea Cristina Berti
 Anizan Ferreira da Silva Filho
 Anselmo Augusto
 Antônio Aderci Moitinho
 Antônio Carlos Amaro da Silva
 Antônio Carlos da Silva
 Anônio Casado Filho
 Antônio dos Santos Junior
 Antônio Eliseu Marques Lontra
 Antônio Inacio da Silva Neto
 Antônio Izidio de Souza Filho
 Antônio Roberto Fernandes
 Antônio Rogério Uehara Silva
 Antônio Tadeu Furlani
 Benedito Celso de Paula
 Benedito Donizete de Almeida Leite
 Benedito Pereira Leite
 Benedito Roberto da Silva
 Benevaldo Julio Cardoso
 Bruno Garkauskas Ramos
 Caio Becsi Valiengo
 Carlos Alberto languas
 Carlos Arroyo Junior
 Carlos Henrique Santa
 Carlos Roberto da Silva
 Carolina da Costa Ziviani
 Carolina Macaneiro Costa
 Cauê Diogo Mesquita Serva Coraini
 Célio Roberto Stanquini
 Claudiana Regina Bertrami
 Claudio João Thomaz
 Cleusa Cândida Ayres Lima
 Daniel Penna Figueira
 Daniela Kuaye Tomotani
 Davi José Lourenço Gomes
 Deise Salles Garcia
 Deivid Junio Ferreira
 Dennys Soares
 Dimas Carvalho Marques
 Edison Pereira
 Edivan Gonçalves da Silva
 Edson da Silva
 Edson José Ferragini Lopes
 Eliana Curcio
 Eliana Filomena da Silva
 Eliane Martos da Silva
 Elson Maciel Coutinho
 Enive Violin
 Enzo Ranieri Gizzi

Eric Nussbaumer
 Eugênio Ghering Filho
 Fábio de Albuquerque Pinto
 Flávia Fonseca Falcão
 Florindo Jacinto da Silva
 Francisco Ferreira Martins
 Geraldo Junior Carneiro
 Gilberto Fontolan Costa
 Giulio Cesare de Castro Pandolfi
 Guaracy do Nascimento Moraes
 Gustavo Marcelino
 Hélio Rodrigues
 Hildebrando Neves Publio
 Ione de Alencar Silva
 Irineu Yukio Akaji
 Ivan Nogueira do Amaral
 Ivone Proenca Chagas
 Jackson da Silva
 Jair Ananias Soldera
 Jefferson Joel de Carvalho Junior
 João Batista Bertoli
 João Carlos Rodrigues
 João Marcos de Oliveira Silva
 João Roberto Rocha de Moraes
 Jordana Dias Pereira
 Jorge Leandro Imamura Ferreira da Silva
 José Aldo Barreto
 Jose Aparecido da Silveira
 José Ayan
 José Carlos Cogo
 José Carlos Pinto Fonseca
 José Carlos Zangirolami
 José de Jesus Santos
 José Hélio Ribeiro Jardim
 José Maria Gurgel Fernandes
 José Moacir Espinosa Eneas
 José Roberto Bueno Omai
 José Teixeira Guimarães
 José Vanderley Mendes Silva
 Josué Pinto
 Joyce Prado Gondim
 Juliana Matiazzo Figueiredo do Prado
 Juliano Almeida da Silva
 Júlio César Biaggio
 Laerte Silva Junior
 Lincoln Talamoni
 Lourival Pereira Lima
 Lucas Scombatti Martins
 Lucas Vieira Fantin
 Lucimar Marins
 Lucio Rubens de Barros
 Luis Carlos Bordin
 Luiz Fernando Nicolini Lemos
 Luiz Laerte Soares
 Luiz Rogério Godoy
 Lusia de Sousa Ribeiro Rees
 Maisa Villela Santos Reis
 Manuel Alcino de Jesus Oliveira
 Marcelo de Souza Prado
 Marcelo Godoy Alves Lima
 Marcelo Hideki Nishida
 Marcilei Corrêa Ventris
 Marco Aurelio Neves
 Marcos Antônio Cecato
 Marcos Antônio Martines Fernandes
 Marcos Antônio Tenore
 Marcus Vinicius Rocha da Silva
 Maria Alice da Silva
 Maria Auxiliadora Afonso Viegas
 Maria Carolina de Oliveira Romão
 Maria de Lourdes Monteiro dos Santos
 Maria do Carmo Dominguez
 Maria Izabel Zanella Manuel
 Maria José Alves Felipe
 Maria Niebes Prieto Pestana Henriques
 Maria Virginia Teran Cremonesi

Marina da Costa Ferreira
 Mario Sérgio de Alencar
 Mario Sérgio Matheus dos Santos
 Matilde Tabanez dos Santos Pereira
 Mauricio Pilar da Silva
 Mauro Martins Ferreira de Azevedo
 Michelle Cristiane Yoshida
 Milto Tavares da Silva
 Miriam Pacheco Soares
 Mirian Aparecida Espagnolo
 Mirian Cabral Braga de Oliveira
 Mônica Aparecida Donini
 Murilo Frisanco Sossai
 Nadia Maria Barretto Alves
 Narcizo Francisco de Lima
 Nelson Hissao Komiyama
 Nildo Eduardo Martins
 Oscar Euripedes Molina
 Patricia Regina Nunes Marques
 Paula Marques Meyer
 Paulo César de Souza
 Paulo Freitas Brito
 Paulo Roberto Devides
 Paulo Roberto Segato
 Pedro Roberto Kruger
 Priscila Bueno Alves
 Rafael de Souza Lima
 Rafael Gutierrez Carvalho
 Rafael Neves Santiago Souza
 Régis Fernando Pereira
 Renee de Jesus Pacheco de Almeida Antonio
 Ricardo Augusto Braga de Castro
 Ricardo Verzegnassi Veríssimo
 Roberto Aparecido Donadoni
 Roberto Batista da Silva
 Roberto Hauck Reichert Filho
 Roberto Henne Filho
 Romessi Ferraz dos Santos
 Rômulo Gasparini da Cunha
 Rômulo Rena Cacefo
 Rosana Aparecida Alves de Souza
 Rosimeire Modolo de Mattos
 Rubens Paulo de Lazari Pastana
 Rubens Tadeu de Carvalho
 Saidachi Inuy
 Saulo Rodrigues Pereira Campos
 Sergio Antônio de Sá
 Silvia Gonçalves Caldeira
 Solange de Almeida Rios
 Sônia Regina da Silva Callefi
 Sônia Regina Medeiros de Lima
 Suzana Maria de Moraes Rezende
 Tânia Amaral
 Thiago Canello Franceschini
 Thiago Carvalho Bayerlein
 Valdemar da Cruz Rodrigues
 Vanessa Soares de Abreu
 Vera Lúcia Cappobianco da Silva
 Vera Lúcia Minatti
 Vera Lúcia Pulzi Weiser
 Victor Alexandre de Biagi
 Vitor Kenzo Corregliano
 Vivian do Amaral Daud Horing
 Vladimir de Azevedo
 Wilma Maia
 Wmarley Rodrigues de Moraes Junior
 Yoshimi Takahashi

SE

Adriano dos Santos
 Alessandro Rocha Santana
 Allan Silveira dos Santos
 Ellery Fernandes Prado Almeida
 Francisco Nicolau de Brito Sobrinho
 Givaldo Dias Junior
 Ivelise Fernanda Silva de Santana

João José de Santana
José Almeida
Laucio de Souza Borato
Márcia Celeste Soares de Araújo
Marcio Machado da Cruz
Mario Jorge Andrade Oliveira
Moisés Araújo Guimarães
Rafael Magno Guimarães Silvestre
Roberto Menezes do Amor Divino

TO

Amanda Batista Damasceno
Antônio José Pereira Mota
Célio Costa Lacerda
Cidemar dos Reis Viana
Davis Miranda de Souza
Desiree Thommen Dias
Edelzuita Gonçalves de Matos Navarro
Edivaldo Pereira da Rocha
Fábio Arnaldo Ozório dos Santos
Fernando César Rodrigues Póvoa
Gerisvaldo Pereira da Silva
João Paulo Dantas Arantes
José da Guia Vieira
Leonardo Rodrigues Pamplona
Leonor Araújo Dotto Zanim
Mábia Louça Cursino
Manoel Oliveira Castro Junior
Maria Francisca Pereira dos Santos Paolini
Marcio Lima Araújo
Máximo Botelho Martins
Olivio Gomes Ferreira
Roberto Santiago do Amaral Borges
Silveirinha Guimarães Lima
Wilton Andrade Carvalho

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Assessora

Marise Maria Ferreira

Coordenação dos Censos

Coordenadora

Rose Maria Barros de Almeida

Coordenadores e Gerentes

Ana Lúcia dos Santos
Ana Raquel Gomes da Silva
Carlos José Lessa de Vasconcellos
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo
Delfim Teixeira
Ednalva Maia do Monte
Edna Campello
Evilmerodac Domingos da Silva
Ian Monteiro Nunes
Jorge Calian
Jorge Luis Loureiro de Araújo
Katia Vaz Cavalcanti
Luiz Paulo do Nascimento
Magda Prates Coelho
Maria Alice da Silva Neves Nabuco
Maria Teresa Passos Bastos
Mário Henrique Monteiro Mattos
Paulo Cesar de Sousa Quintslr
Taíssa Abdalla Filgueiras de Souza

Técnicos

Adriana de Freitas Santos
Agláia Pereira Tavares de Almeida
Aldo Victorio Filho
Alexandre de Castro Duarte
Alexandre Felipe Facuri Carneiro Dias
Alvaro da Silva Vasconcellos
Ana Carolina de Moraes Lima
Antonio Matheus Benaion Esteves

Augusto César Santos da Costa Barros
Bruno Klein
Camila Ermida Pinto
Carlos Alberto Julio da Silva
Catia Vasconcellos Marques
Celia Regina Baptista de Mattos
Cesar de Castro Martins
Cesar Serrato Pinnola
Claudia Nascimento Vasques Lage
Cristiani de Oliveira Marques
Eduardo Sidney Cabral Rodrigues de Araújo
Elaine dos Santos Pinto
Elizabeth Santos da Fontoura
Fernanda Maciel Jardim
Filipe Alexander Gomes de Souza
Flávia Ferreira da Cunha
Giovanna Altomare Catão
Gisela Avila Barbosa
Helena Kiyoe Ito
Helga Szpiz
Herben Kally de Almeida
Hugo Leal Setta
Isabela Mateus de Araujo
Isis Batista Pinto
Ivan Pereira Jordão Júnior
Izabelle de Oliveira
Jorge Luiz Tenorio
Jorge Tadeu Borges Leal
Júlio César Sérvulo
Keyle Barbosa de Menezes
Leandro Albertini
Lêda Pereira Silva
Leila Norberto Martins Dias
Leonardo Bastos Mendes
Licia Rubinstein
Lioara Mandoju
Luciana Cardoso dos Reis
Luciano Angelo de Oliveira
Luiz Carlos Chagas Teixeira
Marcelo Benedicto Ferreira
Marcelo Thadeu Rodrigues
Márcia Silva Passos
Marcio Luiz de Carvalho
Marcos Balster Fiore Correia
Maria da Gloria Sobral de Andrade
Maria do Carmo Dias Bueno
Márcia Loschi de Melo
Mario Almada Grabois
Marisa Sigolo
Mônica Marli Gomes de Souza
Newton Malta de Souza Marques
Paula de Assis Silva
Paulo César dos Santos Corrêa
Paulo Fernandes
Raphael Soares de Moraes
Raul Cesar Hamdan
Raul Rigoto Monteiro
Regina Iafa Reznik
Renata Cristina Freire Correia
Renata Cristina Freire Correia
Renato D'Almeida Cunha Bastos
Ricardo da Silva Lopes
Ricardo Luiz da Silva
Rita de Cássia Atualpa da Silva
Roberto Stoeterau
Sabrina Dias do Couto
Sandra Maria de Jesus Cabral Dutra
Sandra Pinto
Sheila de Araujo Mendes Machado
Solange de Oliveira Santos
Tarsus Magnus Pinheiro
Tiago Marques Leite
Ubirata Oliveira dos Santos
Vanessa Souza Mendonça

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Martins
Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Fernanda Maciel Jardim
L.Gonzaga
Maria do Carmo da Costa Cunha
Monica Pimentel Cinelli Ribeiro
Neuza Damásio
Sebastião Monsoreos
Solange Maria Mello de Oliveira
Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira
Mária da Graça Fernandes de Lima

Programação visual da publicação

Fernanda Costa e Silva
Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva
Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

L.Gonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Bruno Klein
Elizabeth de Carvalho Faria
Hector Rodrigo Brandão Oliveira (Estagiário)
Lioara Mandoju
Mária da Penha Ribeiro Uchôa
Thiago Arregue de Lemos (Estagiário)

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Lioara Mandoju

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte
